

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KAROLYNE MENDES MENDONÇA MOREIRA

***NASCENTES NO DESERTO: PENSAMENTO JURÍDICO, REGULAMENTAÇÃO
DO TRABALHO E LEGISLAÇÃO SOCIAL NO INÍCIO DA REPÚBLICA (1889-
1916)***

CURITIBA

2018

KAROLYNE MENDES MENDONÇA MOREIRA

***NASCENTES NO DESERTO: PENSAMENTO JURÍDICO, REGULAMENTAÇÃO
DO TRABALHO E LEGISLAÇÃO SOCIAL NO INÍCIO DA REPÚBLICA (1889-
1916)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca.

CURITIBA

2018

M539n

Moreira, Karolyne Mendes Mendonça

Nascentes no deserto: pensamento jurídico,
regulamentação do trabalho e legislação social no início da
República (1889-1916) / Karolyne Mendes Mendonça Moreira;
orientador: Ricardo Marcelo Fonseca. – Curitiba, 2018.
230 p.

Bibliografia: p. 153-168.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná,
Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em
Direito. Curitiba, 2018.

1. Direito - História - Brasil. 2. Direito do trabalho. 3. Direito -
Filosofia. I. Fonseca, Ricardo Marcelo. II. Título.

CDU 34(09)

Catálogo na publicação - Universidade Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas - Biblioteca de Ciências Jurídicas
Bibliotecário: Pedro Paulo Aquilante Junior - CRB 9/1626

Ata da reunião da Comissão Julgadora da Dissertação apresentada pela mestranda **Karolyne Mendes Mendonça Moreira**, realizada no dia treze de abril de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta minutos.

No dia treze de abril do ano de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta minutos, nas dependências do Programa de Pós-graduação em Direito do Setor de Ciências Jurídicas da UFPR – 3.º andar, em sessão pública, reuniu-se a Comissão Julgadora da Dissertação apresentada pela mestranda **Karolyne Mendes Mendonça Moreira**, sob o título **“NASCENTES NO DESERTO: PENSAMENTO JURÍDICO, REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO E LEGISLAÇÃO SOCIAL NO INÍCIO DA REPÚBLICA (1889-1916)”**. Comissão esta constituída pelos Professores Doutores Ricardo Marcelo Fonseca (Orientador-Presidente/UFPR), Sérgio Said Staut Júnior (UFPR) e Gustavo Silveira Siqueira (UERJ/RJ) respectivos Membros, nos termos da decisão do Colegiado deste Programa. Abrindo a sessão, declarou o Senhor Presidente que o exame inicia-se com a exposição sumária pela mestranda, no prazo máximo de sessenta minutos, sobre o conteúdo de sua Dissertação, em seguida cada examinador arguirá a mestranda, no prazo máximo de trinta minutos, devendo a arguição ser respondida em igual prazo ou sessenta minutos quando haja diálogo na argumentação. Assim sendo, após a exposição oral, a mestranda foi arguida sucessivamente pelos Professores Doutores Ricardo Marcelo Fonseca, Sérgio Said Staut Júnior e Gustavo Silveira Siqueira. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a sessão por dez minutos, passando a Comissão Julgadora, em sessão reservada, ao julgamento da Dissertação, atribuindo cada examinador a sua nota de zero a dez (equivalente de D a A). Reabrindo a sessão, foi, pelo Senhor Presidente, anunciado o resultado do julgamento, declarando ter sido aprovada a Dissertação, por unanimidade de votos, sendo-lhe atribuídas as seguintes notas: Ricardo Marcelo Fonseca, 10,00 (dez inteiros), Sérgio Said Staut Júnior, 10,00 (dez inteiros), Gustavo Silveira Siqueira, 10,00 (dez inteiros), resultando a média 10,00 (dez inteiros), equivalente ao conceito A. A mestranda, com a supervisão do orientador, deverá incorporar na versão final as modificações exigidas pela banca examinadora, a contar da aprovação da Dissertação tendo um prazo máximo de 60 (sessenta) dias para entregar, na secretaria do curso, o exemplar definitivo do trabalho, sendo o orientador o responsável pela verificação da incorporação das correções determinadas pela Banca Examinadora na versão final do trabalho. A seguir, emitiu a Comissão seu Parecer em separado, sendo a sessão encerrada pelo Senhor Presidente, o qual agradeceu a presença de todos. Do que para constar, eu, Vanessa Sayuri U. Hoshina, Secretária Administrativa, lavrei a presente ata que segue assinada pelos Senhores Membros da Comissão Julgadora.



Sérgio Staut Jr.
Gustavo Siqueira

[Signature]

PARECER

A Comissão Julgadora da Dissertação apresentada pela mestrand **Karolyne Mendes Mendonça Moreira**, sob o título **"NASCENTES NO DESERTO: PENSAMENTO JURÍDICO, REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO E LEGISLAÇÃO SOCIAL NO INÍCIO DA REPÚBLICA (1889-1916)"**, após arguir a candidata e ouvir suas respostas e esclarecimentos, deliberou aprová-la por unanimidade de votos, com base nas seguintes notas atribuídas pelos Membros:

Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca - 10,00 (dez inteiros)

Prof. Dr. Sérgio Said Staut Júnior - 10,00 (dez inteiros)

Prof. Dr. Gustavo Silveira Siqueira - 10,00 (dez inteiros)



Em face da aprovação, deliberou, ainda, a Comissão Julgadora, na forma regimental, opinar pela **concessão do título de Mestre em Direito à candidata Karolyne Mendes Mendonça Moreira**.

É o parecer.

Curitiba, 13 de abril de 2018.



AGRADECIMENTOS

Amigo, hoje a minha inspiração
Se ligou em você
Em forma de samba mandou lhe dizer...
(*A amizade*, de Fundo de Quintal)

Foi bem cedo na vida que eu procurei encontrar novos rumos num mundo melhor. À minha mãe e ao meu pai, trabalhadores brasileiros do Morro do Macaco, no Rio de Janeiro, e da Feira de Oitizeiro, na Paraíba, eu agradeço pela labuta, pelo suor e pela inspiração de luta desde os primeiros dias de vida. A partir de agora, escrevemos novas linhas na história de nossa família. E essa conquista se deve ao esforço de vocês, meus primeiros amigos. Agradeço também à amizade de meu irmão Gabriel, que, apesar de mais novo, nutre muita sabedoria, tendo sempre uma palavra de auxílio para iluminar a caminhada.

Ao Danilo, meu companheiro, aquele de quem eu *quero chorar o choro e sorrir o sorriso*, agradeço especialmente pelo amor, pelos conselhos, pela revisão do trabalho e pela compreensão nesse período tão atribulado.

Ao Ricardo, orientador que tem me guiado desde os primeiros passos na vida acadêmica, também a minha sincera gratidão. Se hoje presenciamos um florescimento tão bonito da História do Direito no Brasil, grande parte do plantio foi feito por você, professor. Seu entusiasmo, dedicação e incentivo na busca pelo desenvolvimento da área devem ser reconhecidos por todos nós. É por isso que, a você, eu digo: *Valeu por você existir, amigo!*

Nesse sentido, agradeço também aos membros da banca que gentilmente aceitarem partilhar desse processo, Professores Drs. Gustavo Silveira Siqueira e Sérgio Said Staut Junior. Vocês, além de pesquisadores engajados, são exemplo de contribuição para a formação de uma disciplina crítica e atenta à realidade social. Aos professores, portanto, meu muito obrigada!

Aos mestres que me auxiliaram em algum momento nesse processo de formação, eu também agradeço: Luis Fernando Lopes Pereira, Angela Couto Machado Fonseca, André Peixoto de Souza, Giovanni Cazzetta, Cristina Vano e Antônio Manuel Hespanha. Vocês, sem sombra de dúvidas, foram fundamentais para o desenvolvimento de muitas reflexões neste trabalho.

Aos amigos da História do Direito também sou grata: Sônia Oliveira, Gabrielle Stricker, Danielle Wobeto, Luize Navarro, João Paulo Arrossi, Thiago Hansen, Judá Lobo, Lais Piletti e Otávio Weinhardt. Em particular agradeço à Vanessa Massuchetto e ao Raul Belúcio, com quem formei um lar durante a passagem do mestrado, estreitando mais ainda os laços de nossa amizade.

Minha gratidão é devida também aos sempre dispostos servidores do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná. Obrigada Vanessa e Eduardo por nos auxiliarem quantas vezes foram necessárias.

À Paula, competente bibliotecária do Setor de Ciências Jurídicas, também agradeço. Você foi indispensável para essa pesquisa.

À amiga amada Mariana Paris, com quem *ganho força tornando maior*, eu agradeço por cada palavra de incentivo e pela preocupação.

Aos “Colibris”, sustentáculos de uma amizade quem *nem mesmo a força do tempo irá destruir*, serei também eternamente grata. Obrigada por compartilharem comigo os sonhos! Amo vocês, Priscila Stela, Thais Rolim, Renata Janini, Lucas Marsola, Kaoana Prestes, Franciele Nogueira, Marylia Pegorer e Matheus Fonseca Reis.

Aos “Guerreirinhos” do meu coração agradeço também por essa amizade que *nem mesmo um samba de amor pode resumir*: Mariana Santos, Allan Hillani, Marwan Maltaca, Juliana Horst, Mônica Miranda, Mauricio Serenato, Priscila Bartolomeu, Mauricio Rezende, Guilherme Nunes e Roger Franco. Saibam que estaremos juntos por onde for!

Aos amigos do escritório, que foram compreensíveis nas ausências e que sempre torceram por mim, eu também agradeço: Denise Agostini, Raphael Moraes e Márcia Hiebert.

Por fim, agradeço aos “amigos de fé” por estarem ao meu lado vibrando por cada conquista: Alexandre Severo, Margarete Nejim, Kaoani Figueiredo, Bruno Klammer, Stefany Garcez, Bibiana Espindola, Vivian Schimitz, Pedro Manoel, Isaura Aguiar, Marceli Penha, Marco Penha, Lucilene Oliveira, Emanoela Samara, Caroline Lindner, Ana Paula, Celso Klammer, Tuane Abreu, Rita Alcaraz, Marcelo Alcaraz, Priscila Lopes, Evelin Santos, Luana Rocha, Loemir, Tia Maria, Emanoel Silva, Beatriz Silva, Alisson Santos, Cleiton Joeckel, Heloisa Mara, Raphael Santos, Evelin, Luana.

RESUMO

A pesquisa se insere dentro do esforço de interpretação da cultura jurídica do trabalho brasileira na passagem do século XIX para o início do XX. O objetivo, em linhas gerais, foi perscrutar as muito profundas raízes de nossa normatividade do trabalho, para, então, tentar compreendê-las na relação com o seu contexto de produção. Como enfoque específico, selecionamos o estudo do início da República brasileira (1889-1916), buscando perquirir sobre o momento em que as primeiras vozes do social tentavam se fazer escutar em meio ao eco essencialmente privado da regulamentação das relações de trabalho. Para tanto, a pesquisa se dividiu em três momentos: primeiramente, procuramos demonstrar de que modo se davam, no plano formal, as primeiras contratações de trabalho antes da República. Em seguida, realizamos um mapeamento legislativo das normas efetivamente editadas e dos projetos que foram engavetados desde o Governo Provisório até o Código Civil de 1916, demonstrando que muito pouco se produziu em relação à matéria social nesse período. Por fim, debruçamo-nos sobre o pensamento jurídico produzido em torno da questão do trabalho, concluindo que, com exceção de algumas *nascentes* sociais no *deserto* do privado, o direito se mostrava com bastantes freios, ainda, à incorporação dos reclamos sociais da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Direito e Trabalho. Cultura jurídica do trabalho brasileira. Pensamento jurídico. Regulamentação do trabalho. Legislação social trabalhista.

RIASSUNTO

La ricerca fa parte dello sforzo di interpretazione della cultura giuridica brasiliana del lavoro tra il fine dell'ottocento e l'inizio del novecento. L'obiettivo, in generali, è esplorare le radici molto profonde della nostra normatività lavorativa, e poi cercare di capirle in relazione al loro contesto di produzione. Come approccio specifico, abbiamo selezionato lo studio dell'inizio della Repubblica Brasiliana (1889-1916), ricercando il momento in cui le prime voci del sociale hanno cercato di farsi sentire nel mezzo dell'eco essenzialmente privato della regolamentazione dei rapporti di lavoro. Per questo, la ricerca è stata divisa in tre parti: in primo, abbiamo cercato di dimostrare come i primi contratti di lavoro hanno sortito prima della Repubblica. Successivamente, eseguiamo una mappatura legislativa delle regole effettivamente pubblicate e delle progetti che sono stati accantonati dal Governo Provvisorio al Codice Civile del 1916, dimostrando che in questo periodo si produceva pochissimo in relazione alla questione sociale. Infine, abbiamo analizzato il pensiero giuridico prodotto intorno alla questione del lavoro, concludendo che il diritto, ad eccezione di alcune sorgenti sociali nel deserto del privato, è stato resistente a l'incorporazione delle richieste della classe operaia.

Parole-chiavi: Diritto e lavoro. Cultura giuridica di lavoro brasiliana. Pensiero giuridico. Regolamentazione del lavoro. Legislazione sociale del lavoro.

ABSTRACT

The aim of this study was to investigate Brazilian labor legal culture formation elements between the period of the nineteenth century to the beginning of the twentieth century. The objective, in general terms, was to examine the very deep roots of our labor normativity, and then try to understand them in relation to their context of production. As a specific focus, we selected the study of the beginning of the Brazilian Republic (1889-1916), seeking to inquire about the moment when the first voices of the social tried to make themselves heard in the middle of the essentially private regulation of labor. To do so, the research had three stages: firstly, we tried to demonstrate how the first formals hiring was done before the Republic. Next, we performed a legislative mapping of the norms edited and the projects that were shelved from the Provisional Government until the Civil Code of 1916, demonstrating that very little was produced in relation to the social matter in that period. Finally, we look at the legal thought produced around the question of labor, concluding that, with the exception of some social sources in the desert of the private, the law was shown with many restrains, still, the incorporation of the social demands of the working class.

Keywords: Law and Labor. Brazilian labor legal culture. Legal thought. Labor regulation. Labor social legislation.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. O PESO DA TRADIÇÃO: REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO ANTES DA REPÚBLICA	21
2.1. Rupturas, continuidades e liberalismo “à brasileira” na formação da cultura jurídica brasileira oitocentista	21
2.2. Nota metodológica: a centralidade da Consolidação das Leis Civis e da doutrina como fonte interpretativa do direito privado na segunda metade do século XIX	29
2.3. Locação de serviços civil de trabalhador nacional	36
2.4. A locação de serviços civil de estrangeiros	47
2.4.1. A Lei de Locação de serviços de 1830	48
2.4.2. A Lei de Locação de Serviços de 1837	50
2.4.3. A Lei de Locação de Serviços de 1879	54
2.5. Os contratos de trabalho regidos pelo Código Comercial de 1850	56
2.5.1. Dos contratos dos operários das indústrias ou fábricas: a locação mercantil de serviços	58
2.5.2. Dos contratos de trabalho “das gentes do mar”: a locação de serviços mercantil	61
2.5.3. Dos contratos de empregados no comércio: a preposição mercantil	65
3. A LEGISLAÇÃO E O DIREITO PRIVADO SOCIAL QUE NÃO FORAM (1889-1916)	70
3.1. Legislação e trabalho antes do Código Civil	70
3.1.1. Decreto n. 213, de 22 de fevereiro de 1890	73
3.1.2. Decreto n. 528, de 28 de junho de 1890	76
3.1.3. Decreto n. 1.313, de 17 de Janeiro de 1891	77
3.1.4. O retrocesso da Constituição da República de 24 de fevereiro de 1891	79
3.1.5. Lei n. 173 de 10 de setembro de 1893	80
3.1.6. Decreto n. 979 de 6 de janeiro de 1903	80

3.1.7. Decreto n. 1.150, de 5 de janeiro de 1904, Decreto n. 1.607, de 29 de dezembro de 1906 e Decreto n. 6.437, de 27 de março de 1907	82
3.1.8. Decreto n. 6.532, de 29 de junho de 1907	83
3.1.9. Decreto n. 1.637 de 5 de janeiro de 1907	84
3.1.10. Decreto n. 6.562 de 16 de julho de 1907	87
3.1.11. Decreto n. 1.641, de 7 de janeiro de 1907, Decreto n. 6.486, de 23 de maio de 1907 e Decreto n. 2.741 de 8 de janeiro de 1913	87
3.2. A legislação social trabalhista que não ocorreu: os projetos engavetados	91
3.2.1. Projeto Medeiros e Albuquerque, 1904	92
3.2.2. Projeto Graccho Cardoso, 1908.....	94
3.2.3. Projeto Wenceslau Escobar, 1908.....	96
3.2.4. Projeto Nicanor Nascimento, 1911	98
3.2.5. Projeto Adolfo Gordo, 1915.....	101
3.3. O Código Civil de 1916 e o Direito Privado Social que não foi.....	102
4. PENSAMENTO JURÍDICO E TRABALHO (1889-1916)	113
4.1. O pensamento jurídico enquanto chave de compreensão da história do trabalho brasileira.....	114
4.2. Transformações revolucionárias e o discurso dos juristas	120
4.3. Pensamento Jurídico e trabalho na Revista <i>O Direito</i> : um eufemismo verificado	123
4.3.1. José Xavier Carvalho de Mendonça e os empregados do comércio (1906)	123
4.3.2. Rodrigues de Carvalho e os acidentes de trabalho (1908)	126
4.3.3. Ataulpho Nápoles de Paiva e o mutualismo (1911)	131
4.3.4. Augusto Olympio Viveiros de Castro e <i>O direito de greve</i> (1912).....	134
4.4. À margem d' <i>O Direito</i> : juristas e a defesa do operariado	138
4.4.1. Evaristo de Moraes e os <i>Apontamentos de Direito Operario</i> (1905).....	139
4.4.2. Henrique Coelho e <i>O direito e o proletariado</i> (1906)	145

5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152
7.	APÊNDICES	168
7.1	Catálogo dos artigos publicados na Revista <i>O Direito</i> entre 1889 a 1913.....	168
7.2.	Repertório das recomendações bibliográficas presentes na Revista <i>O Direito</i> entre 1889 a 1913	206

1. INTRODUÇÃO

*O homem é civilizado
A sociedade é que faz sua imagem
Mas tem muito diplomado
Que é pior do que selvagem.*

Clementina de Jesus¹

Da sabedoria oriunda da experiência vivenciada na carne, emerge a o grito popular em forma de música. *Quelê*², como carinhosamente fora apelidada Clementina de Jesus, traduz no samba o conhecimento adquirido na experiência cotidiana: “O homem é civilizado. A sociedade é que faz sua imagem. Mas tem muito diplomado que é pior do que selvagem”.³

O quase ecumênico discurso fruto das revoluções liberais do século XIX propalou a falácia civilizatória. Da abstrata igualdade entre os homens à crença triunfante da razão, se espalhou pelas nações do ocidente a ideia de que a positividade vigente erigiu-se por sobre os triunfos da evolução humana. Seres não mais seriam tratados como coisas. Castas, hierarquias e estamentos sociais eram características das ditas nações “menos avançadas”. O homem racional, *diplomado*, sujeito do conhecimento, dialogaria, agora, apenas em termos de liberdade. “É o progresso, tia Clementina!”⁴, bradava aquela “nega” trabalhadora, em claro tom de crítica popular, do alto de sua sabedoria.

Aquele estágio da “evolução humana” não mais permitiria a escravidão do homem pelo homem. E, dentro desse contexto de afirmação das liberalidades, o trabalho livre se consubstanciaria em uma das principais bandeiras do chamado “progresso”.

Ao dismantelar a estrutura corporativa, a Revolução francesa “libertou” o trabalho e desafiou ambiciosamente os seus direitos de independência, de leis iguais, de quebra de restrições hierárquicas e outras estruturas retrógradas de pertença, proteção e solidariedade inerentes ao antigo regime.⁵

¹ JESUS, Clementina de; NUNES, Clara. **Não vadeia**. Intérprete: Clementina de Jesus.

² COSTA, Luana; MUNHOZ, Rafael; CASTRO, Felipe; MARQUESINI, Janaína. **Quelê, A Voz da Cor: Biografia de Clementina de Jesus**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

³ JESUS; NUNES, Op. cit..

⁴ Ibidem.

⁵ CAZZETTA, Giovanni. Lavoro e impresa. In: FIORAVANTI, Maurizio. **Lo Stato moderno in Europa: istituzioni e diritto**. Roma: Editori Laterza, 2002, p. 139.

Com as suas muitas peculiaridades, os ventos liberais também sopraram por aqui. Sabiamente, talvez por isso, Adoniran Barbosa dizia que sempre *escuitou* falar que “o pogressio vem do trabaio”⁶.

Progresso e trabalho. Desse tão vulgarizado lema fruto das aspirações comteanas do século XIX, hoje, tão vividamente, vemos emergir a faceta *selvagem* do *diplomado* dos versos de Clementina.

Nesse ano que passou, sustentados por um governo que retoma como slogan o lema positivista “ordem e progresso”, e sob a já velha justificativa da necessidade de “modernização” das leis, os diplomados do Congresso se posicionaram a favor das chamadas “reformas”. Em um verdadeiro ato de *selvageria*, nossos congressistas fizeram passar a cunhada “Reforma Trabalhista”⁷. Em um instante – aquele famigerado instante de perigo benjaminiano que relampeja no presente e leva o historiador à imediata reflexão do passado⁸ –, fez-se letra morta das conquistas sociais acumuladas com sangue e suor pelos trabalhadores brasileiros ao longo de mais de um centenário de história.

Walter Benjamin, o maior crítico da filosofia do progresso da Escola de Frankfurt, discorreu com maestria sobre as tragédias que a modernidade e toda a sua racionalidade instrumental acumularam.⁹

No centro de sua filosofia da história, Benjamin articula o conceito de *catástrofe*. A catástrofe, para ele, é o próprio progresso – aquele mesmo da Tia Clementina! – e a falsa linearidade evolutiva do tempo histórico “[...] cotidiano,

⁶ BARBOSA, Adoniran; MOLLES, Oswaldo; SANTOS, João Belarmino dos. Conselho de mulher. Interpretação: Adoniran Barbosa. In: BARBOSA, Adoniran. **Adoniran Barbosa**. Odeon Brasil, 1975. 1 Vinil. Faixa B5.

⁷ Sob o pretexto de aliviar encargos de empresas e cortar gastos públicos, vivenciamos a imposição da chamada “Reforma Trabalhista”. Dentre as mudanças já aprovadas, temos o aumento da jornada de trabalho, a redução do tempo de intervalo intrajornada, a possibilidade de que os acordos feitos entre trabalhadores e empregadores prevaleçam sobre os direitos já garantidos pela legislação trabalhista, a criação da figura do trabalhador “hipersuficiente”, dentre outras inúmeras outras medidas que prejudicam sobremaneira os trabalhadores. São mais de 200 dispositivos normativos alterados em favor do patronato empresarial. Sobre as críticas à reforma ver: SOUTO MAIOR, José Luiz. **Vamos falar séria e honestamente sobre a Reforma Trabalhista?** 2017b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-6787-16-reforma-trabalhista/documentos/audiencias-publicas/prof-jorge-luiz-souto-maior>>; Acesso em: 11 nov. ano.

⁸ “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso.” (BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**: magia e técnica, arte e política. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 225).

⁹ Ver, por exemplo: Ibidem, pp. 222-232.

contínuo, vazio, quantificável, “[d]o eterno retorno do mesmo (das Immerwiedergleiche), da mera sobrevivência, da reprodução da lei e do mito, da dominação do sistema que tende 'à felicidade'”.¹⁰

Essa catástrofe chamada *progresso*, e que, emprestando a reflexão benjaminiana, atualmente poderíamos também chamar *reforma trabalhista*, não significa nenhuma espécie de felicidade na vida dos trabalhadores brasileiros, mas, antes, um aprofundamento na dominação; e não poderia também, em absoluto, representar – como querem fazer crer os defensores das alterações legislativas consubstanciadas na Lei 13.467 de 13 de julho de 2017¹¹, – qualquer espécie de “evolução” em relação ao estado de coisas anterior. No máximo, poderíamos considerar que a reforma representou sim uma “modernização” na regulamentação das relações de trabalho, se entendermos o conceito de “modernidade” diretamente atrelado às catástrofes produzidas pelo capitalismo e a sua reprodutibilidade técnica.

É muito comum ainda nos dias de hoje – e essa reflexão é indispensável para a interpretação das próximas linhas que seguirão neste trabalho – a crença na existência de um padrão de evolução artificial. Dentro dessa lógica, o direito vigente, assim como o estado de coisas atual, seria invariavelmente melhor que o passado o foi. Essa ideia, que é baseada numa corrente de pensamento chamada “história progressista”, ou “história hankeana”¹², segundo António Manuel Hespanha:

[...] promove uma sacralização do presente, glorificado como meta, como o único horizonte possível da evolução humana e tem inspirado a chamada “teoria da modernização”, a qual propõe uma política do direito baseada num padrão de evolução artificialmente considerado como universal¹³

Essa premissa teórica do progresso linear, do mesmo modo, tem servido de substrato para interpretações equivocadas sobre o incipiente período de formação

¹⁰ DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação**: na idade da globalização. 2 ed.. Tradução: Ephraim Ferreira Alves, et al.. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 337.

¹¹ BRASIL. Lei n. 13.467 de 13 de julho de 2017. Reforma Trabalhista. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jul. 2017, p. 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13467-13-julho-2017-785204-norma-pl.html>>; Acesso em: 10 nov. 2017.

¹² “Leopold von Ranke é o expoente deste novo enfoque metodológico” (FONSECA: Ricardo Marcelo. **Introdução teórica à história do direito**. Curitiba: Juruá, 2011a, p. 55).

¹³ HESPANHA, António Manoel. **Cultura jurídica europeia**: síntese de um milénio. Almedina: Coimbra, 2012, p. 20.

daquilo que arriscaríamos chamar *cultura jurídica*¹⁴ *trabalhista* do início da República. Explicamos.

É incontestável que a implantação de um mercado de trabalho livre não se deu de modo homogêneo e igual em lugar algum. Seja pelas idiossincrasias de cada povo, seja pelas disputas e os campos de luta de enorme complexidade em torno dos significados dessa “liberdade”, fato é que o conteúdo material desse conceito – *liberdade no mercado de trabalho* – traduziu-se em configurações que divergiam e muito de acordo com os diversos “graus” de liberdade no desenvolvimento do trabalho.

Não obstante essa premissa – a de que essa implantação não se deu de modo homogêneo em lugar algum – aquela ainda vivaz imagem oitocentista de uma sociedade contemporânea como o resultado evolutivo da ascensão constante de uma organização social baseada nos princípios do racionalismo e da liberdade continua a ter enorme influência sobre os esquemas interpretativos que pretendem explicar os sentidos das transformações havidas nas relações de produção dos últimos dois séculos.¹⁵

Um grande exemplo disso, segundo Espada Lima, está na persistência com que essa ilustração contamina as discussões sobre as transformações sofridas nas sociedades escravistas, sobretudo nas Américas, durante o século XIX. No contexto dessas sociedades, segundo o autor, a “liberdade de trabalho” se apresenta como o antagonista radical do trabalho escravo. Uma contraposição que parece, inclusive, auto-evidente – especialmente se refletirmos a partir da visão clássica econômica – mas que é, na verdade, tão nutrida de ambiguidades como a própria sociedade que lhe inspira.¹⁶

¹⁴ Nossas reflexões sobre cultura jurídica são erigidas a partir daquilo que já fora produzido, por exemplo, por Ricardo Marcelo Fonseca, Luis Fernando Lopes Pereira, André Peixoto de Souza e Sérgio Said Staut Junior. Ver: FONSECA, Ricardo Marcelo. Os juristas e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX. **Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**, v. 35, pp.339-369, 2006b; PEREIRA, Luis Fernando Lopes. A circularidade da cultura jurídica: notas sobre o conceito e sobre o método. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **Nova História brasileira do Direito**. 1 ed.. Curitiba: Juruá, 2012; SOUZA, André Peixoto de. Uma historiografia para a cultura jurídica brasileira. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **Nova História brasileira do Direito**. Curitiba: Juruá, 2012 e STAUT JÚNIOR, Sérgio Said. **Posse e dimensão jurídica no Brasil: recepção e reelaboração de um conceito a partir da segunda metade do século XIX ao Código de 1916**. Curitiba: Juruá, 2015.

¹⁵ ESPADA LIMA, Henrique. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados do trabalho no século XIX. **Topoi**, v. 6, n. 11, pp. 289-326, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/Topoi%2011/topoi11a4.pdf>; Acesso em: 12 fev. ano, pp. 295-296.

¹⁶ Ibidem, p. 296.

Silvia Hunold Lara – em artigo¹⁷ que aborda os aspectos da exclusão dos negros (escravos ou ex-escravos) da história social do trabalho no Brasil – discute, nesse mesmo sentido, o fato de a historiografia chamada de “transição” operar uma separação radical entre, de um lado, o mundo da escravidão e, de outro, o universo do trabalho livre, assalariado. Separação essa que, em algumas modalidades mais radicais, procedem inclusive a um verdadeiro ocultamento do trabalhador negro, que seria substituído pelo imigrante, nas narrativas históricas do trabalho a partir da abolição. Nesse sentido, insubstituíveis as palavras da historiadora:

Assim, a abundante historiografia sobre a “transição”, apesar de sua diversidade, efetua um procedimento comum: pretende estabelecer uma teoria explicativa para a “passagem” do mundo da escravidão (aquele no qual o trabalho foi realizado por seres coisificados, destituídos de tradições pelo mecanismo do tráfico, seres aniquilados pela compulsão violenta da escravidão, para os quais só resta a fuga ou a morte) para o universo do trabalho livre, assalariado (no qual, finalmente, poderíamos encontrar sujeitos históricos). Em sua modalidade mais radical, a historiografia da transição postula a tese da “substituição” do escravo pelo trabalho livre; com o negro escravo desaparecendo da história, sendo substituído pelo imigrante europeu.¹⁸

Robert Steinfeld sustenta que a crença de que existe um corte radical que separa o trabalho livre e o trabalho escravo é fundada em uma “sabedoria convencional” que traduz em termos de modelo – que podem ser aplicados indistintamente – aquilo que é, de fato, uma narrativa evolucionista sobre a história do trabalho.¹⁹

Essa narrativa evolucionista, todavia, produz uma consequência nefasta: a exclusão. É que, segundo Ricardo Fonseca, na medida em que a história é enxergada como uma linearidade harmoniosa dos fatos vencedores, elabora-se uma lógica de exclusão de todas as outras perspectivas e possibilidades históricas, ocorridas ou frustradas, que acabaram sendo alijadas do projeto (vitorioso).²⁰

Nesse sentido, é precisa mais uma vez a crítica operada por Walter Benjamin ao historicismo, quando defende que:

¹⁷ LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, n. 16, fev. 1998.

¹⁸ Ibidem, p. 27.

¹⁹ STEINFELD, Robert. **Coercion, contract and free labor in the Nineteenth Century**. Cambridge (Mas.): Cambridge University Press, 2001, p. 2. Apud ESPADA LIMA, 2005, p. 296.

²⁰ FONSECA, 2011a, p. 60.

Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.²¹

E é na tentativa de escovar a história do trabalho “a contrapelo” – vale dizer, questionando esse dado fundamental e irrefutável de que há uma cisão precisa entre trabalho escravo e trabalho livre, de modo a glorificar a positividade vigente enquanto triunfo da modernidade – que essa narrativa tradicional vem sendo desafiada por estudos que tentam entender o seu funcionamento em situações históricas específicas.

É nessa esteira, portanto, que esse trabalho se coloca.

Segundo Espada Lima, em termos ideais, o trabalho livre supõe as seguintes características: liberdade de escolha, ausência de coerção para o trabalho, capacidade de mobilidade dos trabalhadores, impessoalidade na relação patrão/empregado e também a oferta de oportunidades de trabalho paralelamente à possibilidade de acesso a elas por parte dos trabalhadores. Mas, sustenta o autor, o que os estudos sobre o funcionamento do mercado de trabalho no século XIX demonstram é que é definitivamente irreal que o mercado de trabalho livre apresente todas essas propriedades.²²

Ao fim e ao cabo, esse esquema interpretativo fruto da racionalidade progressista acaba por reiterar, como se vê, aquela falácia liberal: é um modelo de produção que, para ser triunfante, precisa operar um distanciamento do modelo anterior, mesmo que o conteúdo desse distanciamento seja, em grande parte, nitidamente artificial.

Como veremos mais adiante, não há um terreno absolutamente fixo entre aquilo que poderíamos chamar, separadamente, de características do trabalho livre e características do trabalho escravo no Brasil.

Como delimitação temporal selecionamos o estudo do início da República Brasileira, precisamente os anos que vão de 1889 até 1916. Compreendemos o período interessante para a análise, pois, formalmente, a proclamação da República deveria representar um rompimento com os padrões antidemocráticos, conservadores, escravistas, não universalistas e de uma série de outras condutas que

²¹ BENJAMIN, 1987, p. 226.

²² ESPADA LIMA, 2005, p. 296.

não dialogariam, em tese, com a lógica das liberalidades. Privilegiou-se, ademais, o ano de 1916 como termo final porque percebemos que é a partir desse ano, com a promulgação do Código Civil e com a intensificação das tensões sociais e disputas por direitos²³, que os estudos na seara da História do Direito do Trabalho também se intensificaram.²⁴

Assim, o período se mostra relevante não somente porque, sobre essa fase, existem poucos trabalhos que analisam numa perspectiva histórico-jurídica a relação do direito com a emergência dessa nova realidade de generalizado trabalho livre, mas também porque o final do século XIX e o início do XX – momento de transição por excelência – ainda carrega em si o peso de uma longa tradição.

É possível que este trabalho, com pretensões temporais tão alargadas, contenha, de certa forma, algumas imprecisões, mas o nosso esforço foi, em linhas gerais, o de perscrutar as muito profundas raízes de nossa normatividade do trabalho, para, então, tentar compreendê-las na relação com o seu contexto de produção.

Optamos, também, pela análise jurídica do trabalho no seu aspecto privado (ou seja, da relação entre os particulares na perspectiva civil e comercial), abordando, ainda, as primeiras intervenções estatais na regulação das necessidades sociais que emergiam nesta nova fase do trabalho no Brasil.

As figuras penais aparecerão eventualmente nesta pesquisa, mas apenas na medida em que forem necessárias tanto à reconstrução do cenário sobre o qual a legislação que regulamentava a prestação do trabalho humano e a legislação social trabalhista se erigiram, quanto à crítica relacionada ao conteúdo dessas normatividades.

Feitas essas considerações, cabe agora delinear muito brevemente o caminho percorrido, que aparece dividido em três objetos de investigação.

²³ Angêla de Castro Gomes aponta, por exemplo, que o ano de 1917 é um “um marco simbólico do início das discussões mais sistemáticas na câmara, [com] o encaminhamento de vários projetos de Maurício de Lacerda, todos de julho de 1917, visando a regulamentação de diversos aspectos do problema das condições de trabalho operário.” (GOMES, Angêla de Castro. **Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)**. 2 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014, p. 84).

²⁴ Ver: Ibidem; FONSECA, Ricardo Marcelo; GALEB, Mauricio. **A greve geral de 1917 em Curitiba: reconstituição da memória operária**. 2. Ed. Curitiba: Factum, 2017; FRENCH, John D. Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos: a questão social como caso de polícia (1920-1964). In: LARA, Sílvia Honold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social**. Campinas: Unicamp, 2006; PAIXÃO, Cristiano. História do direito no Brasil Republicano: a greve como chave de leitura. In: SIQUEIRA, Gustavo Silveira; FONSECA, Ricardo Marcelo (orgs.). **História do direito privado: olhares diacrônicos**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015 e SALGADO, Gisele Mascarelli. Um estudo sobre os manuais de direito do trabalho e a questão dos movimentos operários na Primeira República. **Âmbito Jurídico**, v.15, n. 100, maio 2012.

Em linhas gerais, no primeiro capítulo procuramos estabelecer um pano de fundo acerca do contexto político (de liberalismo à brasileira) e jurídico (de complexidade e pluralidade de fontes) por sobre o qual se erigiram as nossas primeiras regulamentações da prestação do trabalho humano livre antes da República. Enfatizando o caráter de transição desse momento, apontamos, no plano normativo, para a extrema situação de precariedade a que os trabalhadores, nacionais e estrangeiros, de uma maneira geral, estavam submetidos.

Delimitadas as regulamentações existentes no período imperial, no segundo capítulo, i) realizamos um levantamento acerca das legislações relacionadas à temática do trabalho desde o Governo Provisório até a promulgação do Código Civil de 1916; ii) abordamos os projetos de leis sociais trabalhistas que foram editados também nesse período, mas que foram engavetados, e iii) analisamos a regulamentação das prestações do trabalho humano no Código Civil, demonstrando que, mesmo com a proclamação da República, a iniciativa de uma normatização mais social, voltada para a garantia de mínimos direitos aos trabalhadores, foi praticamente inexistente.

Finalmente, o terceiro capítulo foi dedicado exclusivamente à análise do pensamento jurídico produzido em torno da questão do trabalho, também desde a República até o Código de 1916. Nesse sentido, em um primeiro momento, discorreremos sobre a importância da ferramenta do pensamento jurídico enquanto chave de compreensão da história do trabalho brasileira. Posteriormente, debatemos brevemente os aspectos dos discursos dos juristas diante das transformações revolucionárias. Essa discussão foi importante para o desenvolvimento dos passos seguintes. Num terceiro momento, realizamos um mapeamento do pensamento jurídico trabalhista na produção exclusivamente doutrinária da Revista *O Direito*, ressaltando o traço “eufemizador” dos juristas que publicaram no periódico ao abordarem as questões relativas ao trabalho. Num quarto e último momento, discorreremos sobre as obras de Evaristo de Moraes e Henrique Coelho, enfatizando o caráter “militante” de defesa do operariado nestas duas obras.

2. O PESO DA TRADIÇÃO: REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO ANTES DA REPÚBLICA

2.1. Rupturas, continuidades e liberalismo “à brasileira” na formação da cultura jurídica brasileira oitocentista

Primordial, antes de adentrarmos a análise das legislações e do pensamento jurídico em torno da questão do trabalho no início da República brasileira, estabelecer algumas breves observações gerais em relação ao quadro de tensão por sobre o qual foi erigida a cultura jurídica brasileira do século XIX. A medida se mostra importante para que possamos compreender o caldo que nutriu a constituição de nossas primeiras regulamentações da prestação do trabalho livre. Passemos à discussão.

A Independência, em 1822, trouxe a empreitada ao jovem estado brasileiro de edificação de uma identidade nacional própria, separada da tradição portuguesa. Isso significou, segundo Ricardo Fonseca, a tarefa de construção de estruturas jurídico-políticas a partir de marcos quase inexistentes, uma vez que Portugal – diferentemente do caso das colonizações espanholas – jamais objetivou a promoção de qualquer forma de cultura em sua própria colônia.²⁵

Ocorre que, no período colonial, havia uma política de centralização na formação acadêmica dos quadros burocráticos pela metrópole – assim como, via de regra, acontecia em Coimbra – responsável por minar qualquer possibilidade de criação de instituições de ensino superior no país.²⁶

Diante desse cenário, mesmo após a independência, não restou outra alternativa ao Brasil que não organizar-se juridicamente a partir do aparato legislativo da metrópole. Foi assim que em 20 de outubro de 1823 promulgou-se uma lei que determinou a permanência das Ordenações, leis, regimentos, alvarás, decretos e resoluções promulgadas pelos reis de Portugal até 25 de abril de 1821, até que se organizasse um novo código ou não se alterassem significativamente as leis

²⁵ FONSECA, Ricardo Marcelo. A formação da cultura jurídica nacional e os cursos jurídicos no Brasil: uma análise preliminar. **Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija de Estudios sobre la Universidad**, Madri, v. 8, n. 1, pp. 97-116, 2005, p. 97.

²⁶ Ibidem, loc. cit..

vigentes.²⁷ Assim, apesar do anseio emancipador, a relação de continuidade com a cultura jurídica portuguesa permaneceu, inevitavelmente, estabelecida.

De outro lado, porém, certamente podemos concluir que a ambição pela construção de estruturas jurídico-políticas *brasileiras* restou evidenciada com a opção pela criação dos cursos jurídicos no Brasil. Embora aqui não se tenham vingado as ideais de ruptura total com a juridicidade existente antes da de 1822, como a manifesta, por exemplo, em vários países da América espanhola em relação ao anseio codificador nos oitocentos, é inegável o esforço de construção de uma identidade separada da portuguesa.²⁸

Sobretudo nesse momento, conta-nos Ricardo Fonseca, existem significativas dificuldades para situarmos a cultura jurídica brasileira. De acordo com o exposto, é um período em que ela está em formação e que não encontra aparatos institucionais e culturais privilegiados para circular. Mas, ao mesmo tempo, é notório o fato de que a tradição jurídica europeia recebida no Brasil passa progressivamente por uma transformação, em face da necessidade de adaptação às particularidades e as tensões vividas pelo Brasil do século XIX.²⁹

Trata-se de um momento, segundo Fonseca, em que:

De um lado, estão presentes as sombras do velho mundo do antigo regime, que no caso brasileiro, implicam numa estrutura social colonial profundamente centralizada, oligárquica e montada para a exploração a partir do uso massivo do trabalho escravo. No âmbito jurídico, esta estrutura social particular é recepcionada com a vigência das velhas Ordenações Filipinas e da legislação portuguesa colonial (sobretudo no direito privado). Mas de outro lado, num convívio nada harmônico, percebe-se logo que após a independência um conjunto de ideias novas, provenientes dos lugares em que ocorreram revoluções liberais, tentam colocar o jovem Estado brasileiro entre as nações modernas (o que no âmbito jurídico se pode perceber por exemplo pelas legislações ‘modernizadoras’, como o código criminal de 1830, a ‘lei de terras’ de 1850 e a lei hipotecária de 1864).³⁰

²⁷ FONSECA, 2005, p. 98.

²⁸ FONSECA, Ricardo Marcelo. A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, v. 44, 2006a, p. 62.

²⁹ FONSECA, Ricardo Marcelo. Vias da modernização jurídica brasileira: a cultura jurídica e os perfis dos juristas brasileiros do século XIX. **Revista brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, v. 98, pp. 258-293, 2008, p. 265.

³⁰ FONSECA, 2006b, p. 345. Sobre esse momento de transição na cultura jurídica brasileira são relevantes, ainda, os trabalhos de: FONSECA, Ricardo Marcelo. Tra mimesi e jabuticaba: recezioni e adattamenti della scienza giuridica europea nel Brasile del XIX secolo. In: SORDI, Bernardo; COSTA, Pietro (orgs.). **Storia e diritto**. Milano: Giuffrè, 2013, p. 345-354; STAUT JÚNIOR, 2015; SOUZA, André Peixoto de. **Direito público e modernização jurídica: elementos para compreensão da formação da cultura jurídica brasileira no século XIX**. Tese (Doutorado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010; GUADALINI JÚNIOR, Walter. **Gênese do direito administrado brasileiro: formação, conteúdo e função da ciência do direito administrativo durante a construção do Estado no Brasil Imperial**. Tese (Doutorado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas,

Arno Welhling, corroborando as palavras de Fonseca, descreve um cenário parecido ao falar sobre a conjuntura de contradições sociais e jurídicas no país após a independência. Vejamos:

O processo de independência e organização institucional do país, concluído por volta de 1840 [...] teve como principal traço sociopolítico o controle do poder central pela elite de proprietários rurais reunida em torno do programa político do “partido progressista”.³¹

E, nesse mesmo sentido, continua:

O desenvolvimento da produção cafeeira no vale do Paraíba fluminense, por sua vez, deu ao país possibilidade de recuperar-se economicamente, embora permanecessem os condicionamentos da economia de exportação, em extremo dependente dos mercados consumidores. Permanecia, também, no novo contexto econômico, o trabalho escravo, o que prolongaria a vida da escravidão, agravando as contradições sociais e jurídicas do país. Quanto ao liberalismo político, ideologicamente dominante desde a independência, conviveu em geral com a escravidão como uma situação de fato. O discurso liberal quase sempre apontava para a sua transitoriedade e seu fim inexorável, embora garantisse, através dos preceitos constitucionais que determinavam a cidadania e o sufrágio censitário, a exclusão de escravos e libertos do processo político.³²

O século XIX, portanto, é um momento de transição. Trata-se de “um longo e complexo processo, no qual a ordem jurídica pré-moderna no Brasil se confronta com um projeto jurídico de pretensões modernizadoras, inspirado nos princípios liberais”.³³

E, nesse momento de tensão, das rugas do pré-moderno e dos jogos de poder de uma ambiciosa elite intra-oligárquica, fez-se emergir aquilo que chamaríamos “liberalismo à brasileira”. Era um liberalismo em que a medida e o modo

Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011; DIAS, Rebeca Fernandes. **Criminologia no Brasil: cultura jurídica criminal na primeira república**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017 e OLIVEIRA, Sonia Martins de. **Juristas ao final do império brasileiro (1873-1889): perfis, discursos e modelos a partir do estudo da revista O Direito**. Tese (Doutorado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

³¹ WEHLING, Arno. O escravo ante a lei civil e a lei penal no império (1822-1871). In: WOLKMER, Antonio Carlos (org). **Fundamentos de História do Direito**. 7 ed.. Belo Horizonte: Del Rey, 2012, p. 484.

³² Ibidem, p. 484.

³³ FONSECA, Ricardo Marcelo; SEELAENDER, Ailton Cerqueira Leite. Prefácio. In: FONSECA, Ricardo Marcelo; SEELAENDER, Ailton Cerqueira Leite (orgs.). **História do direito em perspectiva: do antigo regime à modernidade**. Curitiba: Juruá, 2008, p. 9.

de aplicabilidade do preceito liberal dependia dos ajustes necessários às necessidades da elite³⁴.

Em *A Dialética da Colonização*, Alfredo Bosi, resgatando uma das maiores conquistas teóricas do marxismo – a conclusão da relação íntima que as representações de uma sociedade mantêm com a sua realidade efetiva³⁵ –, sustentou que por trás da articulação da ideologia liberal pelas classes dominantes do cenário político brasileiro nos anos da Independência e da consolidação do novo Império, o que prevaleceu foi um ideário de fundo conservador, muito bem articulado, e não contraditório.³⁶

Segundo o historiador, face ao denominador comum ideológico da época – o liberalismo econômico – só restava às elites uma saída para a resolução desse suposto impasse: mostrar que as ideias mestras da doutrina clássica do liberalismo, porque justas, deveriam ser aplicadas levando-se em consideração as peculiaridades nacionais³⁷. Nas palavras de Bosi:

Será o *topos* maior da argumentação de cunho protelatório: dar tempo ao tempo, já que o Brasil não é a Europa, e é preciso respeitar as diferenças. Filtragem ideológica e contemporização, estas seriam as estratégias do nosso liberalismo intra-oligárquico em todo o período em que se construía o Estado nacional.³⁸

³⁴ Nas palavras de Emília Viotti: “O liberalismo brasileiro, no entanto, só pode ser entendido com referência à realidade brasileira. Os liberais brasileiros importaram princípios e fórmulas políticas, mas as ajustaram às suas próprias necessidades”. COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6ª edição. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 132. Ainda, sobre essa temática, descreve a autora que: “Os valores associados ao liberalismo: valorização do trabalho, poupança, apego às formas representativas de governo, supremacia da lei e respeito pelas Cortes de justiça, valorização do indivíduo e da sua autonomia, a crença na universalidade dos direitos do homem e do cidadão, todos esses dogmas típicos do credo liberal tinham dificuldade em se afirmar numa sociedade escravista que desprezava o trabalho manual, cultivava o ócio e a ostentação, favorecia os laços de família, afirmava a dependência, promovia o indivíduo em razão de seus laços de parentesco e amizade em vez de seus méritos e talentos como rezava a Constituição, instituída o arbítrio, fazia da exceção a regra e negava os direitos do homem e do cidadão à maioria da população” (COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6 ed.. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 166).

³⁵ “A ideologia compõe retoricamente (isto é, em registros de persuasão) certas motivações particulares e as dá como se necessidades gerais fossem. Nos seus discursos, o interesse e a vontade exprimem-se, ou traem-se, sob a forma de algum princípio geral e abstrato ou alguma razão de força maior” (BOSI, Alfredo. **A Dialética da Colonização**. 1 ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 194).

³⁶ *Ibidem*, pp. 194-245.

³⁷ *Ibidem*, p. 210.

³⁸ *Ibidem*, p. 211.

Diferentemente do que se tem sugerido às vezes³⁹, esse liberalismo “à brasileira” constituía-se de um modelo de dominação em que, por trás da articulação da ideologia liberal pelas classes dominantes, especialmente na segunda metade do século XIX até meados do XX, o que imperava, de fato, era um ideário de fundo extremamente conservador, que aprofundava, por detrás das máscaras do discurso artificioso liberal⁴⁰, as desigualdades sociais e econômicas.

Não foi à toa, por exemplo, que, segundo Ricardo Fonseca, demorou tanto tempo para que se colocasse em prática a codificação do direito civil brasileiro. Dentre as razões de demora, destacamos a que evidencia que:

um código certamente não era algo adequado à conformação dos interesses econômicos das arcaicas elites econômicas e sociais do império brasileiro. Apesar de formalmente ser o Brasil uma monarquia constitucional, o liberalismo recebido no Brasil [...] sofreu especiais “adaptações” para servir de estofa a uma estrutura sócio-política autoritária e escravista, de modo que os princípios contidos na Carta Constitucional de 1824 poderiam conviver de modo mais ou menos harmônico com a desigual sociedade imperial brasileira.⁴¹

E, no plano jurídico, essa “adaptação às necessidades” de nossa conjuntura também se fizeram presentes, especialmente se considerarmos o panorama extremamente plural do direito brasileiro, que facilitava, justamente por conta de sua

³⁹ Roberto Schwarz, ao tratar da cultura do “favor” e do liberalismo brasileiro do século XIX, confrontando-os, principalmente, com o sistema econômico vigente de escravidão, por exemplo, defende que havia, no Brasil do século XIX, uma incompatibilidade imanente entre os ideais liberais e o universalismo, de um lado, e a escravidão e suas outras derivações, de outro. Em *Ao vencedor as batatas*, por exemplo, o professor afirma que aqui estava montada uma “comédia ideológica diferente da europeia”. É que, segundo Schwarz, na Europa, a ideologia que permeava as noções de igualdade perante a lei, liberdade de trabalho e, de modo geral, o universalismo como um todo, correspondiam às aparências, encobrendo o essencial: a exploração do trabalho. Aqui, todavia, essas mesmas ideias seriam falsas, mas não falsas no sentido ideológico. O sentido da falsidade dessas ideias, para ele, era diverso: era uma falsidade origina. Segundo o teórico literário: “Por sua mera presença, a escravidão indicava a impropriedade das ideias liberais; o que entretanto é menos que orientar-lhes o movimento. Sendo embora a relação produtiva fundamental, a escravidão não era o nexo efetivo da vida ideológica. A chave desta era diversa” (SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5 ed.. São Paulo: Duas Cidades, 2000, p.15).

⁴⁰ De igual modo, em *As ideias estão no lugar*, Maria Sylvia de Carvalho, ao falar sobre o sistema de dominação calcado no princípio da igualdade, afirmou: “As representações igualitárias eram necessárias para sustentar o sistema de dominação e encobrir as disparidades, articulando-se ao postulado das desigualdades individuais de ordem psicológica, intelectual biológica e moral. Com efeito, é necessária a premissa de uma sociedade onde todos são potencialmente iguais, mas desigualmente capacitados para empreender sua conquista, a fim de legitimar os desequilíbrios de condição social e exploração.” (FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *As ideias estão no lugar. Cadernos de Debate*, Campinas, n. 1 História do Brasil, 1976), p. 63.

⁴¹ FONSECA, 2006a, p. 72.

complexidade, a aplicação de normas que mais se encaixassem às especificidades de nossa cultura.

Para compreendermos esse quadro plural, que permite bem a visualização desse momento de transição, é necessário realizarmos um brevíssimo resgate da formação jurídica brasileira desde o período colonial (quando o direito brasileiro equivalia praticamente ao direito português) até o século XIX brasileiro. Pois bem.

Conta-nos António Manuel Hespanha que, no desenvolvimento do conjunto das fontes do direito em Portugal, o surgimento da época moderna é marcado pela Lei de 18 de Agosto de 1769, amplamente difundida sob a alcunha de *Lei da Boa Razão*.⁴²

Absolutamente gravada de significado político, no sentido de se integrar completamente dentro dos ideais centralizadores de Marquês de Pombal, essa lei tem um significado importante para a compreensão do que seria esse período de transição brasileiro.

Partindo das soluções já esboçadas nas Ordenações Filipinas, Pombal vem operar uma total remodelação nas fontes do direito português. E, a despeito dessa remodelação, introduziu novos métodos de interpretação e integração do direito, que deveriam ser realizados em conjunto com os Estatutos Pombalinos da Universidade de Coimbra, conforme os quais a lei deveria ser entendida.⁴³

Tal lei, que era fortemente ancorada no ambiente cultural iluminista e jusnaturalista, tinha como anseio, basicamente, a imposição de novos critérios de interpretação e integração das lacunas da lei. Seu objetivo primordial era precisamente o de reprimir o abuso, até então vulgarizado, de se ancorar nos textos do direito romano e/ou nos textos doutrinários, em detrimento das disposições expressas no direito nacional português. Diante disso, seria proibido o uso, nas decisões judiciais, de textos romanos ou da doutrina quando houvesse disposição em contrário: i) nas Ordenações, ii) nos usos do reino ou iii) nas leis pátrias. Apenas nos casos de lacunas é que se poderia recorrer ao direito romano.⁴⁴ Todavia, nos alerta António Hespanha, não era qualquer norma de direito romano que seria aceita: ela deveria estar de acordo com a “boa razão”, vale dizer, com os princípios do direito

⁴² HESPANHA, António Manuel. **A História do Direito na História Social**. Livros Horizonte: Lisboa, 1978, p. 73.

⁴³ Ibidem, loc. cit..

⁴⁴ FONSECA, 2006a, pp. 63-64.

divino, do direito natural e do direito das gentes.⁴⁵ A *Lei da Boa Razão* ainda determinava que o direito canônico deixaria de ter aplicação subsidiária nos tribunais civis e, além disso, bania a aplicação da *Glosa de Acursio* e dos *comentários de Bártolo*, que eram tomados como fontes subsidiárias pelas ordenações.⁴⁶

Para que se garantisse a aplicação do conteúdo dessa nova Lei, são publicados, em 1772, os novos Estatutos da Universidade de Coimbra. Essa reforma do ensino veio como um complemento às reformas na legislação, eis que colocou como obrigatória a introdução no ensino de ideias jusnaturalistas e do *usus modernus pandectarum*. Ao assim proceder, todavia – e eis aqui a nova lógica introduzida por essa lei –, tornou-se possível a incursão de uma mentalidade diversa aos juristas que, saídos da Universidade, teriam o seu raciocínio já adaptado à compreensão do novo modo de interpretação e integração das lacunas na legislação portuguesa. Essa conjuntura toda teve como efeito mais ou menos imediato a formulação de “assentos doutriniais” nos tribunais superiores portugueses. Esses assentos, por sua vez, caracterizavam-se pela grande preocupação em formular princípios gerais na interpretação e aplicação das leis vigentes, fazendo com que a incidência do *usus modernus* e, portanto, a aplicação da “boa razão”, tivesse uma ampla penetração de cunho renovador na cultura jurídica portuguesa; e, portanto, com as suas muitas especificidades, brasileira.⁴⁷

Esse quadro nos traz a reflexão de que a Lei de Pombal trouxe uma maior complexidade não só ao direito português, mas também ao direito brasileiro.

É que, se por um lado é verdade que as ordenações tiveram a sua vigência mantida no Brasil, atravessando todo o século XIX, por outro é verdade também que a sua aplicação, já no fim do século XVIII, sofreu as influências do pensamento jusnaturalista racional que trouxe novos contornos iluministas ao seu conteúdo.⁴⁸

É na esteira das reformas pombalinas que se situa também o contexto jurídico brasileiro. Uma conjuntura eminentemente plural, em que diversos atos legislativos ocupavam lugares incertos dentro de um sistema com pouquíssima coerência e no qual cabia ao doutrinador a tarefa de seleção, interpretação e difusão do

⁴⁵ HESPANHA, 1978, p. 73.

⁴⁶ FONSECA, 2006a, pp. 63-64.

⁴⁷ Ibidem, loc. cit..

⁴⁸ Ibidem, pp. 63-65.

conhecimento jurídico. Em suma, um direito extremamente complexo. Nas palavras de Samuel Barbosa, sobre o Direito Civil no século XIX em específico:

Direito Civil complexo em razão dos atos legislativos que não formam um sistema coerente; complexo pela mediação de praxistas; complexo pela possibilidade de remissão ao direito codificado e legislado de outros países.⁴⁹

É dentro desse quadro de tensão entre permanências e discontinuidades, entre o novo e o velho, que a cultura jurídica brasileira “vai sendo progressivamente trabalhada, burilada e adaptada às inúmeras particularidades e contradições vividas pelo jovem Estado, de modo a dar contornos não arbitrários e bastante típicos ao direito”.⁵⁰

Um exemplo emblemático dessa tarefa de adaptação da cultura jurídica às peculiaridades do Estado brasileiro nos é fornecido por Ricardo Fonseca.⁵¹ Ao se debruçar sobre a *Consolidação das Leis Cíveis*, de Augusto Teixeira de Freitas, o professor da Universidade Federal do Paraná chegou à conclusão que:

Teixeira de Freitas, ao aparentemente apenas “consolidar” a legislação preexistente, na realidade não modificava apenas a linguagem e o estilo [...], mas aparentemente também atribuía um sentido diferente – subvertia mesmo – aos próprios textos que deveria apenas reunir. Em outros termos: na oportunidade da ‘consolidação’ dos textos vigentes, não apenas transformava a linguagem, mas o modo como selecionava, escrevia e expressava as matérias tinham um forte viés de *reinterpretação* e *recriação*, exatamente nos moldes como os juristas do “ius commune” agiam na sua atividade de “interpretativo”.⁵²

Como já se disse e repetiu, embora o século XIX seja definitivamente marcado enquanto o período de tentativa de operação de mudanças significativas no país rumo à modernização, não se pode perder de vista aquilo que sabiamente José Murilo de Carvalho chamou de “a força da tradição”. Para o autor, inclusive, mesmo após 1870

⁴⁹ BARBOSA, Samuel Rodrigues. Complexidade e meios textuais de difusão e seleção do direito civil brasileiro pré-codificação. In: FONSECA, Ricardo Marcelo e SEELAENDER, Ailton Cerqueira Leite (orgs.). **História do direito em perspectiva: do antigo regime à modernidade**. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2008, p. 365.

⁵⁰ FONSECA, 2006b, p. 345.

⁵¹ FONSECA, Ricardo Marcelo. Teixeira de Freitas: um jurisconsulto “traidor” na modernização jurídica brasileira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, a. 172, n. 452, pp. 341-354, jul./set. 2011b.

⁵² Ibidem, p. 351.

(e até 1914), “a tradição foi suficientemente forte para manter os valores de uma sociedade rural, patriarcal, hierárquica.”.^{53 54}

E esse cenário de transição – de permanências da tradição e de liberalismo de conveniência – também reverberou numa estruturação muito peculiar das regulamentações acerca do mercado de trabalho livre.

Mais adiante, com a finalidade ainda de compreensão do pano de fundo sobre o qual, a partir da República, erigiram-se as regulamentações e o pensamento jurídico relacionados às relações de trabalho livre, a pesquisa teve como objetivo desvelar os contornos de nossos primeiros regimentos sobre a temática.

Antes, no entanto, de adentrarmos essa análise, é necessário deixar assente algumas impressões, ainda iniciais, que levaram, neste expediente, à opção metodológica – que poderá ser percebida no decorrer dos próximos tópicos – pela divisão da matéria que regulamentava as relações de trabalho em: i) *locação de serviços de trabalhador nacional*, ii) *locação de serviços de estrangeiros* e iii) *contratos de trabalho regidos pelo Código do Comércio*. Vamos à discussão.

2.2. Nota metodológica: a centralidade da Consolidação das Leis Civis e da doutrina como fonte interpretativa do direito privado na segunda metade do século XIX

Na tentativa de explicar as mudanças no plano jurídico ocorridas no período anterior à abolição, a bibliografia que esquadrinha a regulamentação das relações de trabalho livre traz, até onde pudemos observar, o estabelecimento de uma linha “evolutiva”⁵⁵ dos atos legislativos relacionados à regulamentação das prestações de trabalho havidos nesse lapso temporal⁵⁶. As conclusões, nessa esteira, geralmente i)

⁵³ CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 107.

⁵⁴ Ibidem, loc. cit.. Ainda, nas palavras de José Murilo de Carvalho: “A modernidade ela mesma assumiu feições que a distinguiam do modelo clássico representado pela experiência anglo-saxônica. Preparou-se no período entre 1870 e 1914 o terreno para a modernização conservadora dos anos 30” (Ibidem, loc. cit.).

⁵⁵ Em que pese algumas pequenas modificações de acordo com os recortes estabelecidos nos trabalhos, essa “linha” geralmente é compreendida pela Lei de Locação de Serviços de 1830, Lei de Locação de Serviços de 1837, Lei Eusébio de Queiroz de 1850, Lei do Ventre Livre de 1871, Lei de Locação de Serviços de 1879, e, finalmente, Lei dos Sexagenários de 1885.

⁵⁶ Notamos essa característica nos trabalhos de: LAMOUNIER, Maria Lucia. **Da escravidão ao trabalho livre**: a lei de locação de serviços de 1879. Campinas: Papirus, 1988; GEBARA, Ademir. **O**

demonstram um “avançar”, da legislação anterior para a legislação posterior, em relação à proteção concedida aos trabalhadores⁵⁷ e ii) estabelecem as suas conclusões, sob o ponto de vista jurídico, tão somente a partir desses mesmos atos legislativos editados no Império.

No tópico anterior, falamos sobre a complexidade existente no plano jurídico e político do longo período de transição que foi o século XIX brasileiro. Um período em que “a teoria das fontes oscilava e, com ela, oscilava o peso da lei, da doutrina e dos usos”.⁵⁸ Um período em que sequer os atos legislativos formavam um sistema coerente. Um período em que as próprias Ordenações, naquilo em que as legislações editadas no período eram silentes, ainda vigiam. Um período em que – e principalmente – cabia ao doutrinador a tarefa de seleção, interpretação e difusão do conhecimento jurídico.

Não nos parece de todo modo confiável, portanto, a extração de conclusões sobre a regulamentação legal da matéria – como geralmente faz a bibliografia tradicional – a partir somente do conteúdo expresso nas leis editadas no período de análise.

Foi nesse sentido, então, com a finalidade de obter um pouco mais de precisão em relação à composição do pano de fundo jurídico das relações do trabalho no período anterior à República, que utilizamos como fonte interpretativa também: i) a Consolidação das Leis Civis, de Augusto Teixeira de Freitas e ii) a doutrina que encontramos presente na Revista *O Direito* sobre a temática. E explicamos a preferência pela utilização dessas fontes.

mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888). São Paulo: Brasiliense, 1986; SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **História do direito do trabalho no Brasil:** curso de direito do trabalho. v. I: pt. II. São Paulo: LTR, 2017a. É importante ressaltar, ainda, que nos chamou muito a atenção o fato de os referidos trabalhos não abordarem as espécies de contrato de trabalho regulamentados pelo Código Comercial de 1850, muito embora esse documento tenha trazido expressamente a regulamentação específica para i) os empregados no comércio, ii) as “gentes do mar” e iii) os “operários das indústrias ou fábricas”. Há apenas na obra de Jorge Souto Maior a menção à locação de serviços comercial para os operários das indústrias ou fábricas; sobre a regulamentação dos contratos “das agentes do mar”, que inclui o trabalho de marinheiros, por exemplo, e dos empregados no comércio, que inclui o de caixeiros, por exemplo, não se dedicou uma linha. Na obra de Ademir Gebara, do mesmo modo, há a menção à regulamentação dos trabalhadores pelo Código Comercial, mas aqui também não há uma preocupação com o estudo desses contratos de trabalho. Nas outras obras não há sequer a menção à existência de uma regulação pelo Código Comercial.

⁵⁷ Não se pode deixar de observar que esses autores – apesar do estabelecimento dessa linha evolutiva – dedicam uma série de críticas às legislações do período, com as quais concordamos. Tais críticas são uníssonas em relação à extrema situação de precariedade com que o trabalhador imigrante e o liberto foram inseridos no mercado de trabalho livre no Brasil.

⁵⁸ FONSECA; SEELAENDER, 2008, p. 9.

A opção de ter na Consolidação das Leis Civis um segundo aporte interpretativo se deu por dois motivos. O primeiro, pois, de acordo com o que pudemos observar, a regulamentação das relações de trabalho, mesmo após o início do século XX, se dava no âmago do direito privado puro. Dessa forma, pareceu-nos que a Consolidação, além do Código Comercial, seria um objeto valioso de interpretação do quadro legislativo em relação à matéria.

Além disso, e mais importante, utilizamo-nos dessa fonte pois nesse período de ausência de sistematicidade a Consolidação das Leis Civis fazia as vezes de “Código”. Estando muito presente na prática do foro, o seu conteúdo não era apenas um ato de doutrina alheio à realidade dos tribunais e às faculdades do Império; era algo que tinha peso e impacto real na atividade judicante.

E foi justamente com o auxílio dessa obra que pudemos ter acesso a uma leitura um pouco diversa acerca das fontes que regulamentavam as relações de trabalho no período anterior à República.

É importante ressaltar, desde logo, que não desconhecemos o fato de que Teixeira de Freitas, ao aparentemente apenas consolidar a legislação preexistente, atribuía a ela muitas vezes um sentido diferente⁵⁹. Isso, todavia, não retira o fato de a obra dele ser central. Ao contrário, a nosso ver, demonstra mais ainda que a sua “consolidação” é obra que deve passar por qualquer análise que tenha por objetivo o estudo das instituições de direito civil na segunda metade do século XIX.

Diferentemente da bibliografia contemporânea que esquadrija a normatização das relações de trabalho livre sobre apenas os atos legislativos ocorridos no Império, a Consolidação das Leis Civis, a partir de uma leitura um pouco mais sistematizada, traz a divisão da matéria em: i) *locação de serviços*⁶⁰ (tratando especificamente da locação de serviços civil de trabalhador nacional) e ii) *locação de serviços estrangeiros*⁶¹ (que traz a regulamentação civil do trabalho do estrangeiro). Utilizamos, assim, essa mesmíssima segmentação em nosso trabalho. Além disso, também dedicamos um terceiro tópico aos iii) *contratos de trabalho regidos pelo Código do Comércio*, pois o próprio Teixeira de Freitas, na sua consolidação, nos fez

⁵⁹ Nesse sentido ver: FONSECA, 2011b.

⁶⁰ Arts. 679 a 695 da Consolidação das Leis Civis (FREITAS, Augusto Teixeira de. **Consolidação das leis civis** (publicação autorizada pelo governo, terceira edição mais aumentada. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1876). v. I. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003).

⁶¹ Arts. 696 a 741 da Consolidação das Leis Civis (Ibidem, loc. cit.).

enxergar que os contratos de trabalho no âmbito das atividades do comércio eram regulamentados especificamente pelo Código do Comércio⁶².

Utilizamos, para nossa análise, a 3ª edição da Obra, de 1876⁶³ – a última efetivamente escrita por Teixeira de Freitas –, e a 5ª edição, de 1915⁶⁴, que fora anotada por Martinho Garcez⁶⁵. Houve também uma 4ª edição, em 1896, mas nessa não há nenhuma alteração ou comentário novo, trata-se apenas de cópia da 3ª edição, motivo pelo qual não a utilizamos. A 5ª edição, essa sim, é aumentada com as legislações publicadas até 1913.

Tal conduta fez-se necessária, pois, de acordo com explicação mais pormenorizada que faremos adiante, três anos após a morte do jurista, houve a publicação, em 1879, de uma nova Lei de Locação de Serviços. Desse modo, pareceu-nos importante o procedimento para poder compreender, sem lacunas e de modo mais geral, a regulamentação das relações de trabalho antes da República.

Privilegiou-se, também, para o estabelecimento do pano de fundo jurídico em relação à temática da locação de serviços e dos contratos estabelecidos no âmbito mercantil antes da República, a utilização de algumas doutrinas encontradas na Revista *O Direito*. E essa opção não foi irrefletida.

Como já dissemos, também a “doutrina” – o resultado invariável da percepção do jurista acerca das matérias relacionadas à aplicação das condutas humanas no campo jurídico⁶⁶ – no século XIX brasileiro (e também no início do XX), não era apenas informativa, mas constituía uma das principais fontes do direito; assim como o eram, entre outros, a legislação, a jurisprudência e as formulações dos bacharéis nas suas ações práticas nos tribunais e em instâncias jurídicas.

E é certo, por isso, que os livros, compêndios e, principalmente, as revistas jurídicas exerceram papel de destaque dentro do direito brasileiro⁶⁷.

⁶² Segundo Teixeira de Freitas: "Sobre estes contractos o Cod. do Com. Arts. 231 e seguintes supprio o silencio da nossa legislação civil." (FREITAS, 1876, 2003, p. 446).

⁶³ Ibidem, loc. cit..

⁶⁴ FREITAS, Augusto Teixeira de. **Consolidação das leis civis** (publicação autorizada pelo governo; anotada por Martinho Garcez; muito augmentada com as leis, decretos e avisos publicados até 1913). v. I. 5 ed.. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1915.

⁶⁵ Martinho Garcez era: "membro do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros; lente de direito civil na Faculdade de Direito Teixeira de Freitas, do Rio de Janeiro" (Ibidem, p. X).

⁶⁶ SOUZA, 2010, p. 56.

⁶⁷ DIAS PAES, Mariana Armond. **Sujeitos da história, sujeitos de direitos**: personalidade jurídica no Brasil escravista (1860-1888). Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p. 31.

Paolo Grossi, na introdução do volume dedicado especificamente ao estudo das revistas jurídicas italianas entre 1865 a 1945⁶⁸, asseverou sobre a importância da “revista jurídica” enquanto fonte de apreensão dos contornos da cultura jurídica de determinados territórios. Nas palavras do professor florentino:

[...] como manifestação intensamente proveitosa do jogo de forças e do debate circulante em uma área disciplinar, a Revista é tema e problema investigativo, desde há muito, com atenção e abundância de pesquisas em vários territórios culturais; se pode também constatar, todavia, que tem sido praticamente ignorada pelos juristas. No entanto, estamos convencidos que, tanto ontem como hoje, ontem – sem dúvida – mais que hoje, isto constituiu um dos temas mais expressivos da cultura jurídica, que encontrou na publicística periódica a oficina adequada para traçar desenhos programáticos e, ao mesmo tempo, tentar alcançá-los. Também nessa circunstância os juristas revelam ser o que muito frequentemente são: personagens distraídos e péssimos administradores de seu patrimônio cultural; péssimos administradores, sobretudo, da entidade e relevância de sua herança cultural.⁶⁹

Como se vê, para Grossi, infelizmente o estudo a partir dos periódicos jurídicos tem sido ignorado pelos juristas, desconhecedores que são da potencialidade desse objeto de análise. Potência essa que poderia ser apreendida, segundo o historiador do direito, eis que o periódico jurídico:

[...] mostra claramente os traços de uma inserção no amplo debate cultural, revela sensibilidade de disponibilidade no “alargamento” do discurso da baixa corte dos dispositivos técnicos ao espaço mais amplo dos problemas puramente teóricos, às construções sistemáticas, à idealidade ideológica de opções filosóficas que circulam na encruzilhada entre os dois séculos [XIX e XX]. É uma selva esquecida de minúsculos “temas” e pequenos “foros” locais, todos esquecidos sim, mas talvez não tudo esquecível; um terreno, de fato, que só por uma escapulida observamos, mas que finalmente mereceria a atenção orgânica do historiador. Como em certos sótãos esquecidos, acreditamos que não faltarão “surpresas” gratificantes.⁷⁰

⁶⁸ GROSSI, Paolo. Pagina Introduttiva. **Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**: Riviste giuridiche italiane (1865-1945), Florença, v. XVI, pp. 1-5, 1987, p. 1.

⁶⁹ Tradução livre de: “[...] come manifestazione intensamente speculare del gioco di forze e del dibattito circolante in un’area disciplinare, la Rivista è tema e problema investigativo da tempo con attenzione e dovizia d’indagini in parecchi territori culturali; si può anche constatare tuttavia che è stato pressoché ignorato dai giuristi. Eppure, siamo convinti che, ieri come oggi, ieri – senza dubbio – più che oggi, questo costituisca uno dei temi più espressivi della cultura giuridica, che ha trovato nella publicistica periodica l’officina adeguata per tracciare disegni programmatici e cimentarsi, nello stesso tempo, a realizzarli. Anche in questa circostanza i giuristi rivelano d’essere quel che troppo spesso sono: dei personaggi distratti e dei pessimi amministratori del loro patrimonio culturale; pessimi amministratori soprattutto perché ignorante della entità e rilevanza di quel patrimonio.” (Idem).

⁷⁰ Tradução livre de: “[...] mostra chiare le tracce di un inserimento nel dibattito culturale a largo raggio, rivela sensibilità e disponibilità nello ‘elargimento’ del discorso dalla bassa corte degli accorgimenti tecnici al più ampio spazio dei problemi squisitamente teoretici, alle costruzioni sistematiche, alle idealità ideologiche opzioni filosofiche che circolano nell’affollato quadrivio fra i due secoli [Ottocento e Novecento] È una selva dimenticata di minuscole ‘Temi’ e piccoli ‘Fori’ locali, dimenticati sì tutti ma forse non tutti

Se considerarmos, ainda, especificamente o complexo cenário brasileiro de transição que vai do século XIX ao Código Civil de 1916, a importância do estudo do periodismo jurídico emerge com destaque.

Face ao panorama de ausência de sistematicidade no plano jurídico, acompanhado pelas incertezas teóricas no plano do pensamento, o periódico se mostrava importante meio de difusão das soluções para os problemas decorrentes das fissuras entre o novo e velho.

Nesse sentido, Sônia Regina Martins de Oliveira sustentou que:

A liberdade proporcionada pelo meio periódico e a necessidade de soluções eficazes para os problemas teóricos enfrentados pelos operadores do direito são razões para a disseminação das revistas no século XIX. Elas supriam – e se propunham a suprir – carências de acesso à legislação atualizada e a bibliografia. Assim, o que a revista como fonte é capaz de oferecer é o debate público e as relações de reconhecimento mútuo entre os juristas.⁷¹

Nessa mesma esteira, Armando Soares de Castro Formiga, em livro intitulado *Periodismo jurídico no Brasil do Século XIX*⁷², chamou a atenção para o afloramento desse tipo de fonte do direito após a independência brasileira⁷³. Para o autor, neste terreno fértil que é o século XIX, as revistas jurídicas assumiram o papel de:

dimenticabili; um terreno, anzi, che qui solo di sfuggita abbiamo osservato m ache meriterebbe finalmente l'attenzione organica dello storico. Come per certe dimenticate soffitte, crediamo che non mancherebbero 'sorprese' gratificanti" (GROSSI, 1987, p. 4).

⁷¹ OLIVEIRA, 2015, p. 64.

⁷² FORMIGA, Armando Soares de Castro. **Periodismo jurídico no Brasil do Século XIX**. Curitiba: Juruá, 2010.

⁷³ "Desde o início do século XIX, e devido à grande extensão territorial, observamos o surgimento de inúmeros periódicos dedicados exclusivamente à publicação da legislação e dos atos administrativos, tanto de caráter oficial (editado pelo Governo), com também de cariz oficioso. O próprio príncipe regente João, ao transferir a família real para terras brasileiras (1808), providenciou a imediata criação da Gazeta do Rio de Janeiro, primeiro jornal publicado no Brasil, voltado à publicidade legislativa. O periódico circulava duas vezes por semana, sob o comando do frei Tibúrcio da Rocha (substituído depois pelo brigadeiro Araújo Guimarães) e do cônego Vieira Goulart. Foi editado até 1822, quando mudou sua denominação para Gazeta do Rio. As províncias imperiais, assim como algumas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, atrelaram-se a esta tradição, publicando este tipo de jornal, notadamente, a partir da Independência anunciada em 1822. Ao folhearmos estes impressos, também nos deparamos com atos processuais de cunho jurídico, porém sem ocupar muito espaço. São comunicados dos Tribunais, algumas decisões importantes dos juizes, editais, atos judiciais, etc. Os títulos publicados nas duas décadas seguintes ao número inaugural da Gazeta dos Tribunaes, do ponto de vista editorial, apresentavam o conteúdo típico encontrado nas gazetas. Respeitáveis revistas de caráter doutrinal somente apareceriam nos idos de 1862, com o lançamento dos primeiros números da Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, órgão oficial do IAB, e da Revista Jurídica, propriedade de José da Silva Costa e José Carlos Rodrigues. A partir do Baixo Segundo Reinado, outras importantes publicações cada vez mais completas - pois além da doutrina, comentava decisões jurisprudenciais e inseria atos legislativos relevantes - saíram do prelo, a exemplo da Gazeta Jurídica (1873) e da revista O Direito (1873)." (FORMIGA, 2010, pp. 50-51).

[...] laboratório perfeito para experimentar projetos e ideias, testar fórmulas doutrinárias, polemizar fatos e, principalmente, revelar novos atores; personagens heterogêneos da nascente classe dos intelectuais brasileiros, integrada por magistrados, advogados, servidores da justiça, lentes e acadêmicos políticos, escritores e até poetas. O abundante campo de trabalho estava pronto a despertar. Das páginas dos periódicos jurídicos oitocentistas, observamos o importante papel coadjuvante exercido pelo movimento no medrar da cultura jurídica no Brasil.⁷⁴

É justamente por compreendermos a importância, dentro do contexto jurídico brasileiro de transição durante o século XIX, da análise do periódico jurídico enquanto fonte absolutamente profícua para o desvelar da cultura jurídica brasileira, que optamos pelo exame da doutrina produzida pelos juristas em relação à locação de serviços e aos contratos de trabalho regidos pelo Código do Comércio presentes na revista *O Direito*.

A opção pela utilização de *O Direito* se deu, pois, segundo Haroldo Valladão, essa foi a revista jurídica mais relevante do século XIX.⁷⁵

Inúmeras teses e dissertações acadêmicas, pela importância ocupada pela revista, também se utilizaram do citado periódico. Mencionam-se, a exemplo, os excelentes trabalhos de Sérgio Said Staut Júnior⁷⁶, Sonia Regina Martins de Oliveira⁷⁷ e Breezy Miyazato Vizeu⁷⁸.

É importante deixar claro, todavia, que neste primeiro capítulo apenas de delimitação do pano de fundo sobre a matéria que regulava às relações de trabalho antes da República não nos detivemos à realização de uma pesquisa minudenciada em relação à produção doutrinária que existia sobre a temática (como fizemos, de outro lado, para a escrita do terceiro capítulo). Neste primeiro momento, utilizamos apenas as doutrinas publicadas n' *O Direito* que foram recomendadas pelo próprio Teixeira de Freitas na sua consolidação.

Valemo-nos, ainda, para a interpretação das formulações acerca da temática dos contratos de trabalho no âmbito comercial, das contribuições do comercialista

⁷⁴ Ibidem, p. 23.

⁷⁵ VALLADÃO, Haroldo. **História do direito especialmente do direito brasileiro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1973, p. 88. Apud STAUT JÚNIOR, 2015, p. 21.

⁷⁶ STAUT JÚNIOR, 2009.

⁷⁷ OLIVEIRA, 2015.

⁷⁸ FERREIRA, Breezy Miyazato Vizeu. **O direito matrimonial na segunda metade do século XIX: uma análise histórico-jurídica**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

José Xavier Carvalho de Mendonça, em monografia de 1906⁷⁹. Ressaltamos, todavia, que, embora o referido trabalho tenha sido publicado depois do início da República, não entendemos prejudicial a sua utilização, pois, como demonstraremos mais detidamente adiante, não houve no plano legislativo nenhuma alteração em relação à matéria desde a publicação do Código Comercial até a data de confecção da obra.

Assentadas essas premissas metodológicas, passemos, agora, ao estabelecimento do pano de fundo jurídico em relação à temática da regulamentação das relações de trabalho “livre”.

2.3. Locação de serviços civil de trabalhador nacional

No plano legislativo, os atos normativos que foram editados durante o período imperial com a finalidade de regular – na perspectiva civil, e não comercial – o trabalho livre do elemento nacional foram as Leis de Locação de Serviços de 1830 e de 1879⁸⁰.

A lei de 13 de setembro de 1830⁸¹ foi a primeira lei editada no Brasil com a finalidade de regulamentar as relações de trabalho estabelecidas por intermédio de contrato – ou seja, na perspectiva do trabalho livre – do nacional e do estrangeiro.⁸²

Tendo sido aprovada menos de quatro anos após o início das atividades regulares da Câmara dos Deputados e do Senado, em um período de eminente esforço de organização institucional do país, a lei de 1830, é importante ressaltar, não

⁷⁹ CARVALHO DE MENDONÇA, José Xavier. Dos prepostos das casas comerciais ou dos empregados no commercio. O negocio mercantil em relação ao seu pessoal. **O Direito**: revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência, Rio de Janeiro, M Orosco & C., a. XXXIV, v. 99, pp. 5-60, jan./abr. 1906.

⁸⁰ Também poderíamos, eventualmente, falar em Lei do Ventre Livre e Lei dos Sexagenários. Optamos, todavia, não abordar estas leis neste trabalho, pois elas possuem em seu conteúdo e estabelecimento de um projeto de encaminhamento de extinção da escravidão, na perspectiva de preservação dos laços de dependência vigentes, e não tanto de uma regulamentação das formas com que se estabeleceriam os contratos de trabalho entre as partes. Para uma análise muito mais aprofundada e metodologicamente mais coerente dessas leis indica-se: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre as mãos e os anéis**: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. Para uma visão diferente, que interpreta a Lei do Ventre Livre como exemplo de lei cujas disposições foram arrancadas pelos escravos às classes proprietárias ver: CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

⁸¹ BRASIL. Lei de 13 de setembro de 1830. In: BRASIL. **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1830**. v. 1. pt. 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37984-13-setembro-1830-565648-publicacaooriginal-89398-pl.html>; Acesso em 07 out. 2017.

⁸² LAMOUNIER, 1988, p. 20.

deve ser considerada apenas mais uma das medidas administrativas do Império.⁸³ Segundo Lamounier, apesar da simplicidade de seus dispositivos, tal ato normativo já dizia respeito a uma tentativa de organização das relações de trabalho livre.⁸⁴ Não deve passar despercebido, aliás, que a sua aprovação pela Assembleia se deu poucos meses depois da tentativa de extinção do tráfico de escravos, ocorrida no mesmo ano.⁸⁵

Tinha por objetivo o ato normativo, sobretudo, reger as relações de parceria e prestação de serviços em geral na perspectiva do trabalho livre, tratando indistintamente do trabalho por empreitada ou por tempo indeterminado.⁸⁶ Dito em outras palavras, regulava a lei as situações que envolviam um locatário⁸⁷ e um locador⁸⁸, fosse ele nacional ou estrangeiro, que se obrigava ou a prestar serviço por tempo determinado ou a executar uma tarefa específica (por quanto tempo durasse a tarefa).⁸⁹

Todavia, embora a lei de 1830 tivesse como objetivo (ao menos formal) também a regulamentação dos contratos estabelecidos com trabalhadores nacionais, o que ocorreu, na prática, é que ela, segundo Teixeira de Freitas, se aplicou – ainda que com pouquíssima eficácia – exclusivamente ao trabalhador imigrante⁹⁰. De acordo com o jurista:

⁸³ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Leis para "os que se irão buscar": imigrantes e relações de trabalho no século XIX brasileiro. **História: questões & debates**, Curitiba, v. 56, n. 1, pp. 63-85, jan./jun. 2012, p. 64.

⁸⁴ LAMOUNIER, Op. cit., p. 61.

⁸⁵ Ibidem, p. 20. Sobre a confluência da aprovação da Lei de 1830 com a tentativa de extinção de tráfico de escravos, importante também o trabalho de Emília Viotti. Segundo a autora, em 1826, a Inglaterra arrancou do Brasil um tratado em que, além de outras concessões, o governo brasileiro assumia o compromisso de proibir de uma vez por todas o tráfico dentro do prazo de três anos. Tendo as negociações a respeito das cláusulas contratuais se prolongado até 1827, foi em 1830 que o comércio negreiro passou a ser considerado pirataria. (COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 5 ed.. São Paulo: Editora UNESP, 2010, pp. 73-74).

⁸⁶ SOUTO MAIOR, 2017a, p. 86.

⁸⁷ Aquele que angariava para si o serviço do locador.

⁸⁸ Aquele que se obrigava a prestar o serviço ao locatário.

⁸⁹ "Art. 1º O contracto por escripto, pelo qual um Brasileiro, ou estrangeiro dentro ou fora do Império, se obrigar a prestar serviços por tempo determinado, ou por empreitada, havendo adiantamento no todo, ou em parte, da quantia contractada, será mantido pela fórma seguinte" (BRASIL, Lei de 13 de setembro de 1830).

⁹⁰ É importante frisar que esta lei, mesmo em relação aos trabalhadores imigrantes, foi instituída em um contexto de extrema restrição à sua aplicabilidade. Observa muito bem Joseli Mendonça que as relações de trabalho, nesta época, não se estabeleciam, em sua maioria, por meio de contratos escritos e formalizados. Se, por um lado, a predominância maciça da escravidão fazia praticamente letra morta da lei de 1830, por outro, sequer os trabalhadores pobres livres imigrantes tinham interesse na pactuação conforme os ditames da legislação ora abordada. É que, por exemplo, essa lei, dentre outras disposições, estabelecia que o trabalhador que descumprisse alguma cláusula contratual poderia ser preso. E também para aqueles que contratavam a mão de obra, os acordos informais poderiam ser mais vantajosos do que os contratos formais, eis que a informalidade permitia a realização de ajustes

Ainda que na [Lei] de 1830 Art. 1º se diga—*um Brasileiro ou Estrangeiro*—, vê-se pelo contexto, que só regulou-se a locação de serviços de estrangeiros no interesse da colonização; do mesmo modo que na de 1837, onde a matéria foi melhor considerada. Em uma, e outra, affectou-se ao Juízo de Paz o privativo conhecimento sobre taes locações; e tanto cessou a primeira, que o Regul. n. 143 de 15 de Março de 1842 Art. 1º, descrevendo os casos de jurisdição civil dos Juizes de Paz, só menciona no § 4º a Lei de 1837.⁹¹

É por esse motivo, inclusive, que Teixeira de Freitas, em sua consolidação, sistematiza a matéria relativa à locação de serviços civis em: i) *Da locação de serviços* (que faz referência ao trabalhador nacional) e ii) *Da locação de serviços estrangeiros*⁹².

Para o juriconsulto – e essa constatação é muito importante, pois vai à contramão de toda a literatura contemporânea consultada sobre a temática –, o trabalhador nacional não albergado nas hipóteses de locação mercantil (que, como se verá adiante, era regulamentada pelo Código do Comércio de 1850) não era tutelado juridicamente pela “moderna”⁹³ lei de locação de serviços, mas pelas arcaicas – porém nada obsoletas para o trato destes trabalhadores – Ordenações. E para assim concluir, basta observarmos que absolutamente todos os dispositivos do referido documento sobre os trabalhadores nacionais fazem alusão às disposições do reino, e não à lei de 1830.

Colaciona-se, para ilustrar, toda a sequência de “notas de rodapé”⁹⁴ sobre a locação de serviços de trabalhadores nacionais, em que é possível perceber que o substrato das referidas normas consolidadas são as Ordenações do Reino, e não a Lei de 1830. Vejamos:

(2) Ord. L. 4º T. 29 princ., e T. 31 § 9º.

de acordo com as necessidades do cotidiano. Dessa forma, portanto, naquele momento os pactos celebrados para a utilização de mão de obra livre tinham a maior propensão para a verbalidade. Havia uma certa repulsa aos acordos de trabalho formais. (MENDONÇA, 2012, pp. 64-65).

⁹¹ FREITAS, 1876, 2003, p. 450.

⁹² Essa sistematização, notou-se, seguiu sem alterações até a última edição da Consolidação das Leis Civis (5ª edição, de 1915, comentada por Martinho Garcez) antes do Código Civil de 1916.

⁹³ Fala-se em “moderna” apenas pelo fato de essa legislação ser pensada na perspectiva do contrato de trabalho “livre”. Como veremos no tópico referente à locação de serviços estrangeiros, seus dispositivos traziam os pés muito bem fincados na mentalidade escravista da época.

⁹⁴ O primeiro artigo da sessão sobre a locação de serviços fala sobre o contrato de locação mercantil. Por isso, a primeira nota de rodapé, de número (1), não cita somente as Ordenações, mas também o Código do Comércio. Por essa razão, não se colacionou no corpo do texto acima o transcrito na primeira nota de rodapé. O seu conteúdo, o seguinte: “(1) Ord. L. 4º T. 13 § 8º, por exceção da regra do Art. 359. Os contractos de empreitada nao págão sello proporcional— Regul. de 10 de Julho de 1850 Art. 9º § 4º. Sobre estes contractos o Cod. do Com. Arts. 231 e seguintes supprio o silencio da nossa legislação civil” (FREITAS, 1876, 2003, p. 446).

- (3) Ord. L. 4º T. 29 princ. A Ord. L. 4º T. 30, e a do T. 31, sobra as taxas das soldadas, além de não convirem ao tempo actual, dizem respeito á antigos costumes de Portugal.
- (4) Ord. L. 4º T. 35 princ.
- (5) Cit. Ord. L. 4º T. 35 princ.
- (6) Cit. Ord. L. 4º T. 35 § 1º. Não existe tal processo em nosso Fôro.
- (7) Ord. L. 4º T. 34.
- (8) Cit. Ord. L. 4º T. 34.
- (9) Cit. Ord. L. 4º T. 34.
- (10) Ord. L. 1º T. 88 §17.
- (11) Cit. Ord. L. 1º T. 88 § 17.
- (12) Cit. Ord. L. 1º T. 88 § 17.⁹⁵

Corroborando nossa assertiva, no mesmíssimo sentido de Teixeira de Freitas, Joaquim Ribas, ao falar sobre a Lei de Locação de Serviços de 1830 em artigo d’O *Direito*, afirmou o seguinte:

Grave erro é pensar-se que a lei posterior [A Lei de 1830] revoga sempre a anterior [as Ordenações]. Com efeito; essa revogação só tem lugar quando vem nominativamente decretada na nova lei; ou quando alguma disposição d’esta ou todas se achão em contradição com as da anterior. Em todos os outros casos se deve sempre procurar harmonizar as disposições da nova, com as da antiga lei.⁹⁶

Como se vê, as Ordenações não foram revogadas. Aliás, aos nacionais, como disse Teixeira de Freitas, elas eram as únicas disposições efetivamente aplicadas ainda em 1876!⁹⁷

Da leitura da consolidação, não pode passar despercebido por nós, também, o fato de que, mesmo no final do século XIX, a nomenclatura empregada às partes de uma locação de serviços civil de trabalhador nacional era: “amo” e “criado” – a mesma nomenclatura das Ordenações.

Aliás, até a promulgação do Código Civil em 1916⁹⁸ – e apesar da existência, no plano legal, de uma terminologia notadamente moderna desde 1830 para a designação daqueles que pactuam um contrato de locação de serviços, qual seja, *locatário* e *locador* –, a Consolidação das Leis Civis trouxe consubstanciado em

⁹⁵ Ibidem, p. 448.

⁹⁶ RIBAS, Antonio Joaquim. Em que a locação de serviços mercantil se distingue da civil? Por que leis se rege a locação de serviços civil? **O Direito**: revista de legislação, doutrina e jurisprudência, Rio de Janeiro, Typographia Theatral e Commercial, a. 1, v. 1, 1873.

⁹⁷ Lembremos que este é o ano da 3ª edição da Consolidação das Leis Civis (a última efetivamente escrita por Teixeira de Freitas).

⁹⁸ De acordo com consulta realizada na 5ª edição da Consolidação das Leis Civis, notamos que, em relação à nomenclatura das partes que constituem um contrato de locação de serviços de trabalhador nacional, não houve nenhuma alteração. Ver: FREITAS, 1915, pp. 383-386.

absolutamente todos os substantivos que eram designados às partes desse tipo de relação o peso de uma longa tradição escravista.

Para proporcionar ao leitor uma precisa apreensão do conteúdo desses dispositivos, colacionamos alguns.

CAPITULO VIII

Da locação de serviços

Art. 680. Havendo contracto expresso entre **amos** e **criados**, guardar-se-ha o convencionado (2).

Art. 681. Não o-havendo, a soldada será regulada segundo o costume do lugar, tempo do serviço; e a qualidade delle, e do **criado** (3).

Art. 682. O **amo** póde descontar na soldada o valôr do damno, que o **criado** lhe-causar (4).

[...]

Art. 688. Se o **criado** fôr menor, e fugir por culpa do **amo** em razão de o **maltratar**, não será obrigado á servir o tempo convencionado, e terá direito á soldada vencida (10).

Art. 689. Se **fugir** por sua própria culpa, será compellido á cumprir o contracto, e á servir mais outro tanto tempo, quanto o que andou fugido. Não excedendo de seis mezes esta pena (11).

Art. 690. Mas o **amo** não tem obrigação de aceitar-o um mez depois de **fugido**, e só pagar-lhe-ha o tempo do serviço (12).

[...]

Art. 692. Não excedendo de 30\$000 rs. a soldada em demanda, basta para absolvição do **amo** seu juramento á respeito da paga; uma vêz que em substancia deponhão alguns dos outros familiares, que a-virão fazer (14).

[...] ⁹⁹ (grifou-se)

A partir do produto da percepção de Teixeira de Freitas em relação às matérias que seriam efetivamente aplicadas ao trabalhador nacional, fica muito evidente a mentalidade da época em relação a esse gênero de obreiros. E algumas dessas disposições não podem deixar de ser comentadas por nós.

Vê-se que, se o criado cometesse algum dano no trabalho, o amo poderia descontar-lhe a referida parcela. Assim, os prejuízos oriundos da relação de trabalho eram exclusividade do criado (art. 682).

Sobressai, ademais, o fato de ser absolutamente normal que o criado menor de idade – apesar de trabalhador “livre” – sofresse maus tratos. Depreende-se que a referida conduta era demasiadamente famigerada, eis que, apesar dos poucos artigos acerca da locação de serviços civil de nacional, Teixeira de Freitas considerou essa situação relevante ao ponto de normatiza-la em suas legislações aglutinadas (art. 688).

⁹⁹ FREITAS, 1876, 2003, p. 447.

Vê-se, também, que a tutela aos trabalhadores nacionais era muito parca; quase inexistente. Se o criado, por exemplo, propusesse uma demanda (o que certamente acontecia com pouquíssima frequência) bastava para absolvição do senhor – desde que o valor da soldada não ultrapassasse 30\$000 rs. – seu juramento à respeito do cumprimento da dívida (art. 692).

Na introdução de nosso trabalho falamos sobre os significados muito diversos da liberdade do contrato. Alertamos, naquelas breves linhas, para o conteúdo absolutamente falacioso da crença (presentista e retrospectiva) na existência de uma separação radical entre trabalho livre, de um lado, e trabalho escravo, de outro. Essa separação, sobretudo no século XIX (e também no início do século XX, como veremos mais detalhadamente adiante), não existia.

Embora esse chamado período de transição seja permeado por uma vontade de modernização, o que se vê cristalinamente da leitura que nos é ofertada por Teixeira de Freitas é que, em verdade, a mentalidade que atravessava essas relações – especialmente as relações que envolviam os trabalhadores nacionais na perspectiva civil – tinha os pés muitíssimo bem fincados no pré-moderno.

E o questionamento que emerge de todas essas constatações é: quem eram, afinal, esses trabalhadores nacionais? E por que razão será que, para eles, o que vigorava, efetivamente, eram as Ordenações, e não as leis de locação de serviços?

Na reconstrução do cenário que pudesse nos auxiliar na reflexão sobre quais seriam os fatores que estariam por trás desse tratamento “desigual” entre um “gênero” e outro de trabalhadores, inevitável foi recordarmos, mais uma vez, dos matizes tão peculiares das vias de nossa modernização.

Em *Homens Livres na Ordem Escravocrata*¹⁰⁰, Maria Silvia de Carvalho nos conta que o regime escravo se adequou perfeitamente às necessidades da produção do açúcar. Segundo a autora, a escravidão conseguia suprir a mobilização de mão-de-obra necessária e o fornecimento de eventuais contingentes necessários ao desenvolvimento da produção.¹⁰¹ Ocorre que, nos latifúndios aqui situados, definiu-se uma situação contraditória:

¹⁰⁰ FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4 ed.. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

¹⁰¹ “Ao regime escravo deve-se, em grande parte, a possibilidade de mudança rápida da escala em que o açúcar era produzido. Foram avanços técnicos que impulsionaram inicialmente a expansão desse ramo. Contudo, os processos básicos de fabricação do açúcar estabilizaram-se durante alguns séculos e o aumento do produto obtido dependeu, assim, de incrementar a exploração dos meios de produção em termos absolutos: estender as plantações e obter maior volume de matéria-prima para alimentar os

formou-se um agregado de homens engajados precipuamente numa produção mercantil e especializada, que estavam, ao mesmo tempo, isolados e obrigados a suprirem-se por seus próprios recursos. Assim, com a organização do trabalho que foi possível e adequada para a obtenção de mercadorias, limitava-se, *ipso facto*, a escala de sua produção. Portanto, como decorrência das próprias condições em que se desenvolveu a grande propriedade fundiária no Brasil, houve que conciliar, dentro dela, dois princípios reguladores da atividade econômica que são essencialmente opostos: produção direta de meios de vida e produção de mercadorias.¹⁰²

Dessa situação, emergem os contornos do sistema econômico colonial: ao se desenvolver em estreita ligação com o mundo europeu, que se orientava para a utilização do trabalho livre, formou-se lentamente a contradição entre produção direta dos meios de vida e a produção para o mercado, contida no latifúndio. A partir desse contexto, conclui-se que uma das mais relevantes consequências da escravidão foi que o sistema mercantil se expandiu de modo dependente de uma fonte externa de suprimento de trabalho. Nas palavras de Sylvia de Carvalho – e aqui está uma constatação de suma importância para o nosso trabalho:

Esta situação deu origem a uma forma *sui generis* de homens livres e expropriados, que não foram integrados à produção mercantil. A constituição desse tipo humano prende-se à forma como se organizou a ocupação do solo, concedido em grandes extensões e visando culturas onerosas. Dada a amplitude das áreas apropriadas e os limites impostos à sua exploração pelo próprio custo das plantações, decorreu uma grande ociosidade das áreas incorporadas aos patrimônios privados, podendo, sem prejuízo econômico, ser cedidas para uso de outro. Esta situação – a propriedade de grandes extensões ocupadas por escravos – possibilitou e consolidou a existência de homens destituídos da propriedade dos meios de produção, mas não de sua posse, e que não foram plenamente submetidos às pressões econômicas decorrentes dessa condição, dado que o peso da produção, significativa para o sistema como um todo, não recaiu sobre seus ombros.¹⁰³

Sylvia de Carvalho aponta ainda que a existência quase dispensável desses homens livres e pobres levou-os a conceber a sua própria situação como algo imutável, sem a possibilidade de ascensão social, na medida em que as suas

engenhos, ampliar a capacidade destes e multiplica-los e, juntamente com tudo isto, acrescentar a mão-de-obra. Torna-se claro, portanto, que a exploração do açúcar fazia crescer continuamente a procura de braços e vê-se, também, como a escravidão se adequava a essa exigência: ela representava a possibilidade de mobilizar mão-de-obra e fornecer os contingentes adicionais necessários.” (Ibidem, p. 10).

¹⁰² Ibidem, p. 11.

¹⁰³ FRANCO, 1997, p. 18.

necessidades mais elementares dependeram sempre do bel prazer dos seus superiores. Por essas razões, segundo a autora:

Em sua vida de favor, a dominação foi experimentada como uma graça e ele próprio reafirmou, ininterruptamente, a cadeia de lealdades que o prendia aos mais poderosos. Desprovida de marcas exteriores, sua sujeição foi suportada como benefício recebido com gratidão e como autoridade voluntariamente aceita, fechando-se a possibilidade de ele nem sequer perceber o contexto de domínio a que esteve circunscrito.¹⁰⁴

Acreditamos, pela descrição feita por Sylvia de Carvalho, que sejam estes os homens, junto aos libertos, os personagens para os quais as Ordenações eram aplicadas.

A partir da identificação desse conjunto de homens pobres constituído por libertos (em cuja cor o signo da escravidão poderia ser verificado) e homens livres nacionais (donde o peso da dominação emergia da chamada “cadeia de lealdades”) se extrai com facilidade as razões pelas quais, segundo Teixeira de Freitas, esses obreiros, diferentemente dos trabalhadores estrangeiros, foram por todo o século XIX considerados “criados”.

Voltando à discussão acerca das normas jurídicas que seriam efetivamente aplicadas aos trabalhadores nacionais, não podemos deixar de justificar detidamente também o motivo pelo qual não abordamos, nesse tópico, os aspectos da Lei de Locação de Serviços de 1879.

Dissemos no início desse tópico que a bibliografia geralmente atribui à Lei de Locação de Serviços de 1879 a regulamentação dos trabalhadores nacionais na virada do século. E esse é outro mito que precisa ser desconstruído.

Aqui, assim como em relação à Lei de 1830, a finalidade não foi a regulamentação do trabalhador nacional. Ousamos sustentar, aliás, que para os nacionais, até 1916, a regulamentação do contrato de trabalho no âmbito civil foi feita, majoritariamente¹⁰⁵, pelas Ordenações. E para assim concluir, basta concentrarmos nas seguintes evidências.

A *primeira*, e a que já nos referimos, é a de que até a última edição da Consolidação das Leis Civis (a 5ª, de 1915, comentada por Martinho Garcez), não

¹⁰⁴ Ibidem, p. 111.

¹⁰⁵ Falamos em “majoritariamente”, pois, com relação ao trabalhador nacional “liberto”, como veremos logo adiante, a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários trouxeram, em alguns parcos dispositivos, regulamentações específicas sobre o regime de locação de serviço desses trabalhadores.

houve absolutamente nenhuma modificação em relação aos dispositivos que tutelavam a locação de serviços de nacionais. A norma jurídica que fundamentava os dispositivos relativos à locação de serviços de nacional, inclusive na 5ª edição, permanecia sendo as Ordenações.

Aliás, questionamo-nos ao longo deste trabalho sobre o motivo pelo qual, mesmo após a edição de uma legislação notadamente mais especializada para o trato da locação de serviços, que dizia abranger o nacional e o estrangeiro, a 5ª edição da CLC pareceu silenciar sobre a existência da Lei de 1879. Perquirindo sobre isso, descobrimos a partir de nossas pesquisas sobre os atos legislativos editados na República – de que falaremos mais especificamente no segundo capítulo deste trabalho – que o Decreto n. 213 de 22 de fevereiro de 1890¹⁰⁶, editado no Governo Provisório de Deodoro da Fonseca, revogou terminantemente todas as leis e disposições relativas aos contratos de locação de serviços agrícolas (que eram regidos justamente pela Lei de 1879).

Nas razões esboçadas nesse mesmo Decreto – e aqui está precisamente a *segunda* evidência –, o Marechal deixa manifesto que o fundamento da Lei de Locação de Serviços de 1879 era a regulamentação do trabalho imigrante, sendo que, a seu ver, era urgente e necessário complementar os preceitos que regulavam os contratos de locação de serviços agrícolas.¹⁰⁷ Vejamos:

[...] afim de attrahir para o territorio brasileiro uma corrente immigratoria espontanea, perenne e abundante, é necessario que ao lado das extraordinarias vantagens physicas do sólo e do clima, possa o paiz offerecer tambem ao estrangeiro as vantagens moraes que resultam de uma legislação bastante livre para garantir toda a expansão da actividade individual, condição indispensavel para o bem-estar da vida social;
[...] para obter esse resultado torna-se preciso eliminar desde já do corpo da legislação patria todas as disposições e preceitos que possam contrariar os costumes, as tendencias e as aspirações do estrangeiro, produzindo por isso mesmo o descredito do paiz como ponto de destino para os imigrantes;¹⁰⁸

E a *terceira* evidência de que a Lei de 1879 foi editada com a finalidade de regulamentação da mão de obra imigrante sobressai da análise do íntimo relacionamento dessa lei com a Lei do Ventre Livre, de 1871. Explicamos.

¹⁰⁶ BRASIL. Decreto n. 213 de 22 de fevereiro de 1890 – Revoga todas as leis e disposições relativas aos contractos de locação de serviço agricola. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Brasil – 1890**. v. 1. fasc. II. 1890.

¹⁰⁷ BRASIL. Decreto n. 213 de 22 de fevereiro de 1890.

¹⁰⁸ Ibidem.

O primeiro projeto que propunha reformular os contratos de locação de serviço, que era regido, no plano legislativo, até então, pelas leis de locação de serviço de 1830 e 1837, achava-se na Câmara dos Deputados sob o número 93 e tinha por autor – essa informação é relevante – Alencar Araripe, deputado da província do Ceará, membro do Partido Conservador e defensor convicto da Lei do Ventre Livre. Esse projeto, inicialmente, pretendia legislar apenas para o trabalhador livre nacional. O objeto do projeto 93, conta-nos Gebara, era a defesa dos interesses do locatário; tanto que previa, inclusive, a pena de prisão para o trabalhador que não cumprisse o contrato, ainda que o locador não tivesse recebido adiantamento em dinheiro. Para defesa desses interesses do locatário, Araripe propôs nitidamente o uso da coerção como um instrumento necessário para forçar o empregado a cumprir as exigências contratuais¹⁰⁹. Porém, encaminhada a questão dessa forma, erigia-se um conflito eminente com a necessidade de atração de imigrantes.¹¹⁰

O projeto foi reescrito, então, por José Thomaz Nabuco de Araújo, também Conselheiro de Estado e membro da Comissão Encarregada de redigir e apresentar o projeto da lei de 1871. O novo projeto (que foi renumerado, passando a chamar-se projeto 334 de 1875) foi aprovado no Senado em 1877 e, posteriormente, após retornar à Câmara – devido às próprias mudanças efetuadas no Senado, mudanças essa que tinham por finalidade à atração dos imigrantes – foi aprovado derradeiramente em 1879.¹¹¹

A nova lei de 1879 referia-se a três distintos itens: i) à locação de serviços propriamente ditos – item que é a base dessa legislação –, e também ii) a locação de serviços mediante a parceria agrícola e iii) a locação de serviços mediante a parceria agropecuária. E embora trouxesse em seu texto que tinha por finalidade também a abrangência dos brasileiros – que como vimos, não condizia com a realidade dos fatos –, o art. 16 dispunha que: “O prazo da locação de serviços dos libertos é o mesmo determinado pela Lei de 28 de Setembro de 1871.”¹¹²

¹⁰⁹ Segundo Alencar Araripe: “Na confecção do projeto considere que a primeira vantagem nos contratos é a igualdade de garantias entre os estipulantes. [...] Ora, ninguém pode duvidar que o proprietário exhibe nos seus bens todos os meios de garantir o locador[...] mas o proletário, que deve a prestação dos serviços ajustados, pode a todo momento abandonar esses serviços[...] O meio de remediar o mal é procurar criar garantias a favor daqueles que hoje não a encontram. [...] O projeto não obriga a trabalhar, obriga sim a cumprir os contratos legalmente feitos.” APB, Rio de Janeiro, 1875, pp. 138-139. Apud GEBARA, 1986, p. 85.

¹¹⁰ Ibidem, pp. 85-86.

¹¹¹ GEBARA, 1986, p. 86.

¹¹² BRASIL. Decreto n. 2.827 de 15 de março de 1879. In: BRASIL. **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1879**. v. 1. pt. I. Rio de Janeiro, 1880.

Como concluímos anteriormente, e esse fato poderia ser considerado, ainda uma *quarta* evidência – o trabalhador nacional tutelado pelas Ordenações era também o liberto. E aqui vemos taxativamente (no próprio conteúdo expresso da Lei de 1879) que essa parcela de obreiros não seria regulada pela Lei de Locação de Serviços. Para eles, fora editada uma legislação mais específica, a Lei do Ventre Livre, cujo aspecto principal era a disciplinarização de uma expressiva parcela de mão de obra que emergia agora sob as roupagens da “liberdade”.

Sobressai da análise entre a Lei do Ventre Livre e a Lei de Locação de Serviços de 1879 que o objetivo desta última foi notoriamente tornar as condições de vida mais atrativas para o imigrante, na medida em que – de acordo com o que mostraremos no tópico seguinte – visava, ainda que muito parcamente, a garantia a eles de alguma proteção legal.

A relação entre a Lei do Ventre Livre e a Lei de Locação de Serviços demonstra de maneira bastante significativa a forma pela qual se verificou a estratégia para a organização do mercado de trabalho livre no Brasil. Na lei de 1879, o objetivo é criar condições para implementar o processo de imigração europeia. Nas palavras de Gebara:

Sem dúvida, entre outros objetivos, as modificações introduzidas por essa lei devem ser vistas como tendo sido motivadas por um forte desejo de melhorar as condições de atração de imigrantes europeus. As mudanças significaram que, sem perder seu poder repressivo, a legislação começou a oferecer algumas alternativas mais satisfatórias para o trabalhador.¹¹³

Diante do exposto, verifica-se que a regulamentação da prestação do trabalho do nacional, mais ainda que a regulamentação do trabalho livre do imigrante, estava com os pés muito bem fincados no pré-moderno. Um pré-moderno, como se vê, que até 1916 designava o locatário de trabalhador nacional “amo” e o locador nacional “criado” (e “fugido” para os casos em que o trabalhador – livre! – deixasse de cumprir com o contrato). Um pré-moderno que até 1916 tutelou pelas “arcaicas” Ordenações as relações de trabalho na perspectiva civil dos trabalhadores nacionais. Um pré-moderno que até 1916, em suma, rechaçou aos trabalhadores nacionais sequer uma mínima parcela dos ventos liberais que sopravam em seu tempo.

¹¹³ GEBARA, 1986, p. 89.

2.4. A locação de serviços civil de estrangeiros

No plano legislativo, os atos normativos que foram editados durante o período imperial com a finalidade de regular o trabalho livre do estrangeiro foram as Leis de Locação de Serviços de 1830, 1837 e 1879.

Aqui, diferentemente do que ocorrera em relação à sistematização das normas que regiam a locação de serviços de nacional, a Consolidação de Teixeira de Freitas trouxe como seu fundamento não as Ordenações, mas a própria Lei de Locação de Serviços.

Como se disse no tópico anterior, as leis de locação de serviço foram editadas, em verdade, em razão da necessidade de regulamentação dos contratos de trabalho exclusivamente do estrangeiro.

Conta-nos Joseli Mendonça que os trabalhadores estrangeiros, advindos de culturas trabalhistas diferentes, não estavam inseridos nas teias das relações pessoais e da economia de favores¹¹⁴. Diferentemente dos homens livres nacionais da ordem escravocrata, que, como dissemos, experimentavam a dominação pessoal como um benefício recebido com gratidão à autoridade voluntariamente aceita¹¹⁵, o estrangeiro estava acostumado a uma forma diversa de relação de trabalho.¹¹⁶

Diante desse cenário, para o locatário¹¹⁷, então, se mostrava necessário que as cláusulas acordadas fossem formalizadas em contrato escrito. Não fosse assim, não haveria garantia (como havia com os trabalhadores nacionais por conta das relações de dominação) de exigibilidade de seu cumprimento.¹¹⁸

E, conquanto até aproximadamente a metade do século XIX os projetos imigrantistas tenham sido voltados majoritariamente para a ocupação do território e estabelecimento de núcleos coloniais – com a finalidade de inserção de imigrantes

¹¹⁴ MENDONÇA, 2012, p. 65.

¹¹⁵ Sobre a temática da dominação pessoal experienciada pelo homem livre na ordem escravocrata, Maria Silvia de Carvalho afirmou que: “[...] em sua vida de favor, a dominação foi experimentada como uma graça e ele próprio reafirmou, ininterruptamente, a cadeia de lealdades que o prendia aos mais poderosos. Desprovida de marcas exteriores, sua sujeição foi suportada como benefício recebido com gratidão e como autoridade voluntariamente aceita, fechando-se a possibilidade de ele nem sequer perceber o contexto de domínio a que esteve circunscrito” (FRANCO, 1997, p. 111).

¹¹⁶ MENDONÇA, Op. cit., p. 65.

¹¹⁷ *Locador* (aquele que aluga seus serviços a outrem) e *locatário* (aquele que aluga os serviços de outrem).

¹¹⁸ MENDONÇA, 2012, p. 65.

como pequenos proprietários-, não se rejeitava a hipótese, desde o início do século, de inserção desses estrangeiros enquanto mão de obra.¹¹⁹

2.4.1. A Lei de Locação de serviços de 1830

Tratando, agora, especificamente do conteúdo da Lei de Locação de Serviços de 1830 é imperioso ressaltar que, apesar da simplicidade de seus apenas sete artigos, sobressai algumas das faces desse enorme conjunto de precariedades institucionalizadas em nossas legislações regulamentadoras do trabalho livre.

A exemplo, vale ressaltar que as quantias que aos colonos eram adiantadas pelos fazendeiros que os contratariam, por ocasião da vinda para o Brasil, eram emprestadas a taxas altíssimas de juros e constituíam, desse modo, o próprio fundamento para que fossem mantidos, sob coerção do Juiz de Paz, prestando serviços obrigatórios ao fazendeiro. Saliente-se que, além da obrigação de restituir ao fazendeiro os valores adiantados, havia ainda o dever de pagar o valor correspondente à metade do que ganharia, caso o contrato fosse cumprido por inteiro¹²⁰.

Importa, ainda, salientar as repercussões na esfera penal em caso de descumprimento das obrigações contratuais pactuadas.

Para que a importação de mão de obra fosse exitosa, parecia indispensável, antes de tudo, assegurar que os imigrantes garantiriam a “contrapartida” do locatário, em forma de trabalho, para ressarcir as despesas com as viagens que eram custeadas por aqueles que os traziam. Dessa necessidade, era urgente, portanto, a criação de mecanismos que obrigassem o trabalhador contratado a pagar com o fruto do seu trabalho os valores previamente dispensados pelos locatários – e que eram, inclusive, consideradas remuneração recebida antecipadamente pelo trabalhador. A melhor

¹¹⁹ Ibidem, p. 66.

¹²⁰ "Art. 3º O que se obrigou a prestar serviços **só poderá negar-se á prestação delles**, emquanto a outra parte cumprir a sua obrigação, **restituindo os recebimentos adiantados, descontados os serviços prestados, e pagando a metade do que mais ganharia, se cumprisse o contracto por inteiro**".¹²⁰ (grifou-se) BRASIL. Lei de 13 de setembro de 1830.

forma de garantir esse “investimento”, segundo os legisladores da época, era através da pena de prisão por dívidas.¹²¹

Embora, segundo Joseli Mendonça, o conjunto legislativo posterior à Independência não vedasse expressamente a pena de prisão aos devedores, ele não estabelecia claramente que ela poderia ser aplicada. A Constituição de 1824, no inciso VIII, do art. 179, dispunha que: “ninguem poderá ser preso sem culpa formada, excepto nos casos declarados na Lei”.^{122 123}

O Código Penal que foi aprovado em 1830¹²⁴, na mesma esteira, trazia como crimes contra a propriedade apenas o furto, a bancarrota fraudulenta, o estelionato, o dano causado em coisa alheia e o roubo – que, além de crime contra a propriedade, era também crime contra a própria pessoa. Da leitura do Código Penal e da Constituição do Império, portanto, depreende-se que, como o não pagamento de dívida não era classificado no Código Penal como crime, não havia nenhum tipo de pena ao devedor. E, embora a disposição constitucional que condicionava a prisão à culpa formada falasse apenas em cidadãos brasileiros, o arcabouço legal, como se vê, parecia não trazer, de forma assertiva, a prisão civil por dívida.¹²⁵

Temos, então, um cenário aparentemente contraditório¹²⁶: foi justamente a primeira lei regulamentadora do “trabalho livre” aquela que institucionalizou, no plano legal, a possibilidade de aprisionamento por dívida.

Ainda, segundo o artigo 4º da Lei de 13 de setembro de 1830, este seria conduzido à prisão até ganhar o suficiente, o que não era pouco, para indenizar o fazendeiro. Veja-se:

Art. 4º Fôra do caso do artigo precedente, o Juiz de Paz constrangerá ao prestador dos serviços a cumprir o seu dever, **castingando-o correccionalmente com prisão, e depois de tres correções inefficazes, o condemnará a trabalhar em prisão até indemnizar a outra parte.** (grifou-se).¹²⁷

¹²¹ MENDONÇA, 2012, p. 76.

¹²² Inciso VIII, do artigo 179 (BRASIL. **Constituição Política do Imperio do Brazil (26 de março de 1824)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>; Acesso em 22 nov. 2017).

¹²³ MENDONÇA, Op. cit., pp. 75-76.

¹²⁴ BRASIL. **Código Criminal do Império do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>; Acesso em: 22 nov. 2017.

¹²⁵ MENDONÇA, 2012, p. 77.

¹²⁶ Falamos em contradição no plano da aparência, pois, como já sustentamos, o liberalismo, apesar de seu discurso de universalidades, liberdade e igualdade, tem como fundamento de sua constituição, a própria contradição.

¹²⁷ BRASIL. Lei de 13 de setembro de 1830.

Como se pode depreender, a primeira Lei de Locação de Serviços configura-se em uma legislação notadamente marcada pelo signo da precariedade.

Mas o favorecimento por intermédio da lei ao fazendeiro pôde ser observado em uma dimensão maior ainda na lei de 1837.

2.4.2. A Lei de Locação de Serviços de 1837

Em 1837, é instituída a Lei nº 108, de 11 de outubro, composta de 17 artigos. Aqui, novamente, a particularidade da vivência estrangeira foi, sem sombra de dúvidas, aquilo que deu o tom dessa nova lei. Aliás, diferentemente da Lei de Locação de Serviços de 1830, esta não traz a pretensão formal de regular o elemento nacional.

Mais uma vez, não foi mera coincidência o fato de que o projeto que consubstanciou a referida lei tenha sido proposto justamente quando o tráfico de africanos no Atlântico – atividade então ilegal – tornara a fazer parte da agenda de discussões no Senado.¹²⁸ Ao estabelecerem uma conexão entre tráfico e imigração, os parlamentares olhavam para o futuro: o estímulo à integração dos braços estrangeiros era oriundo da expectativa de que a cessação do tráfico provocasse a falta de trabalhadores.¹²⁹

Mas, todavia, ao relacionarem essas duas questões, eles acabam sendo embebidos pela densa fumaça do passado, do longo período da experiência da escravidão.

¹²⁸ Mais uma vez, como ocorrera em 1831, as medidas que visavam a regulação do trabalho com o estrangeiro estavam imbrincadas às questões relativas ao tráfico e ao medo da famigerada “escassez de braços”. Nos conta Joseli Mendonça que: “De fato, em 1829, quando de entrada no Senado o projeto do qual resultou a lei de 1830 e quando estava prestes a ser posta em prática a interdição do tráfico definida no tratado anglo-brasileiro, os parlamentares não poderiam saber que um ano depois seria aprovada, sob intensa conturbação, uma lei de proibição do tráfico; tampouco poderiam saber que esta lei seria consistentemente burlada nos anos subsequentes. Também em 1837, quando o marques de Barbacena apresentou seu projeto de reproibição do tráfico, não estava prescrito que os africanos seriam ilegalmente introduzidos como escravos no Brasil por mais de uma década. Nesses momentos, nos quais se retomava a discussão sobre o tráfico, aventava-se a possibilidade de que ele viesse a cessar e, conseqüentemente, de que houvesse a tão propalada “escassez de braços”. Quando a incerteza se anunciava, voltava à baila a “necessária” importação de “colonos brancos” e a constituição de instrumentos legais para garantir que ela pudesse se constituir de forma vantajosa àqueles que os empregariam.” (MENDONÇA, 2012, p. 70).

¹²⁹ Ibidem, loc. cit..

Da análise da lei, percebe-se notadamente uma proteção maior dispensada ao fazendeiro, eis que o referido documento legal almeja corrigir alguns dos defeitos da “colonização” experienciada.¹³⁰

Quando analisamos os primeiros artigos da lei aprovada, à primeira vista, pode parecer que esta lei de fato visava à proteção dos imigrantes. Mas um olhar mais atento permitirá concluir que, em verdade, seriam as companhias de colonização, bem como os fazendeiros, aqueles que mais se beneficiariam com a nova regulamentação.

O artigo 1º da Lei de 1837 estabelecia que “o contracto de locação de serviços, celebrado no Imperio, ou fóra, para se verificar dentro delle, pelo qual algum estrangeiro se obrigar como locador, só póde provar-se por escripto. [...]”.¹³¹

O conteúdo desse dispositivo, aparentemente, proporcionava alguma segurança ao trabalhador, pois, em que pese persistisse a precariedade extrema dos engajamentos e deslocamentos, uma pactuação minimamente estipulada parecia conferir alguma expectativa ao indivíduo que deixaria a sua terra para morar e trabalhar em um país estranho.¹³² Mas, embora estabelecesse essa possibilidade de segurança ao imigrante, esse mesmo artigo, arditamente, determinava também que:

Art. 1º [...] Se o ajuste fôr tratado com interferencia de alguma Sociedade de Colonisação reconhecida pelo Governo no Município da Côrte, e pelos Presidentes nas Províncias, os tilulos por ellas passados, e as certidões extrahidas dos seus livros, terão fé publica para prova do contracto.¹³³

Desse modo, em verdade, além de garantir, ao locatário, que o trabalhador prestaria os seus serviços, a lei ampliava o alcance do controle também das companhias de colonização da confecção desses contratos.¹³⁴

Como se não bastasse, em seu art. 3º¹³⁵, a lei previa que em todos os municípios onde houvesse sociedade de colonização deveria haver também um

¹³⁰ Ibidem, p. 68.

¹³¹ BRASIL. Lei n. 108 de 11 de outubro de 1837 – Dando varias providencias sobre os Contractos de locação de serviços dos Colonos. In: BRASIL. **Collecção das Leis do Imperio do Brazil. Atos do Poder Legislativo**. pt. 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861, p. 76.

¹³² MENDONÇA, 2012, p. 73.

¹³³ BRASIL. Lei n. 108 de 11 de outubro de 1837, p. 76.

¹³⁴ MENDONÇA, 2012, p. 74.

¹³⁵ “Art. 3.º Para este fim, em todos os Municipios, onde houver Sociedades de Colonisação, haverá hum Curador geral dos colonos, nomeado pelo Governo na Côrte, e pelos Presidentes nas Províncias, sobre Proposta das Mesas de Direcção das mesmas Sociedades. Nos outros Municipios servirão os Curadores geraes dos orphãos. Nas faltas, ou impedimentos de huns e outros, nomearão as sobreditas Mesas de Direcção para autorisação dos contractos, e os Juizes respectivos para os casos das acções

curador geral dos colonos, nomeado ou pelo governo, na Corte, ou pelos presidentes, nas províncias. Esta natureza de autoridade – seria a conclusão inicial – certamente cuidaria dos interesses dos trabalhadores estrangeiros. O que o dispositivo não cita, todavia, é que este cargo seria exercido por alguém indicado pelas próprias sociedades de colonização, para a defesa de seus interesses.¹³⁶

Também encontramos na lei vários dispositivos relativos à contratação de menores. Estes também, em um primeiro olhar, davam a impressão de que lhe destinariam alguma proteção. Mas, mais uma vez, eram as companhias de colonização que mais se beneficiavam com o conteúdo da norma.¹³⁷ Aliás, com os menores, os contratos estabelecidos eram ainda mais precários. É o que se depreende da leitura conjunta dos artigos 4º, 5º e 6º da Lei de 1837:

Art. 4.º Não apresentando os menores documento legal da sua idade, será esta estimada no acto do contracto, á vista da que elles declararem, e parecer que podem ter; **e ainda que depois o apresentem, este não valerá para annullar o contracto, mas se estará pela idade, que no acto deste se houver estimado, para os effeitos somente da validade do mesmo contracto.**

Art. 5.º He livre aos estrangeiros de maior idade ajustarem seus serviços pelos annos que bem lhes parecerem; mas os menores não poderão contractar-se por tempo que exceda á sua menoridade, **excepto se fôr necessario que se obriquem por maior prazo para indemnisação das despesas com elles feitas, ou se forem condemnados a servir por mais tempo, em pena de terem faltado ás condições do contracto.**

Art. 6.º Em todos os **contractos** de locação de serviços, **que se celebrarem com os mesmos menores, se designará a parte da soldada que elles devão receber para suas despesas**, que não poderá nunca exceder da metade: **a outra parte, depois de satisfeitas quaesquer quantias adiantadas pelo locatario, ficará guardada em deposito na mão deste**, se for pessoa notoriamente abonada, ou não sendo, prestará fiança idonea para ser entregue ao menor, logo que acabar o tempo de serviço a que estiver obrigado, e houver sahido da menoridade. Fóra destes casos será recolhida no cofre dos Orphãos do Município respectivo.

Nos Municipios, onde houver Sociedades de Colonisação reconhecidas pelo Governo, serão taes dinheiros guardados nos cofres das mesmas Sociedades. (grifou-se).¹³⁸

Como se vê, tais dispositivos não são nem um pouco inocentes em suas intenções. Da leitura dessas normativas, depreende-se que era extremamente

que se moverem, pessoa idonea que o substitua.” (BRASIL. Lei nº 108 de 11 de outubro de 1837, p. 77).

¹³⁶ MENDONÇA, Op. cit., p. 74.

¹³⁷ Ibidem, loc. cit., p. 74.

¹³⁸ BRASIL. Lei nº 108 de 11 de outubro de 1837, p. XX.

vantajosa a contratação de menores tanto ao fazendeiro, quanto às companhias de colonização.

Os trabalhadores menores de idade, segundo a lei, poderiam ser obrigados a prestarem seus serviços por um período de tempo maior que o pactuado caso houvesse a necessidade de quitação das dívidas contraídas perante o locatário. Não é demais concluir que, diante do contexto geral de precariedade com que esses trabalhadores eram introduzidos no Brasil, a dívida contraída por eles fosse muitas vezes maior que os ganhos obtidos. Aliás, fica evidente, tanto na lei de 1830, quanto na lei de 1837, a presença de dispositivos que dificultavam a quitação das obrigações contratuais e o consequente rompimento do trabalhador, ainda que este tivesse quitado a dívida contraída.

Ademais, salta aos olhos a institucionalizada possibilidade de lucro das companhias de colonização à custa das metades dos salários desses menores. Não parece ser nada despretensioso, portanto, um dispositivo que estabelece que não se poderá anular a idade julgada no ato da contratação, mesmo que depois o “menor” apresente documento legal que prove que a idade seja superior àquela “estimada”. Afinal: quanto maior o número de contratos estabelecidos com menores, maiores os lucros dos cofres dessas companhias de colonização.

Diante de todo esse cenário de precarização, portanto, difícil é corroborar que o trabalho executado pelos trabalhadores imigrantes fosse, de fato, livre. Além de estabelecer diversos dispositivos que permitiam o aprisionamento do trabalhador que não cumprisse o contrato, ambas as leis – a de 1830¹³⁹ e a de 1837 – continham disposições que reforçavam a dependência do trabalhador ao locatário, impondo dificuldades tais para que se livrasse da obrigação que tinha, de modo a restringir consideravelmente aquela sua – apenas abstrata – “liberdade”.

Assim, pode-se concluir que a essência daquelas “novas leis”, em verdade, estava com os pés bem fincados no “velho”. Não é à toa, portanto, que grande parte da bibliografia¹⁴⁰ sobre o período enfatizou o caráter eminentemente escravista das legislações.

¹³⁹ “Art. 3º. O que se obrigou a prestar serviços só poderá negar-se á prestação delles, emquanto a outra parte cumprir a sua obrigação, restituindo os recebimentos adiantados, descontados os serviços prestados, e pagando a metade do que mais ganharia, se cumprisse o contracto por inteiro.” (BRASIL. Lei de 13 de setembro de 1830).

¹⁴⁰ José Souto Maior afirmou que “[...] na avaliação do momento histórico da transposição do trabalho escravo para o trabalho livre, para fins de compreender melhor as próprias estruturas jurídicas, sociais, políticas e econômicas que envolvem as atuais relações de trabalho no Brasil, é de suma importância

Segundo Joseli Mendonça, como não se podiam empregar os meios de controle utilizados com os trabalhadores escravos – não sem driblar a lei – “o tronco e o chicote foram substituídos pela prisão”.¹⁴¹ E, diante da liberdade, ao menos virtual, dos trabalhadores imigrantes em eventualmente romper os contratos, as multas cumpriam aquele papel de mantê-los cativos dos locatários.¹⁴²

2.4.3. A Lei de Locação de Serviços de 1879

Caio Prado Júnior aponta que em 1870, em razão, sobretudo, do expressivo incremento da lavoura cafeeira na década anterior e dos primeiros grandes golpes que faziam prenunciar a extinção da escravatura, a imigração torna a tomar novo fôlego¹⁴³.

Como vimos, como forma de estímulo à vinda dos imigrantes europeus é que se promulgou, por meio do Decreto n. 2.827, de 15 de março de 1879, nova Lei de Locação de Serviços.

destacar que a cultura do senhor de escravo se aplica mesmo aos imigrantes” (SOUTO MAIOR, 2017a, p. 82). Também Celso Furtado disse que “É fácil perceber até onde poderiam chegar os abusos de um sistema desse tipo nas condições de isolamento em que viviam os colonos, sendo o fazendeiro praticamente a única fonte do poder político. A reação na Europa - onde tudo que dizia respeito a um país escravista suscitava imediata preocupação - não tardou. Em 1867 um observador alemão apresentou à Sociedade Internacional de Emigração de Berlim uma exposição em que pretendia demonstrar que os “colonos” emigrados para as fazendas de café do Brasil eram submetidos a um sistema de escravidão disfarçada” (FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 185). Décio Saes, nessa mesma esteira também sustentou que “Mesmo a lei de 1879, decretada num contexto marcado pela ascensão do movimento de revolta escrava, implicava uma reafirmação – a despeito das modificações introduzidas – da escravidão incompleta: os imigrantes ainda eram obrigados a reembolsar parte das despesas com transporte e instalação na fazenda; cada trabalhador imigrante era declarado solidariamente responsável pelas dívidas de sua família; os empregados inadimplentes continuavam sujeitos às penas de prisão e de trabalhos forçados. Em suma, a legislação imperial sobre os contratos de locação de serviços não pode ser considerada como um instrumento de difusão do trabalho assalariado no país, mas como um instrumento de atribuição, aos trabalhadores imigrantes, da condição de escravos incompletos” (SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. v. I. Tese de livre docência. Campinas: IFHC-Unicamp, 1982, pp. 141-142).

¹⁴¹ MENDONÇA, 2012, p. 82.

¹⁴² Ibidem, loc. cit..

¹⁴³ PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 188.

A Lei de 1879, também voltada para a agricultura¹⁴⁴, compreendia a locação de serviços propriamente dita, a locação de serviços mediante parceria agrícola e a locação de serviços mediante parceria pecuária¹⁴⁵.

Nessa lei, fica evidente um conjunto de mudanças significativas.

A forma do contrato, por exemplo, era mais rígida: deveria ser assinado por maiores de 21 anos, ou pelos seus responsáveis, no caso de trabalhador menor¹⁴⁶. E deveria também ser formalizado em escritura pública quando assinados no Brasil, ou autenticado no consulado brasileiro quando advindos de fora¹⁴⁷.

Os contratos se tornavam nulos de pleno direito quando impusessem ao trabalhador: i) o pagamento de dívidas que não a de sua mulher ou filho menor de 21 anos, ii) pagar mais do que metade das despesas da passagem e da instituição e iii) juros referentes a débitos com o locatário.¹⁴⁸

Também garantia a legislação o direito ao locador estrangeiro de rompimento do contrato, podendo celebrar um novo com terceiros, mediante o pagamento das despesas feitas e desde que passados um mês após a sua chegada.¹⁴⁹

Era obrigatório também, ao fim do contrato, que o locatário emitisse um recibo em que constassem as especificações das causas da demissão do locador. Se assim

¹⁴⁴ "Art. 1º Esta lei só compreende: § 1º A locação dos serviços aplicados á agricultura. § 2º As empreitadas e trabalhos concernentes a obras e fabricas respectivas á agricultura, que serão regulados pelas disposições dos arts. 226 e seguintes do Codigo do Commercio quando fôr omissa a presente lei." (BRASIL. Decreto n. 2.827 de 15 de março de 1879. In: BRASIL. **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1879**. v. 1. pt. I. Rio de Janeiro, 1880).

¹⁴⁵ "Art. 9º Esta Lei admite: § 1º A locação de serviços propriamente ditos. § 2º A locação de serviços, mediante a parceria nos fructos do predio rustico, denominada - parceria agrícola. § 3º A locação de serviços mediante a parceria na criação de animaes uteis á lavoura, denominada - parceria pecuaria." (Ibidem).

¹⁴⁶ "Art. 6º Os menores de 21 annos serão nos contratos de locação de serviços assistidos por seus pais, ou, se forem orphãos, por seus tutores, mediante prévia licença do Juiz de Orphãos, e quando os orphãos sejam estrangeiros, por seus Consules, onde os houver." (Ibidem).

¹⁴⁷ "Art. 4º O contrato de locação de serviços exige, para sua fôrma e para sua prova, a escriptura publica, celebrada perante o Escrivão de Paz do districto onde fôr situado o predio rustico, ao qual se destinar o serviço, ou na capital das provincias maritimas, perante Tabellião de Notas, ahi achando-se o locador. Uma publica-fôrma do contrato será entregue ao locatario e outra ao locador gratuitamente. Art. 5º O contrato feito fôra do Imperio, para ser executado no Imperio, será authenticado pelo Consul ou Vice-Consul brasileiro." (Ibidem).

¹⁴⁸ "Art. 19. São nulos de pleno direito: § 1º Os contratos que impuzerem ao locador obrigações por dividas de outros, que não forem sua mulher ou filhos menores, ou que impuzerem ao locador obrigações por dividas não provenientes da locação e posteriores a ella. § 2º Os contratos que impuzerem ao locador a obrigação de pagar mais do que metade das passagens e despesas de instituição. § 3º Os contratos que estipularem juros pelo debito do locador. § 4º Não é nullo o contrato que estipular o preço da locação em determinada quantidade de fructos; mas, não havendo convenção, presume-se consistir o preço em dinheiro." (BRASIL. Decreto n. 2.827 de 15 de março de 1879).

¹⁴⁹ "Art. 20. E' licito ao locador estrangeiro, contratado fôra do Imperio, chegando ao Imperio, mas dentro de um mez depois de sua chegada, romper o contrato com o qual veiu, e celebrar outro com terceiro, pagando integralmente as passagens e todas as quantias adiantadas." (BRASIL. Decreto n. 2.827 de 15 de março de 1879).

não o fizesse, o Juiz de Paz poderia lhe aplicar multa.¹⁵⁰ Segundo a legislação, eram causas para a demissão: a doença prolongada que impossibilitasse o locador de trabalhar, a embriaguez habitual, a injúria à honra do locatário ou de sua família, a imperícia e a insubordinação.¹⁵¹

Havia ainda a justa causa para que o locador se despedisse: i) a falta de pagamento no prazo estipulado no contrato, ii) a imposição de serviços não compreendidos nas cláusulas acordadas, iii) enfermidade que o impedisse de servir, iv) casamento fora da freguesia, v) exigibilidade de compra e venda exclusiva de gêneros, vi) injúria.¹⁵²

Como se vê, fica nítido que o escopo da Lei de 1879 foi, efetivamente, segundo Gebara, “tornar as condições de vida mais atrativas para o imigrante, de tal maneira que fossem oferecidas a eles alguma garantia e proteção legal”¹⁵³.

2.5. Os contratos de trabalho regidos pelo Código Comercial de 1850

¹⁵⁰ "Art. 26. Findo ou resolvido o contrato, dará o locatario ao locador um attestado consignando achar-se findo ou resolvido o contrato. Art. 27. Se o locatario, sem causa legitima, recusar o attestado, o Juiz de Paz, impondo-lhe, depois de ouvil-o, a multa de 50\$000 a 100\$000, mandará passar pelo Escrivão de Paz um certificado, que assignará, declarando que o contrato está findo, ou resolvido, conforme a lei." (BRASIL. Decreto n. 2.827 de 15 de março de 1879).

¹⁵¹ "Art. 38. São justas causas para o locatario despedir o locador : § 1º Doença prolongada que ao locador impossibilite de continuar a servir. § 2º Embriaguez habitual do locador. § 3º Injuria feita pelo locador á honra do locatario, sua mulher, filhos ou pessoa de sua familia. § 4º Impericia do locador. § 5º Insubordinação do locador." (BRASIL. Decreto n. 2.827 de 15 de março de 1879).

¹⁵² "Art. 39. São justas causas para despedir-se o locador: § 1º Falta de pagamento dos salarios no tempo estipulado no contrato, ou por tres mezes consecutivos. § 2º Imposição de serviços, não comprehendidos no contrato. § 3º Enfermidade que o prive de continuar a servir. § 4º Haver-se casado fóra da freguezia. § 5º Não permittir o locatario que o locador compre a terceiro os generos de que precise, ou constrangel-o a vender só a elle locatario os seus productos, salvo, quanto á venda, convenção especial. § 6º Se o locatario fizer algum ferimento na pessoa do locador, ou injurial-o na sua honra e na de sua mulher, filhos ou pessoa de sua familia." (BRASIL. Decreto n. 2.827 de 15 de março de 1879).

¹⁵³ Ainda, segundo o autor: “É por si só evidente que a lei de 1879 foi, como Nabuco argumentava, uma resposta às críticas generalizadas que o sistema brasileiro existente recebia na Europa. Sem dúvida, entre outros objetivos, as modificações introduzidas por essa lei devem ser vistas como tendo sido motivadas por um forte desejo de melhorar as condições de atração de imigrantes europeus. As mudanças significaram que, sem perder o seu poder repressivo, a legislação começou a oferecer algumas alternativas mais satisfatórias para o trabalhador, Por exemplo, se de um lado a demissão do empregado por insubordinação pode representar um instrumento de repressão potencial nas mãos do fazendeiro, de outro lado, possibilidade de casamento, penalidade por falta de pagamento e garantia de liberdade de comerciar denotam um melhor posicionamento para o trabalhador perante o fazendeiro" (GEBARA, 1986, p. 88).

Neste tópico, abordaremos os contratos de trabalho que tinham a sua disciplina estabelecida pelo Código do Comércio. Como já aventamos, não encontramos na bibliografia que trata do momento de “transição” para o trabalho livre nenhum estudo que se debruçasse efetivamente sobre esses contratos. Geralmente, quando a bibliografia se refere (pois a maioria se dedica apenas aos contratos civis) à matéria existente, há apenas a menção – sem que haja, todavia, uma preocupação em tentar compreender os significados do referido tema – à existência da figura da locação mercantil. As outras espécies de contrato de trabalho (como a preposição mercantil, de que falaremos detidamente adiante, por exemplo), não são estudadas. Supomos que a locação mercantil emergja com destaque, pois este é o único gênero de contrato de trabalho que – por uma passada de olhos sobre o Código do Comércio – talvez seja mais facilmente possível identificar.

Aliás, achamos importante frisar que só foi possível que identificássemos as outras formas de contrato de trabalho, pois fomos guiados a partir da leitura que nos foi emprestada pela doutrina comercial consultada na Revista *O Direito*. Não fosse isso, certamente também não veríamos relevância no estudo, por exemplo, das cláusulas pertencentes ao Código Comercial que dispõem sobre “as gentes do mar” e outras figuras de que falaremos aqui.

E da falta de bibliografias que se debrucem sobre esse tema, aliada à ausência de dureza do direito à época, é que emergiu a nossa dificuldade em sistematizar a matéria de que trataremos nesse tópico. Com a ajuda da doutrina, todavia, cremos que tenha sido possível recompor o cenário acerca dessas espécies de contrato de trabalho.

Veneziani e Vardaro, em artigo intitulado *La rivista di diritto commerciale e la dottrina giuslavorista delle origini*, ressaltaram que muito da história do direito do trabalho pode ser encontrada em revistas que discorrem sobre o direito comercial.¹⁵⁴

Qual não foi a nossa surpresa quando encontramos, justamente na doutrina comercial (e não na doutrina civil, como inicialmente supomos), a definição para o que

¹⁵⁴ “Nel suo intervento all’incontro fiorentino sulla “cultura delle riviste giuridiche”, Gino Giugni sottolineava non solo che “la storia stessa del diritto del lavoro è riscontrabile in gran parte attraverso una serie di riviste”, ma anche che le tappe fondamentali di questa “storia interna” al diritto del lavoro possono essere ritrovate prevalentemente in “riviste non giuslavoristiche”, come risulta già dall’esperienza della “Rivista di diritto commerciale, sulle cui colonne si Pe formato il diritto del lavoro italiano” (VENEZIANI, Bruno. VARDARO, Gaetano. La rivista di diritto commerciale e la dottrina giuslavorista delle origini. **Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**: Riviste giuridiche italiane (1865-1945), Firenze, v. XVI, 1987).

seria, afinal, o contrato de trabalho. De acordo com o comercialista José Xavier Carvalho de Mendonça:

O contracto de trabalho representa a relação jurídica estabelecida entre a pessoa, que, com fim determinado, presta o próprio serviço material ou intelectual e outra que delle se aproveita ou colhe vantagem ou utilidade. Desta noção se conclue que a locação de serviços é uma especie de contracto de trabalho, e não a mesma cousa que contracto de trabalho.¹⁵⁵

Como se vê, há muitas espécies de contrato de trabalho. Já falamos sobre os contratos estabelecidos com os nacionais e os estrangeiros regidos pelas legislações civis. Passemos, agora, a discorrer sobre os contratos disciplinados pelo Código Comercial. Segundo o mesmo comercialista, eles podem ser classificados em: i) *contratos dos empregados do comércio*, ii) *contratos das gentes do mar* e iii) *contrato dos operários das indústrias ou fábricas*.¹⁵⁶

2.5.1. Dos contratos dos operários das indústrias ou fábricas: a locação mercantil de serviços

No comentário ao primeiro artigo¹⁵⁷ da sessão que trata da *locação de serviços* presente na Consolidação das Leis Civis, Teixeira de Freitas diz que a apreensão das diferenças entre a locação civil de serviços (aquela regulamentada pelas Leis de Locação de Serviço de 1830, 1837 e 1879 e Ordenações) e a locação de serviços mercantil é “questão difficil, que depende de minuciosa analyse”.¹⁵⁸

E nos pareceu, é verdade, que a formulação da matéria estava ainda em plena construção.

Muito embora houvesse, desde 1850, um Código Comercial que estabelecesse entre os arts. 226 a 241 a figura da locação mercantil, a doutrina, 26

¹⁵⁵ CARVALHO DE MENDONÇA, 1906, p. 11.

¹⁵⁶ “O Codigo Commercial não se limitou a regular o trabalho dos empregados no commercio; tractou ainda das seguintes espécies particulares do contracto de trabalho relacionados com o direito commercial: a) O contracto das gentes do mar (arts. 496 a 565); b) O contracto dos operarios das industrias ou fabricas (arts. 231 a 246)” (Ibidem, p. 8).

¹⁵⁷ “Art. 679. Os mestres, empreiteiros de obras, não tem direito de rescindir por lesão os contractos que fizerem” (FREITAS, 1876, 2003, p. 446).

¹⁵⁸ Ibidem, loc. cit..

anos depois, buscava ainda apreender o conteúdo daqueles dispositivos. Na revista *O Direito*, o debate em torno do significado da locação mercantil fica evidente. Teixeira de Freitas sintetiza bem as divergências em relação a sua concepção e à de Joaquim Ribas. Vejamos:

Para elle [Joaquim Ribas] (contra o espirito e a letra do Art. 226 do Cod. do Com.), três requisitos são indispensaveis para classificar a locação de serviços como *mercantil*: 1°. Determinado *tempo* dos serviços contractados, 2°. Preço *certo* dos serviços contractados, 3°. *Caracter mercantil* dos serviços contractados.

Para nós (no espirito e letra do cit Art. 226 do Cod. Do Com.), basta somente para distinguir a *locação de serviços mercantil* os dois requisitos da *certeza de tempo* e preço nos serviços contractados; e sem carencia de mais nada, pois que a prova do *caracter mercantil* de taes serviços liga-se arithmeticamente á daquelles dois requisitos.¹⁵⁹

Embora a ínfima divergência entre uma e outra constatação acerca de quais seriam os requisitos da locação mercantil, fato é que, sendo eles dois ou três requisitos (isso para nós não importa), o que os define – e isso sim é relevante – é o seu caráter mercantil. Em outras palavras: a locação mercantil é um ato de comércio; e a sua regulamentação está no âmago do direito privado puro.

Nas palavras de Antonio Joaquim Ribas, em artigo publicado na revista *O Direito*¹⁶⁰ “é mercantil a locação de todos os serviços precisos para a realização das operações commerciaes”.¹⁶¹ O serviço é “preciso”, pois “para que se considere mercantil a locação de serviços, exige elle [o Código Comercial] que se tenham estipulados as seguintes condições: tempo determinado e preço certo”.¹⁶²

A locação mercantil regida pelos arts. 231 a 244 do Código Comercial – isso é preciso deixar assentado para que não incorramos em nenhuma confusão – é um gênero do qual podemos apreender duas espécies: a locação de serviços mercantil em *stricto sensu* e a empreitada.

Da leitura realizada por Teixeira de Freitas em sua Consolidação das Leis Civis, é possível depreender que a *locação de serviços mercantil*, que ele também chama *locação de obras*, não se confunde com a *locação com representação* (do qual

¹⁵⁹ FREITAS, Augusto Teixeira de. Porque leis se-rege a locação de serviços civil? *O Direito*: revista de legislação, doutrina e jurisprudência, Rio de Janeiro, Typographia Theatral e Commercial, a. IV, v. 9, pp. 423-427, jan./abr. 1876, p. 424.

¹⁶⁰ Chegou-se a referido artigo, pois o próprio Teixeira de Freitas, ao falar sobre o tema em seus comentários, faz menção ao trabalho de Antonio Joaquim Ribas.

¹⁶¹ RIBAS, 1873, p. 3.

¹⁶² Ibidem, loc. cit..

é uma espécie a preposição mercantil, de que falaremos mais adiante). Nas palavras do civilista:

Está entendido que só serviços corpóreos, ou mais corpóreos que espirituais, alimentam a **locação de serviços (locação d'obras)**. Serviços espirituais, ou mais espirituais que corpóreos, como no *mandato*, *comissão*, *preposição*, e outros contractos inonimados de **locação com representação**, não são objectos de locação de serviços. – Salvas estas distincções, a *locação de serviços* [d'obras] compreende os de quaesquer *trabalhadores, operarios, officiaes, marinheiros, etc.* (grifou-se).¹⁶³

Vê-se, pois, que para ser locação de serviços mercantil, os serviços não podem ser aqueles das searas chamadas “espirituais”, tais como os contratos de mandato, comissão e preposição.

A locação de serviços mercantil, portanto, é aquela que compreende os contratos dos operários e trabalhadores em geral, inclusive dos marinheiros.

Estabelecidas essas distinções, importa salientar que neste tópico abordamos apenas a locação de serviços mercantil, vulgo *locação d'obras*, dos trabalhadores empregados nas indústrias ou fábricas. A locação mercantil das “gentes do mar” demonstraremos no tópico subsequente.

Os contratos de trabalho dos empregados das indústrias ou fábricas, conforme nos aponta Carvalho de Mendonça, são tutelados pelos artigos 231 a 246 do Código Comercial. Como dissemos, esses artigos dizem respeito à locação de serviços em *stricto sensu* e à empreitada. Transcrevemos aqui apenas alguns deles.

TÍTULO X DA LOCAÇÃO MERCANTIL

Art. 231 - **Nos ajustes de locação de serviços, se o locador, oficial ou artifice se encarregar de fornecer a matéria e o trabalho, perecendo a obra antes da entrega, não terá direito a paga alguma;** salvo se, depois de pronta, o locatário for negligente em a receber.

Art. 232 - Se o empreiteiro contribuir só com o seu trabalho ou indústria, perecendo os materiais sem culpa sua, perecem por conta do dono, e o empreiteiro não tem direito a salário algum; salvo se, estando a obra concluída, o locatário for omisso em a receber, ou a coisa tiver perecido por vício próprio da sua matéria.

[...]

Art. 235 - **O operário que, por imperícia ou erro do seu ofício, inutiliza alguma obra para que tiver recebido os materiais é obrigado a pagar o valor destes, ficando com a obra inutilizada.**

Art. 236 - O que der a fabricar alguma obra de empreitada poderá a seu arbítrio resilir do contrato, posto que a obra esteja já começada a executar, indenizando o empreiteiro de todas as despesas e trabalhos, e de tudo o que poderia ganhar na mesma obra.

¹⁶³ FREITAS, 1876, 2003, p. 447.

[...]

Art. 239 - Os operários, no caso de não serem pagos pelo empreiteiro, têm ação para embargar na mão do dono da obra, se ainda não tiver pago, quantia que baste para pagamento dos jornais devido.

Art. 240 - A morte do empreiteiro dissolve o contrato de locação de obra. O locatário, quando a matéria tiver sido fornecida pelo empreiteiro, é obrigado a pagar a seus herdeiros ou sucessores, à proporção do preço estipulado na convenção, o valor da obra feita, e dos materiais aparelhados.

[...]

Art. 243 - Todo o mestre, administrador, ou diretor de qualquer estabelecimento mercantil é responsável pelos danos que ocasionar ao proprietário por omissão culpável, imperícia, ou malversação, e pelas faltas e omissões dos empregados que servirem debaixo das suas ordens, provando-se que foi omisso em as prevenir (artigo nº. 238).¹⁶⁴ (grifou-se)

Da leitura desses dispositivos, sobressai, mais uma vez, quão permeada pelo aspecto privado estava a regulamentação dos contratos de trabalho dos empregados na indústria e nas fábricas.

Como se vê, com exceção apenas do direito de ação para embargar o pagamento na mão do dono da obra, em caso de não receber o pagamento pelo empreiteiro, não há absolutamente nenhuma garantia ao locador. A execução das obras ou do trabalho era de inteira responsabilidade sua e, caso o operário inutilizasse algum material, havia a obrigação de ressarcir-lo. Não havia, conforme observamos, qualquer estabelecimento de limite de jornada de trabalho, de garantia de valor de jornais ou salário, ou de direito em caso de rescisão de contrato para esta categoria de trabalhadores.

2.5.2. Dos contratos de trabalho “das gentes do mar”: a locação de serviços mercantil

Como se disse, segundo Teixeira de Freitas, a locação de serviços mercantil compreende não só os contratos de trabalho dos operários da indústria, mas também aqueles de quaisquer oficiais e marinheiros.

Segundo Carvalho de Mendonça, os contratos de trabalho “das gentes do mar” são regidos pelos arts. 496 a 565 do Código do Comércio. Tais artigos compreendem os seguintes títulos: i) *Título III – Dos capitães ou mestres de navios*

¹⁶⁴ BRASIL. **Código Comercial do Império do Brasil**. Lei n. 556, de 25 de junho de 1850. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-556-25-junho-1850-501245-publicacaooriginal-1-pl.html>>; Acesso em: 20 dez. 2017.

(art. 496 a 537); ii) *Título IV – Do piloto e contramestre* (arts. 538 a 542); *Título V – Do ajuste e soldadas dos oficiais e gente da tripulação, seus direitos e obrigações* (art. 543 a 565).

Nos interessa neste trabalho abordar a parte que trata do ajuste de soldada dos oficiais e gente da tripulação, presente no Título V. É que, além de serem os Títulos III e IV do Código do Comércio referentes somente às atribuições profissionais dos sujeitos ocupantes do alto da escala de profissões do comércio marítimo, será o Título V que nos possibilitará a visualização i) também da precariedade a que estes trabalhadores estavam submetidos e ii) de algumas mínimas proteções que a legislação comercial dispensava para os trabalhadores do mar.

Por serem muitos os dispositivos, selecionamos apenas alguns que nos permitem enxergar bem essas características. Com fins didáticos, separamos os artigos em três grupos que correspondem aos aspectos referenciados no parágrafo anterior. Ressaltamos, todavia, que a divisão é meramente artificial, eis que, de modo geral, toda a normatização desses trabalhadores, em se tratando de garantias, é precária, como se poderá ver a seguir.

Dos dispositivos que evidenciam a precariedade na relação de trabalho das gentes do mar, selecionamos os seguintes:

Art. 546 - Os oficiais e quaisquer outros indivíduos da tripulação, que, depois de matriculados, abandonarem a viagem antes de começada, ou se ausentarem antes de acabada, **podem ser compelidos com prisão ao cumprimento do contrato, a repor o que se lhes houver pago adiantado, e a servir 1 (um) mês sem receberem soldada.**

Art. 548 - **Rompendo-se a viagem por causa de força maior, a equipagem, se a embarcação se achar no porto do ajuste, só tem direito a exigir as soldadas vencidas.**

[...]

Art. 549 - **Se o rompimento da viagem por causa de força maior acontecer achando-se a embarcação em algum porto de arribada, a equipagem contratada ao mês só tem direito a ser paga pelo tempo vencido desde a saída do porto até o dia em que for despedida, e a equipagem justa por viagem não tem direito a soldada alguma se a viagem não se conclui.**

[...]

Art. 558 - **Sendo a embarcação apresada, ou naufragando, a tripulação não tem direito às soldadas vencidas na viagem do sinistro, nem o dono do navio a reclamar as que tiver pago adiantadas.**

Desses artigos, evidencia-se também que o mecanismo disciplinar da prisão era utilizado para compelir ao trabalho qualquer membro da equipagem¹⁶⁵, desde os oficiais até as demais pessoas empregadas no serviço do navio. E, como se isso não bastasse, os trabalhadores poderiam ser obrigados a servir por até um mês sem terem nada a receber por isso (art. 546).

De se notar, ainda, que havia o total compartilhamento dos riscos da atividade empresarial. Se o barco naufragasse, por exemplo, a tripulação não receberia sequer as soldadas vencidas na viagem.

Mas, diferentemente das legislações que vimos até agora, para os trabalhadores do mar, o Código Comercial se preocupou em destinar algumas proteções, ainda que mínimas e na estrita correlação com a essência eminentemente liberal desse documento. Vejamos:

Art. 543 - O capitão é obrigado a dar às pessoas da tripulação, que o exigirem, uma nota por ele assinada, em que se declare a natureza do ajuste e preço da soldada, e a lançar na mesma nota as quantias que se forem pagando por conta. As condições do ajuste entre o capitão e a gente da tripulação, na falta de outro título do contrato, provam-se pelo rol da equipagem ou matrícula; **subentendendo-se sempre compreendido no ajuste o sustento da tripulação.**

Não constando pela matrícula, nem por outro escrito do contrato, o tempo determinado do ajuste, entende-se sempre que foi por viagem redonda ou de ida e volta ao lugar em que teve lugar a matrícula.

Art. 544 - Achando-se o Livro da Receita e Despesa do navio conforme à matrícula (artigo nº. 467), e escriturado com regularidade (artigo nº. 503), **fará inteira fé para solução de quaisquer dúvidas que possam suscitar-se sobre as condições do contrato das soldadas;** quanto, porém, às quantias entregues por conta, prevalecerão, em caso de dúvida, os assentos lançados nas notas de que trata o artigo precedente.

Art. 547 - Se depois de matriculada a equipagem se romper a viagem no porto da matrícula por fato do dono, capitão, ou afretador, a todos os indivíduos da tripulação justos ao mês se abonará a soldada de 1 (um) mês, além da que tiverem vencido; aos que estiverem contratados por viagem abonar-se-á metade da soldada ajustada.

Se, porém, o rompimento da viagem tiver lugar depois da saída do porto da matrícula, **os indivíduos justos ao mês têm direito a receber, não pelo tempo vencido, mas também pelo que seria necessário para regressarem ao porto da saída, ou para chegarem ao do destino, fazendo-se a conta por aquele que se achar mais próximo; aos contratados por viagem redonda se pagará como se a viagem se achasse terminada.**

Tanto os indivíduos da equipagem justos por viagem, como os justos ao mês, têm direito a que se lhes pague a despesa da passagem do porto da despedida para aquele onde ou para onde se ajustarem, que for mais

¹⁶⁵ “Art. 564. [...] Entender-se-á por equipagem ou tripulação para o dito efeito, e para todos os mais dispostos neste Título, o capitão, oficiais, marinheiros e todas as mais pessoas empregadas no serviço do navio, menos as sobrecargas.” (BRASIL. Código Comercial do Império do Brasil).

próximo. Cessa esta obrigação sempre que os indivíduos da equipagem podem encontrar soldada no porto da despedida.

Art. 553 - Sendo a tripulação justa a partes ou quinhão no frete, não lhe será devida indenização alguma pelo rompimento, retardação ou prolongação da viagem causada por força maior; **mas se o rompimento, retardação ou prolongação provier de fato dos carregadores, terá parte nas indenizações que se concederem ao navio; fazendo-se a divisão entre os donos do navio e a gente da tripulação, na mesma proporção em que o frete deveria ser dividido.**

Se o rompimento, retardação ou prolongação provier de fato do capitão ou proprietário do navio, estes serão obrigados às indenizações proporcionais respectivas. Quando a viagem for mudada para porto mais vizinho, ou abreviada por outra qualquer causa, os indivíduos da tripulação justos por viagem serão pagos por inteiro.

Art. 554 - **Se alguém da tripulação depois de matriculado for despedido sem justa causa, terá direito de haver a soldada contratada por inteiro, sendo redonda, e se for ao mês far-se-á a conta pelo termo médio do tempo que costuma gastar-se nas viagens para o porto do ajuste. Em tais casos o capitão não tem direito para exigir do dono do navio as indenizações que for obrigado a pagar; salvo tendo obrado com sua autorização.**

Art. 559 - Se a embarcação aprisionada se recuperar achando-se ainda a tripulação a bordo, será esta paga de suas soldadas por inteiro.

Salvando-se do naufrágio alguma parte do navio ou da carga, a **tripulação terá direito a ser paga das soldadas vencidas na última viagem, com preferência a outra qualquer dívida anterior,** até onde chegar o valor da parte do navio que se puder salvar; e não chegando esta, ou se nenhuma parte se tiver salvado, pelos fretes da carga salva.

Entende-se última viagem, o tempo decorrido desde que a embarcação principiou a receber o lastro ou carga que tiver a bordo na ocasião do apresamento, ou naufrágio.

Se a tripulação estiver justa a partes, será paga somente pelos fretes dos salvados, e em devida proporção de rateio com o capitão.

Art. 560 - Não deixará de vencer a soldada ajustada qualquer indivíduo da tripulação que adoecer durante a viagem em serviço do navio, e o curativo será por conta deste; se, porém, a doença for adquirida fora do serviço do navio, cessará o vencimento da soldada enquanto ela durar, e a despesa do curativo será por conta das soldadas vencidas; e se estas não chegarem, por seus bens ou pelas soldadas que possam vir a vencer.

Art. 561 - Falecendo algum indivíduo da tripulação durante a viagem, a despesa do seu enterro será paga por conta do navio; e seus herdeiros têm direito à soldada devida até o dia do falecimento, estando justo ao mês; até o porto do destino se a morte acontecer em caminho para ele, sendo o ajuste por viagem; e à de ida e volta acontecendo em torna-viagem, se o ajuste for por viagem redonda.

Fica nítido que esta categoria de trabalhadores tinha direito a garantias que nem os locadores de serviço civis e nem os operários das indústrias e fábricas possuíam. Por exemplo, a preferência que o Código do Comércio, para as gentes do mar, destina aos créditos trabalhistas (art. 559), o direito ao recebimento de uma indenização no caso de despedida sem justa causa (art.554), a obrigatoriedade do capitão em fornecer uma espécie de contrato em que constem os termos ajustados (art.543), o direito da família, em caso de falecimento durante a viagem, do pagamento

das despesas com enterro, assim como da soldada devida até o dia do falecimento (art. 561), entre outros.

Muito provavelmente a necessidade de uma regulamentação minudenciada, que dispusesse com precisão sobre as relações comerciais – trazendo justamente a segurança jurídica que os Códigos no século XIX vieram suprir – fez com que, para a nossa surpresa, fosse o Código Comercial, já em 1850, muito antes da Lei de 1879, o documento que trouxesse em seu bojo garantias (mínimas, é verdade) aos trabalhadores afetados por seus dispositivos.

2.5.3. Dos contratos de empregados no comércio: a preposição mercantil

Embora a preposição mercantil não seja um contrato de locação de serviços mercantil, mas sim, conforme sustentado por Teixeira de Freitas, uma espécie de contrato de locação com representação, compreendemos importante trabalhar esta figura aqui, pois ela revela muitos dos germens em nosso ordenamento jurídico da formulação de conceitos inerentes ao contrato de trabalho. Passemos, pois, à discussão da matéria.

O contrato por meio do qual se estabelece uma relação de dependência entre o negócio mercantil, diga-se, o comerciante, e o empregado denomina-se *preposição mercantil*, ou também *contrato de emprego no comércio*.¹⁶⁶

Segundo Carvalho de Mendonça, para o expediente do negócio mercantil, é indispensável um *peçoal*, vale dizer, um grupo de indivíduos que com ele se achem em contínua relação de dependência, a título de prestação de serviços mediante remuneração¹⁶⁷. Segundo o comercialista:

Nesse pessoal não se inclui o dono ou proprietario do negocio, o chefe da casa, o commerciante; mas, estão comprehendidas todas as pessoas, dos dois sexos, maiores ou menores, que, com o seu trabalho quotidiano, concorrem para as funções regulares do *negocio* ou *casa comercial*, desde o gerente ao ultimo caixeiro.

Essas pessoas, que se denominam *prepostos commerciaes* ou *empregados no comercio*, estão sujeitas a uma disciplina particular.¹⁶⁸

¹⁶⁶ CARVALHO DE MENDONÇA, 1906, p.8.

¹⁶⁷ Ibidem, p.5.

¹⁶⁸ Ibidem, loc. cit..

O Código Comercial os denominou *agentes auxiliares do comércio*, submetendo-os a regras especiais relativamente à “qualidade” que os investiu (arts. 35 e 74 e segs.)¹⁶⁹.

O que presta os seus serviços tomava o nome genérico de *preposto* ou *empregado no comércio*. A origem da palavra, segundo o autor, vinha:

Da palavra *praepositus* do Direito Romano, e cuja tradução literal é *pessoa colocada adiante, posta á frente de uma operação para conduzi-la e dirigi-la; empregado no commercio*, expressão hoje muito usada e que também se encontrava no Código Commercial Portuguez, de 1833.¹⁷⁰ (grifos originais)

Do outro lado da relação jurídica, temos a figura do *preponente* ou *patrão*, cabendo, ainda, a denominação *chefe da casa*:

Aquelle em cujo beneficio ou vantagem é contractado o serviço, chama-se *preponente* ou *patrão*; é o dono do negócio. *Preponente* póde ser, e o é geralmente, uma sociedade mercantil. Neste caso, o sócio gerente, ou o administrador que representa o organ da direcção da sociedade, é considerado o *patrão*. A designação *chefe da casa* abrange bem os casos de os preponentes serem pessoas physicas ou sociedades.¹⁷¹

Como dissemos, a preposição comercial não é locação de serviços. Segundo Carvalho de Mendonça, ela seria uma figura mista que:

Participa tanto do mandato como da locação de serviços, mas não reúne os caracteres exclusivos de nenhum destes contractos. Fôrma a *preposição commercial* uma figura typica de contracto. A subordinação ou dependência do preposto em relação ao negocio commercial arreda-lhe a qualidade de mandatário, para lhe imprimir a de locador de serviços; a representação, que, muitas vezes, o preposto exerce relativamente a terceiros afasta-o da posição de locador de serviços para elevar a mandatário. As regras desses dois contractos fundem-se, criando uma nova figura, o *contrato de preposição commercial*, ou de *emprego no commercio* [...].¹⁷²

Os prepostos, segundo Carvalho de Mendonça, podem ser distribuídos em duas grandes classes, que se distinguem conforme as suas funções, gradações e extensão. Nesse sentido, importante a reprodução da classificação do autor para que

¹⁶⁹ Ibidem, loc. cit..

¹⁷⁰ Ibidem, p.8.

¹⁷¹ CARVALHO DE MENDONÇA, 1906, p. 9.

¹⁷² Ibidem, p.10.

possamos visualizar quem eram efetivamente os empregados do comércio do final do século XIX e início do XX. Segundo Carvalho de Mendonça:

Na primeira classe, compreendem-se os prepostos que administram o negocio ou a casa commercial, representando o seu proprietario, do qual se tornam o *alter ego*. Nelles salienta-se a qualidade juridica, e denominam-se *feitores* ou *gerentes*.

Na segunda classe, alistam-se os simples auxiliares dentro ou fóra do estabelecimento. Elles são coadjuvantes, meros instrumentos ou meios de actos juridicos extranhos [...] Estes prepostos encarregados de serviços especiaes restrictos, technicos muitas vezes, prestados sob as ordens immediatas do chefe da casa ou do gerente, tomam nomes especiaes, conforme a natureza dos serviços a seu cargo e usos locaes. Assim, existem: 1º) Os *caixeiros sedentarios*, encarregados de serviços no estabelecimento, figurando entre elles:

- a) os guarda livros;
- b) os caixeiros de balcão;
- c) os chefes de armazem ;
- d) o caixa; etc.

2º) Os caixeiros despachantes.

3º) Os caixeiros viajantes.

4º) Os praticantes ou aprendizes.¹⁷³

Do que fora apresentado até aqui, importante ressaltar que encontramos em Carvalho de Mendonça uma formulação conceitual bastante precisa daquilo que, posteriormente, serviria de subsídio para a disciplina jurídica trabalhista. É muito no âmago do direito comercial, portanto, que podemos localizar alguns dos elementos para entender as nossas primeiras construções conceituais acerca do que seria, juridicamente falando, o *patrão*, o *preposto*, a *subordinação*, dentre outros conceitos que posteriormente seriam incorporados ao direito do trabalho.

E da análise da matéria notamos, ainda, outra situação digna de nota: os empregados no comércio, em se tratando de direitos decorrentes do contrato de trabalho, constituíam uma classe muito privilegiada de trabalhadores. Explicamos.

O Código Comercial, no art. 74, trouxe a exigência de que o preponente (patrão) inscrevesse o preposto no Registro Público do Comércio para que este pudesse gozar, segundo as palavras de Carvalho de Mendonça, de “favores legais”.

¹⁷³ Ibidem, p.16. Ainda, segundo Carvalho: “Não se consideram prepostos: a) Os administradores ou diretores das sociedades commerciaes, qualquer que seja a sua fórmula, pois são representantes da pessoa jurídica. Estes administradores ou diretores não são auxiliares do ente social, mas representam o orgam da sua directoria ou administração, para integrante e essencial da sociedade. b) Os syndicos das massas fallidas. c) Os liquidantes das sociedades. d) O pessoal dos serviços economicos da União, dos Estados ou das Municipalidades. e) O pessoal das estradas de ferro e de policia das companhias de docas, salvo os que trabalham no escriptorio commercial. f) Os moços ou criados dos hotéis ou restaurants. g) Os porteiros dos estabelecimentos ou escriptorios comercies, que são simples locadores de serviço. h) Os entregadores de mercadoria vendidas. i) Os serventes.”

O referido artigo, é verdade, não disse expressamente quais seriam esses “favores” quando da edição do Código, em 1850. O assento nº VII, de 6 de julho de 1874 do Tribunal do Comércio da Corte, todavia, veio para suprir essa lacuna¹⁷⁴. De acordo com a norma, seria garantido aos prepostos inscritos no Registro Público do Comércio:

- 1º) O direito ao salario durante tres mezes, no caso de o preposto por accidentes imprevistos e inculpadados, se impossibilitar de desempenhar o emprego (art. 79 do Cod. Com.).
- 2º) O direito de indemnização por algum damno extraordinario que vier ao preposto no serviço do preponente (art. 80 do Cod. Com.)
- 3º) O direito ao salario de um mez no caso de ser o preposto despedido, por não haver ajuste quanto ao praso (art. 81 do Cod. Com).¹⁷⁵

Além desses direitos, o assento trazia também uma série de obrigações do preponente para com o preposto. A principal delas era resultante da compreensão de que o salário possui caráter alimentar (a mesma concepção, aliás, que será utilizada posteriormente pela Justiça trabalhista). Diante desse entendimento, então, garantiu a inviolabilidade do salário nos seguintes termos:

- 1º.) Se, por caso imprevisto e sem culpa do preposto, este fica impedido de exercer as suas funções, conserva o direito ao salario por tempo não excedente de tres mezes continuos. Para isso é, porém, necessario que a nomeação do preposto tenha sido inscripta no Registro Publico do Comercio (vide n. 16).
Esta disposição prevalece por equidade :
a) Nos dias de nojo e de bodas.
b) Nos dias em que o preposto tiver de desempenhar deveres civicos ou serviços publicas honorarios, como, votar nas eleições, servir no jury, etc. Se, porém, com o desempenho desses deveres e serviços vêm a ser sacrificados interesses da casa a que serve, por exigirem taes deveres e serviços muitos dias e absorverem toda ou grande parte de atividade, o preponente pôde se oppôr e despedir o preposto.
Nos casos acima a e b não ha necessidade de ser registrada a nomeação do preposto.
 - 2º.) No caso de despedida, tem o preposto No caso de despedida direito ao salario correspondente a um mez, quando mesmo se não mantenha, durante esse mez, ao serviço do preponente, por ter este o dispensado. É ainda um dos favores que a lei dá ao preposto, cujo titulo de nomeação tenha sido inscripto no Registro Publico do Commercio (vide n. 16).
 - 3º.) O salario não pôde ser penhorado nem arrestado. É essa uma proteção contra o rigor excessivo dos credores, justificada pelo dever social de deixar ao devedor o indispensável á vida.
- [...] ¹⁷⁶

¹⁷⁴ CARVALHO DE MENDONÇA, 1906, p.18.

¹⁷⁵ Ibidem, p.18-19.

¹⁷⁶ CARVALHO DE MENDONÇA, 1906, pp. 27-29.

Além de assegurar esses direitos, o preposto também tinha o dever, desde 1874, de:

- 1º) Providenciar de modo que no seu serviço o empregado não sofra na saúde e segurança. Para esse fim é dever do preponente:
 - a) regularizar as horas de trabalho;
 - b) cuidar da higiene do estabelecimento, e da alimentação e dormitório do preposto, se este pernoitar em sua casa;
- 2º) Indemnizar o preposto por qualquer dano extraordinário que a ele aconteça no seu serviço.¹⁷⁷

Disso, concluímos o seguinte: ao passo que uma vasta parcela de trabalhadores regidos pelas leis civis (de acordo com o que demonstraremos no capítulo adiante) não tinham sequer mínimas garantias reconhecidas, outra era – para os parâmetros da época – tutelada abundantemente pelo Código Comercial.

Evidente, portanto, que no plano do pensamento existia sim, desde bem antes da promulgação de nossa Consolidação das Leis Trabalhistas – e mesmo desde bem antes da promulgação de nosso Código Civil (que abordou pifamente também a temática da locação de serviços civis, como demonstraremos) – a ideia acerca da necessidade de asseguramento de algumas condições mínimas aos trabalhadores.

Diante de tudo o que fora exposto até aqui, como finalização deste capítulo, podemos lançar a conclusão seguinte: se não tivemos uma tutela digna para os trabalhadores da agricultura, os operários das fábricas e os empregados domésticos, tal fato justifica-se muito mais numa falta de interesse, do que numa suposta ausência, no plano do pensamento, do desenvolvimento de uma mentalidade mais previdente das relações de trabalho.

Tradição e conveniência. Em se tratando de regulamentação das relações laboriosas, essas duas faces de uma mesma moeda são seguramente uma das chaves interpretativas da formação de nossa incipiente cultura jurídica do trabalho.

¹⁷⁷ Ibidem, pp. 29-30.

3. A LEGISLAÇÃO E O DIREITO PRIVADO SOCIAL QUE NÃO FORAM (1889-1916)

[...] só há um meio de evitar a manifestação flagrante da liberdade, posta, como agora, em antagonismo com a desigualdade social; consiste, como ensinam os mestres, na imposição de freios legais, de restrições, que, sem ofender o desenvolvimento das forças productivas, sirvam de proteção para os princípios soberanos e da justiça. Esse é o domínio moderno do Direito Privado Social.

Evaristo de Moraes¹⁷⁸

Delineado o quadro jurídico da regulamentação das relações de trabalho no período Imperial, este capítulo tem como objetivo mais amplo demonstrar que, mesmo com a proclamação da República, a iniciativa de uma normatização mais social, voltada para a garantia de mínimos direitos aos trabalhadores, foi praticamente inexistente. Por mais que o contexto fosse, no plano discursivo, de exaltação pelo fim dos privilégios¹⁷⁹, o que se viu, em verdade, é que em relação à chamada questão social trabalhista o plano legislativo configurava-se, com algumas pouquíssimas exceções de algumas nascentes, em verdadeiro deserto.

Mesmo em face do quadro de fortalecimento de organização dos obreiros – com a criação de partidos operários, realização dos primeiros congressos de trabalhadores e a emergência de greves de caráter mais relevante –, e apesar da reivindicação, no plano jurídico, pela estruturação de um Direito Privado que também carregasse em seu seio o contrapeso do “social”, parca era a preocupação com a situação de verdadeira carestia dos trabalhadores em território brasileiro.

3.1. Legislação e trabalho antes do Código Civil

¹⁷⁸ MORAIS, Evaristo de. **Apontamentos de direito operário**. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1905, p. 18

¹⁷⁹ Segundo Murilo de Carvalho: “Pelo aspecto político, [a modernidade brasileira] não incorporava a ideia de igualdade e de democracia. Se alguns republicanos, sobretudo do Rio de Janeiro, falavam em democracia e fim dos privilégios, não iam além da retórica. A ideia de povo era puramente abstrata. O povo era na maior parte hostil ou indiferente ao novo regime, e nenhum esforço foi feito para incorporá-lo ao sistema político por meio do processo eleitoral. A República brasileira foi uma originalidade: não tinha povo.” (CARVALHO, 1998, p. 120).

Implica, hoje em dia, embora erroneamente, em lugar comum, a assertiva de que a Legislação Social-Trabalhista, no Brasil, surgiu depois de 1930; si verdade é que, depois da insurreição nacional de 3 de outubro, teve tal Legislação notabilíssimo incremento, não deixa, também, por outro lado, de ser exato, que muito antes de 30, já no nosso elenco de leis tinham acolhida salutarees principios de fundo nitidamente social e marcadamente trabalhista.

Dario de Bittencourt¹⁸⁰

Em *Il diritto del lavoro e l'insostenibile leggerezza delle origini*, Giovanni Cazzetta sustenta que as pesquisas na história do direito do trabalho geralmente o ligam a um momento de afirmação da matéria enquanto disciplina especializada¹⁸¹.

Aqui no Brasil, por muito tempo identificou-se o momento de surgimento da legislação trabalhista com os anos 30. Essa situação, boa parte da doutrina sustenta, estaria colacionada com os efeitos da chamada “mito ou ideologia de outorga”.¹⁸² Para os propagadores dessa ideologia, a legislação trabalhista, “assim como a própria classe trabalhadora, passaria a existir graças à intervenção magnânima de Getúlio Vargas [...]”.¹⁸³

Embora seja indiscutível que a chamada legislação social tenha tido um especial acréscimo após 1930, não se pode contestar, por outro lado, que “A árvore laboralística tem obviamente raízes que se aprofundam em um terreno que vai bem além daquele do início”¹⁸⁴. As raízes do direito do trabalho, segundo Giovanni Cazzetta:

possuem uma natureza particular: quanto mais se afundam no terreno, mais negam a parte em superfície. A sua força rejeita paradoxalmente a existência autônoma dos frutos, muda e desnatura a identidade do setor juslaboralístico (como área normativa e como disciplina especial) cujas origens são procuradas.¹⁸⁵

¹⁸⁰ BITTENCOURT, Dario de. **Das “Ordenações Filipinas” á criação do Ministerio do Trabalho**: a legislação social trabalhista brasileira anterior a 1930. Porto Alegre: Tipographia Thurmman, 1938, p. 3.

¹⁸¹ CAZZETTA, Giovanni. *Il diritto del lavoro e l'insostenibile leggerezza delle origini*. **Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**, Florença, n. XXV, 1996, p. 543.

¹⁸² Para mais debates em relação ao mito de outorga ver: SIQUEIRA, Gustavo Silveira. **História do direito de greve no Brasil (1890-1946)**: criminalização, mito da outorga e movimentos sociais. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2017; MORAIS FILHO, Evaristo de. **O problema do sindicato único no Brasil**: seus fundamentos sociológicos. São Paulo: Alfa-Omega, 1978; GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

¹⁸³ GOMES, 2014, p. 73.

¹⁸⁴ Tradução livre de: “l'albero lavoristico ha ovviamente radici che se sprofondano in un terreno che va bem oltre quell'inizio.” (CAZZETTA, Op. cit., p. 544).

¹⁸⁵ Tradução livre de: “hanno una natura particolare: tanto più si affondano nel terreno, tanto più negano la parte in superficie; la loro forza respinge paradossalmente l'esistenza autonoma dei frutti, muta e

Demonstramos no primeiro capítulo que as nossas primeiras regulamentações das relações de trabalho emergiram sobre um terreno muito complexo, em que, de um lado, sentimos o peso de uma tradição, e, de outro, notamos os suspiros de um liberalismo que se fazia sentir apenas na medida da conveniência. Mas, de um modo geral, o elemento que sobressai de nossas primeiras regulamentações é a precariedade de direitos.

Com a virada da República, o quadro não melhorou muito. Com exceção do surgimento de algumas normas que poderiam ser consideradas nascentes de água no absoluto deserto das legislações sociais, a regulamentação em si dos contratos de prestação de trabalho passou por um retrocesso.

Neste tópico, a partir de pesquisa realizada sobre todos os atos do Governo Provisório (1889 a 1890) e do Poder Legislativo (1890 a 1916) que foram editados entre o surgimento da República e a promulgação do Código Civil, procuramos mapear as legislações relacionadas ao trabalho para reconstruir, com bastante precisão, o cenário da regulamentação da matéria neste ínterim. O termo inicial da pesquisa, portanto, foram os *Decretos do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil, Primeiro Fasciculo de 15 de novembro a 31 de dezembro de 1889*¹⁸⁶, o termo final, a *Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1916, Actos do Poder Legislativo*¹⁸⁷. Com a ajuda bibliográfica, ademais,

snatura l'identità del settore giulavoristico (come area normativa o disciplina speciale) di cui si ricercano le origini." (CAZZETTA, 1996, pp. 544-545).

¹⁸⁶ BRASIL. **Decretos do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil**. fasc. 1 (de 15 de novembro a 31 de dezembro de 1889). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890a.

¹⁸⁷ BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1891**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892; BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1892**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.; BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1893**. pts. I e II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894; BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1894**. pts. I e II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895; BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1895**. pts. I e II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896; BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1896**. pts. I e II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898^a; BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1897**. pts. I e II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898b; BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1898**. pts. I e II. v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900; BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1899**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899; BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1900**. v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902a; BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1901**. v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902b; BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1902**. v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903; BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1903**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907a; BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1904**. v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907b; BRASIL.

complementamos a nossa pesquisa com as legislações que não foram estabelecidas pelo Poder Legislativo no âmbito federal, mas que, pela bibliografia consultada, revelaram importância dentro do cenário de emergência de uma nova forma de se tutelar os trabalhadores. Passemos à urdidura do cenário legislativo.

3.1.1. Decreto n. 213, de 22 de fevereiro de 1890

Nem bem se havia instalado o regime republicano e o Marechal Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório, teve como um de seus primeiros atos a revogação, através do Decreto n. 213 de 22 de fevereiro de 1890, de absolutamente todas as leis e disposições relativas aos contratos de locação de serviços agrícolas.¹⁸⁸

Se já era parca a regulamentação do trabalho do estrangeiro, a partir do Governo Provisório, a situação ficou pior. A partir desse momento, todos os trabalhadores agrícolas (nacionais e estrangeiros) passaram, no plano normativo federal, a ser tutelados pelas Ordenações.

Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1905. v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907c; BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1906.** v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907d; BRASIL **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1907.** v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908; BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1908.** v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909; BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1909.** v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912; BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1910.** v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913; BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1911.** v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914; BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1912.** v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915; BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1913.** v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916a; BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1914.** v. I. pt. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916b; BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1915. Actos do Poder Legislativo.** v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917a; BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1916. Actos do Poder Legislativo.** v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917b; BRASIL. **Decretos do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil.** fasc. 1 (de 15 de novembro a 31 de dezembro de 1889). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890a; BRASIL. **Decretos do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil.** fasc. 1 (de 1 a 31 de janeiro de 1890). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890b.

¹⁸⁸ “Art. 1º Ficam revogadas as leis de 13 de setembro de 1830, 11 de outubro de 1837, n. 2827 de 15 de março de 1879 e todas as disposições exorbitantes do direito commum, relativas aos contractos de locação de serviço agrícola.

Art. 2º. Fóra do município da Capital Federal, aos poderes de cada um dos Estados Federados pertence exclusivamente a competencia para regular as mutuas relações do direito entre o locador e o locatario no respectivo territorio.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.” (BRASIL. Decreto n. 213, de 22 de fevereiro de 1890).

Dentre as justificativas para o decreto, importa destacar aquelas que, com maior precisão, permitem identificar o tom especialmente retórico da provisão “republicana”. Para Deodoro da Fonseca, revogaram-se as leis de locação de serviço levando-se em consideração:

Que é urgentemente necessario completar a obra da reforma da legislação para o estrangeiro, já tão adeantada pelo Governo da Republica com a decretação das leis da nacionalisação, liberdade de cultos e casamento civil; Que essa obra seria incompleta emquanto permanecessem na legislação nacional os vexatorios preceitos que regulam os contractos de locação de serviço agricola;

Que este regimen já se acha, felizmente, proscripto na pratica, porque os agricultores brasileiros na sua criteriosa observação teem comprehendido ser mais conveniente substituir os contractos de locação, taes como os concebe a legislação até hoje em vigor, por actos de pura convenção, tendo por base o mutuo consentimento, e elevando por esse modo o colono á categoria de parte contractante, que aliás lhe é recusada por aquella legislação;

Que, assim proscriptas pelo desuso taes leis, a sua permanencia no corpo da legislação não póde servir sinão para dar causa no estrangeiro ao descredito injusto da nação brasileira, como ponto de destino, embaraçando por esse modo a formação de uma franca corrente immigratoria;[...].¹⁸⁹

Segundo o General, supostamente, seria mais benéfico ao imigrante que os contratos de locação de serviço fossem apenas convencionados, com base na ficta autonomia das partes, do que se fossem eles, de outro modo, estabelecidos a partir de regras pré-estabelecidas pelos “vexatórios preceitos que regulam os contratos de locação de serviços agrícolas”.¹⁹⁰ Ao argumento do Governo Provisório, estar-se-ia “elevando” o imigrante – dantes considerado reles locador – à figura “teoricamente” muito mais vantajosa de contratante. Argumentação mais falaciosa não há.

É cediço que o fundamento histórico da legislação social trabalhista está na proteção que ela destina aos trabalhadores, considerados, a partir de uma constatação material, hipossuficientes diante dos poderes daqueles que ocupam o outro vértice de uma relação de trabalho. Evidente, portanto, que a revogação da Lei de Locação de Serviços não configurou progresso algum na tutela dos trabalhadores, enfeitados ao léu das falácias liberais. Ao invés de extirparem privilégios, os defensores da República estavam, em verdade, reforçando desigualdades e corroborando com a precarização que já se dava na concretude das condições de trabalho.

¹⁸⁹ BRASIL. Decreto n. 213, de 22 de fevereiro de 1890.

¹⁹⁰ Ibidem.

Não é irrelevante lembrar, aliás, que a Lei de 1879 foi confeccionada justamente com vistas ao oferecimento – ainda que muito parco – de maiores garantias aos colonos que se encontravam em situação de extrema debilidade protetiva naquele momento. Portanto, se eram ou não “vexatórios” os preceitos que regulavam os contratos de locação de serviços agrícolas, axiomático reconhecer que ao menos, antes da República, eles “eram”.

Não foi por outra razão que Evaristo de Moraes, em 1905, esboçou a sua crítica à falta de proteção legislativa destinada aos trabalhadores. Certeiras as suas palavras ao nos atentar que:

O Direito Civil que nos legára o regimen extincto tambem não ia (convem deixar bem patente) muito além das velhas Ordenações, no que dizia respeito á legislação do trabalho. Nota-se, mesmo nos nossos civilistas, a preocupação de referir as normas do salariato tão sómente ás relações de amos e criados.¹⁹¹

Ainda nesse sentido, sustentou o advogado de sindicatos, que:

Não é ocioso notar que, durante o regimen imperial, se fixaram normas e regras especiaes para contracto de *trabalhadores estrangeiros*, o que serviu para avolumar, até certo ponto, essa legislação que vamos rapidamente estudando. A Republica poz fim a taes distineções—o que se deduz da letra e do espirito da Constituição, e ao que consta do decreto 213 de 1890, que « revogou todas as leis e disposições relativas aos contractos de locação de serviço agrícola.¹⁹²

Para nenhuma surpresa – e apesar da argumentação republicana acerca da necessidade de confecção de uma legislação especializada ao estrangeiro –, fato é que seguiram os trabalhadores da agricultura (nacionais e imigrantes), sem legislação especializada no âmbito nacional por quase 70 anos.¹⁹³

¹⁹¹ MORAIS, 1905, p. 31.

¹⁹² Ibidem, p. 32.

¹⁹³ “Apenas em 1963 é publicado o Estatuto do Trabalhador Rural, fruto da grande movimentação social iniciada no meio rural, tanto no sentido da reivindicação, como da própria luta por uma reforma agrária. Os direitos do trabalhador rural, no entanto, ainda eram restritos. Em 1973, com a edição da Lei 5.889, houve um aumento desses direitos, mas, mesmo assim, ainda de forma reduzida com relação aos trabalhadores urbanos. Formalmente, somente em 1988, com a promulgação da Constituição Federal em vigor, os direitos dos trabalhadores rurais foram equiparados aos urbanos.” (SOUTO MAIOR, 2017a, p. 75).

3.1.2. Decreto n. 528, de 28 de junho de 1890

Outra legislação que merece destaque é o Decreto n. 528, de 28 de junho de 1890. Embora não se vislumbresse aos trabalhadores regidos pelas leis civis a necessidade de garantias de direitos, o Decreto n. 528 deu seguimento à ideia de formação de uma classe operária, incentivada pela imigração. Por esse motivo, destacamo-lo neste trabalho. O conteúdo da provisão visava a regularização do serviço de introdução e localização de imigrantes¹⁹⁴.

Chamam a atenção os seguintes artigos:

Art. 1º E' inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas.

[...]

Art. 5º Sómente terão passagem integral ou reduzida, por conta do Governo Federal:

1º As familias de agricultores, limitados aos respectivos chefes, ou aos seus ascendentes os individuos maiores de 50 annos;

2º Os varões solteiros maiores de 18 annos e menores de 50, uma vez que sejam trabalhadores agricolas;

3º Os operarios de artes mecanicas ou industriaes, artezãos e os individuos que se destinarem ao serviço domestico, cujas idades se acharem comprehendidas entre os limites do paragrapho precedente.

Os individuos enfermos ou com defeitos physicos, sómente terão passagem gratuita, si pertencerem a alguma familia que tenha pelo menos duas pessoas válidas.¹⁹⁵

Inquestionável que o documento tinha por objetivo o incremento do exército de mão de obra branca no país, uma vez que abria os portos somente para os

¹⁹⁴ "O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação: Considerando a conveniencia de regularisar o serviço da immigração na Republica, de modo que os immigrants tenham segura garantia da effectividade dos auxilios que lhes forem promettidos para o seu estabelecimento; Considerando que da adopção de medidas adequadas e tendentes a demonstrar o empenho e as intenções do Governo, relativamente á immigração, depende o desenvolvimento da corrente immigratoria e a segura applicação dos subsidios destinados áquelle serviço, ao qual se acha intimamente ligado o progresso da Nação; Considerando que a protecção dada aos immigrants e as medidas que assegurarem a sua prompta e conveniente collocação concorrem efficaçmente para interessal-os na prosperidade dos estabelecimentos em que forem localisados; Considerando que faz-se conveniente a concessão de favores que animem a iniciativa particular e auxiliem o desenvolvimento das propriedades agricolas, facilitando-lhes a aquisição de braços, de modo, porém, que seja attendida a conveniente collocação dos immigrants, decreta:" (BRASIL. Decreto n. 528, de 28 de junho de 1890. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Brasil – 1890**. v. 1. fasc. VI. 1890).

¹⁹⁵ Ibidem.

indivíduos “válidos e aptos para o trabalho [...] exceptuados os indígenas da Asia ou da Africa”¹⁹⁶, sendo que “os individuos enfermos ou com defeitos phisicos, sómente terão passagem gratuita, si pertencerem a alguma familia que tenha pelo menos duas pessoas válidas”¹⁹⁷.

3.1.3. Decreto n. 1.313, de 17 de Janeiro de 1891

O conteúdo desse decreto estabelecia providências para a vedação do trabalho de menores de doze anos nas fábricas da então Capital Federal, Rio de Janeiro¹⁹⁸. A regulamentação que existia no Império, até então, estava consubstanciada nas Ordenações. Segundo Evaristo de Moraes:

¹⁹⁶ BRASIL. Decreto n. 528, de 28 de junho de 1890.

¹⁹⁷ Ibidem.

¹⁹⁸ “Art. 1º E’ instituida a fiscalização permanente de todos os estabelecimentos fabris em que trabalharem menores, a qual ficará a cargo de um inspector geral, immediatamente subordinado ao Ministro do Interior, e ao qual incumbe: 1º Velar pela rigorosa observancia das disposições do presente decreto, tendo para esse fim o direito de livre entrada em todos os estabelecimentos fabris, officinas, laboratorios e depositos de manufacturas da Capital Federal; 2º Visitar cada estabelecimento ao menos uma vez por mez; podendo, quando entender conveniente, requisitar do Ministerio do Interior a presença de um engenheiro ou de alguma autoridade sanitaria; 3º Apresentar, no mez de janeiro, ao Ministro do Interior, o relatório das occurrencias mais notaveis do anno antecedente, relativamente ás condições dos menores, indicando as medidas que julgar convenientes para a realização efficaz da Assistencia. [...] Art. 2º Não serão admittidas ao trabalho effectivo nas fabricas crianças de um e outro sexo menores de 12 annos, salvo, a titulo de aprendizado, nas fabricas de tecidos as que se acharem comprehendidas entre aquella idade e a de oito annos completos. [...] Art. 4º Os menores do sexo feminino de 12 a 15 annos e os do sexo masculino de 12 a 14 só poderão trabalhar no maximo sete horas por dia, não consecutivas, de modo que nunca exceda de quatro horas o trabalho continuo, e os do sexo masculino de 14 a 15 annos até nove horas, nas mesmas condições. Dos admittidos ao aprendizado nas fabricas de tecidos só poderão occupar-se durante tres horas os de 8 a 10 annos de idade, e durante quatro horas os de 10 a 12 annos, devendo para ambas as classes ser o tempo de trabalho interrompido por meia hora no primeiro caso e por uma hora no segundo. Art. 5º E’ prohibido qualquer trabalho, comprehendido o da limpeza das officinas, aos domingos e dias de festa nacional, bem assim das 6 horas da tarde ás 6 da manhã, em qualquer dia, aos menores de ambos os sexos até 15 annos. [...] Art. 10. Aos menores não poderá ser commettida qualquer operação que, dada sua inexperiencia, os exponha a risco de vida, taes como: a limpeza e direcção de machinas em movimento, o trabalho ao lado de volantes, rodas, engrenagens, correias em acção, em summa, qualquer trabalho que exija da parte delles esforço excessivo. Art. 11. Não poderão os menores ser empregados em deposito de carvão vegetal ou animal, em quaesquer manipulações directas sobre fumo, petroleo, benzina, acidos corrosivos, preparados de chumbo, sulphureto de carbono, phosphoros, nitro-glycerina, algodão-polvora, fulminatos, polvora e outros misteres prejudiciaes, a juizo do inspector. Art. 12. Ao infractor de qualquer disposição do presente decreto será imposta pelo inspector, com recurso para o Ministro, dentro do prazo de cinco dias, a multa de 50\$ a 100\$, conforme a gravidade do caso, sendo do dobro na reincidencia. [...]” (BRASIL. Decreto n. 1.313 de 17 de janeiro de 1891. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Brasil – 1891**. v. 4. 1891).

A Ordenação do liv. I, tit. 88, regula, em alguns dos seus paragraphos, a aprendizagem de officios. E' assim que obriga os mestres a prepararem, em tempo razoável, os aprendizes que lhes forem confiados — e isso por meio de escriptura publica ou particular. Também aos mestres se dá obrigação do mandar ensinar a ler e a escrever.

Por outra parte, os menores que forem confiados por pães ou tutores, com autorização judicial, aos mestres de officios — ficam obrigados á prestação de serviços gratuitos, regulado o tempo pelo costume, sob pena de indemnização.¹⁹⁹

De acordo com alguns autores, nos conta Dario de Bittencourt, esta seria a primeira lei de cunho verdadeiramente social que os trabalhadores residentes no Brasil devem ao regime Republicano.²⁰⁰ Para outros autores, todavia:

esse decreto não passou de uma solerte mentira pregada pela República nascente ao proletariado nacional com o intuito cabotino de fazer crer, no estrangeiro, que os fundadores do novo regime compreendiam e desejavam, realmente, praticar verdadeira democracia republicana.²⁰¹

Corroborando o exposto, Evaristo de Moraes aponta para o conteúdo meramente retórico dessa legislação, eis que, por não haver fiscalização da lei, com muita frequência viam-se crianças sendo empregadas na limpeza das máquinas.²⁰² A exemplo, cita o autor que:

ha mezes, todos os jornaes noticiaram que, em certa fabrica, uma operaria de seis annos (!) fora colhida por aparelho mecanico, que a deformara para sempre...²⁰³

Na verdade, demonstra o autor, não havia interesse, por parte do Estado, de fiscalização do conteúdo prescrito pelo Decreto, e muito menos se colocava por bel prazer o patrão na atitude de cumpri-lo. O relato do tribuno também demonstra a falta de efetividade da regulamentação:

Nesta cidade, sabemos existirem fabricas onde trabalham crianças de 7 e 8 annos, junto a machinas, na imminencia afflictiva de terríveis desastres, como alguns já sucedidos.

O trabalho nocturno das crianças é praticado em certas fabricas—como o das mulheres— cercado de todos os inconvenientes e desmoralisações, que tanto teem sido combatidos no estrangeiro. Ainda nenhum Ministro da Industria sentiu a necessidade de um inquérito, que servisse para evitar

¹⁹⁹ MORAIS, 1905, p. 32.

²⁰⁰ BITTENCOURT, 1938, p. 9.

²⁰¹ Ibidem, p. 10.

²⁰² MORAIS, Op. cit, p. 35.

²⁰³ Ibidem, loc. cit..

abusos e verdadeiros crimes, e indicasse a necessidade das reformas e a maneira de as executar.²⁰⁴

Depreende-se, portanto, que a medida não passou de mais um dos engodos propagados pelo imaginário da República.

3.1.4. O retrocesso da Constituição da República de 24 de fevereiro de 1891

A Constituição republicana pouco refletiu sobre a legislação de proteção ao trabalhador²⁰⁵. Segundo a crítica de Bittencourt, tal fato justificou-se porque, à época de confecção da Constituição, “(e, mesmo, até bem pouco tempo), não sómente aqui como alhures, costumava-se dizer que, na legislação comum, se encontrava solução para todos os problemas operários... Santa ingenuidade...”.²⁰⁶

Murilo de Carvalho salientou que, em relação à constituição imperial, houve mesmo retrocesso em se tratando de garantia de direitos sociais, eis que a Constituição republicana de 1891 retirou do Estado a obrigação de fornecer gratuitamente educação primária, algo previsto na lei maior anterior.²⁰⁷ Segundo o autor:

Predominava então um liberalismo ortodoxo, já superado em outros países. Não cabia ao Estado promover a assistência social. A Constituição republicana proibia ao governo federal interferir na regulamentação do trabalho. Tal interferência era considerada violação da liberdade do exercício profissional.²⁰⁸

Havia somente assegurado, pelo art. 72, §3º, da Constituição republicana, a garantia da liberdade de associação.²⁰⁹

²⁰⁴ MORAIS, 1905, p. 89.

²⁰⁵ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 19 ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 67.

²⁰⁶ BITTENCOURT, Dario de. **Das “Ordenações Filipinas” á criação do Ministerio do Trabalho: a legislação social trabalhista brasileira anterior a 1930**. Porto Alegre: Tipographia Thurmann, 1938, pp. 10-11.

²⁰⁷ CARVALHO, Op. cit., p. 67.

²⁰⁸ Ibidem, loc. cit..

²⁰⁹ BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>; Acesso em: 22 nov. 2017.

3.1.5. Lei n. 173 de 10 de setembro de 1893

O princípio de liberdade associativa previsto na Constituição republicana foi parcialmente regulamentado pela Lei n. 173 de 10 de setembro de 1893²¹⁰. Diz-se “parcialmente”, pois notamos que, muito embora o decreto tivesse o intuito de facilitar o movimento associativo no país, nele não estariam incluídos os trabalhadores. O decreto regulou apenas a organização de associações com fins religiosos, morais, científicos, artísticos, políticos ou de simples recreio.

Foi somente em 1903, todavia, que se regulamentou a formação de sindicatos propriamente ditos.

3.1.6. Decreto n. 979 de 6 de janeiro de 1903

De 1893 a 1903, não veio à lume qualquer ato normativo novo de cunho social trabalhista.

Segundo Boris Koval, o contexto de 1890 a 1902 era de certa debilidade associativa dos operários em uniões de categorias profissionais. Para ele, os trabalhadores “ainda não haviam adquirido o sentimento de solidariedade de classe, permaneciam isolados e eram com frequência hostis entre si e sobretudo em relação aos estrangeiros”²¹¹. Esse contexto de fragilidade organizacional, muito provavelmente, refletiu na ausência, por uma década inteira, de legislações de cunho social trabalhista.

²¹⁰ “Art. 1º As associações que se fundarem para fins religiosos, moraes, científicos, artísticos, políticos, ou de simples recreio, poderão adquirir individualidade jurídica, inscrevendo o contracto social no registro civil da circumscrição onde estabelecerem a sua sede.” (BRASIL. Lei n. 173, de 10 de setembro de 1893. In: BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1893**. pt. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894).

²¹¹ KOVAL, Boris. **História do proletariado brasileiro (1857 a 1967)**. Tradução: Clarice Lima Avierina. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982, p. 86.

Passado esse período, em 6 de janeiro de 1903, o presidente Rodrigues Alves sancionou o decreto n. 979, facultando aos profissionais da agricultura e indústria rural de qualquer gênero organizarem-se em sindicatos²¹².

De acordo com Murilo de Carvalho, surpreendentemente, o reconhecimento dos sindicatos rurais antecedeu o dos sindicatos urbanos. O fato se justifica, segundo ele, por conta da presença de trabalhadores estrangeiros na cafeicultura. As representações diplomáticas de seus países de origem estavam constantemente vigilantes ao tratamento que lhes era destinado pelos fazendeiros e protestavam contra os arbítrios cometidos.²¹³ Soma-se a isso, segundo Waldemar Ferreira, o fato de ser o país, à época, eminentemente agrícola. Foi por isso, segundo o autor, que o Brasil elaborou “as suas primeiras leis sociais a fim de dispensar proteção e assistência aos trabalhadores dos campos”²¹⁴.

Observa muito bem, ainda o autor, que o artigo 1º fala exclusivamente em *profissionais* da agricultura, e não em trabalhadores rurais propriamente ditos. O intuito do legislador, portanto, claramente não era o de precipitar o movimento sindical. A norma era resultante apenas do aperfeiçoamento profissionalizado no meio rural e tinha por objetivo a facilitação dos negócios agrícolas.²¹⁵ Segundo ele, o sindicato referido no Decreto:

Não era aquela organização, porém, acentuadamente política, como a de agora. Teriam os sindicatos agrícolas feicção mais econômica: serviam de intermediarios de credito, em favor dos a eles associados, podendo adquirir para eles tudo que fosse de mister aos fins profissionais ou vender os produtos de suas lavouras, em especie ou beneficiados. Formar-se-iam os sindicatos á imagem e semelhança das sociedades anônimas.²¹⁶

²¹² “Art. 1º E' facultado aos profissioaes da agricultura e industrias ruraes de qualquer genero organisarem entre si syndicatos para o estudo, custeio e defesa dos seus interesses.[...] Art. 10. A função dos syndicatos nos casos de organização de caixas ruraes de credito agricola e de cooperativa de producção ou de consumo, de sociedade de seguros, assistencia, etc., não implica responsabilidade directa dos mesmos nas transacções, nem os bens nellas empregados ficam sujeitos ao disposto no n. 8, sendo a liquidação de taes organizações regida pela lei commum das sociedades civis.” (BRASIL. Decreto n. 979 de 6 de janeiro de 1903. In: BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1903**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907a).

²¹³ CARVALHO, 2015, p. 68.

²¹⁴ FERREIRA, Waldemar. **Princípios de legislação social e direito judiciário do trabalho**. v. I. São Paulo: São Paulo Editora Limitada, 1938, p. 27.

²¹⁵ Ibidem, pp. 28-29.

²¹⁶ Ibidem, p. 30.

3.1.7. Decreto n. 1.150, de 5 de janeiro de 1904, Decreto n. 1.607, de 29 de dezembro de 1906 e Decreto n. 6.437, de 27 de março de 1907

Ainda na esteira da normatização agrícola, no ano seguinte o Decreto n. 1.150 estabeleceu o privilégio para pagamento das dívidas oriundas do trabalhador rural. Segundo seu primeiro artigo:

Art. 1º É privilegiada a divida proveniente de salários de trabalhador agricola, afim de ser pago pelo produto da colheita para a qual houver concorrido com o seu trabalho, precipuamente a quaesquer créditos, salvo as que forem garantidas por hypotheca ou penhor agricola devidamente inscripto e transcripto.²¹⁷

Tal privilégio se referia, de acordo com o segundo artigo, à “importancia da divida resultante do saldo verificado em favor do trabalhador pelo seu salario, no ajuste de contas effectuado, constante de caderneta existente em mão do trabalhador [...]”.²¹⁸

Essa norma foi alterada dois anos depois pelo Decreto n. 1.607, de 29 de dezembro de 1906. Neste, derogou-se o art. 1º do Decreto n. 1.150, na parte final, em que restringia o privilegio aos trabalhadores agrícolas.²¹⁹

Posteriormente, ambos foram regulamentados pelo Poder Executivo por meio do Decreto n. 6.437, de 27 de março de 1907. Tal regulamento esclareceu que a dívida para com o trabalhador ficaria plenamente provada através de caderneta, desde que estivesse aberta, numerada em todas as folhas e escriturada pelo proprietário, seu representante ou preposto, ou pelo depositário ou possuidor do

²¹⁷ BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1904**. v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907b, p. 2.

²¹⁸ Ibidem, loc. cit..

²¹⁹ “Art. 1º Fica derogado o art. 1º do decreto n. 1150, de 5 de janeiro de 1904, na parte final, em que restringe o privilegio dos trabalhadores agricolas, afim de serem pagos os seus salarios pelo producto da colheita para a qual houverem concorrido com o seu trabalho, precipuamente a quaesquer outros credores.” (BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1906**. v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907d, p. 116).

prédio agrícola²²⁰. Assim, com essa regulamentação, permitiam-se ao trabalhador meios para cobrar o saldo devido pelo proprietário das terras.²²¹

3.1.8. Decreto n. 6.532, de 29 de junho de 1907

De ordem do Poder Executivo, o Decreto n. 6.532 regulamentava o Decreto n. 979 de 6 de janeiro de 1903. Chama a atenção a possibilidade de de organização de cooperativas de produção ou consumo, de caixas rurais de crédito agrícola, de associações de seguro, providência e assistência, e a forma de mutualidade em todas as operações do sindicato²²².

²²⁰ “Art. 1º E' privilegiada a divida proveniente de salarios de operarios agricolas, de modo a ser paga, com preferencia sobre todas e quaesquer outras, pelo producto da colheita ou safra a que houverem os mesmos prestado o concurso do seu trabalho. § 1º Este privilegio é restricto á colheita ou safra do anno agricola, de sorte que, si o producto desta fôr insufficiente para a solução integral das dividas por salarios, o operario será, pelo restante, simples credor chirographario. § 2º Consideram-se «operarios agricolas» os jornaleiros, colonos, empreiteiros, feitores, carreiros, carroceiros, machinistas, foguistas e outros empregados no predio rural. Art. 2º Essa prelação é assegurada ao operario agricola para a importancia do saldo proveniente de salarios, verificado em seu favor, constante de «caderneta», que lhe é propria. § 1º A divida de salarios ficará plenamente provada com a «caderneta», desde que seja esta aberta, numerada em todas as folhas, e escripturada pelo proprietario, seu representante ou preposto, depositario ou possuidor do predio rural, tendo os lançamentos feitos em ordem chronologica das parcelas de debito e credito. § 2º A escripturação da «caderneta» deverá encerrar-se mensalmente com a declaração do saldo devedor ou credor feita pelo proprietario, ou pessoas supra citadas, o qual seguida lançará sua assignatura na mesma «caderneta», mencionando o dito saldo nos livros de escripturação do immovel. § 3º Havendo desaccordo no ajuste de contas para verificação do saldo, será admittido qualquer outro meio legal de prova, além da «caderneta».” (BRASIL. Decreto n. 6.437 de 27 de março de 1907. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 14 abr. 1907, p. 2675).

²²¹ “Art. 3º Cabe acção summaria ao «operario agricola» para a cobrança das dividas de que trata este regulamento, qualquer que seja o valor dellas; podendo, bem assim, lançar mão do embargo ou arresto preventivo, como medida assecutoria, quando couber, bastando, neste caso, a «caderneta», com os requisitos do artigo anterior, para prova litteral da divida e seguindo-se, quanto ao mais, o disposto na legislação em vigor.” (Ibidem).

²²² “Art. 3º São característicos essenciaes dos syndicatos agricolas: a) o numero minimo de sete associados; b) a qualidade peculiar a todos os associados de profissional da agricultura ou de industria rural de qualquer genero; c) a existência de um património constituindo capital da associação; d) a fórmula de mutualidade em todas as operações e actos dos syndicatos. [...] Art. 12. A organização de cooperativas de produção ou de consumo, caixas rurais de credito agricola, associações de seguro, de providencia, de assistencia, etc., não envolve responsabilidade directa do syndicato nas transacções, sendo a liquidação de taes organizações regida pela lei commum das sociedades civis (Dec. cit. n. 979, art. 10).” (BRASIL. Decreto n.º 6.532 de 29 de junho de 1907. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 05 fev. 1908, p. 965. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6532-29-junho-1907-517583-publicacaooriginal-1-pe.html>>; Acesso em: 12 fev. 2018).

3.1.9. Decreto n. 1.637 de 5 de janeiro de 1907

No início do século XX, os trabalhadores urbanos eram a minoria no Brasil. Com o fim do regime escravocrata, a expansão da indústria fez emergir um número considerável de operários assalariados. Segundo Koval, “no período de 1890 a 1907 as fileiras do proletariado industrial no Brasil quase triplicaram e ultrapassaram 151,8 mil pessoas”.²²³

Face ao crescimento populacional de trabalhadores urbanos, editou-se o Decreto n. 1.637, de 5 de janeiro de 1907. O panorama de sua edição, observamos, é definido por uma fase ascensional da atividade reivindicatória operária. Nos anos de 1905 a 1908, segundo Boris Fausto:

dá-se a formação da Federação Operária de São Paulo e se realiza o Primeiro Congresso Operário; Ocorrem duas grandes greves em Santos (1905 e 1908), a greve ferroviária da Paulista, a greve generalizada de maio de 1907 em São Paulo, a paralisação dos sapateiros na Capital da República (1906). Ao mesmo tempo, promulga-se em janeiro de 1907 a lei prevendo a expulsão do estrangeiro por qualquer motivo que comprometa a segurança nacional e a tranquilidade pública.²²⁴

Koval afirma que a motivação do referido decreto foi a preocupação do governo com a pujança do movimento grevista. Segundo ele:

Depois do Primeiro Congresso Operário Brasileiro o movimento proletário passou a se desenvolver sob a direção direta e imediata dos sindicatos. Adquiriu um caráter de massas, por exemplo, a luta pela jornada de oito horas de trabalho. Em 1º de Maio de 1906 em muitas cidades do país tiveram lugar manifestações e comícios, nos quais os operários reivindicaram a decretação da jornada de oito horas de trabalho na indústria. Em apoio a esta palavra de ordem em 15 de maio iniciaram uma greve os ferroviários de São Paulo. Dois dias depois, em sinal de solidariedade, aderiram à luta os têxteis, pedreiros e metalúrgicos do mesmo estado. Em 30 de maio aderiram os estudantes. Nem a polícia, nem unidades de tropas puderam alquebrar o espírito combativo dos grevistas. Depois de algumas semanas de luta tenaz os trabalhadores obtiveram uma luta parcial: em várias empresas a jornada de trabalho foi reduzida. O governo, preocupado com a envergadura da luta grevista, fez algumas concessões. Em janeiro de 1907 foi aprovado o decreto que dava

²²³ KOVAL, 1982, p. 83.

²²⁴ FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo: DIFEL, 1976, p. 133.

aos operários o direito de criar “sindicatos profissionais e associações cooperativas [...]”²²⁵

Importante notar, ainda, que na visão de Angela de Castro Gomes, diferentemente da primeira lei sobre sindicatos rurais, essa norma – que disciplinava o funcionamento dos sindicatos profissionais urbanos e as sociedades cooperativas – representou um marco importante na vida dos trabalhadores, eis que “reconhecia o direito de livre reunião e associação para trabalhadores de qualquer profissão [...] fora da intervenção governamental”.²²⁶ Afirmou a historiadora, ainda, que:

o período que vai desde 1907 a 1919 é caracterizado como uma etapa do movimento operário, pois o mercado de trabalho está sob sua influência (os sindicatos são livres e autônomos) e fora do campo de intervenção do Estado. Dessa forma, o início do debate mais sistemático em torno da questão social ocorre num contexto em que sindicatos de trabalhadores, legalmente organizados, podem demandar e pressionar por melhores condições de trabalho e salário, num mercado onde praticamente inexistia qualquer papel do Estado.²²⁷

De fato, o Decreto n. 1.637 de 5 de janeiro de 1907 significou sim um marco importante na vida dos trabalhadores, pois representava concessão do governo diante da envergadura das lutas grevistas. E esse fato, de certo modo, impulsionou também o movimento sindical²²⁸. Mas é preciso deixar assente que a provisão legal, de modo algum, legitimou uma atuação sindical independente, forte e combativa, em que sindicatos legalmente organizados poderiam demandar por melhores condições de trabalho. Muito pelo contrário. Com o decreto de 1907, nitidamente o governo pretendia colocar os sindicatos sob seu controle, esvaziando o caráter combativo das associações. Vejamos alguns dispositivos.

CAPITULO I DOS SYNDICATOS PROFISSIONAES

Art. 1º E' facultado aos profissionaes de profissões similares ou connexas, inclusive as profissões liberaes, organizarem entre si syndicatos, tendo por fim o estudo, a defesa e o desenvolvimento dos interesses geraes da profissão e dos interesses profissionaes de seus membros.

Paragraphe unico. São considerados como continuando a pertencer á profissão, embora não o pertençam mais, os profissionaes que tiverem exercido a profissão durante cinco annos e que não a tenham abandonado desde mais de dez annos, comtanto que não exerçam outra profissão e

²²⁵ KOVAL, Op. cit., p. 83.

²²⁶ GOMES, 2014, p. 75.

²²⁷ Ibidem, p. 76.

²²⁸ Segundo Koval: “Obtendo o direito à organização de sindicatos, os sindicalistas iniciaram imediatamente a luta pela criação de um centro sindical nacional único.” (KOVAL, 1982, p. 110).

residam no paiz desde mais de tres annos.

Art. 2º **Os syndicatos profissionaes se constituem livremente, sem autorização do Governo**, bastando, para obterem os favores da lei, depositar no cartorio do registro de hypothecas do districto respectivo tres exemplares dos estatutos, da acta da installação e da lista nominativa dos membros da directoria, do conselho e de qualquer corpo encarregado da direcção da sociedade ou da gestão dos seus bens, com a indicação da nacionalidade, da idade, da residencia, da profissão e da qualidade de membro effectivo ou honorario. O official do registro das hypothecas é obrigado a enviar, dentro dos oito dias da apresentação, um exemplar á Junta Commercial do Estado respectivo e outro ao procurador da Republica. Este deverá, dentro de tres mezes da communicação, remetter recibo com a declaração de regularidade. Si, findo o prazo acima, o rocurador não o tiver feito, ficarão sanadas as irregularidades.

§ 1º O registro deverá ser renovado a cada mudança de direcção ou modificação dos estatutos.

§ 2º **Só podem fazer parte dos corpos de direcção dos syndicatos, brasileiros natos ou naturalizados, com residencia no paiz, de mais de cinco annos, o no gozo de todos os direitos civis.**

[...]

Art. 8º **Os syndicatos que se constituirem com o espirito de harmonia entre patrões e operarios**, como sejam os ligados por conselhos permanentes de conciliação e arbitragem, **destinados a dirimir as divergencias e contestações entre o capital e o trabalho, serão considerados como representantes legaes da classe integral dos homens do trabalho** e, como taes, poderão ser consultados em todos os assumptos da profissão [...]. ²²⁹

Apesar de possibilitar a criação, sem autorização do governo, de sindicatos profissionais, o decreto afirma que apenas “os sindicatos que constituírem com o espírito de harmonia entre os patrões e operários [...] serão considerados como representantes legais da classe integral dos homens do trabalho”²³⁰ e que só naturais brasileiros poderiam integrá-los. Portanto, não é possível considerar que a norma tenha incentivado a atuação sindical combativa, especialmente se avaliarmos que o elemento imigrante possuía maior expressividade na organização das agremiações. Só os agrupamentos pelegos eram considerados, pelo ente estatal, representantes legais da classe trabalhadora.

De se notar, portanto, que nesse contexto de transição, em que “se deturpava, ao mesmo tempo, a boa modernidade e a boa tradição”²³¹, as normas não eram criadas para incentivar a cidadania dos trabalhadores; seu conteúdo era muito mais retórico.

²²⁹ Decreto n. 1.637 de 5 de janeiro de 1907. In: BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1907**. v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908a, p. 17.

²³⁰ Ibidem, loc. cit..

²³¹ CARVALHO, 1998, p. 127.

3.1.10. Decreto n. 6.562 de 16 de julho de 1907

Também em 1907 aprovou-se outra norma que poderia ser encarada como uma lei de proteção trabalhista. O Decreto n. 6.562 de 16 de julho de 1907, do Poder Executivo, regulamentou a inspeção de teatros e outras casas de diversões públicas no Distrito Federal. Neste regulamento, estavam presentes alguns dispositivos – ainda que muito ínfimos – que tratavam de condições de salubridade no ambiente de trabalho.

Art. 1º Nenhuma casa destinada a espectáculos ou divertimentos publicos terá licença do Chefe de Policia para funcconar sem verificação prévia, mediante vistoria, das condições de segurança hygiene e commodade publicas.

[...]

§ 24. Ninguém poderá fumar nos camarotes, frizas, corredores, bastidores, no palco ou em qualquer outro lugar da sala de espectáculos, salvo os artistas, quando no desempenho de seus papeis.

§27. As emprezas theatraes são obrigadas a ter sempre um medico de serviço durante as representações.

[...]

Art. 14. A' turma de bombeiros de serviço cumpre:

§ 2º Não se retirar de seus postos durante o espectáculo e, findo este, revistar o edificio para que não fique accesa alguma luz ou fogo que possa offerecer perigo.

[...]

Art. 17. As companhias equestres, de acrobacia, de prestidigitação que trabalharem nas casas de espectáculos, ficarão sujeitas a todas as disposições deste regulamento.

[...]

§ 2º Fica prohibido em espectáculos publicos utilizar crianças menores de doze annos em exercicios acrobaticos, equestres ou gymnasticos.

§ 3º A' autoridade cumprirá estabelecer as condições exigiveis na pratica das sortes de acrobacia em que haja perigo manifesto e immediato para a vida humana.²³²

3.1.11. Decreto n. 1.641, de 7 de janeiro de 1907, Decreto n. 6.486, de 23 de maio de 1907 e Decreto n. 2.741 de 8 de janeiro de 1913

²³² BRASIL. Decreto n. 6.562 de 16 de julho de 1907. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 18 jul. 1907, p. 5497.

Apesar de tais provisões normativas não versarem especificamente sobre a regulamentação de contratos de trabalho ou proteção social, é preciso mencioná-las, pois revelarem o tratamento institucional destinado ao imigrante após a virada do século.

Como já dissemos, o final do século XIX e, especialmente, o início do século XX, são caracterizados como uma fase ascensional na movimentação de trabalhadores. E a imigração europeia, no seio da qual foram recrutados grandes destacamentos do proletariado brasileiro, teve papel relevantíssimo no incentivo da luta operária. Nesse período, marcado pelo surgimento de correntes radicais anarquistas e socialistas²³³, as chamadas táticas de “ações diretas” – vale dizer, do emprego da violência –, assim como as greves, foram instrumentos efetivos de animação do movimento operário.²³⁴

Como forma de arrefecer essa mobilização, foi assinado pelo Presidente da República Affonso Pena, o Decreto n. 1.641, de 7 de janeiro de 1907, conhecido também como *Lei Adolfo Gordo*, providenciando sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional.

Art. 1º O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometter a segurança nacional ou a tranquillidade publica, póde ser expulso de parte ou de todo o territorio nacional.

Art. 2º São tambem causas bastantes para a expulsão:

1ª, a condennação ou processo pelos tribunaes estrangeiros por crimes ou delictos de natureza commum;

2ª, duas condemnações, pelo menos, pelos tribunaes brasileiros, por crimes ou delictos de natureza commum;

3ª, a vagabundagem, a mendicidade e o lenocinio competentemente verificados.

Art. 3º Não póde ser expulso o estrangeiro que residir no territorio da Republica por dous annos continuos, ou por menos tempo, quando:

²³³ Sobre as correntes: “O anarquismo e sua variedade o anarco-sindicalismo foi uma corrente no movimento operário, no geral revolucionária mas de caráter pequeno-burguês. Diferentemente do anarquismo clássico (Bakunismo) o anarco-sindicalismo adotou algo do marxismo (o ensinamento sobre a luta de classes), reviu uma série de antigos dogmas (sobre o papel do terror individual etc.) e apoiava-se nos sindicatos, como forma fundamental de organização da luta proletária e célula do futuro “socialismo sindicalista”. A principal arma dos operários – na opinião dos anarco-sindicalistas – deveria ser a greve, “ação direta” transformando-se em revolta armada. Os partidários das “ações diretas” não achavam necessário lutar por um partido político do proletariado, supondo que a melhor forma de organização dos operários é o sindicato.” (KOVAL, 1982, p. 99).

²³⁴ “Nos primeiros anos do século XX surgiram no Brasil mais de 1000 organizações sindicais: na cidade de São Paulo em 1903 foram criados os sindicatos dos gráficos, dos sapateiros, dos metalúrgicos, dos chapeleiros, dos têxteis e dos pedreiros; em Piracicaba, em dezembro de 1904, os têxteis organizaram seu sindicato; no estado do Amazonas (cidade de Parintins) em 1905 foi criada a união “de luta pelos direitos da classe”; grandes sindicatos surgiram no Rio de Janeiro e em outras cidades do país. (Ibidem, p. 102).

- a) casado com brasileira;
- b) viúvo com filho brasileiro.

Art. 4º O Poder Executivo póde impedir a entrada no territorio da Republica a todo estrangeiro cujos antecedentes autorizem incluil-o entre aquelles a que se referem os arts. 1º e 2º.

Paragrapho unico. A entrada não póde ser vedada ao estrangeiro nas condições do art. 3º, si tiver se retirado da Republica temporariamente. [...]

Art. 8º Dentro do prazo que fôr concedido, póde o estrangeiro recorrer para o proprio Poder que ordenou a expulsão, si ella se fundou na disposição do art. 1º, ou para o Poder Judiciario Federal, quando proceder do disposto no art. 2º. Sómente neste ultimo caso o recurso terá effeito suspensivo.

Paragrapho unico. O recurso ao Poder Judiciario Federal consistirá na justificação da falsidade do motivo allegado, feita perante o juizo seccional, com audiencia do ministerio publico.

Art. 9º O estrangeiro que regressar ao territorio de onde tiver sido expulso será punido com a pena de um a tres annos de prisão, em processo preparado e julgado pelo juiz seccional e, depois de cumprida a pena, novamente expulso.

Art. 10. O Poder Executivo póde revogar a expulsão, si cessarem as causas que a determinaram.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrario.²³⁵

Desde esse momento, como se vê, o argumento da “segurança nacional” era utilizado como justificativa para a criminalização de manifestantes e movimentos sociais. O objetivo desse decreto era muito claro: obstar a organização política dos trabalhadores.

Alguns meses depois, em maio de 1907, o Decreto n. 6.486 estabeleceu instruções para a execução da *Lei Adolfo Gordo*. Eis o conteúdo.

Art. 1º A expulsão do estrangeiro, de parte ou de todo o territorio nacional, póde ter logar nos seguintes casos:

I. Quando o estrangeiro, por qualquer motivo, comprometter a segurança nacional ou a tranquillidade publica.

II. Quando tiver sido condemnado ou processado pelos tribunaes estrangeiros por crimes ou delictos de natureza commum, ou quando tiver soffrido, pelo menos, duas condemnações pelos tribunaes brasileiros por crimes ou delictos da mesma natureza.

III. Quando for vagabundo, mendigo ou praticar actos de lenocinio (Decreto n. 1.641, de 7 de janeiro de 1907, arts. 1º e 2º).

Art. 2º A expulsão, - prevista pelo n. 1 do art. 1º, poderá ser ordenada pelo Governo Federal, toda vez que o individuo se mostre, segundo o criterio exclusivo do mesmo Governo, prejudicial aos interesses da segurança nacional ou da ordem publica, em qualquer parte do territorio da União.

Art. 3º A condemnação e processo pelos tribunaes estrangeiros se consideram comprovados, para o fim da expulsão, quer á vista de informações obtidas dos governos dos paizes a que pertençam os individuos em questão, quer em vista de certidões passadas, em devida forma, por funcionarios competentes.

A condemnação e processo pelos tribunaes brasileiros serão comprovados por este segundo meio, uma vez verificado que se trata de sentenças definitivas, passadas em julgado.

²³⁵ BRASIL. Decreto n. 1641 de 7 de janeiro de 1907. In: BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1907**. v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908b, p. 24.

§ 1º A vagabundagem e a mendicidade ficarão provadas com o auto de prisão em flagrante contravenção.

§ 2º A prova de lenocínio deverá ser feita em inquerito, aberto pela autoridade policial, e do qual conste - ou a existencia de documentos de reconhecida força, probatoria, - ou, ao menos, o depoimento de duas testemunhas insuspeitas que afirmem a verdade do facto.

Art. 4º A expulsão será individual e effectuada por acto do Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Art. 5º Expedido o acto da expulsão, será o estrangeiro notificado, em nota official, dos motivos que determinarem o acto do Governo, assignando-se-lhe um prazo de tres a 30 dias para se retirar do paiz; podendo, por essa ocasião, ser detido, si assim se fizer necessario, até o momento da partida.

[...] ²³⁶

A provisão de expulsão do imigrante do território nacional, todavia, não foi suficiente para arrefecer as crescentes movimentações operárias. Segundo instrui Koval:

Entre 1908 e 1912 tiveram lugar combativas greves nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Rio de Janeiro, Pernambuco e outras regiões do país. Como antes, a principal reivindicação era a jornada de trabalho de 8 horas. Durou mais de 5 meses (de janeiro a junho de 1912) a heroica greve de sapateiros da capital, à qual aderiram os mecânicos, pedreiros, têxteis e gráficos. Os operários venceram.

Em 1.º de Maio de 1912 em São Paulo foi organizada uma grande manifestação com as palavras de ordem: "Jornada de trabalho de oito horas!" "Reconhecimento das organizações sindicais!" "Contra a carestia!". Entre maio e julho do mesmo ano realizou-se a greve de 35 dias dos gráficos do Rio de Janeiro; em setembro no estado de Minas Gerais estourou uma greve geral pela jornada de trabalho de oito horas. Tudo isso indicava que a luta grevista, graças aos esforços dos sindicalistas revolucionários, adquirira um carácter combativo de massas. ²³⁷

Diante da resistência do proletariado, fora realizada nova investida contra os imigrantes. O Decreto n. 2.741, de 8 de janeiro de 1913, revogou os arts. 3º e 4º, parágrafo único, e 8º do Decreto n. 1.641, de 7 de janeiro de 1907.

Essa revogação, todavia, não representou nenhum alívio no trato aos imigrantes, diferentemente do que uma leitura menos atenta poderia sugerir. Lembremos, pois, do conteúdo das cláusulas que foram revogados. O artigo 3º, por exemplo, dispunha que os imigrantes casados com brasileira ou viúvos com filho brasileiro não poderiam ser extraditados; já o artigo 8º versava sobre os recursos ao Poder que ordenou a expulsão do estrangeiro. Dessa forma, claramente diminuía-

²³⁶ BRASIL. Decreto n° 6.486, de 23 de maio de 1907. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 30 maio 1907, p. 4261.

²³⁷ KOVAL, 1982, pp. 111-112.

se as limitações para a expulsão dos estrangeiros e eliminava-se a possibilidade de revisão das arbitrariedades cometidas pelo Estado.

Do que fora apresentado até aqui, portanto, observamos que este mapeamento revela a quase inexistência de preocupação, no início da República, com a tutela jurídica dos trabalhadores. Se de um lado o combate à organização sindical se fez muito presente, de outro as leis sociais foram quase inexistentes.

3.2. A legislação social trabalhista que não ocorreu: os projetos engavetados

Falamos, no tópico anterior, sobre as legislações relacionadas ao trabalho editadas no período de 1889 a 1916. Agora, a abordagem se volta, ainda que brevemente, às propostas legislativas eminentemente sociais sequer concretizadas nesse mesmo período. Para tanto, consultamos o primeiro volume do documento intitulado *Documentos Parlamentares – Legislação Social*²³⁸, que reúne especificamente os projetos e os debates travados no Congresso Nacional em torno da legislação social trabalhista antes mesmo da efetiva criação da Comissão Especial de Legislação Social, da Câmara dos Deputados, ocorrida apenas em 16 de maio de 1919.²³⁹

Impõe destacar já de início que foi possível notar que os debates, no âmbito parlamentar, apenas tomaram vulto efetivamente em 1915, a partir do chamado *Projeto Adolfo Gordo*. É só a partir desse momento que discussões, de fato, são travadas dentro da Comissão de Legislação e Justiça da Câmara dos Deputados. Antes disso, aparentemente os projetos que versavam sobre legislação social trabalhista sequer chegavam a ser debatidos; eram eles apenas *apresentados* por seus redatores à Comissão de Legislação e Justiça.

²³⁸ BRASIL, DOCUMENTOS PARLAMENTARES. **Legislação Social**: Accidentes de trabalho – Indemnização – Maximo de trabalho – Condições de salários – Contractos de locação de serviços no Commercio. v. 1. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1919.

²³⁹ Segundo Kazumi Munakata: “Em 1918, mesmo sem o aval da Constituição reformada, a Câmara dos Deputados cria a Comissão de Legislação Social, cujo objetivo é a elaboração sistemática de uma legislação do trabalho. De fato, a atividade parlamentar em relação à questão se intensifica, e o primeiro fruto disso é a lei de acidentes de trabalho (Decreto n.º 3724, de 1919, posteriormente reformada em 1923), estabelecendo a responsabilidade patronal em casos de acidentes de trabalho.” (MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981).

3.2.1. Projeto Medeiros e Albuquerque, 1904

A primeira proposta legislativa no âmbito federal que emerge nesse “compilado de projetos e debates parlamentares” em torno da legislação social é o chamado *Projecto Medeiros e Albuquerque*, de 1904, versando, em 16 artigos, sobre indenizações e acidentes de trabalho.

No breve discurso do deputado Medeiros e Albuquerque, é possível depreender com muita exatidão o contexto, a que já nos referimos, de ausência de vontade estatal para com a efetivação de medidas que buscassem compensar as desigualdades resultantes do avanço da indústria e do capitalismo. Nas palavras do parlamentar:

Quando o orador, na legislatura passada, representou seu Estado natal, teve vontade de submeter á Camara a medida que ora lhe apresenta. Mas era uma época de absoluta esterilidade legislativa. Ficava-se de antemão cansado do esforço que ainda não se tinha feito – tanto se sentia a sua absoluta inutilidade!

Fallar para que? Si o projecto tinha a sancção do Cattete, era inútil defendel-o, porque a sua approvação estava decidida. Si não tinha, era tambem inutil sustental-o, porque sua condemnação estava decretada. Os mais habéis, os mais intelligentes desistiam de ouvir razões, para ouvir as suggestões do Governo. Esperar convencer o Chefe do Estado daquelle tempo era perfeitamente vão. Sua attenção nunca se fixou em nenhum grande problema social. Sempre pareceu desdenhal-os.²⁴⁰

No entender do deputado, o contexto de 1904 parecia ser mais favorável à propositura de projetos de lei de proteção ao trabalhador. Para ele, tanto o atual presidente da República, Rodrigues Alves, quanto o seu ministro da Indústria, Lauro Severiano Muller, “se têm revelado á altura dos seus cargos”²⁴¹, contando “com uma solicitude mais intelligente e mais carinhosa, para as classes pobres”.²⁴²

Alertando para a urgência de se legislar com previdência, o deputado visava evitar que a regulamentação social viesse futuramente de maneira descurada, como

²⁴⁰ BRASIL, DOCUMENTOS PARLAMENTARES, 1919, p. 3.

²⁴¹ Ibidem, p. 4.

²⁴² Ibidem, loc. cit..

fruto de imposição das grandes reivindicações operárias que acenavam por vir. Vejamos a explanação do deputado:

Ao orador parece que nós estamos no momento opportuno para iniciarmos uma bôa legislação operaria. Esperar que nos furtemos é uma loucura: os mais retrógrados hão de sentir que, si todos os outros povos se têm visto forçados a decretal-a, nós havemos tambem de ceder á mesma contingencia. Adiar para quanto fôr inevitável e a decretação das medidas se vir importa pelas circumstancias – é uma imprudencia.

Ora, nós estamos no momento critico. Dentro de alguns mezes este Districto será um centro operario de importancia considerável. Com a quantidade innumera de obras que ao mesmo tempo estão sendo ou executadas ou provocadas pela União e pela Municipalidade, vae afluír para aqui uma população operaria numerosíssima. Mas as obras projectadas, exatamente por causa da sua intensidade, não podem durar muito. E bruscamente, dentro de tres a cinco annos, milhares de operarios ou se verão desempregados ou, pelo menos, terão a maior dificuldade na lucta pela vida. Suas reivindicações assumirão, nesse momento, um gráo de agudez extrema. O que se não tiver feito até lá, far-se-há então, cedendo a exigencias de momento, talvez inconvenientes, talvez perigosas.

É melhor, por isso, começar desde já, legislando com previdência e serenidade.²⁴³

Importante salientar que o projeto do deputado recifense, que dispunha sobre “accidentes ocorridos a operários no exercício de suas profissões e a respectiva indemnização”²⁴⁴, adería à teoria do risco profissional, desvinculando o direito do trabalhador ao recebimento de indenização somente quando verificada a culpa do empregador. O art. 1º do projeto assim dispunha:

Art. 1.º Quando um operário, occupado em algum dos serviços enumerados no art. 4º, é victima de um accidente que reduz, a titulo permanente ou temporario, a sua capacidade á indemnização, contra as consequências da perda que sofre na sua capacidade de trabalho, comtando que o accidente tenha sido causado ou pelo trabalho ou pelas condições em que elle tem logar, ou ainda pelos meios de exploração usados.²⁴⁵

Como justificativa para a adoção dessa teoria, Medeiros e Albuquerque sustentava que o sistema clássico, fruto de construções romanísticas²⁴⁶ – que

²⁴³ BRASIL, DOCUMENTOS PARLAMENTARES, 1919, p. 4-5.

²⁴⁴ Ibidem, p. 7.

²⁴⁵ Ibidem, loc. cit..

²⁴⁶ “É um dos indícios mais fortes de que a velha estrutura do direito romano já não basta á civilização moderna. Esse direito, que um autor italiano disse que até hoje tem permanecido como um navio encantado, immovel no meio da agitação para um novo rumo, ou de soçobrar em uma catástrofe violenta. Preocupado, antes de tudo, com a manutenção do capital e da propriedade, elle esquece frequentemente o caráter muito mais sagrado da personalidade humana. Trancado dentro da estreiteza individualista, elle não queria até agora atender ás novas correntes sociaes. Mas a força dos acontecimentos obriga os juristas, depois de se verem constrangidos a ceder aos factos, a inventarem theorias para justificá-las.” (Ibidem, p. 5).

responsabilizava o patrão apenas nos casos em que o acidente lhe fosse imputável – não poderia mais ser aplicado às relações com o operariado industrial. É que, segundo ele:

Pôr o operario, pobre, desarmado, ignorante, na mesma situação do capitalista – é, porém, uma burla. Todos os dias nós vemos grandes empresas industriaes preferirem accôrdos lesivos só para se furtarem ás complicações processuaes, infinitamente mais ruinosas. Como esperar que vençam os operarios o que mesmo os poderoros do dia nem sempre podem vencer! Todos, portanto, vêem bem que debaixo desse regimen, quando a igualdade do perario e do patrão perante á justiça é uma simples ficção juridica, nunca a reparação das faltas terá logar.²⁴⁷

Ocorre que, mesmo sendo necessária a edição de leis de proteção, o projeto que versava sobre as indenizações de acidente de trabalho não foi adiante.

Ao que parece, Medeiros e Albuquerque estava enganado. Ainda em 1904 a conjuntura não era favorável à adoção de medidas populares.

3.2.2. Projeto Graccho Cardoso, 1908

Alguns anos depois, em 22 de agosto de 1908, o deputado Gracho Cardoso reapresentava texto de lei seguindo a mesmíssima orientação proposta por Medeiros e Albuquerque. De acordo com o projeto:

Art. 1.º Todo accidente seguido de morte ou determinando uma incapacidade, absoluta ou parcial, permanente de trabalho e mesmo temporária é susceptível de indemnização pecuniária a beneficio da victima ou de seus representantes, pelo damno sofrido.
 Art. 2.º Para que a indemnização tenha logar, faz-se necessario que entre o accidente e o trabalho respectivo exista uma relação directa e positiva, e, nestas condições, bastará que o trabalho haja sido causa efficiente ou puramente ocasional da lesão recebida.
 Art.3.º Entende-se por accidente, no sentido desta lei, tão sómente a acção súbita de uma causa exterior repentina e violenta affectando o organismo externo ou interno do operário, bastante para produzir da sua actividade, ficando por conseguinte, excluídas, em principio, todas e quaesquer moléstias profissionaes provenientes da propria natureza do trabalho ou contrahidas durante o seu curso normal.²⁴⁸

²⁴⁷ BRASIL, DOCUMENTOS PARLAMENTARES, 1919, p. 5.

²⁴⁸ Ibidem, p. 19.

Importa notar que, naquela oportunidade, o deputado não silenciou quanto ao fato de haver sido engavetada a primeira proposta apresentada sobre indenização de acidentes de trabalho. Vejamos:

Antes de qualquer outra consideração, sinto-me bem em registrar que nada mais venho fazer, que renovar a iniciativa aqui formulada, desde 1904, pelo representante de Pernambuco, o Sr. Medeiros e Albuquerque. Mas, embora aliado às mesmas idéas de S. Ex., devo, comtudo, declarar á Camara que, sómente após haver estudado o assumpto, [...] foi que vim a saber que o largo problema econômico-social agitado no seio deste ramo do Congresso pelo adeantado espirito, que é o nobre Deputado pernambucano, dormitava há quatro longos annos na Comissão respectiva, fazendo as delicias das traças e jamais amadurecido para as honras do debate.²⁴⁹

Como se vê, mesmo após a República, não era de interesse das elites qualquer tipo de legislação que, ao proteger os trabalhadores, onerasse o industrial. O descaso era tal que na Comissão de Legislação e Justiça o assunto sequer foi debatido.

Tecnicamente, era um texto mais minudenciado que o de 1904. Em linhas gerais, seus 48 artigos dispunham sobre os casos em que haveria obrigação de indenização e quais seriam os legitimados ativos, os valores, os meios e o período das respectivas reparações.

Cabe salientar as justificativas de Graccho Cardoso para a reapresentação do projeto de Medeiros e Albuquerque. Na oportunidade em que ocupou a tribuna para defender a necessidade de aprovação de uma lei de indenização por acidentes de trabalho, o orador expôs de maneira lapidar o fundamento das nascentes teorias que colocavam em xeque o princípio abstrato da autonomia de vontade das partes entre empregado e empregador. Vejamos:

O contracto de trabalho antes das novas teorias introduzidas na legislação franceza, *ex-vi* da lei de 9 de Abril de 1898, póde dizer-se que não existia, quer tomado do ponto de vista jurídico, quer do ponto de vista economico e social.

A sua feição actual de pacto entre o capital e a atividade foi muito ulterior. Até então as relações jurídicas entre patrões e operarios regiam-se ainda pelos velhos canones do direito romano.

As questões de accidentes resolviam-se puramente, consoante ás precripções do direito civil, consagrado o principio da responsabilidade delictuosa ou quase delictuosa. Á indemnização era obrigado o imputável por damno havido.

[...] É bem de vêr quaes não fossem, em presença de semelhante situação jurídica, as condições do operariado em suas relações com o capital e, por

²⁴⁹ BRASIL, DOCUMENTOS PARLAMENTARES, 1919, p. 11.

igual, as consequências dellas decorrentes. Ora, todo trabalho pressupõe, mais ou menos, uma certa somma de riscos e perigos e, ainda por cima, multiplicados os sinistros derivados de causas fortuitas, desconhecidas ou de força maior, pelo extraordinario desenvolvimento do machinismo, acontecia que, no maior numero de vezes, o operário era lançado fora do trabalho como elemento social improductivo, submerso no oceano imenso da miséria.²⁵⁰

O projeto oferecido à apreciação da Câmara dos Deputados possuía como fundamento a famosa lei francesa de 9 de Abril de 1898, editada nas suas posteriores modificações. Novamente, segundo o deputado:

Uma solução diversa se impunha, e essa solução teve o seu advento com a lei franceza de 9 de Abril de 1898, já invocada, e posteriores modificações de 22 de Março de 1902, 2 de Dezembro de 1903, 31 de Março de 1905, 2 e 17 de Abril de 1906.

O mecanismo dessa lei foi calcado pelo principio do risco profissional que de nenhum modo se coaduna com a obsoleta teoria das faltas. Como faltas admittem-se unicamente a *inexcusavel*, para o fim de reduzir o valor da indemnização, e a *intencional*, que não é propriamente uma falta, mas um crime.

Assim, pois, desde que o accidente determine uma incapacidade de trabalho, este facto importará para o patrão na responsabilidade de uma indemnização á victima.

Dahi se originou a convicção de que o risco accidente deve ser previsto pelo custo da produção como um elemento normal do preço da revenda e assim, em ultima analyse, ser posto a cargo do consumidor.

[...]

Nessa corrente de idéas, com o mesmo pensamento e estrutura da lei franceza, foi elaborado o projecto que offereço á consideração da Camara dos Deputados.²⁵¹

Assim como o Projeto de Medeiros e Albuquerque, a proposta de Graccho Cardos não foi adiante.

3.2.3. Projeto Wenceslau Escobar, 1908

Também em 1908, na sessão da Câmara dos Deputados de 5 de outubro, Wenceslau Escobar apresentou mais um texto de lei sobre o tema de indenização de operários em casos de acidentes de trabalho. Na ocasião, o deputado rio-grandense deixou claro que seu intento era levar à Câmara novas reflexões sobre a temática da responsabilização patronal:

²⁵⁰ BRASIL, DOCUMENTOS PARLAMENTARES, 1919, p. 15.

²⁵¹ Ibidem, pp. 16-17.

Tomo a palavra, Sr. Presidente, para submeter á consideração da Camara um projecto de lei que, a meu vêr, traz uma medida de justiça.

Relativamente ao assumpto de que vou me ocupar, mais de um projecto de lei tem sido apresentado nesta Casa, o que, de certo modo, podia influir para desistir de meu proposito.

Reflectindo, porém, entendi que devia leval-o por deante, não só para tornar bem patentes as minhas idéas sobre o assumpto, que, neste momento, pare preoccupar de modo mais serio a opinião, mas, igualmente, para fornecer novos elementos de estudo á Commissão que tiver de dar parecer sobre o assumpto.²⁵²

Seguindo as manifestações das ideias anteriores, o deputado apontava para a necessidade de melhoramento das condições materiais da classe operária²⁵³, demonstrando que a questão social, em verdade, deveria ser regulamentada antes que a sociedade fosse surpreendida pela força das manifestações que tomavam vulto:

Distanciada dos tempos em que na maior parte era representada pela “servidão”, é hoje uma classe emancipada, intelligente, que cada vez ganha mais força na consciência do mundo civilizado.

Conscia dessa força e de seu direito, ella por toda parte se levanta e se organiza profissional, social e politicamente.

Organizando-se sob o ponto de vista profissional tem por fim defender os seus interesses economicos, regulando-os pela melhor fôrma com os patrões, já quanto ao salario, já quando ás condições e o tempo de trabalho. Organizando-se sob o ponto de vista social, visa a adopção de medidas que garantam eficazmente a sua existência, taes como instituições de seguros, sob suas diversas modalidades, e bem assim de meios de melhor regularizar as suas relações com as outras classes e com a suprema administração do Estado.

Organizando-se, afinal, politicamente, tem por objecto conquistar um poder real na sociedade, de modo a participar directamente no Governo do paiz, na medida de sua força material, importancia economica e social.

A verdade é que a classe operaria é hoje uma força, força que caminha a passos rápidos, pondo algumas vezes em sobressalto não só as industrias, mas até os governos e a propria ordem e segurança social.²⁵⁴

O “regulamento á indemnização aos operarios, nos casos de accidentes no trabalho”²⁵⁵, era muito mais sucinto que o projeto de Graccho Cardoso. Diferentemente dos dois projetos anteriores, a diferença substancial residia na

²⁵² BRASIL, DOCUMENTOS PARLAMENTARES, 1919, p. 26.

²⁵³ “É de uma desigualdade verdadeiramente revoltante a situação do operário que se inutiliza parcial ou completamente na officina, em consequencia de accidentes ocorridos em ocasião de trabalho, comparada com a dos directores, dos proprietários, dos gerentes, que, terminadas as horas do trabalho, voltam satisfeitos, pelo menos na apparencia, para as suas casas, onde encontram todo o conforto e abundancia, enquanto que o infeliz operário leva para a sua humilde habitação a dôr e o prenuncio seguro da miséria, quando não requintada pelos doridos lamentos da viuvez e orphandade.” (Ibidem, p. 28).

²⁵⁴ Ibidem, p. 26.

²⁵⁵ Ibidem, p. 33.

possibilidade de afastamento da responsabilidade patronal em caso de prova de acidente de trabalho causado por imprudência do operário:

Art. 2.º As companhias de que forem órgãos esses estabelecimentos, ou seus respectivos proprietários, ou o Estado, si a instituição lhes pertencer, ficam legalmente responsáveis pelo pagamento da indemnização, do qual só **excepcionalmente se poderão eximir, mediante prova de ter o accidente occorrido por exclusiva imprudencia do operário** ou caso de força maior (grifou-se).²⁵⁶

A proposta anterior, trazia apenas que situações de imprudência do operário concorreriam para a diminuição do benefício da indenização vitalícia a que tivesse direito; mas não excluía a integral responsabilidade do patrão.²⁵⁷

Mas, mesmo com um abrandamento nas condições em que o patrão poderia ser responsabilizado, a ideia de Wenceslau Escobar também não foi levada adiante.

3.2.4. Projeto Nicanor Nascimento, 1911

Em 1911, uma nova ideia focou os comerciários – aquela classe de trabalhadores com mais garantias contratuais – de que falamos no tópico referente à preposição mercantil. Segundo Nicanor Nascimento, o fundamento do projeto estava no fato de que:

Sr. Presidente, orçam por 65 a 70 mil os empregados do commercio do Rio de Janeiro, cujas relações contractuaes com os patrões, no que diz respeito á locação de serviços, não estão reguladas por legislação federal. E, nesta hora, agita-se na Capital da Republica, como em diversas outras dos Estados, a questão da regulamentação das horas de trabalho, questão que foi agitada em todos os grandes centros commerciaes e industriaes da Europa e da America. [...]
A' primeira vista parecia que no nosso regimen a liberdade contractual, a mais absoluta, deveria ser mantida entre o patrão e o caixeiro, sem que o Estado lhe puzesse nenhuma limitação.
Mas, se esborôa essa teoria de limitação estabelecida pela natureza das coisas: é evidente que o caixeiro necessitado de emprego, necessitado de

²⁵⁶ BRASIL, DOCUMENTOS PARLAMENTARES, 1919, p. 33.

²⁵⁷ No Projeto Graccho Cardoso: “Art.33. A falta intencional do operario vedará todo o direito é indemnização, concorrendo a falta inexcusável para diminuir o beneficio da indemnização vitalícia a que tiver jús. Art. 34. Falta intencional diz-se a que tiver por movel uma intenção criminosa, ou a propositalmente deliberada e praticada com o fim de crear para si proprio o direito a uma indemnização. Art. 35. Será tida por falta inexcusável a que se resultar de imprudencia, negligencia, contravenção ás prazes e regulamentos estabelecidos, ou desobediência a ordens recebidas.” (Ibidem, p. 23).

manter a sua subsistência, não tem a mesma liberdade mental para que a sua vontade se manifeste claramente na defesa dos seus interesses, e isto porque tem de obedecer á lei economica da oferta maior que a procura; porquanto, si há grande offerta de trabalhadores e pequena oferta de logares, a consequencia é que o trabalhador que offerece o seu trabalho, o seu serviço, offerece-o em condições muito inferiores áquelle que recebe uma proposta de muitíssimos individuos necessitados de trabalho e de subsistência. Esta inferioridade que se estabelece para o contractante deve ser amparada pelo Estado no interesse do proprio Estado, na manutenção das qualidades superiores da raça, do desenvolvimento da intelligência, da vontade, enfim, daquelles espíritos juvenis que se têm de desenvolver no nosso paiz. Foi attendendo, pois, a esta necessidade superior do Estado no que diz respeito á hygiene, á instrução, á formação de caracter, em summa, que eu elaborei um projecto regulamentando as horas de trabalho, que póde ser oferecido e recebido pelo empregado e pelo patrão, no contracto de locação de serviços.²⁵⁸

O texto, que dispunha sobre “regras para contractos de locação de serviços entre patrões e empregados do commercio”²⁵⁹, era composto por 10 artigos, dos quais destacamos os seguintes:

Art. 1. ° E' fixado em 12 horas o tempo máximo de trabalho diário que póde ser contractado entre cidadãos empregados (qualquer seja a classe de trabalho que cumpra) em casas de commercio, e seus patrões, gerentes ou administradores, directa ou indirectamente.

§ 1.° Nestas 12 horas inclue-se uma hora para refeição, almoço ou jantar do empregado, que a póde tomar onde lhe convier.

§ 2.° Em casos de evidente força maior, póde o tempo de trabalho, excepcionalmente ser prorrogado.

§ 3.° Em um dos dias da semana, que não seja o sabbado, poderá o patrão tomar mais tres horas ao empregado, exclusivamente para arrumação do estabelecimento, mediante aviso com 24 horas de antecedencia:

a) nas casas onde a arrumação não exiga tal aumento de horas de trabalho, poderá elle ser tomado ao empregado, para serviço commum.

[...]

Art. 4° Não podem ser contractados para empregados do commercio menores de 10 annos de qualquer sexo.

§ 1.° Só podem ser tomados como empregados no commercio menores de 15 annos e maiores de 10, quando souberem lêr e escrever em portuguez.

§ 2.° Os menores de 15 annos não podem ser obrgados a trabalhar por mais de oito horas diárias, incluindo uma para refeição e repouso.

§ 3.° Não podem ser contractados para trabalhar em estabelecimentos commerciaes á noite os menores de 18 annos e as mulheres.

a) podem sel-o os artistas de um e de outro sexo com o consentimento dos que lhes completam a capacidade juridica.

[...]

Art. 5.° Os aposentos onde trabalhem os empregados do commercio deverão ter a cubação (ar e luz) máxima exigida pelas posturas e regulamentos de hygiene.

[...]

Art. 6° Os patrões, nos casos de accidentes de trabalho em suas casas, proverão o tratamento dos seus empregados, tendo culpa; [...].²⁶⁰

²⁵⁸ BRASIL, DOCUMENTOS PARLAMENTARES, 1919, pp. 35-36.

²⁵⁹ Ibidem, p. 38.

²⁶⁰ BRASIL, DOCUMENTOS PARLAMENTARES, 1919, pp. 38-40.

Impõe deixar assentado, neste tópico, algumas pequenas impressões que chamaram a nossa atenção.

A primeira delas, a seguinte: por mais que a proposta também não tenha sido levada adiante, causa estranhamento uma medida legislativa visando à regulamentação da jornada de trabalho exclusivamente dos empregados do comércio. É cediço que, por inúmeras regiões do país, eram os operários das fábricas (sapateiros, mecânicos, pedreiros, têxteis e gráficos), e não os empregados do comércio, aqueles que protagonizavam intensas greves reivindicando o estabelecimento de um teto de jornada nesse período. O próprio deputado, inclusive, apontou no seu discurso para o fato de se agitar, no momento de propositura do projeto, a questão da regulamentação das horas de trabalho.

Dessa forma, é possível concluir que a atuação de Nicanor Nascimento, consubstanciada em proposição endereçada tão somente aos chamados agentes do comércio, corrobora a nossa assertiva de que este era um grupo a que se destinava muito mais preocupação.

Lembremos, aliás, que o Código do Comércio (arts. 35 e 74 e segs.) trouxe regras especiais para esses trabalhadores, sendo complementado posteriormente pelo assento VII, de 6 de julho de 1847, do *Tribunal do Commercio da Côrte*, que especificou as garantias desse grupo.

Portanto – e aqui trazemos a segunda constatação –, quando o deputado sustenta que não há regulamentação, no âmbito federal, quanto à locação de serviços desses trabalhadores, cabe a interpretação de que talvez houvesse um desconhecimento da regulamentação comercial. Lembremos, afinal, que esta era uma etapa de muita complexidade no direito. Um momento em que as fontes oscilavam e que o direito brasileiro buscava ainda a sua consolidação enquanto sistema.

Talvez por isso também o deputado tenha sustentado, neste mesmo discurso, que “o contracto de locação de serviços entre caixeiro e patrão cabe dentro do Direito Civil”²⁶¹, quando sabemos que havia previsão expressa no Código Comercial sobre essa relação específica de trabalho.

De outro lado, não pode escapar de nossa análise a hipótese de que, efetivamente, muitos dos empregados no comércio não tivessem contratos formais

²⁶¹ BRASIL, DOCUMENTOS PARLAMENTARES, 1919, p. 36.

estabelecidos. Talvez por isso Nicanor do Nascimento estivesse propondo uma nova legislação que desse conta de regulamentar as relações desses trabalhadores.

Infelizmente, esses são questionamentos que ainda não podemos, com toda a certeza, responder. Mas, de todo modo, o que importa fixar aqui é o seguinte: é perceptível que a preocupação com a regulamentação dos empregados do comércio era mais relevante ao nosso legislador do que a normatização, por exemplo, das relações de trabalho no campo, dos operários das fábricas e, notadamente, dos empregados domésticos, em relação aos quais é assaz eloquente o silêncio em termos normativos durante toda a passagem do século XIX.

De qualquer sorte, esse projeto também não seguiu adiante, o que demonstra que o período imediatamente posterior à República foi de extrema precariedade quando falamos em termos de garantias trabalhistas.

3.2.5. Projeto Adolfo Gordo, 1915

Em 25 de junho de 1915, o senador Adolfo Gordo apresenta novo projeto (n. 5/1915) versando sobre acidentes de trabalho. Em seus primeiros artigos, assim estabelecia:

Art. 1.º Os accidentes que forem victimas as pessoas ocupadas provisoria ou permanentemente, em executar os serviços enumerados no art. 2º, quando ocorrerem no lugar e em consecuencia do trabalho, darão direito a uma reparação a cargo exclusivo do patrão, exceptuados apenas os accidentes intencionaes e os que forem causados por força maior ou por delicto, imputavel, quer á victima, quer a um extranho.

§.1º Os accidentes a que se refere esta lei são os produzidos por uma causa exterior súbita ou violenta, que lesam o corpo humano ou lhe determinam a morte.

Tambem darão logar á applicação da lei os danos que os operarios sofrerem na exploração das industrias que, por sua natureza, puderem occasionar enfermidades agudas ou intoxicações crônicas.

§2.º A reparação consta de: socorros medicos e farmacêuticos. Ou hospitalização, á escolha da victima; pagamento de uma diaria ; pagamento de uma pensão.

Art.2º Esta lei só se aplica aos operarios e prendizes assalariados cujo salario anual não exceder de 2:400\$, e aos que perceberem mais do que aquella quantia, até a concurrencia da mesma, devendo os beneficiários trabalhar em numero superior a cinco, por conta de outrem, nos seguintes serviços: construcções, reparações e demolições de qualquer natureza, civis ou navaes, como de prédios pontes, estradas de ferro e de rodagem, linhas de tramways electricos, rêdes de esgotos, de iluminação, telegráficas e telefônicas, etc., bem como na conservação de todas essas construcções,

transportes por terra ou água; carga ou descarga; e nos estabelecimentos industriais e nos trabalhos agrícolas em que se empregarem motores inanimados, estabelecimentos e trabalhos estes onde a lei abrangerá apenas o pessoal exposto aos perigos de máquinas.

§ 1.º Nas indústrias particularmente perigosas, aplica-se a lei seja qual for o número de operários.

§ 2.º As disposições da presente lei obrigada à União, aos Estados e às municipalidades, em todas as obras, construções ou serviços que executem por administração, nas fábricas e estabelecimentos ou indústrias que mantenham, tudo segundo as mesmas condições estabelecidas para os particulares.²⁶²

De se notar que a proposta tramitou rapidamente no Senado. Na sessão de 5 de julho de 1915, ele foi aprovado em 1ª discussão e, sem qualquer debate, foi à Comissão de Legislação e Justiça, sendo também chancelado na sessão de 7 de outubro do mesmo ano. Posteriormente, a proposta foi remetida à Câmara dos Deputados, ainda em 1915. Os deputados votaram o texto duas vezes em 1916, entrando em terceira discussão em 1917. A partir de então, por oposição dos industriais, o projeto começou a ser reiteradamente adiado. Apenas em 1919, depois de dois anos de intenso debate e após inúmeras alterações legislativas, é que foi editada finalmente a primeira regulamentação sobre os acidentes de trabalho no Brasil.

Adotando a tese tão debatida da teoria do risco profissional, o Decreto n. 3.724, de 15 de janeiro de 1919, pode ser considerado um verdadeiro divisor de águas na história de nossa legislação social trabalhista.²⁶³

Como se vê, apesar das intensas reivindicações operárias, especialmente a partir de 1907, e apesar da existência, no plano do pensamento, do reconhecimento da necessidade de imposição de freios legais à crença desenfreada na autonomia da vontade das partes, pouquíssimo se legislou de modo protetivo aos trabalhadores durante os 30 primeiros anos da República.

3.3. O Código Civil de 1916 e o Direito Privado Social que não foi

²⁶² BRASIL, DOCUMENTOS PARLAMENTARES, 1919, pp. 45-46.

²⁶³ Para Ângela de Castro Gomes: “Em nosso país, seria a partir da segunda década do século XX, mais especificamente nos anos 1917/19, que um conjunto articulado de ideias sobre as causas da questão social e a necessidade de providências para sanar e/ou evitar seu desenvolvimento começa a esboçar-se de forma clara. A partir daí, o assunto não mais deixaria de ser lembrado e discutido, apesar de seu debate poder ser “esquecido” ou afastado em certos momentos, ressurgindo em outros com nova força e características.” (GOMES, 2014, p. 74).

É importante dedicar particular atenção ao Código Civil de 1916 e às ideias e dispositivos afastados do projeto original afastados, por demonstrarem especialmente como a regulação das relações de trabalho permaneceram no âmbito do direito privado puro.

A Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916²⁶⁴, veio dispor, de maneira geral, sobre a regulamentação da locação de serviços e a empreitada.

Importante destacarmos a definição da figura da “locação de serviços” esboçada pelo autor do projeto de Código Civil, em seus primeiros comentários ao já promulgado documento, em 1917. Segundo Clóvis Beviláqua, a locação de serviços (*locatio operarum*):

É o contracto pelo qual uma pessoa se obriga a prestar certos serviços a uma outra, mediante remuneração. Compreende varias espécies: o **trabalho dos operarios urbanos e rurais**; dos artistas mecanicos e liberaes; dos **empregados do commercio**, e dos profissionaes, como professores, médicos, advogados (abstrahindo do mandato); a **recovagem**, a **barcagem**, a albergaria, e, outras. Em todos esses casos, há locação de atividade, de trabalho, de serviço. Na empreitada há, tambem, locação de serviço; mas de uma forma particular, que o Codigo, mantendo a tradição, destacou em secção especial.²⁶⁵

Em sua *Defesa do projecto de Codigo Civil Brasileiro*²⁶⁶, Beviláqua deixa claro que, para a elaboração do seu projeto, aderiu à chamada “teoria da distinção”.²⁶⁷ Mas, embora tenha sustentado que as relações jurídicas tuteladas pelo Direito Civil e pelo Direito Comercial “se apresentam com caracteres suficientemente distintos no direito privado commum e no direito especial do commercio, para que se organizem por

²⁶⁴ BRASIL. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 05 jan. 1916, s. 1, p. 133. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-norma-pl.html>>; Acesso em: 20 fev. 2018.

²⁶⁵ BEVILÁQUA, Clovis. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil commentado por Clovis Beviláqua**. v. IV. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917, p. 399.

²⁶⁶ Mais especificamente em suas “observações para o esclarecimento de Codigo Civil brasileiro”, no tópico em que discorre sobre a orientação teórica do projeto. (BEVILÁQUA, Clovis. **Em defesa do projecto de Codigo Civil Brasileiro**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906).

²⁶⁷ Sobre a teoria da distinção entre o Direito Civil e o Direito Comercial, assim se pronunciou Beviláqua: “Parece-me, pois, que mais fortes razões militam em favor da doutrina da distincção, á qual não falta o apoio auctoridades eminentes. Mais provavel é que a differenciação prosiga e que do direito mercantil se destaque o industrial, confirmando-se mais uma vez, em relação ás formas do direito objectivo, a lei geral da evolução demonstrada por SPENCER. Reduzindo-se o direito comercial ao conjucto de normas juridicas relativas á circulação da riqueza, virão talvez juntar-se-lhe o agricola referente á sua producção e o industrial, regulador de sua transformação, constituindo os tres o direito economico de que nos fala GREEF”. (Ibidem, p. 39).

códigos diferentes”²⁶⁸, percebe-se que o Código Civil tutelou relações que, em tese, estariam na seara do Código Comercial.

E para assim concluir, basta concentrarmo-nos na seguinte evidência: tanto a locação de serviços dos empregados do comércio, quanto a barcagem²⁶⁹ e a recovagem²⁷⁰ que o autor cita, eram tutelados pelo direito comercial.

A nosso ver, parece que a tentativa de separação fixa entre aquilo que seria matéria do direito comercial, de um lado, e aquilo que seria matéria do direito civil, do outro, em se tratando de locação de serviços, não foi levada em consideração pelo legislador de 1916.

Segundo o civilista, "o Projecto primitivo tentara dar, em preceitos genericos bastante amplos, expressão ás necessidades communs das varias relações juridicas, em que o trabalho é a prestação de um dos contractantes.".²⁷¹ Dessa forma, "sob a denominação generica de locação de serviços (locatio operarum), comprehende o Codigo Civil uma grande variedade de prestações de trabalho humana".²⁷²

Foi nessa esteira, portanto, que o art. 1.216 do código definiu a locação de serviços da seguinte forma: é locação de serviços "toda a espécie de serviço ou trabalho lícito, material ou imaterial, [que] pode ser contratada mediante retribuição".²⁷³

Notamos, portanto, que a partir de 1916 o Código Civil passou a tutelar todas as prestações de trabalho humano.

Na verdade, mesmo no início do século XX, percebemos que havia ainda uma certa dificuldade em relação à divisão sistemática do direito. Ao falar sobre o que seria disciplinado pela civilística, Beviláqua nos permite enxergar cristalinamente toda a incerteza que pairava sobre nossos juristas:

Não é fácil delimitar o campo das diferentes disciplinas jurídicas. ENDEMANN, depois de deixar transparecer o seu pesar por não ver decidida ou dilucidada essa dificuldade por um preceito do código civil alemão, reconhece que uma definição seria perigosa, e, afinal, collocando-se na posição do legislador, nada encontra de mais preciso para dizer-nos do que

²⁶⁸ BEVILÁQUA, 1906, p. 31.

²⁶⁹ Sucintamente falando, a barcagem seria um contrato de fretamento de barco para o transporte de pessoas ou de carga tutelado pelo direito comercial.

²⁷⁰ Já a recovagem seria um contrato de transporte de pessoas, animais ou mercadorias por terra, também tutelado pelo direito comercial.

²⁷¹ BEVILÁQUA, 1917, p. 399.

²⁷² Ibidem, loc. cit..

²⁷³ BRASIL. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.

nos dissera anteriormente o conselheiro NABUCO, no art. 23 do seu projecto:
– o Direito Civil é o regulado pelo código civil.²⁷⁴

E, prossequindo em suas reflexões, continua:

Realmente, si a *mens legis* póde fornecer-nos um critério para distinguirmos o Direito privado do Direito publico, si o Direito privado encara mais particularmente o individuo e a sociedade, enquanto distincta do Estado, ao passo que o Direito publico visa o cidadão e a sociedade politicamente organizada, quando temos de traçar os limites entre o direito civil e o commercial, que é um seu prolongamento ou, por assim dizer, uma projecção de suas linhas principiães, ou entre o direito civil propriamente dito e o seu processo, ressurgem as dificuldades.
A demarcação entre o direito civil e o commercial resultará nítida depois de promulgado o código civil, e completar-se-á com a revisão, então indispensavel, do Codigo Commercial.²⁷⁵

Ao fim, promulgado o Código Civil, restou demarcado que todas as prestações de trabalho humano seriam por ele reguladas.

E a diferença entre a locação de serviços e a empreitada também merece ser destacada. Segundo Beviláqua, a empreitada "é a locação de serviço, em que o locador se obriga a fazer ou mandar fazer certa obra, mediante retribuição determinada ou proporcional ao trabalho executado. É a *locatio operis*."²⁷⁶ Mas, sustenta o autor que:

Sem duvida, há diferenças entre a locação de serviço e a empreitada; e, porque as reconhece, o Código lhe reservou uma secção especial. Mas o objeto do contrato é, afinal, o mesmo serviço, o mesmo trabalho humano. A diferença está, primeiramente, no modo de remunerar o esforço do trabalhador, que, na empreitada, attende á obra realizada e na locação commum, ao tempo do serviço.

Esta distincção, porem, não é fundamental, porque há locações de serviços, em que se não attende ao tempo, como, por exemplo a dos médicos e a dos advogados. O que caracteriza a empreitada é o seu fim, que consiste na produção de uma obra material, ou de uma certa porção della; seja, por exemplo, a construção de um edificio, seja o preparo dos moveis, com que lhe guarnecer uma das salas.

[...] o seu fim é a criação de uma coisa pelo trabalho de alguém: o proprio empreiteiro ou os seus operarios.²⁷⁷

²⁷⁴ BEVILÁQUA, 1906, p. 42.

²⁷⁵ Ibidem, pp. 42-43.

²⁷⁶ BEVILÁQUA, 1917, p. 420.

²⁷⁷ BEVILÁQUA, 1917, p. 420.

A locação de serviços era regulamentada pelos arts. 1.216 a 1.236; já a empreitada, pelos arts. 1.237 a 1.247. Para melhor visualização, destacamos os dispositivos selecionados a seguir:

Da Locação de Serviços

Art. 1.216. Toda a espécie de serviço ou trabalho lícito, material ou imaterial, pode ser contratada mediante retribuição.

[...]

Art. 1.218. Não se tendo estipulado, nem chegado a acordo as partes, fixar-se-á por arbitramento a retribuição, segundo o costume do lugar, o tempo de serviço e sua qualidade.

Art. 1.219. A retribuição pagar-se-á depois de prestado o serviço, se, por convenção, ou costume, não houver de ser adiantada, ou paga em prestações.

Art. 1.220. A locação de serviço não se poderá convencionar por mais de 4 (quatro) anos, embora o contrato tenha por causa o pagamento de dívida do locador, ou se destine a execução de certa e determinada obra. Neste caso, decorridos 4 (quatro) anos, dar-se-á por findo o contrato, ainda que não concluída a obra (art. 1.225).

[...]

Art. 1.226. São justas causas para dar o locador por findo o contrato:

I - ter de exercer funções públicas, ou desempenhar obrigações legais, incompatíveis estas ou aquelas com a continuação do serviço;

II - achar-se inabilitado, por força maior, para cumprir o contrato;

III - exigir o locatário do locador serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato;

IV - tratar o locatário ao locador com rigor excessivo, ou não lhe dar a alimentação conveniente;

V - correr o locador perigo manifesto de dano ou mal considerável;

VI - não cumprir o locatário as obrigações do contrato;

VII - ofender o locatário, ou tentar ofender o locador na honra de pessoas de sua família;

VIII - morrer o locatário.

Art. 1.227. O locador poderá dar por findo o contrato em qualquer dos casos do artigo antecedente, embora o contrário tenha convencionado.

§ 1º Despedindo-se por qualquer dos motivos especificados no artigo antecedente, ns. I, II, V e VIII, terá direito o locador à remuneração vencida, sem responsabilidade alguma para com o locatário.

§ 2º Despedindo-se por algum dos motivos designados nesse artigo, ns. III, IV, VI e VII, ou por falta do locatário no caso do no V, assistir-lhe-á direito à retribuição vencida e ao mais do artigo subsequente.

Art. 1.228. O locatário que, sem justa causa, despedir o locador, será obrigado a pagar-lhe por inteiro a retribuição vencida, e por metade a que lhe tocaria de então ao termo legal do contrato.

Art. 1.229. São justas causas para ser dispensado o locador:

I - enfermidade, ou qualquer outra causa que o torne incapaz dos serviços contratados;

II - vícios ou mau procedimento do locador;

III - força maior que impossibilite o locatário de cumprir suas obrigações;

IV - falta do locador à observância do contrato;

V - imperícia do locador no serviço contratado.

VI - ofensa do locador ao locatário na honra de pessoa de sua família.

Art. 1.230. Na locação agrícola, o locatário é obrigado a dar ao locador atestado de que o contrato está findo; e, no caso de recusa, o juiz a quem competir, deverá expedir-lo, multando o recusante em cem a duzentos cruzeiros, a favor do locador. Esta mesma obrigação subsiste, se o locatário, sem justa causa, dispensar os serviços do locador, ou se este, por motivo

justificado, der por findo o contrato. Todavia, se, em qualquer destas hipóteses, o locador estiver em débito, esta circunstância constará do atestado, ficando o novo locatário responsável pelo devido pagamento.

Art. 1.231. O locatário poderá despedir o locador por qualquer das causas especificadas no art. 1.229, ainda que o contrário tenha convencionado.

§ 1º Se o locador for despedido por alguma das causas ali particularizadas sob os ns. I, III e V, terá direito à retribuição vencida, sem responsabilidade alguma para com o locatário.

§ 2º Se for despedido por algum dos fundamentos ali admitidos sob os ns. II, IV e VI, terá direito à retribuição vencida, respondendo, porém, por perdas e danos.

[...]

Art. 1.234. Embora outra coisa haja estipulado, não poderá o locatário cobrar ao locador juros sobre as soldadas, que lhe adiantar, nem, pelo tempo do contrato, sobre dívida alguma, que o locador esteja pagando com serviços.

Art. 1.235. Aquele que aliciar pessoas obrigadas a outrem por locação de serviços agrícolas, haja ou não instrumento deste contrato, pagará em dobro ao locatário prejudicado a importância, que ao locador, pelo ajuste desfeito, houvesse de caber durante 4 (quatro) anos.

[...]

Da Empreitada

Art. 1.237. O empreiteiro de uma obra pode contribuir para ela ou só com seu trabalho, ou com ele e os materiais.

Art. 1.238. Quando o empreiteiro fornece os materiais, correm por sua conta os riscos até o momento da entrega da obra, a contento de quem a encomendou, se este não estiver em mora de receber. Estando, correrão os riscos por igual contra as duas partes.

Art. 1.239. Se o empreiteiro só forneceu a mão-de-obra, todos os riscos, em que não tiver culpa, ocorrerão por conta do dono.

[...]

Parágrafo único. Tudo o que se pagou, presume-se verificado.

Art. 1.242. Concluída a obra de acordo com o ajuste, ou o costume do lugar, o dono é obrigado a recebê-la. Poderá, porém, enfeitá-la, se o empreiteiro se afastou das instruções recebidas e dos planos dados, ou das regras técnicas em trabalhos de tal natureza.

Art. 1.243. No caso do artigo antecedente, segunda parte, pode o que encomendou a obra, em vez de enfeitá-la, recebê-la com abatimento no preço.

Art. 1.244. O empreiteiro é obrigado a pagar os materiais que recebeu, se por imperícia os inutilizar. [...].²⁷⁸

Em breve análise, nota-se que, com relação às disposições que regiam anteriormente os contratos de locação de serviços e a empreitada, o Código Civil de 1916 não inovou muito. Basicamente, os dispositivos seguiram a mesma linha eminentemente privatista responsável por “dar o tom” das leis editadas no Império para regular as relações de trabalho. A diferença é que o código: i) tratou o assunto com muito mais concisão²⁷⁹, dado que seu autor objetivava dispor genericamente sobre os modos de prestação do trabalho humano, e ii) sequer abordou os contratos

²⁷⁸ BRASIL. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.

²⁷⁹ Somando, os artigos que regulam a locação de serviços e a empreitada totalizam, no Código Civil de 1916, 32 artigos. Em contrapartida, a Lei de Locação de Serviços de 1879 continha 86 artigos.

de trabalhadores imigrantes, como seria de se esperar. Mas não houve nenhuma mudança substancial.

Mas – essa é precisamente a ideia que se quer deixar clara neste tópico – é preciso afirmar que a opção pela composição de um Código absolutamente privatista, em se tratando de regulamentação do trabalho, não foi de Beviláqua. Como veremos adiante, o jurista recifense, longe de ser um defensor obstinado do individualismo burguês, trouxe consubstanciado nos artigos de seu projeto as aspirações, oriundas de sua visão *privada social*, de se tutelar com previdência aos trabalhadores.

Ao discorrer sobre a orientação teórica do código esboçado, na já citada obra intitulada *Em defesa do Projecto de Codigo Civil Brasileiro*, o jurista se manifestou da seguinte forma:

Seguindo o conselho de BLUNTSCHLI, o actual *Projecto* procurou colocar-se no ponto de confluência das duas forças de cujo equilíbrio depende a solidez das construções sociaes; a conservação e a inovação, as tradições nacionais e a teoria das escolas, o elemento estável que já se adaptou ao caracter e ao modo de sentir do nosso povo, a maneira particular pela qual ele estabelece e procura resolver os agros problemas da vida e o elemento progressivo insuflado pela doutrina scientifica.²⁸⁰

Para Beviláqua, era essencial que se mantivesse a tradição no direito – para ele, o “principio orgânico da vida jurídica”.²⁸¹ Nesse sentido, em sua visão, “quem se propuzesse a legislar rompendo com o passado, faria como aquelle que edifica não tendo em conta a solidez do terreno e a espessura do alicerce”.²⁸²

Isso, todavia, não poderia desincumbir o jurista de olhar, ao menos que minimamente, para as transformações sociais. Beviláqua reconhecia que “o direito evolve, transforma-se, numa sequencia ininterrupta, de fórmās que se desdobram prolíficas”.²⁸³ E justamente por isso, a seu ver:

[...] o legislador tem necessidade de harmonisar os dois principios divergentes (o que se amarra ao passado e o que propende ao futuro), para accomodar a lei ás novas fórmās de relações e para assumir discretamente a attitudo de educador de sua nação, guiando cautelosamente a evolução que se accusa no horizonte.²⁸⁴

²⁸⁰ BEVILÁQUA, 1906, p. 27.

²⁸¹ Ibidem, loc. cit..

²⁸² Ibidem, loc. cit..

²⁸³ Ibidem, p. 28

²⁸⁴ Ibidem, loc. cit.

O contexto social, reconhecia o autor, – por mais que não quisessem admitir os “exageradamente reacionários”²⁸⁵ – encerrava sim uma condensação de reclamos sociais que mereciam ser ouvidos²⁸⁶. O movimento operário, assim como os próprios parlamentares²⁸⁷ e também os juristas²⁸⁸, já há algum tempo descortinavam a falácia liberal, o mito da igualdade entre as partes contratantes e o chamado individualismo abstrato. Era nesse sentido que, para Beviláqua:

Ao individualismo abstracto e desorganico, observa GIANTURCO, convém substituir um individualismo que se adapte organicamente aos fins sociaes do Estado; a moral individualista deve completar-se com a moral social; os códigos de simples direito privado devem transformar-se em códigos de direito privado social.²⁸⁹

Mas, esse direito privado social que orientava o Projeto de Código, ponderava o autor:

[...] não póde ser outra cousa mais do que o equilibrio dos interesses do individuo e da sociedade pela disciplina das relações entre as classes. Dentro dessas raias são possiveis e beneficas as reformas, fóra dellas serão subversivas.²⁹⁰

Sem propor sequer uma alteração que abalasse significativamente as estruturas que já estavam postas, o civilista de Recife se colocava como garante da confluência dos interesses das classes: se, de um lado, acreditava necessário legislar com proteção ao trabalhador, de outro – porque era algo que se apresentava de maneira sólida em nossa sociedade – defendia que o individualismo e as relações oriundas do modo de produção dele consecutório deveriam estar muito bem garantidas no Código brasileiro. Precisas, nesse sentido, as suas palavras:

Cumprir evitar do individualismo o que elle contém de axageradamente egoístico e desorganizador, mas não é perigo menor resvalar no socialismo absorvente e aniquilador dos estímulos individuaes. E falo sómente desse socialismo que se nos apresenta como uma solução empírica das duras

²⁸⁵ BEVILÁQUA, 1906, p. 39.

²⁸⁶ Ibidem, pp. 39-40.

²⁸⁷ Tais como, Medeiros e Albuquerque, Graccho Cardoso, Wenceslau Escobar, Nicanor Nascimento, Adolfo Gordo, e tantos outros a que eventualmente não tivemos acesso.

²⁸⁸ Tais como o próprio Beviláqua, mas também, de acordo com o que demonstraremos no capítulo a seguir, Evaristo de Moraes, Henrique Coelho, Rodrigues de Carvalho, Ataulpho Napoleões de Paiva, Viveiros de Castro, José Carvalho de Mendonça, e tantos outros a que eventualmente não tivemos acesso.

²⁸⁹ BEVILÁQUA, Op. cit., p. 40.

²⁹⁰ Ibidem, loc. cit.

contingencias do presente, e não desse produto genuíno da anarchia mental que investe contra a organização da propriedade, da família e do governo, sem saber que forças hão de substituir a essas que pretende eliminar. A primeira feição do socialismo há de naturalmente orientar-se melhor esclarecida pela sociologia; a segunda é o fermento produzido, de revolta em que se atormenta uma parte considerável do gênero humano.²⁹¹

Como se vê, Beviláqua estava bem longe de visualizar no código um instrumento de subversão. Sua intenção, ao dar a seu projeto uma feição um pouco mais social, não passava de mera aspiração de equilíbrio de forças, com o intuito exclusivo de “facilidade da convivência, e para que os fracos se reconhe[cessem] amparados pelo braço forte da lei no conflito de interesses que travarem com os ricos e os poderosos.”²⁹²

Mas, como já pudemos observar da leitura dos dispositivos que tratam da prestação do trabalho humano, também no Código Civil sequer o mínimo protetivo foi garantido aos trabalhadores.

Em 1917, em seus primeiros comentários ao texto já promulgado, Beviláqua criticou a retirada de alguns artigos de seu projeto original, enfatizando, que as revisões sucessivas foram as responsáveis pelo resultado de uma seção (a que trata da matéria da locação de serviços humanos), nas palavras do autor, “incompleta, anachronica e, tecnicamente, defeituosa.”²⁹³

Qual não foi a nossa surpresa quando observamos que justamente os dispositivos que traziam em seu conteúdo algum tipo de previdência aos trabalhadores foram os eleitos para serem extirpados no resultado final do código. Nos *Comentários ao Código*, Beviláqua fez questão de assinalar quais foram os artigos retirados de seu projeto original. Vejamos:

Entre as supressões que sofreu o *Projecto primitivo* nesta parte, algumas devem ser postas em relevo, porque eram características do seu systema.

Art. 1.369 – Se, durante um lapso de tempo relativamente curto, o devedor de serviços ficar impedido de prestá-los, sem culpa sua, por causa de moléstia ou por outra razão análoga, não perde o seu direito á percepção do salario.

Art. 1.370 – Se a prestação de serviços constitue uma relação permanente, e o devedor vive em casa do credor, este deve assistencia e cuidados médicos, quando o seu serviçal enferma, não se prolongando a molestia por mais de oito dias.

Art. 1.381 – Nas minas, fabricas e officinas, não se admittirão operarios menores de doze annos.

²⁹¹ BEVILÁQUA, 1906, pp. 41-42.

²⁹² Ibidem, p. 42.

²⁹³ BEVILÁQUA, 1917, p. 399.

Art. 1.382 – Os operarios de doze e dezesseis annos não deverão ser obrigados a prestar serviços nas minas, fabricas e officinas, por mais de seis horas diárias.

Art. 1.383 – O credor de serviços deve providenciar para que, por falta de hygiene ou de segurança nos logares da prestação do serviço ou nos dormitórios, quando fornecidos por elle, não aconteça damno á saúde dos operarios, sob pena de responder por elle, segundo o estabelecido nos arts. 1.643, 1.669 e 1.670.”²⁹⁴

Da análise desses artigos, notamos que aquilo que Beviláqua pretendia reconhecer aos trabalhadores era de pequeno vulto, se compararmos com o conteúdo das reivindicações operárias que eclodiam no contexto social do início do século – tais como a luta pela jornada de 8 horas e a indenização por acidentes de trabalho.

Tanto isso é verdade que Evaristo de Moraes, em seu *Apontamentos de Direito Operário*, afirmou contundentemente que:

o capitulo que o projecto do Codigo Civil dedica ao trabalho salariado não vae muito além das Ordenações do Reino, nem das leis do Imperio.

A <<locação dos serviços>> continua a lembrar aquelle dito de um romancista e poeta francez que comparou á servidão feudal o trabalho operario moderno, agravada a situação d’agora com o escarnio do industrialismo pomposo e imprudente, que suga a vida, a liberdade e a honra, e, muitas vezes, dispensa ao operario tratamento inferior ao dos cachorros de boa raça...²⁹⁵

Outra questão que merece ser posta em relevo é a que trata da concepção de Beviláqua acerca da responsabilização em casos de acidentes de trabalho. Nos seus comentários ao código²⁹⁶, o jurista dava uma interpretação benéfica aos trabalhadores.

Como já se disse no tópico anterior, o debate a que se destinou maior visibilidade na Câmara e no Senado girava em torno da responsabilização do empregador em casos de acidentes de trabalho. Embora ainda em 1917 não tivéssemos uma legislação específica, Beviláqua tentava demonstrar que, da leitura sistematizada do Código, a interpretação que deveria ser aplicada às situações de acidentes de trabalho era aquela que considerava a teoria do risco profissional. Vejamos o que disse o autor:

Outra questão social juridicamente importante é a da responsabilidade do locatário do serviço pelos accidentes de que fôr victima o locador. As theorias para explicar esta responsabilidade são varias; mas a que melhor se ajusta

²⁹⁴ BEVILÁQUA, 1917, pp. 399-400.

²⁹⁵ MORAIS, 1905, p. 28.

²⁹⁶ BEVILÁQUA, Op. cit..

ao nosso sentimento é a que, pelo lado jurídico, refere a responsabilidade á posse da machina ou outra qualquer coisa animada ou inanimada, que occasiona o damno; e, do lado social, á necessidade em que se acha o Estado de intervir na defesa, dos mais fracos, daquelles que são forçados, pelas condições de sua vida, a aceitar os perigos do trabalho. Esta ultima idéa justifica as leis de caráter social, que põem o risco profissional a cargo do industrial. A primeira autoriza o juiz a condemnar o empresário a indemnizar o operario, ou a sua família, pelo damno, que sofreu no exercício do seu mister, pelo facto do trabalho, por ocasião dele .

O Codigo Civil não resolveu esta questão? Ficou reservada para alguma lei especial, que determine as condições e a extensão da responsabilidade profissional, atendendo aos gêneros de industria? O art. 159 protege o operário somente contra a negligencia, a imprudência e o crime do industrial? Sem duvida, numa lei especial melhor se regulará a especie, se organizará o processo, e se estabelecerão as garantias da indemnização, como se tem feito em diversos paizes; mas o Codigo Civil não deixou ao operário, ou á sua família, somente o recurso de provar a culpa do industrial para reclamar o amparo, em caso de invalidez ou morte acontecida em consequencia do trabalho.

[...] o pensamento que domina a construção jurídica do Codigo Civil, em materia de responsabilidade, “é que todo damno deve ser reparado, independentemente de culpa ou dolo. Havendo culpa ou dolo, tem-se o acto ilícito, e o agente culpado ou doloso responde pelo prejuízo causado. Não havendo culpa ou dolo, o agente é, ainda assim, obrigado a indemnizar, salvo quando a outrem se deve atribuir a culpa do acto danoso” (JUSTINIANO DE SERPA)

Transportando estas idéas para a materia agora considerada, não será difficil reconhecer que ellas se ajustam com a theoria da responsabilidade do industrial em razão da posse das coisas, que determinaram damno pessoal no trabalhador.²⁹⁷

É inegável, portanto, que Beviláqua, colocava-se num patamar de defesa daqueles que, segundo ele, eram forçados a aceitar os perigos do trabalho. Não faltou empenho do jurista, nesse sentido, pela edificação de um Direito Privado que fosse também minimamente Social. Isso, todavia, não foi suficiente. Embora eclodissem manifestações, greves e reclamos doutrinários para que se olhasse para as camadas populares, a regulamentação das prestações do trabalho humano, ainda em 1916, seguia sem tutelar os trabalhadores.

Emprestando o pensamento de José Murilo de Carvalho²⁹⁸, resta-nos constatar o seguinte: na República que não era, a legislação protetiva e o direito privado social também não foram.

²⁹⁷ BEVILÁQUA, 1917, pp. 401-402.

²⁹⁸ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

4. PENSAMENTO JURÍDICO E TRABALHO (1889-1916)

Falar de “pensamento jurídico” significa de fato acreditar que o nível do direito não é nem aquele da mera execução passiva das forças inerentes a outras dimensões, nem aquele do discurso simplesmente técnico; testemunha a convicção que, ao contrário, o direito, na sua essência, fisiologicamente, é expressão fiel de uma civilização.

Paolo Grossi²⁹⁹

Com a finalidade de estabelecimento de um panorama ainda mais geral acerca do momento de surgimento de nossas primeiras preocupações envolvendo a temática do trabalho livre generalizado (e as reflexões a essa temática consectárias, tais como o operariado e a chamada “questão social”), dedicamos este capítulo exclusivamente à análise do pensamento jurídico.

O recorte é essencial não somente porque, especialmente nesse momento histórico a doutrina ocupa lugar de destaque como uma das principais fontes do direito, mas também porque o direito dogmático dos juristas oitocentistas, como disse Antônio Manuel Hespanha: “não é nada que exista como entidade definida antes e para além do discurso dos juristas. São estes, ao falar dele e ao transformá-lo em objeto de uma prática, que constituem o seu próprio corpo e lhe traçam os limites”.³⁰⁰

Por isso, refletir sobre a articulação do discurso dos juristas em relação às nossas primeiras preocupações decorrentes da temática do trabalho, em um momento em que observamos tantas práticas e discursos aparentemente antagônicos, como é o do final do século XIX e o início do XX, pareceu-nos extremamente interessante para contribuição, ainda que meramente incipiente, do caldo de formação de nossa cultura jurídica do trabalho.

Antes de partirmos para a discussão, no entanto, é preciso deixar muito bem assentadas algumas das premissas teóricas acerca daquilo que nutre, metodologicamente, o esforço de construção de uma história do pensamento jurídico.

²⁹⁹ GROSSI, Paolo. **História da propriedade e outros ensaios**. Tradução: Luiz Ernani; Ricardo M. Fonseca. Rio de Janeiro: Renovar, 2006a, pp. 140-141.

³⁰⁰ HESPANHA, 1978, p. 72.

4.1. O pensamento jurídico enquanto chave de compreensão da história do trabalho brasileira

Em primeiro lugar, o empreendimento daquele que se dedica à edificação da história do pensamento jurídico brasileiro não pode ser confundido jamais com a realização de uma urdidura saudosista ou puramente elogiosa dos juristas que compunham o cenário de reflexão de uma determinada época ou matéria específica.³⁰¹ Talvez, uma das principais contribuições da História do Direito seja justamente o fato de ela ter por escopo, de acordo com o que nos leciona Ricardo Fonseca:

explicar e problematizar criticamente (e não somente denunciar dados sepultados, como numa curiosidade necrófila tanto inútil quanto nociva), fazendo-o de um modo tal que esse saber sirva, de algum modo (de um modo crítico, que complexifique e problematize), ao nosso presente.³⁰²

A glorificação da positividade vigente por intermédio da exaltação daqueles que seriam considerados os grandes juristas do passado, portanto, não apresenta utilidade alguma à tarefa do historiador do direito, por excelência, um problematizador do passado.

Analisar o pensamento jurídico e as suas relações com o trabalho significa, – *eis a primeira premissa* –, perquirir, por exemplo, os motivos, no âmbito histórico, que justificam a colocação de determinadas construções dogmáticas em relevo, de um lado, e o ocultamento – geralmente não proclamado – de tantas outras, de outro. Essa medida encontra guarida a partir da constatação de que o direito é também construção artificiosa daqueles que o projetam. Afinal de contas, segundo o que nos leciona o fundador do *Centro di Studi per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno*:

O direito não é escrito numa paisagem física que aguarda ainda o inserir-se humano, mas é escrito na história, na grande ou na pequena, que, dos primórdios até hoje, os homens constantemente teceram com sua inteligência

³⁰¹ Aqui, seguimos a proposta estabelecida por Fonseca, por exemplo, em “Teixeira de Freitas: um jurisconsulto “traidor” na modernização jurídica brasileira”. Segundo o autor: “A abordagem que concebo se afasta, em primeiro lugar, daquelas meramente “celebratórias”, onde o autor é idealizado como gênio precoce ou incompreendido, onde o que parece querer se afirmar é um certo “orgulho da raça” sem uma análise mais criteriosa das peculiaridades muito grandes de sua produção.” (FONSECA, 2011b, p. 345).

³⁰² FONSECA, 2011a, p. 18.

e seus sentimentos, com seus idealismos e seus interesses, com seus amores e seus ódios.³⁰³

E, partindo-se justamente da constatação de que o direito “não é nunca uma nuvem que flutua sobre uma paisagem histórica, mas que ele é mesmo paisagem, ou, se preferirmos, o seu componente fundamental e tipificador”³⁰⁴, meditar sobre o pensamento dos juristas significa, ainda, – *eis a segunda premissa* – compreender que o saber técnico, refletido na ciência jurídica, é uma espécie de retrato fiel da cultura, das ambições, das ideologias e dos embates sociais de uma determinada época.

Em *A história do direito na história social*, António Hespanha descreve muito sabiamente as influências que, invariavelmente, acabam gerenciando a produção do conhecimento dos juristas. Nesse sentido, insubstituíveis as suas palavras:

Quem escreve um livro ou quem pensa sobre determinado ramo do saber está diversamente limitado: vive, em primeiro lugar, um certo *contexto social*, onde pulsam certos anseios e ecoam certos temas ideológicos, insere-se num certo *meio profissional*, definido por um determinado estatuto social e dominado por um sistema de *leges artis*, foi educado numa *escola* com específicas tradições intelectuais e pedagógicas, tem em vista um *objecto* (neste caso, o direito) com uma determinada conformação histórica, e dirige-se a um certo *público* com características culturais e científicas próprias. Tudo isso contribui para dar à obra de um autor ou de uma época um certo “tom”.³⁰⁵

A criação jurídica, portanto, não é obra do acaso. Os temas, os conceitos, o estilo e a argumentação são de certo modo condicionados pelas circunstâncias pré-configuradas de produção do saber em que o jurista está inserido. É exatamente por isso que, ainda segundo Hespanha, é “[...] possível uma ‘arqueologia’, ou seja, um estudo das circunstâncias em que se desenvolve a sua prática; prática a partir da qual e para a qual se constitui o seu discurso e que é, portanto, o “princípio” deste”.^{306 307}

³⁰³ GROSSI, Paolo. **Primeira lição sobre direito**. Tradução: Ricardo Marcelo Fonseca. Rio de Janeiro: Forense, 2006b, p. 8.

³⁰⁴ “E é por isso que deverá se haver com os tempos e os espaços mais diversos, que terá diversas manifestações segundo diversas exigências dos climas históricos dos quais emerge, manifestações que serão interpretadas e aplicadas até o ponto de se transformarem em concreto tecido histórico”. (Ibidem, pp. 35-36).

³⁰⁵ HESPANHA, 1978, p. 70.

³⁰⁶ HESPANHA, 1978, p. 70.

³⁰⁷ Ibidem, loc. cit..

É por essa razão, portanto, que a articulação mental do jurista³⁰⁸ – vale dizer, daquele que possui a tarefa precípua de formulação técnica daquilo que será operado³⁰⁹ – revela-se instrumental de trabalho que, se bem manejado pelo historiador, demonstra de maneira absolutamente precisa o arcabouço social, reflexivo e principiológico que está por trás do sujeito, bem como de suas ferramentas de reflexão.

Por fim, a *terceira* – e talvez a mais importante – *premissa* é a seguinte: debruçar-se sobre o pensamento jurídico significa, também, admitir que o direito, enquanto campo de embates e disputas, é um universo mais do que privilegiado para a compreensão da história.

Por muito tempo, muito em razão de críticas desferidas ao idealismo e ao formalismo das escolas clássicas do pensamento jurídico oitocentista (notadamente o jusnaturalismo herdado do Iluminismo ou o conceitualismo pandectista)³¹⁰, o direito foi concebido “como um facto essencialmente classista, por meio do qual os grupos dominantes exercem o seu poder sobre os demais e o perpetuam”.³¹¹

Segundo Ricardo Fonseca, talvez pela ênfase dada por Marx ao “ser”, à infraestrutura, às forças produtivas e às relações de produção, em detrimento das “formas de consciência” e da superestrutura, por exemplo, o direito passou a ser visto com passividade; sobredeterminado mesmo pelas forças sociais dominantes de uma determinada época.³¹²

³⁰⁸ Segundo André Peixoto, o jurista propriamente dito detém o poder de: “antes de tudo, e mais alto de todos (com visão macroscópica), diferenciar o justo do injusto, o lícito do ilícito, assimilar a principiologia das regras, que se constituirão em leis ou em tendências normativas e jurisprudenciais. Com percepção geral do direito – e não um detentor, necessariamente, do saber especializado – conduz sociologicamente (e historicamente) a tendência da normatividade no contexto em que se encontra.” (SOUZA, 2010, p. 55).

³⁰⁹ Peixoto ressalva a diferenciação entre operadores do direito e os juristas propriamente ditos. Segundo o professor, operadores do direito são, de modo geral, aqueles que aplicam as regras ao caso concreto dando “soluções” aos litígios; são aqueles que operam dentro do sistema através de postulações e contestações. O jurista, por sua vez, é aquele que formula no plano do pensamento aquilo que será operado. Ver: Ibidem, loc. cit..

³¹⁰ Segundo António Hespanha: “De facto, o mais característico destas escolas é o facto de apresentarem o direito como um sistema de princípios e conceitos produzidos pela razão e, nesse sentido, libertos, se não da história, pelo menos das contradições sociais. As categorias jurídicas, como as do pensamento em geral, seriam “naturais” e, por isso, partilháveis por todos os membros da sociedade. As soluções do direito seriam “técnicas”, constituindo respostas neutras e científicas aos conflitos de interesses. Os juristas seriam engenheiros, politicamente descomprometidos, do social, falando a linguagem de uma ciência rigorosa. Finalmente, o Estado, pai da legislação e o garante do direito, seria a encarnação do interesse geral, obedientemente dirigido pela lei-vontade geral, igual e abstratamente aplicada a todos.” (HESPANHA, 2012, p. 489).

³¹¹ Ibidem, loc. cit..

³¹² FONSECA, 2011a, p. 101. Sobre esse tema, ainda discorre Fonseca: “A preeminência ontológica da esfera econômica, em Marx, se transforma, em leituras muito frequentes, em puro e simples

Sem dúvida alguma podemos afirmar que o direito eventualmente (e em muitas das vezes, inclusive) opera sim como dispositivo de dominação das classes dominantes. Isso, todavia, ainda segundo Fonseca “não autoriza, porém, que o direito seja definido e considerado, em toda a circunstância história, como mero instrumento.”.³¹³

O nível do direito não é, segundo Grossi, aquele da “mera execução passiva das forças inerentes a outras dimensões”³¹⁴; não podendo, sob esse ponto de vista, “ser reduzido a instrumento do poder político ou a um acúmulo normativo mais ou menos ordenado sistematicamente”.³¹⁵

É que, como muito bem define mais uma vez o professor italiano:

o jurídico não é somente um mecanismo de organização da realidade, mas é pensado e construído em um nível menos embebido; é aliás expressivo não da quotidianidade, mas de raízes profundas, sendo ligado aos valores essenciais de uma sociedade; é, enfim, essa mesma civilização pulsante de uma continuidade histórica.³¹⁶

Ao olharmos para o pensamento jurídico, é imprescindível que reconheçamos toda a carga de historicidade perene que ele carrega. Sobre isso, essenciais para nossas reflexões mais uma vez as palavras de Grossi:

Alguns desavisados arrancarão as vestes protestando, indignados, que isto é isolacionismo, o usual e perverso isolacionismo dos juristas. A estes gostaríamos de responder que este é o único procedimento autenticamente histórico, ou seja, capaz de atingir a real colocação da reflexão jurídica no ambiente histórico que o gerou e o motivou. Como disse outras vezes com muita convicção, o saber técnico é uma espécie de saber confessional para os juristas, ou seja, é expressivo no maior grau de cultura, ideologias, produção das ideias dos próprios juristas. Em outras palavras, o instrumental técnico – se lido corretamente – revela com incrível precisão tudo o que está por detrás do jurista e de suas ferramentas.³¹⁷

determinismo econômico. A matização histórica complexa e sofisticada, demonstrada por Marx sobretudo nas suas “obras históricas” (em especial no **18 Brumário**) parecem ter sido desprezadas. No caso específico do modo de produção capitalista, o direito então aparece como resultado da forma de dominação burguesa, estreitamente vinculado à sua política e dela dependente. Não se vislumbra para o direito, nesta visão, qualquer espaço de autonomia, de desvinculação, mínima que seja, das forças sociais dominantes. Aquela frase constante do “prefácio” da **Contribuição Crítica da Economia Política**, no sentido de que as relações jurídicas bem como as formas de Estado não podem ser explicadas por si mesmas (...) estas razões têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais da existência” foi levada longe demais por muitos analistas”.

³¹³ Ibidem, p. 107.

³¹⁴ GROSSI, 2006a, pp. 140-141.

³¹⁵ Ibidem, p. 140.

³¹⁶ Ibidem, loc. cit..

³¹⁷ Tradução livre de: “*In altre parole, la strumentazione tecnica – se saputa leggere – rivela con incredibile puntualità tutto ciò che sta dietro il giurista e i suoi attrezzi. L’immersione della scienza*

Compreendido que o pensamento jurídico é um campo mais do que privilegiado para a interpretação do nosso passado, cabe, nesse momento, descrever: i) quais foram os objetos por sobre os quais manejamos essa ferramenta e ii) quais foram as impressões iniciais em relação à pesquisa empreendida. Vejamos.

A pesquisa das fontes, neste capítulo, dividiu-se em duas partes. O primeiro esforço consistiu em mapeamento do pensamento jurídico trabalhista na produção exclusivamente doutrinária na Revista *O Direito*. Debruçamo-nos, assim, sobre 71 edições dentro do período delimitado para análise, que vai do início da República até o Código Civil de 1916. O marco inicial, portanto, foi o 50º Volume, que traz a legislação, doutrina e jurisprudência elaborada entre os meses de setembro e dezembro do ano de 1889³¹⁸; o marco final, o 120º Volume – o último produzido pela revista, aliás –, que aglutina a matéria produzida entre janeiro a abril de 1913.³¹⁹

Neste aspecto, valioso já solidificarmos algumas impressões iniciais.

Um primeiro aspecto é que muito pouco – na verdade, quase nada – se produziu em termos de reflexão acerca da questão do trabalho na revista. De toda a expressiva massa documental contida nos volumes analisados, encontramos apenas seis artigos abordando o trabalho (e questões a essa temática decorrentes)³²⁰. Desse conjunto de artigos, dois não dizem respeito a esse novo universo de generalizado trabalho “livre” empreendido pela massa operária que emergiu no contexto pós-abolição. Mas versam – o primeiro – sobre as restrições à demissão de empregados³²¹ no serviço público³²² e – o segundo – tão somente sobre a necessidade de habilitação

giuridica nel proprio tempo, la sua specularità rispetto al proprio tempo, sarà rivelata unicamente da una decrittazione della cifra tecnica, alle sole elementari condizione che lo storico sia disponibile a farsene interprete e sia soprattutto capace di farsene interprete." (GROSSI, Paolo. **Scienza giuridica italiana: un profilo storico: 1860-1950**. Milão: Giuffrè, 2000. p. XVI).

³¹⁸ O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOCTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typ. Montenegro, a. XVII, v. 50, 1889.

³¹⁹ O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOCTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Officinas Graphics do Jornal do Brasil, a. XLI, v. 120, jan./abr, 1913.

³²⁰ O mapeamento de todos os artigos presentes na Revista o Direito no período de análise pode ser observado no apêndice 1 ao final deste trabalho.

³²¹ Depreende-se do artigo que empregados públicos são aqueles que prestam os seus serviços para o Estado, sendo admitidos com ou sem concurso público.

³²² VIVEIROS DE CASTRO, Augusto Olympio. O direito ao emprego. **O Direito**: revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência, Rio de Janeiro: Typographia Mont'Alverne, a. XXIII, v. 68, set./dez. 1895, pp. 489-496.

para o exercício de profissões liberais regulamentadas, tais como a de advogados e médicos.³²³

De resto, impactou-nos notar que: das centenas de artigos analisados, apenas quatro são as produções doutrinárias que efetivamente trazem alguma preocupação com as transições decorrentes do modo de relacionar-se produtivamente no Brasil.

À parte a pesquisa dos artigos produzidos na revista, o recorte levou em consideração as recomendações bibliográficas que foram indicadas nesses 71 volumes. É que em quase todos os fascículos de *O Direito* há uma parte destinada à divulgação de livros, compêndios, revistas e outras produções editadas no período. Pareceu-nos igualmente importante o empreendimento, pois ali também tínhamos um indicativo importante – eis que o periódico era um dos maiores, se não o de maior vulto, sobre a temática do direito no país – em relação à expressividade de circulação de obras relacionadas à temática do trabalho.

Desse levantamento³²⁴, também chamou muito a nossa atenção o fato de não termos, em absolutamente nenhuma dessas recomendações bibliográficas, qualquer publicação que enfrentasse, por exemplo, o surgimento do chamado “direito operário”, ou a necessidade de um “direito privado social”, ou até mesmo as chamadas “questões sociais”. Sobre esses assuntos havia quase que um silenciamento.

Uma quietude que se mostra deveras eloquente quando observamos que a chamada “questão social” já era sim objeto de reflexão de alguns operadores do direito – tanto pelos debates encetados por Beviláqua na feitura de seu Projeto de Código Civil, quanto pelas produções doutrinárias que circulavam fora da revista.

Aliás, eis aqui o segundo empreendimento desse capítulo. Para além das produções presentes em *O Direito*, o trabalho buscou perquirir a existência de outras produções doutrinárias produzidas no período delimitado. Essa foi uma tarefa bastante difícil, pois, no que diz respeito ao período estudado, a doutrina contemporânea, em uma “bibliografia cronológica do pensamento jurídico”, menciona apenas a obra de Evaristo de Moraes, *Apontamentos de Direito Operário*³²⁵. Pesquisando, todavia, nos catálogos das bibliotecas de maior expressividade, tais

³²³ POGGI DE FIGUEIREDO, João Francisco. Ha ou não alçada na justiça federal? O livre exercicio de qualquer profissão moral, intelectual e industrial que consagra o § 24 do art. 72 da Constituição Federal deve ser entendido em absoluto ou relativamente? **O Direito**: revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência, Rio de Janeiro: Imprensa Mont'Alverne, a. XXI, v. 62, pp. 481-488, 1893, pp. 481-488.

³²⁴ O repertório de recomendações bibliográficas presentes na revista encontra-se igualmente ao final desse trabalho, no apêndice 2.

³²⁵ MORAIS, 1905.

como a Biblioteca do Supremo Tribunal Federal, Biblioteca do Senado Federal, Biblioteca Nacional, assim como na Biblioteca do Setor de Ciências Jurídicas da UFPR, utilizando como método de busca as palavras “direito e operário”, “direito e proletário”, e outras derivações dessas palavras³²⁶, encontramos também a obra de Henrique Coelho, denominada *O direito e o proletariado*.³²⁷

Importante, ainda nessa esteira de exposição de premissas norteadoras da pesquisa, solidificarmos outra impressão valiosa que justifica, inclusive, a opção metodológica pela divisão na esquematização desse capítulo em: i) doutrina produzida na revista *O Direito* e ii) doutrina encontrada fora da revista.

A separação desses dois agrupamentos se impôs necessária, pois, como demonstraremos logo a seguir, existem peculiaridades que dão contornos bem diversos ao pensamento que produzido em torno da questão do trabalho nas publicações d’*O Direito*, de um lado, e nas publicações fora da revista, de outro. Essa diferença nutrirá a discussão adiante.

4.2. Transformações revolucionárias e o discurso dos juristas

Mais uma vez António Manuel Hespanha, em artigo³²⁸ em que reflete sobre o conteúdo dos discursos dos juristas a propósito da experiência portuguesa imediatamente seguinte à Revolução dos Cravos, nos chama a atenção para um dado valiosíssimo para as reflexões que nutrirão este momento de análise. Por esse motivo, dedicaremos algumas linhas para retomar essas ideias.

Segundo o historiador e jurista português, há uma característica – que poderia ser chamada de “eufemizadora” – que geralmente é verificada entre aqueles que conduzem sociologicamente (e historicamente) a tendência da normatividade de um determinado contexto específico. De acordo com o autor:

[há um] esforço dos juristas, como corpo social diferenciado, para se instituírem como mediadores por excelência das relações sociais. Face à sociedade, os juristas procuram impor o direito como fórmula neutral e

³²⁶ Tais como “operariado”, “proletariado”, “jurídico”, “jurídica”.

³²⁷ COELHO, Henrique. **O direito e o proletariado**. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1906.

³²⁸ HESPANHA, António Manuel. As transformações revolucionárias e o discurso dos juristas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 18/19/20, pp. 311-341, fev. 1986.

científica de “engenharia social”; e, face aos políticos/legisladores, procuram impor-se a si mesmos como detentores da competência/legitimidade para “dizer o direito”.³²⁹

Isso ocorre, segundo o professor Hespanha, pois a eficácia legitimadora do discurso jurídico – a partir daquilo que fora possível observar ao longo dos anos – vive da sua neutralidade, do seu tecnicismo, de sua propensão, em suma, ao hermetismo face às transformações revolucionárias e aos conflitos no tecido social.³³⁰

É evidente, pois, que os juristas compartilham, pela sua origem social, de um mesmo *habitus* político-cultural dos grupos social e economicamente dominantes. Não há como se negar, como já dissemos, que o direito eventualmente cumpre o jogo de ser instrumentalizado por eles. Mas o modo como se relacionam os juristas com a produção do discurso não pode, ainda segundo o professor Hespanha, ser reduzido a fórmulas simplistas que colocam o direito como exclusivo instrumento de força de uma classe. O produto normativo do jurista é mais complexo que isso.³³¹ Segundo o professor Hespanha:

Explicar a inter-adequação entre, por um lado, a estratégia eufemizadora dos conflitos sociais e, por outro, os desígnios políticos dos juristas através, por exemplo, de uma ideia de solidariedade de classe (<<privilegiamos a via jurídica porque os juristas são “dos nossos”>>) ou de pacto tácito (<<resolvemos a vosso contento em troca do reconhecimento social da nossa qualidade de árbitros>>) corresponde a uma visão irrealisticamente maquiavélica (psicologista, finalista) das relações sociais. Ou seja, supõe um modelo explicativo em que tudo passa por estratégias conscientes e explícitas. Mesmo o recurso a conceitos como o de <<consciência possível>> – i.e., percepção do mundo limitada pela situação de classe –, se se liberta do intencionalismo, não deixa de se defrontar com o irrealismo de pretender que uma caracterização macro-sociológica determina o comportamento individual ou colectivo em todo e qualquer campo restrito da prática social.³³²

³²⁹ HESPANHA, 1986, p.312.

³³⁰ Ibidem, loc. cit..

³³¹ Ibidem, loc. cit..

³³² Ibidem, p. 313. E, ainda nesse sentido: “Tem tanto mais interesse afastar, logo de início, uma interpretação intencionalista (ou instrumentalista) das relações entre o discurso dos juristas e a prática política global quanto é certo que este ponto de vista – dominante em muitas análises <<de esquerda>> do papel político dos juristas – é responsável por um desconhecimento da eficácia dos mecanismos internos de cada campo da prática social. Para muitos, na verdade, tudo se passa como se o campo jurídico fosse um meio inorgânico, perfeitamente permeável a estratégias alheias. Como se os juristas não fossem senão serventuários disponíveis do poder. Como se o seu discurso não fosse senão a ampliação do sussurrar de <<donos>> escondidos. Como se o seu recorte do mundo social, a sua versão das relações aí estabelecidas e as propostas quanto ao seu equilíbrio de limitassem a um decalque da visão do mundo dos grupos comitentes. Daí que temas como o da <<origem social>> dos juristas ou das suas ligações ao poder económico sejam tidos como suficientes para explicar o sentido político global do discurso do direito.” (HESPANHA, 1986, pp. 313-314).

Com isso não se quer afirmar, evidentemente, que o discurso do jurista não seja político. Ou que o jurista – o que seria pior ainda – é neutro, imparcial, um observador completamente despido de subjetividades. A criação jurídica tem sim um significado eminentemente político, que é fruto de uma infinidade de interações sociais³³³. Mas, de acordo com o que assevera Hespanha, o conteúdo político do discurso jurídico não é encontrado

tanto no plano da política global do espaço social, como têm pretendido as visões mecanicistas ou instrumentalistas. Mas no plano específico de lutas pelo poder em que os juristas estão imediatamente comprometidos. Desde logo, a luta pelo reconhecimento social da sua legitimidade como mediadores dos conflitos sociais (frente a outros pretendentes a este papel – políticos, burocratas, tecnocratas). Depois, a luta (interna ao campo, mas dependente e condicionante da anterior) entre distintos paradigmas de prática jurídica. Neste contexto, os reflexos locais das estratégias globais de luta pelo poder não podem deixar de aparecer como muito secundarizados, sobredeterminados como são pelas tensões internas ao campo jurídico.³³⁴

Essa luta pelo poder – vale dizer, essa luta pelo reconhecimento social da sua legitimidade como mediadores dos conflitos sociais – pode ser notada com clareza solar no desenvolvimento da argumentação dos juristas que se dispuseram a discorrer sobre a normatização dos novos conflitos sociais emergentes em torno das questões operárias na Revista *O Direito*. Nos artigos que traremos aqui, poderemos notar um tom absolutamente eufemizador (que busca colocar “panos quentes”, que se apresenta com pretensões de tecnicismo, que não tende a “encampar” com totalidade os reclamos do operariado, que se coloca como fórmula “neutral” de engenharia acerca daquilo que efetivamente seria o direito) no trato das transformações revolucionárias que eclodiam no início do século XX no Brasil. Isso, por outro lado, não é verificado nas obras de Evaristo de Moraes e Henrique Coelho.

Indiscutível que o campo jurídico não é homogêneo. Nele se enfrentam grupos de juristas com práticas distintas, que lutam para impor o seu modelo de ação. A experiência, ainda segundo Hespanha, “mostra-nos a conflitualidade entre, por

³³³ Segundo Hespanha: “Os discursos jurídicos [...] são formas de investimento político, revelando modelos de agir (de classificar, de argumentar, de julgar) que potenciam o poder dos grupos que os suportam, quer em relação a concorrentes não juristas, quer perante sub-grupos rivais no seio do campo do direito” (Ibidem, p. 314).

³³⁴ Ibidem, p. 315.

exemplo, os paradigmas da prática e do discurso dos juristas acadêmicos, em contraposição com os dos juristas práticos”.^{335 336}

A nossa hipótese, portanto – que parte obviamente das reflexões do professor Hespanha –, é a de que há um modo de agir diverso entre o grupo de juristas d’*O Direito* (juristas acadêmicos por excelência) e os juristas que circulavam à margem da Revista (que efetivamente “militavam” em favor do operariado).

Passemos, agora, à análise dos artigos na Revista *O Direito*.

4.3. Pensamento Jurídico e trabalho na Revista *O Direito*: um eufemismo verificado

4.3.1. José Xavier Carvalho de Mendonça e os empregados do comércio (1906)

*Se o preposto contractou a preço vil os seus serviços,
queixe-se de si.*
José Xavier Carvalho de Mendonça³³⁷

Já nos utilizamos do texto de Carvalho de Mendonça no capítulo em que abordamos a regulamentação das prestações do trabalho humano no âmbito comercial. De maneira breve, retomaremos o texto, agora com o intuito de demonstrar que também o seu discurso, ao abordar as novas normatividades que emergiam no contexto do final do século XIX e início do XX, possui características eufemizadoras.

Nascido em Recife, em 24 de setembro de 1861, Carvalho de Mendonça colou grau na mesma turma de Clóvis Beviláqua, em 1882³³⁸. Foi promotor público em Aracati (no Ceará), e logo depois de formado, fez-se juiz municipal em Campo Largo (aqui no Paraná) e juiz em Santos (no Estado de São Paulo). Após o exercício da magistratura, dedicou-se à advocacia, a princípio em Santos, posteriormente na capital de São Paulo, e, por fim, no Rio de Janeiro, onde, segundo Clóvis Beviláqua,

³³⁵ HESPANHA, 1986, p. 314.

³³⁶ Ibidem, loc. cit..

³³⁷ CARVALHO DE MENDONÇA, 1906, p. 32.

³³⁸ GIL, Oto de Andrade. Comemoração do centenário de nascimento de José Xavier Carvalho de Mendonça. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 56, n. 1, pp. 26-84, 1961, p. 29.

ocupou “um posto de excepcional relevo entre os mestres do foro”. Fez parte do instituto da Ordem dos Advogados de São Paulo, a partir de 1925.³³⁹

Escreveu vários livros, dentre os quais se destacam, segundo Beviláqua, *Anotações às leis e regulamentos da província do Paraná* (Rio de Janeiro, 1887); *Novo guia eleitoral* (Rio de Janeiro, 1888); *Das falências* (São Paulo, 1899); *Dos livros dos commerciantes* (São Paulo, 1906); *Das firmas e razões comerciais* (São Paulo, 1909) e *Tratado de Direito comercial brasileiro*³⁴⁰ (obra iniciada em São Paulo, em 1910, e continuada no Rio de Janeiro).³⁴¹

Não seria incorreto afirmar que Carvalho de Mendonça era um jurista que demonstrava preocupações com a necessidade de estabelecimento de legislações protetivas aos assalariados do comércio. Em 1906, quando discorreu sobre a preposição comercial³⁴², mostrou estar ao corrente do que em outros países se vinha fazendo quanto à proteção do trabalho. Ao falar sobre contrato de trabalho, por exemplo, sustentou o seguinte:

Na hora actual graves problemas sobre esse contracto passam por profundos estudos.

Algunz paizes têm publicado leis protetoras do trabalho, á quaes MILLERAND chamou o *novo direito*.

A intervenção do Estado no contracto de trabalho, mediante regulamentação, é ainda ponto contestado, embora se possa dizer quase vencido no do trabalho das mulheres e dos menores, por considerações de humanidade e de hygiene e no interesse que a sociedade tem na conservação da nação. A intervenção do Estado no trabalho dos homens adultos, combatida pelos economistas chamados liberaes, tem sido difficil aceitar; mas, nesse mesmo terreno, não se pode negar que o caminho percorrido é grande, justificado pela necessidade da protecção aos fracos e oprimidos.³⁴³

Ainda em sua constatação acerca da necessidade de proteção aos mais fracos, o autor defende, em nota de rodapé, qual seria o cerne desse “novo direito” que os países estrangeiros tinham já adotado e que o Brasil deveria também incorporar:

³³⁹ BEVILÁQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012, p. 244.

³⁴⁰ Sobre o Tratado de Direito comercial brasileiro, Beviláqua disse o seguinte: “Adjetivei este livro de monumental, porque o epíteto lhe cabe com absoluta justeza. O exame das questões e a apreciação das doutrinas são conduzidos com o critério superior de um mestre que meditou e aprofundou Direito comercial na sua literatura e nas discussões perante os tribunais. Nada fica a dever aos melhores tratados dos juriconsultos estrangeiros sobre o assunto”. (Ibidem, loc. cit.).

³⁴¹ Ibidem, loc. cit..

³⁴² CARVALHO DE MENDONÇA, 1906.

³⁴³ Ibidem, pp.12-13.

As leis reguladoras do contracto de trabalho determinam não só a forma deste acto, mas fixam horas para o serviço, garantem o salario, instituem o seguro para o caso de infortuito, concedem o repouso dominical ou melhor hebdomadario, sob o ponto de vista hygienico, familiar e social.

Ainda quanto ao lado hygienico, ellas não se esquecem do chamado *ambiente do trabalho*, no intuito de acautelar a incolumidade do trabalhador, sob pena de responsabilidade do patrão; atendem á *posição ou* estação vertical, “*esse supplicio que obriga especialmente as caixeiros dos armazéns permanecerem de pé horas consecutivas*”.³⁴⁴

Interessante notar, outrossim, que o autor, também em nota de rodapé, cita para subsidiar as suas ideias a obra de Hector Benzançon, intitulada *La protection légale des employés de commerce* e também o discurso de Cauwès, por ocasião da abertura do Congresso da Protecção dos Trabalhadores, em 1900, na França.

Mas, se por um lado Carvalho de Mendonça, leitor dos defensores da protecção legal dos empregados no comércio, reconhecia a necessidade de amparo a estes trabalhadores, de outro não demonstrava ter a consciência (ou não as reconhecia como corretas) de outros tipos de críticas que já rondavam o período de produção de seus escritos.

Ao abordar os motivos que justificariam a rescisão de um contrato de trabalho no comércio, por exemplo, Carvalho de Mendonça afirmou categoricamente que “a insufficiencia do salario ajustado não [era] causa de rescisão do contracto”. A seu ver, “se o preposto contractou a preço vil os seus serviços” ele deveria queixar-se de si.³⁴⁵

Certamente, não ponderou o eminente jurista ao proferir essa frase, que, na verdade, como bem asseverou naquele mesmo ano o jurista militante da causa operária Henrique Coelho, a liberdade no contrato de trabalho “se nos apresenta como um privilegio, oriundo da preeminencia da posição do individuo”³⁴⁶. Afinal de contas, o direito formal de um trabalhador, ao pactuar as regras de um contrato de trabalho, não significa, para quem está a procura de um emprego, a menor liberdade de fixar as condições de seu contrato.

Em outra oportunidade, também, Carvalho de Mendonça mostrou mais uma vez as facetas daquele refinamento tecnicista, tendente à neutralidade e à imparcialidade, de que falamos no tópico anterior a partir das reflexões emprestadas do professor Hespanha.

³⁴⁴ CARVALHO DE MENDONÇA, 1906, p. 13.

³⁴⁵ Ibidem, p. 32.

³⁴⁶ COELHO, 1906, p. 5.

Ao discorrer sobre o significado da palavra “patrão”, o comercialista afirmou que embora essa designação possa conotar algum tipo de exercício de domínio sobre o preposto, não era assim, todavia, que a relação deveria ser entendida. Com um refinamento do discurso liberal digno de nota, sustentou que não há uma relação de dominação do patrão sobre o preposto. Segundo o jurista, “o preposto deve estar em relação de dependência com o negocio, que é encarnado na pessoa do seu proprietário ou no comerciante”.³⁴⁷ Insubstituíveis as palavras do comercialista nesse sentido:

A dependencia ou subordinação do empregado significa que, nos limites do contracto, o proponente tem o direito de ordenar e o preposto tem o dever de obedecer.³⁴⁸

Como se nota, ao fundamentar o seu discurso nas formulações abstratas oriundas do liberalismo, Carvalho de Mendonça se distancia das críticas que eram desferidas à ausência de igualdade no contrato de trabalho e à presença de sujeição, na prática, do trabalhador em relação ao seu patrão.

Sua produção, portanto, se insere dentro daquele esquema em que o direito funciona como fórmula neutral de engenharia social.

4.3.2. Rodrigues de Carvalho e os acidentes de trabalho (1908)

*Um carroceiro que um trem esmaga não póde ser
equiparado ao valor de uma indemnização devida
pela morte de um artista.*
José Rodrigues de Carvalho³⁴⁹

Outro jurista que também se mostrou preocupado com as questões sociais na Revista *O Direito* foi José Rodrigues de Carvalho.

Rodrigues de Carvalho nasceu em Alagoinha, Paraíba, em 18 de dezembro de 1867, e faleceu em Recife, no dia 20 de dezembro de 1963. Graduado pela

³⁴⁷ CARVALHO DE MENDONÇA, 1906, p.8.

³⁴⁸ Ibidem, p.9.

³⁴⁹ RODRIGUES DE CARVALHO, José. Accidentes do trabalho e sua garantia jurídica. **O Direito**: revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência, Rio de Janeiro, M. Orosco e C., a. XXXVI, v. 106, pp-176-184, maio/ago. 1908, p. 181.

Faculdade Livre de Direito do Ceará, em 1906, fez parte da primeira turma daquela instituição. Tendo retornado à Paraíba, dedicou-se à advocacia, ao jornalismo e à política. Após a mudança de regime, em 1930, mudou-se para Recife, onde desenvolveu com mais afinco as suas atividades como poeta. Foi também membro da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro, do Instituto Histórico da Paraíba e do Instituto de Arqueologia e Geografia do Recife, do qual foi presidente, e da Academia Cearense de Letras. Dentre as suas obras jurídicas, destacam-se *Do recurso extraordinário*, *Da liberdade de imprensa*, 1918; *Da tentativa* (monografia); *Cheque visado*; e *Lacunas da lei de falências*, 1922.³⁵⁰

Crítico e atento às causas sociais, em 1908 – mesmo ano, aliás, em que o deputado Graccho Cardoso reapresentou a proposta de Medeiros e Albuquerque na Câmara – Rodrigues de Carvalho publicou artigo n’*O Direito* em que defendia a necessidade de confecção de uma legislação sobre acidentes de trabalho no Brasil.

Nas primeiras linhas de seu trabalho, o jurista retrata com perfeição a imagem da precariedade em que estavam inseridos os trabalhadores no início da República.

Ha mezes vi no porto de Natal um pobre rapaz de 20 annos, vir de bordo de um vapor com uma das pernas esmagada pela carga de um guindaste. Por caridade fora elle para o hospital, onde lhe amputaram aquelle membro. Ha dias aquelle typo de caboclo do norte, outr’ora vigoroso, agil e trabalhador, appareceu-me desfeito e cadaverico, annunciando os passos ao *toc toc* das muletas.
Era um mendigo de mais.
A Empresa, a cujo serviço se inutilisára o desgraçado, continúa com os seus mil guindastes, a sua faina commercial e tudo mais sem alteração.³⁵¹

Com o artigo, Rodrigues de Carvalho pretendia “traçar algumas linhas sobre tão momentosa questão, tomando de empréstimo algumas idéias dos mestres de além-mar, e adaptando o que de analogo exist[ia] em nosso direito”.³⁵²

Segundo o autor, no início do século XIX não estava perfeitamente formada na consciência dos povos o “direito do operário”, tal qual já se aspirava na época de confecção do artigo, com o chamado *Código do Trabalho*. Segundo nos relata, apenas

³⁵⁰ ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS. Poetas da Academia Cearense de Letras. **Rodrigues de Carvalho**. Disponível em: <http://www.academiacearensedelettras.org.br/revista/Colecao_Diversos/Poetas_Academia/ACL_Poetas_da_Academia_12_Rodrigues_de_Carvalho.pdf>; Acesso em: 01 mar. 2018.

³⁵¹ RODRIGUES DE CARVALHO, 1908, p.176.

³⁵² RODRIGUES DE CARVALHO, 1908, p.176.

iam aparecendo os institutos de carácter beneficente, como o Schultz-geldeu e o Social gelds, na Alemanha e na Inglaterra, respectivamente.³⁵³

Mas, salientava o autor, “se assim acontecia nos paizes mais adiantados, em nossa patria a cousa não podia ter igual incentivo, quando os institutos do direito eram adormecidos ainda, de accordo com as condições de nossa civilização”.³⁵⁴ Todo esse silêncio de nossa legislação, a seu ver “se justifica[va] pela falta industrial e economica d’aquelles tempos”.³⁵⁵

Corroborando aquilo que já foi exposto por nós no primeiro capítulo desse trabalho, sustentou Rodrigues de Carvalho que o ramo comercial era o que mais oferecia proteção ao trabalhador. Segundo ele:

Introduziu o legislador de 1850 um dispositivo em que se positiva claramente uma garantia jurídica em caso de accidente no trabalho (Cod. Com. Art. 79. <<Os accidentes imprevistos e inculcados que impedirem aos prepostos o exercício de suas funções, não interromperão o vencimento de seu salario, comtanto que a inhabilitação não exceda de tres mezes continuos>>). Vê-se que se trata apenas de accidente parcial e periodico. O mais grave, a morte de um preposto em consequencia do trabalho (por exemplo) não mereceu attenção do legislador de ha meio século. O nosso Cod. Commercial, é certo, encerra ainda disposições que por analogia servem de regulador em certos casos jurídicos (art. 148 e 181, mandato, e os que tratam dos trapicheiros, barqueiros, empreiteiros, etc.).³⁵⁶

Nesse sentido, sustentava que, naquele momento, o direito brasileiro deveria se guiar pelo direito dos povos “cultos” e pelo Direito Romano, naquilo em que a Lei da Boa Razão permitisse. Seria ali, portanto, que deveríamos buscar filiação jurídica, dando “a precisa applicação ao nosso meio”.^{357 358}

E qual seria, dentre as diversas teorias e sistemas estrangeiros, a melhor doutrina para ser aplicada no Brasil, segundo o autor?

³⁵³ Ibidem, p.177.

³⁵⁴ Ibidem, loc. cit..

³⁵⁵ Ibidem, p.178.

³⁵⁶ Ibidem, loc. cit..

³⁵⁷ Ibidem, loc. cit.

³⁵⁸ RODRIGUES DE CARVALHO, 1908, p.178.

Apresentando os pensamentos de Saintelle³⁵⁹, Labbé³⁶⁰ e Pirmez³⁶¹, Rodrigues de Carvalho sustentou que deveríamos “tomar por norma o que estabelecem as leis suíça, alemã e francesa, que, em synthese, encerram a doutrina de Saintelle”.³⁶²

Segundo o autor, de acordo com a teoria de Saintelle, o ônus da prova, em qualquer caso de acidente de trabalho, caberia sempre ao patrão. Isto é, caberia ao empregador, para eximir-se da responsabilidade, demonstrar: a) que o operário não agiu com a precisa aptidão e o cuidado habitual no trabalho e b) que os materiais de trabalho, os instrumentos e as condições do serviço estiveram sempre na ordem da segurança comum. Em todo caso, poderia alegar o patrão força maior ou caso fortuito, que sempre excluiriam a responsabilidade.³⁶³

Portanto, observa-se que, para Rodrigues de Carvalho, a teoria que deveria ser aplicada ao caso brasileiro não era a do risco profissional.

Embora políticos como Medeiros e Albuquerque e Graccho Cardoso sustentassem veementemente a defesa da teoria do risco profissional, vale dizer, da responsabilidade objetiva para os casos de acidente de trabalho (que já se tinha consagrado, inclusive, na lei francesa de 9 de Abril de 1898 e posteriores modificações de 22 de Março de 1902, 2 de Dezembro de 1903, 31 de Março de 1905, 2 e 17 de Abril de 1906), Rodrigues de Carvalho, mesmo assim, sustentava que havia casos para os quais o patrão não deveria ser responsabilizado.

Não podemos afirmar que o jurista – reconhecido pela sua afeição às causas sociais – desconsiderou a teoria da responsabilidade profissional por pura má-fé, ou por uma estratégia consciente e explícita de defesa dos interesses da elite industrial. O pouco acesso aos seus escritos e à sua atuação não nos permite julgá-lo assim tão ferrenhamente. Mas cremos com alguma convicção que a construção de seu discurso

³⁵⁹ “O systema de Saintelle é que o ônus da prova seja a cargo do patrão. É um systema de proteção ao operario, e que já teve sancção official na Allemanha e na Suissa (lei do Imp. All. de 7 de Julho de 1871, Lei Federal Suissa de 25 de Julho de 1881, Lei Franceza de 1898)”. (Ibidem, p.179).

³⁶⁰ “O systema de Labbe [...] é que se não deve admitir uma obrigação absoluta de garantia. [...] Labbé atenua a obrigação do patrão com a apreciação da correlação que deve existir entre o accidente e as suas causas eficientes. Um operario é mutilado no trabalho ou morre por accidente ali, é preciso que em bem do seu direito, se faça a prova da negligencia do patrão ou da sua incúria; e ainda que, ao mesmo tempo, se evidencie a diligencia habitual, o cuidado, a applicação e o zelo do ofendido.” (Ibidem, loc. cit.).

³⁶¹ “Admitte a responsabilidade nos termos da velha legislação, excluindo o accidente ocorrido em consequencia do desarranjo de um aparelho pelas suas próprias condições.” (Ibidem, loc. cit.).

³⁶² Ibidem, p.181.

³⁶³ Ibidem, p.180.

(menos radicalmente crítico, mais brando, que luta pelo reconhecimento social de sua legitimidade para dizer o direito), revela algumas pistas de que também o seu texto estaria inserido dentro daquela estrutura “eufemizadora”, que é característica especial do discurso dos juristas que se propuseram a refletir sobre as questões relativas ao trabalho na Revista *O Direito*.

Aliás, foi também dentro dessa lógica que o autor refletiu sobre as situações que se deveria levar em conta para aferir o *quantum* indenizatório do operário acidentado.

Segundo o jurista paraibano, para fins de apuração da indenização, o julgador deveria sopesar, por exemplo, se a incapacidade era absoluta, parcial ou temporária.³⁶⁴ Mas, para além desses quesitos, embora sustentasse que a tariffação do quantum era um critério que “não deixa[va] de ser deshumano ou muito mercantilizado”³⁶⁵, por outro, admitia claramente um *discrímen* bastante questionável que se baseava justamente nos “tipos” de trabalho desenvolvidos. Vejamos o que dizia o jurista:

Um carroceiro que um trem esmaga não póde ser equiparado ao valor de uma indemnisação devida pela morte de um artista, como a Duse, para citar mais de perto o valor daquelles dons moraes que se transformam em utilidades materiaes com mais facilidade que outros.
O carroceiro póde ganhar cinco mil reis em o mesmo espaço de tempo em que o artista gênio póde ganhar contos de reis.³⁶⁶

Noutro tópico, também percebemos novamente como seu discurso se insere dentro daquele *modus operandi* norteado pela busca do reconhecimento de seus pares. Ao elucubrar sobre as novas questões trazidas pelas teorias socialistas³⁶⁷, o jurista questiona como se valoraria a indenização quando, por exemplo, um menor acidentado morresse. Transcrevemos os questionamentos do autor:

será [neste caso] diferente a responsabilidade do patrão em caso de accidente? [E] se [o menor] ganhava pouco pela sua diminuta habilitação e [possuía] pouca força physica?³⁶⁸

³⁶⁴ RODRIGUES DE CARVALHO, 1908, p.181.

³⁶⁵ Ibidem, loc. cit..

³⁶⁶ Ibidem, loc. cit..

³⁶⁷ “Entre as questões de ordem socialista, figura a de proteção aos fracos: mulheres, crianças e velhos. Diminuição das horas de trabalho, o serviço mais leve, as occupaões em logares mais hygienicos; eis uma grande inspiração da questão socialista em favor daquelles entes.” (Ibidem, p. 183).

³⁶⁸ RODRIGUES DE CARVALHO, 1908, p.183.

Sem trazer nenhuma argumentação concreta, mas, ao mesmo tempo, sugerindo que eventualmente o menor deveria ganhar um valor diminuto, o jurista aconchegou-se na confortável resposta que transferia para o julgador a valoração da indenização:

E' um ponto que só ao julgador cabe resolver, prezando as considerações adistrictas ao fato. Póde este menor ser o arrimo único de um lar orphanado; póde tratar-se de uma verdadeira manifestação genial para certo ramo de utilidade humana; e sendo revestido de taes circumstancias o caso da morte de um menor em accidente toma proporções especialissimas, que só o Juiz pode apreciar.³⁶⁹

Notamos claramente que, embora Rodrigues de Carvalho estivesse publicando um artigo cuja finalidade era o subsídio teórico para o estabelecimento de uma interpretação mais benéfica ao trabalhador nos casos de acidente de trabalho, a medida de sua defesa (vale dizer, o limite do seu discurso), no entanto, era estabelecida pela busca de algum grau de tendência ao tecnicismo, de busca pela legitimidade de dizer o direito e de hermetismo face à amplitude dos reclamos sociais.

4.3.3. Ataulpho Nápoles de Paiva e o mutualismo (1911)

Temerario seria, sem duvida, ultrapassar esses limites, exagerar o inestimável valor das suas nobilíssimas funcções.
Ataulpho de Paiva³⁷⁰

Ataulpho Nápoles de Paiva nasceu em 1º de fevereiro de 1862, no extinto município de São João Marcos, província do Rio de Janeiro. Graduou-se no curso de Ciências Jurídicas e Sociais de São Paulo, em 1887, e, posteriormente, advogou em Barra Mansa até ser nomeado Juiz Municipal da Comarca de Pindamonhangaba. Com a organização da Justiça do Distrito Federal, o jurista foi nomeado para exercer a função de pretor. Permaneceu neste trabalho por seis anos e meio até que fora

³⁶⁹ Ibidem, pp.183-184.

³⁷⁰ PAIVA, Ataulpho Napoles de. O mutualismo: seus beneficios e seus perigos. O Congresso de São Paulo. **O Direito**: revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência, Rio de Janeiro, Gomes Irmão & C., a. XXXIX, v. 114, pp-418-424, jan./abr. 1911, p. 421.

nomeado Juiz do Tribunal Civil e Criminal, em 12 de maio de 1897. Passados oito anos, foi nomeado Desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal, em 1905. Posteriormente, foi eleito Presidente daquela Corte.³⁷¹

Foi Ministro do Supremo Tribunal Federal, exerceu a presidência do Conselho Nacional do Trabalho e do Conselho Nacional do Serviço Social, criado em 1940. Organizou o Cofre de Órgãos e foi também presidente da Academia Brasileira de Letras, em 1937.³⁷²

Suas obras de maior relevância são: *O Brasil no Congresso Internacional de Direito Comparado de Paris* (1900); *Assistência pública e sua função jurídica* (1903); *L'assistance publique au Brésil* (1906); *Assistência pública* (1907); *Assistência metódica: meio para obter uma aliança entre assistência pública e privada – O problema do Brasil* (1908); *Justiça e assistência: os novos horizontes* (1916); *Assistência pública e privada no Rio de Janeiro* (1922).³⁷³

Sua trajetória é notadamente marcada pela dedicação que teve na organização das bases para o serviço de assistência pública e privada sob a inspeção do Estado em nosso país. E, dentre as suas especiais preocupações, estava a questão do mutualismo.

No Brasil, a formação mais acentuada de partidos e sindicatos como experiências de associação de trabalhadores urbanos não significou, no início do século XX, a extinção das modalidades mutuais de associativismo. Em 1908, por exemplo, existiam 181 associações beneficentes no Distrito Federal.³⁷⁴ Quatro anos mais tarde, já eram 438 associações de auxílio mútuo, com mais de 280 mil associados. Isso representava, aproximadamente, 50% da população maior de 21 anos³⁷⁵. Sem dúvidas, um número muito expressivo.

O fato de as mutuais responderem por necessidades de seguridade social que, no geral, não eram contempladas pelos sindicatos, foi o que justificou, segundo Badaró Mattos, a permanência tão expressiva desse tipo de sociedade.³⁷⁶

³⁷¹ PANTOJA, Silvia. **Verbetes biográficos. Ataulpho Nápoles de Paiva**. Rio de Janeiro: CPDOC FGV, 2018. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ataulfo-napoles-de-paiva>>; Acesso em 02 mar. 2018.

³⁷² Ibidem.

³⁷³ Ibidem.

³⁷⁴ MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008, p. 137.

³⁷⁵ CARVALHO, 1987, p. 143.

³⁷⁶ MATTOS, 2008, p. 137.

Em 1911, por ocasião do primeiro Congresso de Mutualismo Sul-Americano ocorrido em São Paulo, o então Desembargador Ataulpho Nápoles de Paiva proferiu breve discurso publicado na Revista *O Direito*³⁷⁷ em que discorria – também dentro daquela lógica tendente à eufemização dos conflitos sociais – sobre a importância dessa forma de associativismo exclusivamente na perspectiva do auxílio previdente. Nas suas palavras:

No dominio da politica social, o mutualismo, pela sua importancia e pelos seus admiráveis effeitos práticos, veio preencher uma lacuna moral e economica, lacuna tanto mais apreciavel quanto é certo que elle surgio no meio das crises permanentes e fundamentaes dos corpos dirigentes da sociedade.

Um grande dever de preservação e de solidariedade justifica plenamente os prodigiosos benefícios dessa instituição, destinada, em grande parte, a suavizar o triste dominio da indigência. Elevando a condição material e moral das classes operarias, as democracias têm nella a melhor expressão de um interesse geral, aliado á verdadeira noção do devotamento e do amor á sciencia. Assim, a ação mutualista com o seu regimen preventivo, scientificamente organizado, faz com que o seu maior interesse confine com o da propria assistencia social.³⁷⁸

Em inúmeros momentos, Ataulpho de Paiva deixa muito claro que o objetivo das sociedades mutualistas era, inegavelmente, a previdência. Vejamos:

Instituição de *previdência* por excellencia, o mutualismo tenta lutar; e effectivamente luta com vantagem, contra os riscos da molestia, da velhice, da enfermidade, da morte, dos accidentes, dos flagelos agricolas, dos flagelos industriaes. [...]

Os poderes publicos e a iniciativa privada, combinando a sua acção, devem ter em vista a applicação do *seguro* como meio não sómente de soccorrer a miseria, mas de prevenil-a. As legislações de todos os paizes devem mesmo consentir que as instituições publicas de beneficência empreguem uma parte das suas rendas soba a fórmula de seguro ou de *previdência*. O esforço individual, medindo e augmentando o valor da beneficencia publica. Eis ahi o que faz a grandeza moral do mutualismo em toda a sua complexidade harmoniosa das suas fontes e dos seus serviços.³⁷⁹

Nessa perspectiva previdenciária, portanto, o mutualismo era extremamente benéfico à sociedade.

Mas, segundo o que nos alerta, “temerario, seria, sem duvida, ultrapassar esses limites, exagerar o inestimável valor das suas nobilíssimas funções”.³⁸⁰

Segundo Paiva:

³⁷⁷ PAIVA, 1911, pp. 418-424.

³⁷⁸ Ibidem, p. 419.

³⁷⁹ Ibidem, pp. 419-421.

³⁸⁰ PAIVA, 1911, p. 421.

Na fecunda historia das mutualidades não raro registram-se as crises do seu intenso movimento, crises que constituem um facto real todas as vezes que ellas se apartam da sua essência, fugindo do terreno que lhes é verdadeiramente proprio.

Ao lado da verdadeira mutualidade é preciso contar com a falsa concepção da mutualidade, falsa concepção que necessita ser julgada e combatida em todos os seus termos, para conjurar o golpe fatal no ideal commum.³⁸¹

A historiografia nos conta que, especialmente entre os trabalhadores, muitas das sociedades mutualistas acabaram extrapolando os tradicionais objetivos previdenciários. Era comum que muitas delas pautassem significativas reivindicações de cunho sindical.³⁸²

O contexto, portanto, nos faz concluir que muito provavelmente era ali que residia em grande parte o perigo de deturpação do mutualismo para Ataulpho de Paiva.

O mutualismo, para o autor, seria benéfico à sociedade apenas enquanto não extrapolasse a sua verdadeira essência: a previdenciária. O que estivesse fora desses termos deveria ser combatido ferrenhamente.

Assim, desse discurso é possível concluir que a defesa em favor do mutualismo terminava no exato ponto dos limites daquilo que era socialmente aceito.

Por mais que Nápoles de Paiva fosse muito sensível à necessidade de auxílio aos pobres e oprimidos, seu argumento revela que, naquele momento, não se poderia aceitar tamanha subversão às características tão perenemente solidificadas da “verdadeira” finalidade mutualista.

4.3.4. Augusto Olympio Viveiros de Castro e *O direito de greve* (1912)

Um mundo melhor, onde não haja mais feudalismo capitalista nem operariado invejoso e odiento.

³⁸¹ Ibidem, p. 422.

³⁸² CORD, Marcelo Cad; BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Introdução: experiências associativas e mutualistas no Brasil. In: CORD, Marcelo Cad; BATALHA, Claudio Henrique de Moraes (orgs.) **Organizar e proteger**: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2014, p. 14.

Irmão do criminalista Francisco José Viveiros de Castro, Augusto Olympio Viveiros de Castro nasceu em 27 de agosto de 1867, na província do Maranhão e é egresso da Faculdade de Direito de Recife. Logo depois que se formou, em 1888, foi nomeado Promotor Público da comarca de Santa Madalena. Regressando à sua terra natal, dedicou-se à advocacia e foi nomeado, em 1891, juiz substituto da Seccional do Estado do Maranhão. Posteriormente, transferiu sua residência para o Rio de Janeiro, onde foi nomeado, em 1897, representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, e Diretor do mesmo Instituto (cargo que corresponde atualmente ao de Ministro), em 1901.³⁸⁴

Viveiros de Castro, assim como Atapulho, foi Ministro do Supremo Tribunal Federal. Sua posse ocorreu em 1915. Além de Ministro, o jurista ainda foi lente na antiga Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, onde lecionou as cadeiras de Direito Civil, Administrativo e Internacional.³⁸⁵

Sua trajetória também é reconhecida pela realização de uma série de conferências sobre as questões operárias.³⁸⁶

De suas produções doutrinárias, destacam-se as seguintes: *O contrabando* (1899); *Tratado dos impostos* (1ª ed., 1901); *Tratado de Direito administrativo e ciência da administração* (1ª ed. 1906); *Estudos de Direito Público* (1914); *Questão social* (1920); *Curso de Direito Internacional Privado* (1920); *Congresso Jurídico – Secção de Direito Industrial e Legislação Operária* (Revista Forense, 1924).³⁸⁷

No dia 30 de maio de 1912, em conferência realizada no Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, Viveiros de Castro proferiu discurso intitulado *O direito de greve e as suas limitações: necessidade de um código do trabalho*³⁸⁸, que foi reproduzido na integralidade na Revista *O Direito*.

³⁸³ VIVEIROS DE CASTRO, Augusto Olympio. O direito de greve e as suas limitações: necessidade de um código do trabalho. **O Direito**: revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência, Rio de Janeiro, Officinas Graphicas do “Jornal do Brasil”, a. XL v. 118, 1912, p. 287

³⁸⁴ BEVILÁQUA, 2012, p. 291

³⁸⁵ Ibidem, p. 292

³⁸⁶ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Portal virtual**. Sobre o STF. Ministros. Supremo Tribuna Federal – República. Augusto Olympio Viveiros de Castro. 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=109>>; Acesso em: 03 mar. 2018.

³⁸⁷ Ibidem.

³⁸⁸ VIVEIROS DE CASTRO, 1912, pp. 273-289.

Naquele momento, havia uma ascensão exponencial no número de paralizações da classe trabalhadora. Entre 1890 e 1910 as greves se generalizaram no Rio de Janeiro, configurando-se em principal instrumento de luta de classe. Levantamento de Badaró Mattos em jornais da época demonstrou que, entre 1890 e 1899, ocorreram 37 paralisações grevistas. Para a década seguinte, os dados demonstram um expressivo crescimento: foram 109 greves.³⁸⁹

Assim como os outros artigos que discorreram sobre a temática do trabalho na Revista, a defesa que Viveiros de Castro fez do direito de greve também se insere dentro daquele esquema brando, comedido, que objetiva a “imparcialidade”, que não defende de maneira enérgica e radical determinada causa social e que demonstra, sobremaneira, o quadro de tensões e de contradições do período analisado.

Viveiros de Castro era um jurista que se mostrava antenado às críticas sociais decorrentes da relação capital e trabalho. Realizando um retrospectivo histórico acerca da greve na França e em outros países, lembrou o jurista, por exemplo, que, sob o pretexto de garantir o direito inviolável da “liberdade de trabalho”, toda a Europa tinha proibido as associações operárias e puniu as greves.³⁹⁰ Segundo o autor:

O *mot d'ordre* era garantir a liberdade de trabalho; mas, phenomeno interessante, a classe operaria, a mais legitima representante deste povo que se diz ter feito a Revolução de 89, não tinha o menor entusiasmo por este regimen livre, ao contrario, reclamava energicamente o direito de associar-se livremente para valorizar a mercadoria do trabalho.³⁹¹

A liberdade dos contratos, demonstrava o autor em 1912, pressupunha a plena liberdade dos contratantes. E, sobre isso, questionava:

Mas haverá uma consciencia honesta que afirme serem igualmente livres, quando contratam, o *patrão* que, graças ao seu capital acumulado póde esperar, calmamente, na massa dos humildes que pedem trabalho, os que são menos exigentes, e o *operario* que, deixando um lar sem pão, sahiu á procura de um emprego, angustiado e afflicto porque sente que a fome vae lentamente diminuindo a energia do seu braço – ultima esperança da esposa e dos filhos?

Não, absolutamente não póde haver liberdade de contratar entre individuos colocados em situações tão diferentes; os operarios observa Stein, soffrem o constrangimento de uma força a que individualmente não póde resistir, *naturali imperio*, a *necessidade de ganhar a vida*, sendo muitas vezes obrigados a despender energias muito além da medida aconselhada pelas exigencias bio-physicas individuaes.

³⁸⁹ MATTOS, 2008, p. 169.

³⁹⁰ VIVEIROS DE CASTRO, Op. cit., p. 275.

³⁹¹ Ibidem, p. 276.

Nestas condições, individualizar o contrato de trabalho, torná-lo dependente exclusivamente do acordo de vontade das partes contratantes, é uma suprema hipocrisia, é em nome da liberdade estabelecer a mais odiosa das opressões.³⁹²

Era em virtude dessa desigualdade consubstanciada no contrato de trabalho individual que Viveiros de Castro entendia ser direito do trabalhador a defesa de seus interesses, de modo coletivizado, através de associações sindicais. Os fins principais dos sindicatos, segundo o autor, eram: “procurar obter para os seus associados salários mais altos, auxiliar os operários sem trabalho e substituir as agências de colocação.” Já a sua arma principal, “a mais, ou talvez a única, eficaz, é a “greve” que, no conceito de Pasquale Arena, é propriamente a manifestação característica do conflito entre o capital e o trabalho, e representa o exercício do direito de liberdade do trabalho”.³⁹³

Portanto, o direito de greve, para o autor, embora não estivesse positivado em nossas leis, era reconhecido como o corolário natural do direito de constituir sindicatos, consubstanciado no decreto nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907.³⁹⁴

Mas, embora defendesse expressamente o direito de greve, Viveiros de Castro também buscava justificativas para os atos muitas vezes descomedidos de repressão do operariado. Segundo o autor:

O operário tenta conquistar ou arrancar do patrão tudo o que elle ainda não poudo obter; para elle não existe paz duravel, e sim apenas curtas treguas, durante as quaes organiza uma nova lista de reclamações e prepara as suas armas.

O patrão age da mesma fórma porque tem consciencia da gravidade da luta e dos perigos que corre, conhece o caracter implacável dos adversários que se agrupam contra elle.

Não exageramos cousa alguma. Basta abrir os olhos, escutar, tomar informações, para verificar que é este o estado dos espíritos, e ter a certeza de que as illusões seriam vans.

Imperdoavel seria não lamentarmos esta situação, mas seria tambem ingenuo e perigoso não querer vel-a como ella é realmente.³⁹⁵

Fica claro, portanto, o conflito no discurso de Viveiros de Castro. Se por um lado ele defende o direito de greve do trabalhador, por outro sustenta que os patrões acabam agindo de modo reativo, em defesa e resistência mesmo às intransigências

³⁹² VIVEIROS DE CASTRO, 1912, pp. 276-277.

³⁹³ Ibidem, p. 279.

³⁹⁴ Ibidem, loc. cit..

³⁹⁵ VIVEIROS DE CASTRO, 1912, p. 287.

do “operariado invejoso e odiento”³⁹⁶ que a todo o momento tenta “arrancar do patrão tudo o que ele ainda não pode obter”.³⁹⁷

E, ainda na esteira de desqualificação do *modus operandi* do operariado, sustentou também o autor que:

Levados por esta irresistível tendência de todo poder a exorbitar, os operários, tendo reconhecido a eficácia das greves começaram a promovê-las a torto e a direito, sob qualquer pretexto e mesmo sem pretexto algum, convertendo o que era um escudo de defesa em uma arma de agressão.³⁹⁸

Não é demais reiterar a situação de completa carestia em que os trabalhadores se encontravam no início do século. Esse tipo de discurso, portanto, que deslegitima a atuação do operariado na reivindicação de condições mínimas de trabalho, em um contexto de exploração extremada como o do Brasil, não pode por nós passar despercebido.

Também o discurso de Viveiros de Castro, portanto, estava perfeitamente alinhado com o método de tutela (eufemizada) do operário.

4.4. À margem d’*O Direito*: juristas e a defesa do operariado

Já dissemos que especialmente nesse momento de solidificação de estruturas jurídico-políticas brasileiras, o direito encontra grande parte de sua normatividade na doutrina. Dissemos também que o produto da articulação dos juristas, para ser legitimado enquanto “direito” – vale dizer, enquanto fórmula neutral de engenharia social – precisa seguir um determinado jeito de proceder que tem como norte sempre a busca pela “imparcialidade” e pelo hermetismo às transformações radicais. Se no discurso do jurista não são verificados esses elementos, não haverá aceitação social do meio em relação àquele discurso. Uma formulação doutrinária que destoe desses cânones, por consequência, será uma obra que estará “à margem” daquilo que é visto como “direito”.

À margem do direito. À margem d’*O Direito*.

³⁹⁶ Ibidem, loc. cit..

³⁹⁷ Ibidem, loc. cit..

³⁹⁸ Ibidem, loc. cit..

A Revista *O Direito* era uma dos maiores depósitos da produção jurídica no país na passagem do século. E, conforme demonstramos, os artigos que abordam a temática do trabalho nela apresentam uma forma muito similar – que denominamos “eufemizadora” – de condução da defesa das garantias do operariado.

Mas Evaristo de Moraes e Henrique Coelho estavam à margem. Eram pensadores que refletiam de modo diverso: sem nenhum pudor, desferiam de modo muito contundente as suas críticas ao capital, à burguesia e ao estado. Em ambos notamos uma militância que defende com paixão desvelada a causa do operariado.

4.4.1. Evaristo de Moraes e os *Apontamentos de Direito Operário* (1905)

*O capitalismo devorador não abandona a presa
enquanto tem a sugar uns restos de sangue e
musculo!*
Evaristo de Moraes³⁹⁹

De origem humilde, Antônio Evaristo de Moraes nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então capital de império, em 26 de outubro de 1871. Mestiço, enfrentou desde cedo as dificuldades impostas pelo racismo. De 1883 até 1886 estudou no Colégio São Bento como aluno gratuito dos “preparatórios” do grau médio.⁴⁰⁰

Quando o pai abandonou a família, ainda não havia terminado o curso. Mas, em virtude da necessidade, teve que trabalhar como ambulante nas ruas. Em 1887 conseguiu um emprego como professor de português, geografia e história no próprio Colégio São Bento. Trabalhou, ao mesmo tempo, como repórter na *Gazeta Nacional* e no *Correio do Povo*.⁴⁰¹

Em 1890, Evaristo passou a ser um importante agente de divulgação das ideias operárias no jornal *Echo Popular*, grupo liderado por Luiz França e Silva.⁴⁰²

Foi em 1893 que, buscando resolver as suas dificuldades financeiras, passou a desempenhar uma nova atividade: a forense. Iniciou os seus trabalhos como solicitador (transportando papéis aos selos, ao distribuidor, aos escrivães e oficiais de

³⁹⁹ MORAIS, 1905, p. 10.

⁴⁰⁰ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Evaristo de Moraes**, tribuno da República. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 47.

⁴⁰¹ Ibidem, pp. 48-60.

⁴⁰² MENDONÇA, 2007, p. 61.

justiça) para dois advogados, Silva Nunes e Ferreira do Faro. Provavelmente em razão dessa atividade, Evaristo de Moraes recebeu o direito de representar – por provisão do Tribunal de Justiça – judicialmente no foro. Tornou-se, então, um rábula.⁴⁰³

Em 1894, abriu seu próprio escritório. Desde então, dedicou-se com afinco aos estudos sobre a criminalidade. Com a crítica afiada que lhe era inerente, em 1896, por exemplo – citando Lombroso, Ferri, Garofalo, Spicio Sighele, dentre outros – atacou “a ojeriza dos positivistas que [são] contra tudo que lhes cheire instituição popular”.⁴⁰⁴

Em 1902 Evaristo passou a escrever na *Gazeta Operaria*. A partir desse momento – período marcado por intensas manifestações na cidade do Rio de Janeiro – passou a conjugar a sua atuação profissional e a militância política, atuando pelos direitos de várias agremiações operárias.⁴⁰⁵

Em 1916, somente aos 45 anos de idade, finalmente conseguiu tornar-se bacharel em direito pela Faculdade Teixeira de Freitas, em Niterói.⁴⁰⁶

Foi integrante do Partido Socialista do Brasil, surgido em 1º de maio de 1917, e, no ano seguinte, lançou-se candidato a deputado federal, mas não conseguiu se eleger. Em 1925, foi fundador do Partido Socialista Brasileiro.⁴⁰⁷

Foi preso duas vezes durante a presidência de Arthur Bernardes (1922-1926) por ter apoiado a candidatura oposicionista de Nilo Peçanha. Durante a campanha conheceu Lindolfo Collor, futuro ministro do Trabalho. Já no governo de Washington Luís (1926-1930), foi um dos fundadores do Partido Democrático do Rio de Janeiro. Em seguida, apoiou a Aliança Liberal, formada, em 1929, para lançar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa. Novamente candidatou-se a deputado federal e não foi eleito.

Iniciado o novo regime em 1930, Lindolfo Collor foi nomeado para assumir o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e Evaristo de Moraes foi convidado para

⁴⁰³ Ibidem, p. 62.

⁴⁰⁴ MORAIS, Evaristo de. **Estudinhos de direito – O júri**. Rio de Janeiro: Papelaria Mendes Marques, 1896, p. 29 Apud Ibide, p. 65.

⁴⁰⁵ MENDONÇA, Op. cit., p. 97.

⁴⁰⁶ ABREU, Alzira Alves de. **Verbete biográfico. Antonio Evaristo de Moraes**. Rio de Janeiro: CPDOC FGV, 2018. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/morais-antonio-evaristo-de>>; Acesso em: 3 mar. 2018.

⁴⁰⁷ Ibidem.

exercer as funções de consultor jurídico. Nesse período ajudou na confecção de várias leis trabalhistas.⁴⁰⁸

Em 1933, foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Criminologia. E, em 1938, foi nomeado lente de direito penal da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Em 1939 foi eleito presidente da Sociedade Brasileira de Criminologia, mesmo ano em que faleceu.⁴⁰⁹

Sua produção bibliográfica é extensa. Além dos mais de 180 artigos, destacam-se as seguintes obras: *A questão das prostitutas* (1897), *Crianças abandonadas, crianças criminosas; notas e observações* (1900); *Os acidentes no trabalho e a sua reparação; ensaio de legislação comparada e comentário à lei brasileira* (1919); *Extinção do tráfico de escravos no Brasil, ensaio histórico* (1916); *A lei do ventre livre, ensaio de história parlamentar* (1917); *Ensaio e patologia social* (1921); *Branco e negro, nos Estados Unidos e no Brasil* (1922); *Reminiscências de um rábula criminalista* (1922); *Legislação sobre o trabalho da criança nas indústrias e nas fábricas, proteção legal no trabalho dos menores* (1924); *Minhas prisões e outros assuntos contemporâneos* (1927).⁴¹⁰

Como se vê, Evaristo de Moraes era, antes de jurista, um militante. E essa militância sobressai do texto que será por nós analisado.

Os *Apontamentos de Direito Operário* eram, na verdade, uma coletânea de artigos publicados no Jornal Correio do Amanhã.

Notamos da leitura da obra que a linguagem utilizada por Evaristo é diferenciada, se comparada aos artigos publicados na Revista *O Direito*. Aliás, o público para o qual Evaristo se dirigia era, certamente, em alguma medida, diverso daqueles destinatários de uma Revista jurídica. Notamos que há uma preocupação com a acessibilidade de suas ideias. E essa intenção foi externalizada pelo autor quando sustentou que:

o fim deste nosso opusculo se reduz a vulgarisar algumas notas de Direito Operário, quiçá valorisáveis. Estes estudinhos não visam *doutrinar*, mas, tão somente, *recordar* e *apontar* o que se tem feito em prol dos operários no seio de povos verdadeiramente civilizados.⁴¹¹

⁴⁰⁸ ABREU, 2018.

⁴⁰⁹ Ibidem.

⁴¹⁰ Ibidem.

⁴¹¹ MORAIS, 1905, p. 7

Segundo o autor, até aquele momento não existia nenhum programa efetivo que refletisse concretamente sobre o conteúdo das reivindicações da classe trabalhadora brasileira.⁴¹² Dessa forma, seus “estudinhos”, divididos em nove capítulos⁴¹³, tinham por finalidade sublimar materialmente algumas dessas demandas.

Com a finalidade de demonstrar a diferença entre o discurso adotado pelos juristas n’O *Direito* e o discurso de Evaristo de Moraes – e porque ao longo de nosso trabalho utilizamos em outras oportunidades as suas ideias – traremos apenas duas discussões feitas pelo autor na obra. Esses debates escolhidos, além de serem muito interessantes pelo seu conteúdo, demonstram com bastante exatidão a forma militante (contudentemente crítica e que não se preocupava com uma suposta pretensão de imparcialidade) com que Evaristo conduzia os seus escritos.

Logo nas primeiras linhas de seus *Apontamentos*, no capítulo intitulado “Leis do Trabalho”, é perceptível o “partido” – no sentido de tomar parte – defendido por ele.

Citando expressamente Karl Marx, o autor, também criticando ferrenhamente a falácia da liberdade de contratação⁴¹⁴, apontou para a necessidade de uma regulamentação que dispusesse expressamente sobre as regras que deveriam incidir sobre o contrato de trabalho. Nas palavras de Evaristo, era “preciso admitir e legalizar, até as maiores minuciosidades [...] o contrato de trabalho, fixando as tres condições:

⁴¹² “E' digno de nota o que se passa, entre nós, com o movimento operário; fundam-se aggremações de classe, fazem-se grèves, organisam-se festividades, emfim, dá-se ao publico ledor dos noticiários a perfeita illusão da existência de um partido operário, com idéas assentadas, programma discutido e geralmente acceito, baseado em qualquer doutrina social economica e orientado no sentido de uns tantos princípios. Entretanto, em ocasiões aproveitáveis, como a actual, bem se vê que, afora uma ou outra idea de velho cunho liberal e republicano, apenas preocupa seriamente o nosso ardente e brioso proletariado a sempre lembrada conquista das famosas oito horas de trabalho;[...] Até a presente data, bem não se conhece qualquer programma de feição possibilista, com outras exigencias mínimas – que, ao menos, servisse para ponto de apoio a algum legislador mais consciencioso e adeantado, quando quisesse, prestar atenção aos aurduos problemas sociaes-economicos. O que, entre nós, mais se aproveita é o que se poderia chamar a liturgia do socialismo; tudo se limita a exterioridades brilhantes e a declamações entusiasticas, na sua maior parte sinceras – mas baldas de significação pratica.” (MORAIS, 1905, pp. 7-8).

⁴¹³ I – Leis do Trabalho; II - O Direito operário e o Código Civil; III – Crianças nas Fábricas; IV- Acidentes de Trabalho; V – Direito de Greve; VI – As Greves de Patrões e os Trusts; VII- Normas ou Regras do Trabalho; VIII – Sindicatos Operarios; e XI – Cooperativas.

⁴¹⁴ “O grande organisador do Socialismo Scientifico, Karl Marx, já havia dito que, não obstante parecer que o trabalhador vende livremente seu trabalho, bem se percebe, afinal, que elle não é um agente livre; que o tempo pelo qual elle empenha seu esforço lhe é imposto pelas circumstancias; e o capitalismo devorador não abandona a presa enquanto tem a sugar uns restos de sangue e de musculo!” (MORAIS, Op. cit., p. 10).

– preço do trabalho ou taxa de salario, duração do trabalho, e qualidade do trabalho”.⁴¹⁵

Lembremos que não havia, desde a proclamação da república, nenhuma legislação no âmbito federal que dispusesse sobre os moldes da locação de serviços. Os trabalhadores, segundo o autor, sem qualquer garantia mínima, estavam submetidos às intempéries da livre concorrência, enjeitados à fúria do “capitalismo devorador [que] não abandona a presa enquanto tem a sugar uns restos de sangue e musculo”.⁴¹⁶

Para Evaristo, só havia uma maneira de evitar a manifestação – catastrófica, a seu ver – da liberdade posta como estava naquele momento: era necessária a imposição de freios legais, de restrições que, sem ofender o desenvolvimento das forças produtivas, serviriam de proteção para os princípios de equidade e justiça. Esse, segundo Evaristo, era o domínio do chamado Direito Privado Social.⁴¹⁷

Sendo assim, em 1906, Evaristo fazia coro à doutrina que pleiteava a edificação de um Direito Civil que refletisse sobre a necessidade de intervenção estatal nos reclamos da sociedade:

Nos chamados *Codigos Civis* muitos institutos novos podem ser admitidos, regulando o contracto de trabalho, com vantagem para o operario e sem prejuízo do capitalista. O Estado deve intervir no contracto geralmente chamado de *locação de serviços*, estabelecendo, como escreve um civilista portuguez, o equilibrio entre o salario mínimo e as necessidades do operario morigerado.⁴¹⁸

Mas Evaristo ia além. Criticava até mesmo aquela proposta de Beviláqua – de que falamos no capítulo anterior – que previa (de modo parco, é verdade) alguns direitos aos trabalhadores:

Effectivamente, a <<redação final do projecto do Codigo Civil Brasileiro>> – que temos presente – principia por epigraphar, á moda velha, o conjuncto das relações dos trabalhadores, ou salaríados, para com seus patrões ou empregadores: – *da locação de serviços*. Dispensa ao assumpto 22 artigos. Ao lado, o legislador cogitara da locação de casas, muito mais detalhadamente. Isso denuncia todo o espirito da grande obra republicana, sob o ponto de vista da legislação social...⁴¹⁹

⁴¹⁵ MORAIS, 1905, p. 11.

⁴¹⁶ Ibidem, p. 10.

⁴¹⁷ Ibidem, p. 18.

⁴¹⁸ Ibidem, loc. cit..

⁴¹⁹ MORAIS, 1905, p. 23.

E denunciava também a falta de fundamento racional no discurso daqueles que afirmavam que as leis operárias, como ocorrera em outros países, não deveriam ser introduzidas no Código Civil. Segundo Evaristo:

Não logra essa argumentação convencer a qualquer espirito que se haja emancipado das velharias do Direito Civil. Em primeiro lugar: — ao tempo em que se decretaram, em alguns países da Europa, os códigos civis — eram desconhecidas as verdadeiras leis do trabalho; só a sensibilidade romântica fazia as despesas do socialismo.

Foi a vida industrial moderna com suas exigências brutais, com suas inexoráveis injustiças, que fez surgir esse corpo de doutrinas sociais — económicas, que dão satisfação a umas tantas aspirações dos trabalhadores, e que devem ser traduzidas em leis.

A burla do *trabalho livre*, unida à desenfreada *concorrência industrial*, criou, para o operariado moderno, situações novas de desespero e de sofrimento, despertou nelle ancias tremendas, levantou problemas cada vez mais pungentes, e que, por toda parte, reclamam solução prompta. [...]

Como poderiam vir esses problemas sociais modernos resolvidos em leis de outr'ora, que reflectiam outras instituições, outras aspirações, outras situações económicas?⁴²⁰

Já no capítulo dedicado à greve, o rábula apresentou uma defesa diversa da que fora feita por Viveiros de Castro em relação aos chamados “piquetes”.

Diferentemente do que apregoava a escola socialista, Viveiros de Castro considerava ilegal a ação dos grevistas que procuravam impedir a execução do trabalho dos companheiros que não aderissem à paralisação. Para ele, “o operário que deseja continuar a trabalhar tem o direito de invocar a protecção do Estado em favor da sua liberdade individual”⁴²¹.

Noutra linha, Evaristo de Moraes sustentava que esse argumento era fruto da articulação dos adversários do sindicalismo:

Os adversários do syndicalismo, quando proclamam a suposta tyrannia das modernas *corporações de officios*, não se esquecem de attrahir a attenção publica para o poderoso meio de combate que os ingleses chamam *boycottage*, os francezes apellidam *mide à l'index* e os italianos indicam pelo nome *picchettamento*. Consiste na acção do syndicato quando prohihe aos seus membros trabalharem em determinado estabelecimento industrial, por esse ou aquelle motivo. A fabrica ou officina, assim lançada no *Index syndical*, só consegue obter o trabalho dos poucos operarios sem brio profissional e geralmente sem grandes aptidões, que são justamente postos fora da classe, chamados na Inglaterra *blacklep* (*pernas pretas*), e nos Estados Unidos *ratos leprosos*.

⁴²⁰ Ibidem, pp. 24-25.

⁴²¹ VIVEIROS DE CASTRO, 1912, p. 285.

Esses falsos trabalhadores são naturalmente victimados por um duro ostracismo, que os torna desprezíveis e os sujeita a todas as perseguições. Diz-se que é imoral e contra direito esse duplo procedimento de reacção e de seleção, contra os patrões indomáveis e contra os companheiros indignos. Entretanto, facilmente se reconhece, reflectindo um pouco, que é um legitimo exercício do direito de existência concedido aos sindicatos.⁴²²

Para ele, o trabalhador que se sindicaliza abdica de parte de sua liberdade em favor de uma associação de classe; e esta, por sua vez, tem o direito de lhe impor a decisão da maioria. Nada mais justo, segundo o autor, que a organização sindical proíba seus membros de trabalharem no estabelecimento em greve e que espalhe o descrédito sobre as aptidões e a moralidade dos operários que se sujeitam ao patrão.⁴²³

Como se vê, o discurso de Evaristo estava à margem daquela fórmula pretensamente neutral.

4.4.2. Henrique Coelho e *O direito e o proletariado* (1906)

O operario moireja, extenua-se, consome a sua robustez physica no duro labutar da officina. Dos produtos do seu esforço, da sua pericia, auferem lucros enormes – comparados com a mesquinhez do salario – os que, sem lhes melhorar a qualidade, suavemente, comodamente, os vendem quase pelo dobro do preço do custo. E as leis apoiam as ousadias da imoderada especulação mercantil como auctorizam os desmandos da ganancia, da cobiça, que reinam infrenes no mundo commercial.

Henrique Coelho⁴²⁴

Não encontramos nenhum documento que abordasse os aspectos da vida, tampouco menção a qualquer outra obra que nos permitisse ter um maior aporte acerca de quem era Henrique Coelho. Mas, ao que tudo indica, o autor de *O direito e o proletariado* também era jurista.

⁴²² MORAIS, 1905, p. 107.

⁴²³ Ibidem, pp. 108-109.

⁴²⁴ COELHO, 1906, p.12.

Na primeira edição dos comentários ao Código Civil, por exemplo, Clóvis Beviláqua⁴²⁵ recomenda, para uma interpretação crítica do art. 1.216⁴²⁶, a leitura de *O direito e o proletariado*. Para além dessa referência, encontramos em publicação sobre o projeto do Código do Trabalho veiculada na Revista do Senado Federal em 1964, menção de Evaristo de Moraes Filho ao aparecimento do opúsculo de Henrique Coelho por ocasião do 1º Congresso Operário⁴²⁷. E também Marília Schneider, em artigo que aborda a jurisprudência paulista nos inícios da República⁴²⁸, conta que a obra de Henrique Coelho foi veiculada em uma das edições da revista do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, intitulado *São Paulo Judiciário*⁴²⁹.

Utilizando-se de extensa bibliografia de autores europeus, e inspirando-se notadamente nas reflexões teóricas do marxismo, a obra de Henrique Coelho também destoa. Diferentemente de Evaristo de Moraes, o autor não traz nenhuma sistematização de uma possível nova disciplina jurídica. O intento de sua obra é a crítica do capital, na sua relação com o Estado, o direito e o proletariado.

Segundo o autor, a divisão da sociedade em classes impediu que o Estado cumprisse as promessas da civilização. Tendo o Estado se inclinado pelo grupo mais forte, “dos que desfructam as vantagens, a supremacia da riqueza”⁴³⁰, ele se constituiu “mais o defensor das exageradas regalias do capitalismo que das justas necessidades da população laboriosa”.⁴³¹ Nesse sentido, a lei – manifestação da vontade do Estado – e a polícia – instrumento de manutenção de poder da burguesia – deixavam transparecer a nítida proteção dispensada aos ricos. De acordo com o autor:

As leis punem os ataques á propriedade com muito mais rigor que os atentados á liberdade á vida dos cidadãos. [...] Para a policia, a mendicidade, que é uma desgraça, tem de se converter em crime e – infamando-os com a

⁴²⁵ BEVILAQUA, 1917, p. 398.

⁴²⁶ Trata-se do primeiro artigo da Seção II, Dos Contratos, que define a locação de serviço. “Art. 1.216 – Toda a especie de serviço ou trabalho licito, material ou immaterial, pode ser contractada mediante retribuição.” (Ibidem, p. 397).

⁴²⁷ “Realiza-se em 1906 o I Congresso Operário Brasileiro na cidade do Rio de Janeiro, aparecendo em São Paulo um opúsculo de Henrique Coelho, *O Proletariado e o Direito*.” (MORAIS FILHO, Evaristo de. O projeto do Código do Trabalho. **Revista de Informação Legislativa**, v. 1, n. 4, p. 13-34, dez. 1964. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180674/000347565.pdf?sequence=1>>; Acesso em: 12 fev. 2018).

⁴²⁸ SCHNEIDER, Marília. Justiça e política: a Fazenda do Estado na jurisprudência paulista nos inícios da República. **Revista Justiça & História**, Porto Alegre, Memorial do Judiciário do RS, v. 1, n. 1, 2001. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v1n1_2/doc/07_Marilia_Schneider.pdf>; Acesso em: 12 fev. 2018.

⁴²⁹ COELHO, 1906, pp. 67-96.

⁴³⁰ Ibidem, p. 3.

⁴³¹ Ibidem, loc. cit..

pecha da vadiagem – a ameaça da prisão aumenta os revezes dos que a falta de trabalho impele á ociosidade ou atira á miséria.⁴³²

Henrique Coelho também não tinha receio de falar sobre a parcialidade dos órgãos judicantes e aparelhos da Justiça. Suas palavras eram bastante duras, nesse sentido:

Exercido pelo pobre, equivale o direito de petição ao clamor na immensidade do deserto e, quando está prompto a cerceal-o ou a destruil-o o arbítrio da prepotência policial, tambem não lhe adeanta a liberdade de reunião, para se ouvir o brado dos seus soffrimentos, para se escutarem as vozes das suas queixas.

Creou-se o Ministerio Publico – vigilante defensor dos direitos da sociedade, orgam de toda a nação e da universalidade dos direitos do cidadão-, entregando-se-lhe a tutela dos interesses de orphãos, interdictos e ausentes, mas força é confessar, sempre no intuito da proteção dos bens, tanto que as leis guardam silencio sobre os pobres e desvalidos da fortuna, isto é, sobre aquelles que representam a maioria da comunhão social. Não têm propriedades que devam ficar acauteladas, e dahi a indiferença que lhes manifestou o Estado, a privação do concurso da sua auctoridade para facilitar-lhes a acção reparadora dos tribunaes, de que constantemente necessitam.⁴³³

Denunciou também a cômoda situação de uma ausência de legislação sobre o salário. Segundo Henrique Coelho, o silencio da lei fornecia legalmente a possibilidade de patrões se erigirem como juízes das relações estabelecidas com o operário. Sem fiscalização, multas e medidas exorbitantes poderiam ser estabelecidas sem que o Estado interferisse.⁴³⁴

E, se por um lado faltavam leis que regulassem o contrato de trabalho, de outro abundavam as “lastimáveis” leis civis que apenas protegiam as riquezas. A seu ver, o legislador exagerou no valor que deu à propriedade individual.

A indiferença pelo que não se relaciona com os proventos dos capitalistas mostra-se a cada passo, denunciando as vergonhosas exclusões, sancionadas pelo moderno direito patrimonial.

A inviolabilidade da propriedade constitue a base em que assentam os principios cardeaes de semelhante direito. Seja ella adquirida pela força, pelo dolo, pela usura nas suas fórmias mais grosseiras e mais ignóbeis, pela brutalidade da especulação indecente, seja ella formada á custa do trabalho alheio, do sacrificio ou da ruina de outrem, nada sisso importa aos legistas que, antes de indagar dos títulos, precários ou não, do seu dono, a entronizam, cercando-a de absoluto e sagrado respeito.⁴³⁵

⁴³² COELHO, 1906, p. 5.

⁴³³ Ibidem, p. 6.

⁴³⁴ Ibidem, p. 10.

⁴³⁵ COELHO, 1906, p. 11.

Para combater todas essas mazelas do atual sistema, Henrique Coelho propunha a reflexão acerca da “san teoria que o gênio de Karl Marx creou para evidenciar a preponderância dos factos econômicos no desenvolvimento da vida social”⁴³⁶. A única saída, para o autor, em face desse estado de “escravidão do operariado”, era o socialismo.

[...] si realmente queremos caminhar para uma organização economica compatível com os principios da sã moral e amparada pelos sólidos fundamentos da justiça, a solução é a que oferece o socialismo, a de não haver trabalho sem equivalente, sem vantagem directa mais ou menos imediata, tornando-se collectiva a produção e igualmente collectivos os meios de conseguil-a.⁴³⁷

Enquanto a sociedade e o direito continuassem estabelecidos sobre o valor máximo da propriedade, não existiria possibilidade de felicidade ao operariado.

Aqui também não há busca por imparcialidade ou tendência à neutralidade, portanto. Henrique Coelho tem lado. E a sua crítica é desferida sem eufemismos na defesa de um direito que esteja em favor do proletariado.

À guisa de conclusão desse capítulo, de acordo com nossas impressões, notamos que a doutrina produzida em um dos maiores veículos de circulação do pensamento jurídico do país era pouco preocupada com as transformações e os reclamos sociais que emergiam no contexto de incremento na organização da classe trabalhadora. Como termômetro das preocupações do período analisado, o pensamento jurídico nos traz pistas bastante fortes de que a questão social trabalhista ainda não tinha – com algumas exceções, como é o caso, por exemplo, de Evaristo de Moraes e Henrique Coelho – muita relevância.

⁴³⁶ Ibidem, p. 28.

⁴³⁷ Ibidem, loc. cit..

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tarefa daquele que se dispõe a analisar as tão profundas raízes da árvore juslaboralista não é nada simples. Produto da negação de sua essência, o Direito do Trabalho é forjado no entrecruzamento de ramos de saber aparentemente contraditórios.

Mas analisar esse tema no Brasil é tarefa que demanda esforço maior ainda. O século XIX – até meados do XX – representa um longo período de transição. Nesse momento, o liberalismo se desenvolve apenas na medida da conveniência. Já a República, diferentemente do que apregoa a teoria, não teve participação popular. No plano jurídico, oscilavam a teoria das fontes, o peso da lei, da doutrina e dos usos. No contexto de modo de produção, o trabalho escravo permanece convivendo com a formação de uma mão de obra estrangeira até fins do século.

A nossa intenção, portanto, de modo algum foi a de esgotar os debates em torno da questão do direito e do trabalho no seu período de formação incipiente. O intuito maior foi o de contribuir – com algumas impressões ainda muito iniciais – com a cultura jurídica do trabalho no Brasil na passagem do século XIX para o início do XX.

Tendo essa ideia como norte, tivemos como principal objetivo perquirir o momento em que as primeiras vozes do social tentavam – heroicamente – se fazer ouvir em meio ao eco essencialmente privado da regulamentação das relações jurídicas.

Para tanto, foi primordial que estabelecêssemos um pano de fundo que desse conta, ao menos que genericamente, de demonstrar de que modo se davam, no plano formal, essas primeiras contratações. Dessa pesquisa, interessante foi notar a precariedade que forjou nossas primeiras leis regulamentadoras do trabalho livre. Erigidos sob o peso da densa fumaça do passado, os contratos de locação de serviço firmados no Império tinham como finalidade precípua a garantia dos interesses do locatário.

Mas existiam diferenças entre as disciplinas que deveriam ser aplicadas: os nacionais, segundo Teixeira de Freitas, eram regulamentados pelas Ordenações (o peso da tradição, aqui, era maior); já os estrangeiros, eram regidos pelas famosas leis

de locação de serviço; e aqueles que praticavam atos de comércio, por sua vez, estariam formalmente tutelados pelas regras do Código Comercial de 1850.

E o Código Comercial também estabelecia as suas distinções. Se aos locadores de serviço mercantil (operários, empreiteiros e agentes do mar) muito pouco se garantia, aos prepostos comerciais (vale dizer, aos empregados no comércio), por outro lado, o código – que foi posteriormente complementado pelo Assento nº VII, de 6 de julho de 1874, do Tribunal do Comércio da Corte – foi muito mais padrastrado. Desde o direito a algumas verbas rescisórias, até o reconhecimento acerca da inviolabilidade do salário, os empregados no comércio possuíam uma situação, no plano normativo, evidentemente diferenciada.

Aliás, a análise inicial sobre a temática comercial nos permitiu inferir, ainda, que talvez muitas das pistas de nossa cultura jurídica do trabalho estejam, efetivamente, no ramo comercial. Temos fortes indícios de que o direito do comércio subsidiou conceitualmente (e até mesmo normativamente) muitas das reflexões que nutriram, posteriormente, a disciplina do trabalho. Faz-se necessário, portanto, que dediquemos a esse ramo do direito olhares muito mais atentos.

No segundo capítulo, do mapeamento das legislações relacionadas ao trabalho, chegamos à conclusão que muito pouco foi feito. Aliás, com a proclamação da República, o Decreto n. 213 de 22 de fevereiro de 1890 revogou absolutamente todas as leis e disposições relativas aos contratos de locação de serviços agrícolas. Os trabalhadores agrícolas, a partir de então, permaneceram sem regulamentação – para além das Ordenações – até o Código Civil de 1916, que legislou, de modo geral, sobre todos os contratos de prestação do trabalho humano. Interessante notar, ademais, que a partir daí, todas as formas de trabalho (inclusive aqueles exercidos pelos empregados do comércio) passaram a ser regulados pela Lei civil.

Uma lei civil também precária. Embora o *Projeto de Código Civil* de Beviláqua se inserisse dentro do chamado ramo do “Direito Privado Social”, sequer as mínimas garantias aos trabalhadores – propostas no projeto inicial – tiveram aprovação. O “Direito Privado Social” não foi, portanto. E não foram também as leis sociais no período. Com exceção de apenas algumas normativas que poderíamos chamar de “nascentes” no deserto do privado, quase nada se legislou para o estabelecimento de proteção aos obreiros.

No plano do pensamento jurídico a questão social também não mostrava ecoar de modo tão retumbante. Ao contrário, uma breve passada de olhos sobre os

artigos que circulavam na Revista *O Direito*, permite notar que a esmagadora preocupação de nossos juristas girava em torno de questões ou estritamente privadas, ou penais, ou processuais. Os juristas – no seu esforço de permanecerem como corpo social diferenciado que diz o direito a partir de suas pretensões científicas de “engenharia social” – não haviam permitido, ainda, a incorporação dos reclamos sociais da classe trabalhadora. Com exceções também de algumas outras nascentes no pensamento, a doutrina se apresentava com bastantes freios à defesa dos interesses do proletariado.

O Direito – manifestação da tradição e de perenidade por excelência – durante todo esse longo período gestou lentamente quilo que, no futuro, (depois de muitas lutas e disputas da classe trabalhadora em torno dos seus significados), consubstanciariam uma disciplina especializada do trabalho.

Como fecho final desse trabalho, resta-nos dizer que a experiência histórico-jurídica de regulamentação das relações de trabalho traz pistas muito interessantes para que questionemos a positividade vigente. Diante de uma história que busca glorificar o presente como resultado evolutivo das vitórias do passado, compreender que conceitos como “liberalismo”, “República”, trabalho “livre”, “modernidade”, e “progresso”, não encerram na prática a teoria que lhes dá substrato, permite que questionemos, hoje, o fundamento dos falaciosos discursos que sustentam a situação de extrema vulnerabilidade (de ausência de proteção no plano legal e de ausência de políticas sociais) em que encontramos trabalhadores e trabalhadoras de todo o país.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. **Verbetes biográficos. Antonio Evaristo de Moraes**. Rio de Janeiro: CPDOC FGV, 2018. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/moraes-antonio-evaristo-de>>; Acesso em: 3 mar. 2018.

ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS. Poetas da Academia Cearense de Letras. **Rodrigues de Carvalho**. Disponível em: <http://www.academiacearensedeletas.org.br/revista/Colecao_Diversos/Poetas_Academia/ACL_Poetas_da_Academia_12_Rodrigues_de_Carvalho.pdf>; Acesso em: 01 mar. 2018.

BARBOSA, Adoniran; MOLLES, Oswaldo; SANTOS, João Belarmino dos. Conselho de mulher. Interpretação: Adoniran Barbosa. In: BARBOSA, Adoniran. **Adoniran Barbosa**. Odeon Brasil, 1975. 1 Vinil. Faixa B5.

BARBOSA, Samuel Rodrigues. Complexidade e meios textuais de difusão e seleção do direito civil brasileiro pré-codificação. In: FONSECA, Ricardo Marcelo e SEELAENDER, Ailton Cerqueira Leite (orgs.). **História do direito em perspectiva: do antigo regime à modernidade**. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2008.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BEVILÁQUA, Clovis. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil commentado por Clovis Beviláqua**. v. IV. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves. 1917.

_____. **Em defesa do Projecto de Código Civil Brasileiro**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906.

_____. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

BITTENCOURT, Dario de. **Das “Ordenações Filipinas” à criação do Ministerio do Trabalho**: a legislação social trabalhista brasileira anterior a 1930. Porto Alegre: Tipographia Thurmann, 1938.

BOSI, Alfredo. **A Dialética da Colonização**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. **Código Comercial do Império do Brasil**. Lei n. 556, de 25 de junho de 1850. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-556-25-junho-1850-501245-publicacaooriginal-1-pl.html>>; Acesso em: 20 dez. 2017.

_____. **Código Criminal do Imperio do Brazil**. Lei de 16 de dezembro de 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>; Acesso em: 22 nov. 2011.

_____. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1891.**
Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

_____. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1892.**
Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

_____. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1893.**
pts. I e II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

_____. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1894.**
pts. I e II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

_____. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1895.**
pts. I e II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

_____. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1896.**
pts. I e II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898a.

_____. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1897.**
pts. I e II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898b.

_____. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1898.**
pts. I e II. v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

_____. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1899.**
Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

_____. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1900.**
v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902a.

_____. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1901.**
v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902b.

_____. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1902.**
v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903.

_____. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1903.**
Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907a.

_____. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1904.**
v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907b.

_____. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1905.**
v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907c.

_____. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1906.**
v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907d.

_____. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1907.** v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

_____. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1908.** v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

_____. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1909.** v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912.

_____. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1910.** v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

_____. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1911.** v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

_____. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1912.** v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.

_____. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1913.** v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916a.

_____. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1914.** v. I. pt. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916b.

_____. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1915. Actos do Poder Legislativo.** v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917a.

_____. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1916. Actos do Poder Legislativo.** v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917b.

_____. **Constituição Política do Imperio do Brazil (26 de março de 1824).** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>; Acesso em 22 nov. 2017.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891).** Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>; Acesso em: 22 nov. 2017.

_____. **Decretos do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil.** fasc. 1 (de 15 de novembro a 31 de dezembro de 1889). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890a.

_____. **Decretos do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil.** fasc. 1 (de 1 a 31 de janeiro de 1890). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890b.

_____. Decreto n. 2.827 de 15 de março de 1879. In: BRASIL. **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1879.** v. 1. pt. I. Rio de Janeiro, 1880.

_____. Decreto n. 1, de 15 de novembro de 1889. In: BRASIL. **Decretos do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil**. fasc. 1 (de 15 de novembro a 31 de dezembro de 1889). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890a.

_____. Decreto n. 213 de 22 de fevereiro de 1890 – Revoga todas as leis e disposições relativas aos contractos de locação de serviço agrícola. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Brasil – 1890**. v. 1. fasc. II. 1890.

_____. Decreto n. 528, de 28 de junho de 1890. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Brasil – 1890**. v. 1. fasc. VI. 1890.

_____. Decreto n. 1.313 de 17 de janeiro de 1891. In: BRASIL. **Coleção de Leis do Brasil – 1891**. v. 4. 1891.

_____. Decreto n. 1.637 de 5 de janeiro de 1907. In: BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1907**. v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908a.

_____. Decreto n. 1641 de 7 de janeiro de 1907. In: BRASIL. **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1907**. v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908b.

_____. Decreto n. 6.437 de 27 de março de 1907. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 14 abr. 1907, p. 2675.

_____. Decreto n. 6.486, de 23 de maio de 1907. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 30 maio 1907, p. 4261.

_____. Decreto n. 6.532 de 29 de junho de 1907. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 05 fev. 1908, p. 965. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6532-29-junho-1907-517583-publicacaooriginal-1-pe.html>>; Acesso em: 12 fev. 2018.

_____. Decreto n. 6.562 de 16 de julho de 1907. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 18 jul. 1907, p. 5497.

_____. DOCUMENTOS PARLAMENTARES. **Legislação Social**: Accidentes de trabalho – Indemnização – Maximo de trabalho – Condições de salários – Contractos de locação de serviços no Commercio. v. 1. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1919.

_____. Lei de 13 de setembro de 1830. In: BRASIL. **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1830**. v. 1. pt. 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37984-13-setembro-1830-565648-publicacaooriginal-89398-pl.html>; Acesso em 07 out. 2017.

_____. Lei n. 108 de 11 de outubro de 1837 – Dando varias providencias sobre os Contractos de locação de serviços dos Colonos. In: BRASIL. **Collecção das Leis do Imperio do Brazil. Atos do Poder Legislativo**. pt. 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861.

_____. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 05 jan. 1916, s. 1, p. 133. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-norma-pl.html>>; Acesso em: 20 fev. 2018.

_____. Lei n. 13.467 de 13 de julho de 2017. Reforma Trabalhista. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jul. 2017, p. 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13467-13-julho-2017-785204-norma-pl.html>>; Acesso em: 10 nov. 2018.

CARVALHO DE MENDONÇA, José Xavier. Dos prepostos das casas comerciais ou dos empregados no commercio. O negocio mercantil em relação ao seu pessoal. **O Direito**: revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência, Rio de Janeiro, M Orosco & C., a. XXXIV, v. 99, t. 34, pp. 5-60, 1906.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 19 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

_____. **Os bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CAZZETTA, Giovanni. Il diritto del lavoro e l'insostenibile leggerezza delle origini. **Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**, Florença, n. XXV, 1996.

_____. Lavoro e impresa. In: FIORAVANTI, Maurizio. **Lo Stato moderno in Europa**: istituzioni e diritto. Roma: Editori Laterza, 2002.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COELHO, Henrique. **O direito e o proletariado**. São Paulo: Typographia do Diario Oficial, 1906.

CORD, Marcelo Cad; BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Introdução: experiências associativas e mutualistas no Brasil. In: CORD, Marcelo Cad; BATALHA, Claudio Henrique de Moraes (orgs.) **Organizar e proteger**: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 6 ed.. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

_____. **Da senzala à colônia**. 5 ed.. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DIAS, Rebeca Fernandes. **Criminologia no Brasil**: cultura jurídica criminal na primeira república. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

DIAS PAES, Mariana Armond. **Sujeitos da história, sujeitos de direitos: personalidade jurídica no Brasil escravista (1860-1888)**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação: na idade da globalização**. 2 ed.. Tradução: Ephraim Ferreira Alves, et al.. Petrópolis: Vozes, 2002.

ESPADA LIMA, Henrique. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados do trabalho no século XIX. **Topoi**, v. 6, n. 11, p. 289-326, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi%2011/topoi11a4.pdf>; Acesso em: 12 fev. 2018.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo: DIFEL, 1976.

FERREIRA, Breezy Miyazato Vizeu. **O direito matrimonial na segunda metade do século XIX: uma análise histórico-jurídica**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

FERREIRA, Waldemar. **Princípios de legislação social e direito judiciário do trabalho**. v. I. São Paulo: São Paulo Editora Limitada, 1938.

FONSECA, Ricardo Marcelo. A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, v. 44, 2006a.

_____. A formação da cultura jurídica nacional e os cursos jurídicos no Brasil: uma análise preliminar. **Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija de Estudios sobre la Universidad**, Madri, v. 8, n. 1, pp. 97-116, 2005.

_____. **Introdução teórica à história do direito**. Curitiba: Juruá, 2011a.

_____. Os juristas e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX. **Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**, v. 35, pp.339-369, 2006b.

_____. Teixeira de Freitas: um jurisconsulto “traidor” na modernização jurídica brasileira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, a. 172, n. 452, pp. 341-354, jul./set. 2011b.

_____. Tra mimesi e jabuticaba: recezioni e adattamenti dela scienza giuridica europea nel Brasile del XIX secolo. In: SORDI, Bernardo; COSTA, Pietro (orgs.). **Storia e diritto**. Milano: Giuffrè, 2013.

_____. Vias da modernização jurídica brasileira: a cultura jurídica e os perfis dos juristas brasileiros do século XIX. **Revista brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, v. 98, pp. 258-293, 2008.

FONSECA, Ricardo Marcelo; GALEB, Mauricio. **A greve geral de 1917 em Curitiba: reconstituição da memória operária**. 2 ed.. Curitiba: Factum, 2017.

FONSECA, Ricardo Marcelo; SEELAENDER, Ailton Cerqueira Leite. Prefácio. In: FONSECA, Ricardo Marcelo; SEELAENDER, Ailton Cerqueira Leite (orgs.). **História do direito em perspectiva: do antigo regime à modernidade**. Curitiba: Juruá, 2008.

FORMIGA, Armando Soares de Castro. **Periodismo jurídico no Brasil do Século XIX**. Curitiba: Juruá, 2010.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão no lugar. **Cadernos de Debate**, Campinas, n. 1 História do Brasil, 1976.

_____. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4 ed.. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FREITAS, Augusto Teixeira de. **Consolidação das leis civis** (publicação autorizada pelo governo, terceira edição mais aumentada. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1876). v. I. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

_____. **Consolidação das leis civis** (publicação autorizada pelo governo; anotada por Martinho Garcez; muito aumentada com as leis, decretos e avisos publicados até 1913). v. I. 5 ed.. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1915.

_____. Porque leis se-rege a locação de serviços civil? **O Direito**: revista de legislação, doutrina e jurisprudência, Rio de Janeiro, Typographia Theatral e Commercial, a. IV, v. 9, pp. 423-427, jan./abr. 1876.

FRENCH, John D. Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos: a questão social como caso de polícia (1920-1964). In: LARA, Silvia Honold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Direitos e Justiça no Brasil**: ensaios de história social. Campinas: Unicamp, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1986;

GIL, Oto de Andrade. Comemoração do centenário de nascimento de José Xavier Carvalho de Mendonça. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 56, n. 1, pp. 26-84, 1961.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. **Burguesia e Trabalho**: política e legislação social no Brasil (1917-1937). 2 ed.. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

GROSSI, Paolo. **História da propriedade e outros ensaios**. Tradução: Luiz Ernani; Ricardo M. Fonseca. Rio de Janeiro: Renovar, 2006a.

_____. Pagina Introduttiva. **Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**: Riviste giuridiche italiane (1865-1945), Florença, v. XVI, pp. 1-5, 1987.

_____. **Primeira lição sobre direito**. Tradução: Ricardo Marcelo Fonseca. Rio de Janeiro: Forense, 2006b.

_____. **Scienza giuridica italiana**: un profilo storico: 1860-1950. Milão: Giuffrè, 2000.

GUADALINI JUNIOR, Walter. **Gênese do direito administrado brasileiro**: formação, conteúdo e função da ciência do direito administrativo durante a construção do Estado no Brasil Imperial. Tese (Doutorado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

HESPANHA, António Manuel. **A História do Direito na História Social**. Livros Horizonte: Lisboa, 1978.

_____. **Cultura jurídica europeia**: síntese de um milénio. Almedina: Coimbra, 2012.

_____. As transformações revolucionárias e o discurso dos juristas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 18/19/20, pp. 311-341, fev. 1986.

JESUS, Clementina de; NUNES, Clara. **Não vadeia**. Intérprete: Clementina de Jesus.

KOVAL, Boris. **História do proletariado brasileiro (1857 a 1967)**. Tradução: Clarice Lima Avierina. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

LAMOUNIER, Maria Lucia. **Da escravidão ao trabalho livre**: a lei de locação de serviços de 1879. Campinas: Papirus, 1988.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, n. 16, fev. 1998.

LARA, Silvia Honold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Direitos e Justiças no Brasil**: ensaios de história social. Campinas: Unicamp, 2006.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravizados e livres**: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre as mãos e os anéis**: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

_____. **Evaristo de Moraes, tribuno da República**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. Leis para "os que se irão buscar": imigrantes e relações de trabalho no século XIX brasileiro. **História: questões & debates**, Curitiba, v. 56, n. I, pp. 63-85, jan./jun. 2012.

MORAIS, Evaristo de. **Apontamentos de direito operário**. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1905.

MORAIS FILHO, Evaristo de. **O problema do sindicato único no Brasil**: seus fundamentos sociológicos. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

_____. O projeto do Código do Trabalho. **Revista de Informação Legislativa**, v. 1, n. 4, p. 13-34, dez. 1964. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180674/000347565.pdf?sequence=1>>; Acesso em: 12 fev. 2018.

MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typ. Montenegro, a. XVII, v. 50, 1889.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typ. Montenegro, a. XVIII, v. 51, 1890.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typ. Montenegro, a. XVIII, v. 52, 1890.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typ. Montenegro, a. XVIII, v. 53, 1890.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typ. Montenegro, a. XIX, v. 54, 1891.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typ. Montenegro, a. XIX, v. 55, 1891.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typ. Montenegro, a. XIX, v. 56, set./dez. 1891.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typ. Montenegro, a. XX, v. 57, jan./abr. 1892.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typ. Montenegro, a. XX, v. 58, maio/ago. 1892.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typ. Montenegro, a. XX, v. 58, set./dez. 1892.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typ. Montenegro, a. XX, v. 59, set./dez. 1892.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typ. Montenegro, a. XXI, v. 60, jan./abr. 1893.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Imprensa Mont'Alverne, a. XXI, v. 61, maio/ago. 1893.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Imprensa Mont'Alverne, a. XXI, v. 62, set./dez. 1893.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Papelaria e Typ. Mont'Alverne, a. XXII, v. 63, jan./abr. 1894.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typographia Mont'Alverne, a. XXII, v. 64, maio/ago. 1894.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typographia Mont'Alverne, a. XXII, v. 65, set./dez. 1894.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typographia Mont'Alverne, a. XXIII, v. 66, jan./abr. 1895.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typographia Mont'Alverne, a. XXIII, v. 67, maio/ago. 1895.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typographia Mont'Alverne, a. XXIII, v. 68, set./dez. 1895.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typographia Mont'Alverne, a. XXIV, v. 69, jan./abr. 1896.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typographia Mont'Alverne, a. XXIV, v. 70, maio/ago. 1896.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typographia Mont'Alverne, a. XXIV, v. 71, set./dez. 1896.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typographia Mont'Alverne, a. XXV, v. 72, jan./abr. 1897.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typographia Mont'Alverne, a. XXV, v. 73, maio/ago. 1897.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typographia Mont'Alverne, a. XXV, v. 74, set./dez. 1897.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typographia Mont'Alverne, a. XXVI, v. 75, jan./abr. 1898.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typographia Mont'Alverne, a. XXVI, v. 76, maio/ago. 1898.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typographia Mont'Alverne, a. XXVI, v. 77, set./dez. 1898.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typographia Mont'Alverne, a. XXIV, v. 78, jan./abr. 1899.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typographia Mont'Alverne, a. XXVII, v. 79, maio/ago. 1899.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typographia Mont'Alverne, a. XXVII, v. 80, set./dez. 1899.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typographia Mont'Alverne, a. XXVIII, v. 81, jan./abr. 1900.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typographia Mont'Alverne, a. XXVIII, v. 82, maio/ago. 1900.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp., a. XXVIII, v. 83, set./dez. 1900.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp., a. XXIX, v. 84, jan./abr. 1901.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp., a. XXIX, v. 85, maio/ago. 1901.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp., a. XXIX, v. 86, set./dez. 1901.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp., a. XXX, v. 87, jan./abr. 1902.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp., a. XXX, v. 88, maio/ago. 1902.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp., a. XXX, v. 89, set./dez. 1902.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp., a. XXXI, v. 90, jan./abr. 1903.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp., a. XXXI, v. 91, maio/ago. 1903.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp., a. XXXII, v. 92, set./dez. 1903.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp., a. XXXII, v. 93, jan./abr. 1904.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp., a. XXXII, v. 94, maio/ago. 1904.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp., a. XXXIII, v. 95, set./dez. 1904.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp., a. XXXIII, v. 96, jan./abr. 1905.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: M Orosco & C., a. XXXIII, v. 97, maio/ago. 1905.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOCTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: M Orosco & C., a. XXXIV, v. 98, set./dez. 1905.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOCTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: M Orosco & C., a. XXXIV, v. 99, jan./abr. 1906.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOCTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: M Orosco & C., a. XXXIV, v. 100, maio/ago. 1906.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOCTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: M Orosco & C., a. XXXIV, v. 101, set./dez. 1906.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOCTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: M Orosco & C., a. XXXV, v. 102, jan./abr. 1907.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOCTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: M Orosco & C., a. XXXV, v. 103, maio/set. 1907.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOCTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: M Orosco & C., a. XXXV, v. 104, out./dez. 1907.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOCTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: M Orosco & C., a. XXXVI, v. 105, jan./abr. 1908.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOCTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: M Orosco & C., a. XXXVI, v. 106, maio/ago. 1908.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOCTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: M Orosco & C., a. XXXVI, v. 107, set./dez. 1908.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOCTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: M Orosco & C., a. XXXVII, v. 108, jan./abr. 1909.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOCTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: M Orosco & C., a. XXXVII, v. 109, maio/ago. 1909.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOCTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Gomes Irmão & C., a. XXXVII, v. 110, set./dez. 1909.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOCTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Gomes Irmão & C., a. XXXVIII, v. 111, jan./abr. 1910.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOCTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Lito-Typographia, Reis & Comp., a. XXXVIII, v. 112, maio/ago. 1910.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Gomes Irmão & C., a. XXXVIII, v. 113, set./dez. 1910.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Gomes Irmão & C., a. XXXIX, v. 114, jan./abr. 1911.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Gomes Irmão & C., a. XXXIX, v. 115, maio/ago. 1911.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Gomes Irmão & C., a. XXXIX, v. 116, set./dez. 1911.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Gomes Irmão & C., a. XL, v. 117, jan./abr. 1912.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Gomes Irmão & C., a. XL, v. 118, maio/ago. 1912.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Gomes Irmão & C., a. XL, v. 119, set./dez. 1912.

O DIREITO: REVISTA MENSAL DE LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDENCIA. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do Jornal do Brasil, a. XLI, v. 120, jan./abr. 1913.

OLIVEIRA, Sonia Martins de. **Juristas ao final do império brasileiro (1873-1889):** perfis, discursos e modelos a partir do estudo da revista O Direito. Tese (Doutorado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

PAIVA, Ataulpho Napoles de. O mutualismo: seus benefícios e seus perigos. O Congresso de São Paulo. **O Direito:** revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência, Rio de Janeiro, M. Orosco e C., a. XXXIX, v. 114, pp-418-424, 1911.

PAIXÃO, Cristiano. História do direito no Brasil Republicano: a greve como chave de leitura. In: SIQUEIRA, Gustavo Silveira; FONSECA, Ricardo Marcelo (orgs.). **História do direito privado: olhares diacrônicos.** Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015.

PANTOJA, Silvia. **Verbetes biográfico. Ataulpho Nápoldes de Paiva.** Rio de Janeiro: CPDOC FGV, 2018. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ataulfo-napoles-de-paiva>>; Acesso em 02 mar. 2018.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. A circularidade da cultura jurídica: notas sobre o conceito e sobre o método. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **Nova História brasileira do Direito.** 1 ed.. Curitiba: Juruá, 2012.

POGGI DE FIGUEIREDO, João Francisco. Ha ou não alçada na justiça federal? O livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial que consagra o § 24 do art. 72 da Constituição Federal deve ser entendido em absoluto ou relativamente? **O Direito**: revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência, Rio de Janeiro: Imprensa Mont'Alverne, a. XXI, v. 62, pp. 481-488, 1893.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

COSTA, Luana; MUNHOZ, Rafael; CASTRO, Felipe; MARQUESINI, Janaína. **Quelê, A Voz da Cor: Biografia de Clementina de Jesus**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

RIBAS, Antonio Joaquim. Em que a locação de serviços mercantil se distingue da civil? Por que leis se rege a locação de serviços civil? **O Direito**: revista de legislação, doutrina e jurisprudência, Rio de Janeiro, Typographia Theatral e Commercial, a. I, v. 1, t. 1, 1873.

RODRIGUES DE CARVALHO, José. Accidentes do trabalho e sua garantia jurídica. **O Direito**: revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência, Rio de Janeiro: M. Orosco e C., a. XXXVI, v. 106, pp-176-184, 1908.

SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. v. I. Tese de livre docência. Campinas: IFHC-Unicamp, 1982.

SALGADO, Gisele Mascarelli. Um estudo sobre os manuais de direito do trabalho e a questão dos movimentos operários na Primeira República. **Âmbito Jurídico**, v. 15, n. 100, maio 2012.

SCHNEIDER, Marília. Justiça e política: a Fazenda do Estado na jurisprudência paulista nos inícios da República. **Revista Justiça & História**, Porto Alegre, Memorial do Judiciário do RS, v. 1, n. 1, 2001. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v1n1_2/doc/07._Marilia_Schneider.pdf>; Acesso em: 05 nov. 2017.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5 ed.. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SIQUEIRA, Gustavo Silveira. **História do direito de greve no Brasil (1890-1946)**: criminalização, mito da outorga e movimentos sociais. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2017.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **História do direito do trabalho no Brasil**: curso de direito do trabalho. v. I: pt. II. São Paulo: LTR, 2017a.

_____. **Vamos falar séria e honestamente sobre a Reforma Trabalhista?** 2017b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-6787-16->

reforma-trabalhista/documentos/audiencias-publicas /prof-jorge-luiz-souto-maior>; Acesso em: 11 nov. 2017.

SOUZA, André Peixoto de. **Direito público e modernização jurídica**: elementos para compreensão da formação da cultura jurídica brasileira no século XIX. Tese (Doutorado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

_____. Uma historiografia para a cultura jurídica brasileira. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **Nova História brasileira do Direito**. Curitiba: Juruá, 2012.

STAUT JÚNIOR, Sérgio Said. **A posse no direito brasileiro da segunda metade do século XIX ao Código Civil de 1916**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2009.

_____. **Posse e dimensão jurídica no Brasil**: recepção e reelaboração de um conceito a partir da segunda metade do século XIX ao Código de 1916. Curitiba: Juruá, 2015.

VENEZIANI, Bruno. VARDARO, Gaetano. La rivista di diritto commerciale e la dottrina giuslavorista delle origini. **Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**: Riviste giuridiche italiane (1865-1945), Florença, v. XVI, 1987.

VIVEIROS DE CASTRO, Augusto Olympio. O direito ao emprego. **O Direito**: revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência, Rio de Janeiro: Typographia Mont'Alverne, a. XXIII, v. 68, set./dez. 1895.

_____. O direito de greve e as suas limitações: necessidade de um código do trabalho. **O Direito**: revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência, Rio de Janeiro, Officinas Graphicas do “Jornal do Brasil”, a. XL v. 118, 1912.

WEHLING, Arno. O escravo ante a lei civil e a lei penal no império (1822-1871). In: WOLKMER, Antonio Carlos (org.). **Fundamentos de História do Direito**. 7 ed.. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

7. APÊNDICES

7.1 Catalogação dos artigos publicados na Revista *O Direito* entre 1889 a 1913

Vol.	Ano	Título dos artigos	Articulista
50	1889	1. O estupro violento. Esboço theorico do art. 222 do Codigo Criminal. A genese da anthropologia do delicto. 2. A correição judicial 3. Corruptela forense. 4. Os filhos legitimados gozam dos mesmos direitos que os legitimos? 5. Commentario á lei de 15 de outubro de 1886.	1. Dr. João Vieira de Araujo 2. O juiz de direito, Francisco Dias Duarte. 3. Ignacio Fernandes. 4. Sem assinatura. 5. José Bernardo de Arroxelas Galvão.
51	1890	1. O ante-projeto de nova edição do Codigo Criminal e o parecer da Comissão – Assis Martins. 2. O vereador, que aceita e exerce interinamente a promotoria publica de uma comarca e, durante o seu exercicio, abstem-se de tomar assento na câmara municipal, ha perdido ipso facto o lugar? 3. Reflexões sobre o processo das fallencias. Contribuição para a sua reforma, iniciada pelo conselheiro Candido Luiz Maria de Oliveira, Ministro e Secretarios de Estado dos Negocios da Justiça. 4. Caso de um inquerito policial remetido á autoridade judiciaria não resulte indício vehemente da culpa contra alguém, por crime inafiançavel, é a dita autoridade obrigada a remettel-o ao promotor publico da comarca, ou pôde independente da audiência desse funcionário fazel-o archivar?	1. Dr. João Vieira de Araujo. 2. Lacerda Werneck. 3. Antonio Joaquim de Macedo Soares. 4. Luiz B. Marques Pitaluga.
52	1890	1. Taxa de heranças e legados. Os filhos espúrios, ainda mesmo reconhecidos por seus pais em escriptura ou testamento, são considerados estranhos, e como taes pagam a taxa de herança, quando legatarios da terça, e só na falta de herdeiros necessarios poderão ser instituidos em testamento, nos termos da lei de 11 de Agosto de 1881. O poder judiciario é incompetente para decidir questões sobre restituições de taxas de heranças. As apolices geraes estão sujeitas á taxa quando obtidas por sucessão. 2. Quaes são os effeitos da revista? 3. A constituição da republica do Brazil. Ideas geraes. 4. Direito Publico. Entre o systema da eleição directa e indirecta qual será o preferível?	1. O inspector, José Ladisláo Pereira da Silva. 2. R. A. Baena. 3. João Jose' de Andrade Pinto. 4. Dr. João Vieira de Araujo.
53	1890	1. Quesitos do jury sobre a prisão em flagrante. 2. 1° Quando começa a incommunicabilidade do jurado? 2° Antes ou depois do juramento? 3° Ha comunicação quando o jurado é empregado publico e precisa entregar a chave da repartição? 4° Os quesitos de defeza desde que são requeridos devem ser propostos taxativamente ao jury? 5°	1. O juiz de direito, Francisco Teixeira de Sá. 2. Francisco Ferreira Dias Duarte.

		<p>Quando o juiz homologa a decisão do jury necessita declarar onde o réo cumprirá a pena? 6º Ha defesa legitima do homem que agredido por dous individuos mata ao que vai apaziguar e impedir a agressão?</p> <p>3. Os governos despoticos podem ser justificados pelos principios do direito publico?</p> <p>4. Codigo Penal dos Estados Unidos do Brazil.</p>	<p>3. João Jacintho Gonçalves de Andrade.</p> <p>4. O juiz de direito, Francisco Ferreira Dias Duarte.</p>
54	1891	<p>1. Da nota e do termo da formação da culpa.</p> <p>2. Qual é o fim do Estado?</p> <p>3. Unidade do direito.</p> <p>4. Direito Commercial. Operações de Bolsa. – Vendas a prazo. – Legitimidade das transacções.</p> <p>5. A investigação da paternidade.</p> <p>6. A liberdade de testar.</p> <p>7. A liberdade de testar, considerações do Sr. Oliveira Fonseca.</p> <p>8. Direito hypothecario. Normas para a applicação dos arts. 116, 117, 150 e 195 § único e 397 do Novo Regul. Hypothecario de 2 de Maio de 1990.</p>	<p>1. O juiz de direito, B. Maranhão.</p> <p>2. Dr. Graciliano de Paula Baptista.</p> <p>3. Dr. João Pereira Monteiro.</p> <p>4. A. J. de Macedo Soares</p> <p>5. Ignotus.</p> <p>6. Ignotus.</p> <p>7. Oliveira Fonseca.</p> <p>8. Nelson Tobias de Mello.</p>
55	1891	<p>1. O habeas-corpus.</p> <p>2. Propriedade dos autos e papeis dos cartorios.</p> <p>3. Direito Commercial. Registro das Firmas Commerciaes.</p> <p>4. O novo Codigo Penal.</p> <p>5. O novo Codigo Penal.</p> <p>6. Direito hypothecario. O art. 151 do Regul. De 2 de Maio de 1890 á Lei n. 169 A de 19 de Janeiro não comporta a interpretação dada pelo Aviso do ministerio da fazenda de 4 de Dezembro ultimo.</p> <p>7. Direito Commercial. Reivindicação dos titulos ao portador.</p> <p>8. A reforma das leis criminais (A União Internacional de Direito Penal).</p> <p>9. O duello perante o codigo penal.</p> <p>10. Da busca dos papeis ou processos findos ou parados, passados 30 annos.</p> <p>11. Direito Criminal. A reincidencia perante o novo Codigo Penal (notas de estudos penologicos).</p> <p>12. O novo Codigo Penal (continuação).</p> <p>13. Direito Civil. Pode o Juiz dos casamentos deixar de realizar o solicitado pelo ofensor de uma menor, sob o fundamento da tenra idade da offendida? Interpretação do art. 17 da Lei n. 18(??) de 24 de Janeiro de 1890.</p> <p>14. Codigo Penal da Republica do Brazil. Interpretação do art. 62.</p> <p>15. O Novo Codigo Penal II. Crime de Furto (I)</p>	<p>1. O. H. D' Aquino e Castro.</p> <p>2. A. J. de Macedo Soares.</p> <p>3. Macedo Soares.</p> <p>4. Solus.</p> <p>5. Saldanha Moreira</p> <p>6. Virgilio Cardoso de Oliveira.</p> <p>7. A. J. de Macedo Soares.</p> <p>8. Dr. João Vieira de Araujo.</p> <p>9. Ignotus e Macedo Soares.</p> <p>10. O Advogado, Rogerio Pinto Ferraz.</p> <p>11. A. J. de Macedo Soares.</p> <p>12. Solus.</p> <p>13. Virgilio Cardoso de Oliveira.</p> <p>14. Geraldo Leite de Magalhães Gomes.</p> <p>15. Saldanha Moreira.</p>
56	1891	<p>1. O novo Codigo Penal. XIII. A preterintencionalidade no homicídio.</p> <p>2. Qual dos regimens sucessórios deve ter preferencia?</p> <p>3. Considerações sobre a imputação criminal nos lúcidos intervalos de loucuras.</p> <p>4. Considerações sobre o novo Codigo Criminal.</p> <p>5. Recurso da Pronuncia.</p> <p>6. Direito Criminal. Apostas em corridas de cavallos.</p>	<p>1. Ed. Teixeira de Carvalho Durão.</p> <p>2. Virgilio Cardoso de Oliveira.</p> <p>3. Joaquim Prado Sampaio.</p> <p>4. Virgilio Cardoso de Oliveira.</p> <p>5. Arthur Ribeiro.</p> <p>6. Macedo Soares.</p>

		<p>7. Offensa physica com o fito de injuriar.</p> <p>8. Direito Criminal. O habeas-corpus. Pode o Supremo Tribunal Federal conceder originariamente habeas-corpus? Podem as autoridades federaes nas suas respectivas secções conceder habeas corpus, annullando, alterando ou suspendendo decisões ou ordens emanadas das autoridades estaduais?</p> <p>9. Direito Criminal. O habeas-corpus. Tem o juiz federal competencia para conceder habeas-corpus a quem foi prezo por ordem do magistrado local e indiciado em crime não politico?</p> <p>10. Da fiança no caso do § unico do art. 304 do Codigo Penal.</p> <p>11. Questão de aguas. Competencia das intendencias.</p> <p>12. Direito Criminal. Quesitos ao jury sobre a circumstancia agravante da superioridade em sexo e a atenuante da embriaguez.</p> <p>13. Custas em habeas-corpus.</p> <p>14. Direito Civil. Mãe tutora.</p> <p>15. Direito Hypothecario. Interpretação do art. 173 do Regul. Hypothecario de 2 do Maio de 1890, comparado com o art. 3º §9º da respectiva Lei, e arts. 68 j e 70 n. 4 da Lei de 24 de Outubro do mesmo anno.</p>	<p>7. Ed. Durão.</p> <p>8. Emygdio Westphalen.</p> <p>9. O juiz de direito, Luiz B. Marques Pitaluga.</p> <p>10. Celso Aprigio Guimarães.</p> <p>11. Gastão Aldano Vaz Lobo da Camara Leal.</p> <p>12. João Braulio Moinhos de Vilhena.</p> <p>13. O juiz de direito, Luiz B. Marques Pitaluga.</p> <p>14. Virgilio Cardoso de Oliveira.</p> <p>15. Virgilio Cardoso de Oliveira.</p>
57	1892	<p>1. Qual recurso cabe da sentença sobre embargos opostos ao arresto?</p> <p>2. Direito criminal. Habeas-curpus. A sentença de pronuncia e impedimento para a concessão de uma ordem de habeas-corpus?</p> <p>3. Organização Judiciaria do Estado de S. Paulo.</p> <p>4. Direito Criminal. Quesitos ao jury sobre a circumstancia agravante da superioridade em sexo e atenuante da embriaguez.</p> <p>5. Tribunal da Relação.</p> <p>6. Tribunal da Relação.</p> <p>7. Direito comercial. Prescrição (1). Intelligencia do art. 88 do Reg. Comm.. n. 737. – Analyse do accordão do Trib. Do Comm. Da Corte de 2 de Maio de 1868.</p> <p>8. Direito Civil. Em execução civil movida por um credor chirographario, pode-se arrematar em terceira praça o imóvel penhorado, por preço inferior ao da avaliação, com o abatimento da lei, e ao da adjudicação?</p>	<p>1. Virgilio Cardoso de Oliveira.</p> <p>2. Luiz B. Marques Pitaluga.</p> <p>3. Dr. João Monteiro, Dr. Souza Campos, com restricção, Dr. Rodrigo Lobato, com restricções.</p> <p>4. Caetano Augusto da Gama Cerqueira.</p> <p>5. Caetano Augusto da Gama Cerqueira.</p> <p>6. João Braulio Moinhos de Vilhena.</p> <p>7. A. J. de Macedo Soares.</p> <p>8. José Braga.</p>
58	1892	<p>1. Direito Publico Constitucional. O que constitue a qualidade de cidadão brasileiro? Em que casos se perde?</p> <p>2. Direito Criminal. O conceito jurídico e medico-legal da libertas judicii e da libertas concilii.</p>	<p>1. Virgilio Cardoso de Oliveira</p> <p>2. Dr. Affonso Claudio.</p> <p>3. Virgilio Cardoso de Oliveira.</p>

		<p>3. Direito Civil. É valido o testamento feito anteriormente ao casamento? Que direitos dá o testamento ao herdeiro instituído, e em que época?</p> <p>4. Habeas-corpus. Estado de sítio. Seos efeitos. Competencia do Supremo Tribunal federal. O accórdão de 27 de abril.</p> <p>5. Habeas-corpus. Estado de sítio. Seos efeitos. Competencia do Supremo Tribunal federal. O accórdão de 27 de abril.</p> <p>6. Breves considerações sobre a Lei n. 848 de 11 de Outubro de 1890.</p>	<p>4. Ruy Barbosa.</p> <p>5. C. Barradas.</p> <p>6. J. F. Poggi de Figueiredo.</p>
59	1892	<p>1. Habeas-corpus. Estado de sitio. Seos limites. Competencia do Supremo Tribunal federal. O accórdão de 27 de abril.</p> <p>2. Habeas-corpus. Estado de sitio. Seos limites. Competencia do Supremo Tribunal federal. O accórdão de 27 de abril.</p> <p>3. Direito civil. O juiz dos casamentos pode deixar de realizar o solicitado pelo ofensor de uma menor toda vez que, por qualquer causa, ella não possa dar livremente o seo consentimento. – Intelligencia dos arts. 7º § 5º da Lei de 24 de janeiro de 1890 e 15, combinado com o § único, do art. 276 do Cod. Pen.</p> <p>4. Direito criminal. A insensualidade e a repressão legal.</p> <p>5. Direito Processual. A condenação de preceito é sentença definitiva?</p> <p>6. Bens dotaes das princessas d. Isabel e d. Leopoldina.</p> <p>7. A organização da policia em Minas.</p> <p>8. Direito Civil. Só dever-se-ha julgar a partilha, quando dos autos constar a certidão da inscrição da hypotheca legal? O art. 189 do Regul. Hypotechario de 2 de Maio de 1890 em face do nosso direito civil e processual.</p> <p>9. Habeas-corpus. Estado de sitio. Seos efeitos. Seos limites. Competencia do Supremo Tribunal federal. O accórdão de 27 de abril. Ultimo (2)</p> <p>10. Habeas-Corpus. Estado de sitio. Immunidades Parlamentares.</p> <p>11. Direito criminal. A delinquência no cretinismo só pode existir quando o vicio organico não seja originario, mas contrahido posteriormente. Psychiatricamente considerado, o cretinismo exclue a imputabilidade criminal.</p> <p>12. Direito criminal. Violencia presumida.</p> <p>13. Breves considerações ácerca da lei n. 848 de 11 de Outbro de 1890.</p> <p>14. Habeas-corpus. No julgamento de recurso de decisão que concede soltura em consequencia de habeas-corpus, podem os juizes do recurso ordenar as diligencias necessárias para mais ample esclarecimento da verdade e das circunstancias do facto, ou para rectificação dos erros do processo, devolvendo-se os autos para este fim ao juizo da primeira instancia?</p> <p>15. Direito criminal. Da responsabilidade jurídica. – Causas dirimentes e justificativas dos delictos.</p>	<p>1. Felisbello Freire.</p> <p>2. O advogado, Henrique Ferreira.</p> <p>3. Luiz B. Marques Pitaluga.</p> <p>4. Dr. Affonso Claudio.</p> <p>5. E. P. Lobão Cedro.</p> <p>6. Pareceres de diversas instituições.</p> <p>7. Severino Eulogio Ribeiro de Rezende.</p> <p>8. Virgilio Cardoso de Oliveira.</p> <p>9. Aristides Lobo.</p> <p>10. Nicolau Lavalley.</p> <p>11. Affonso Claudio.</p> <p>12. En. T. de Carvalho Durão.</p> <p>13. J. F. Poggi de Figueiredo.</p> <p>14. João Braulio Moinhos de Vilhena.</p> <p>15. Dr. Affonso Claudio.</p>

		<p>16. Direito civil. Tem o filho do primeiro matrimonio hypotheca legal sobre os imóveis do pae ou mãe que, passando segundas nupcias, herdar alguns bens de outro filho d'aquelle leito?</p> <p>17. Direito civil. A mãe, no regimen actual, tem direito de repetir as despesas feitas com seos filhos?</p>	<p>16. Virgilio Cardoso de Oliveira.</p> <p>17. O juiz de direito, Luiz B. Marques Pitaluga.</p>
60	1893	<p>1. Estudos sociaes.</p> <p>2. Como procede o poder judiciario na interpretação das leis.</p> <p>3. Organização judiciaria do Districto Federal. Parecer da Comissão Especial do IAB sobre o Decreto n. 1030 de 14 de novembro de 1890, que organisou a justiça no districto federal.</p> <p>4. Direito constitucional. Liberdade de imprensa. Os congressos ou Assembléas dos Estados têm competencia para legislar sobre matéria que interessa a liberdade de imprensa e a livre manifestação do pensamento por ella?</p> <p>5. Direito criminal. A delinquencia responsavel tem tres modos de expressão: A omissão (inactividade). A impulsão (voluntariedade). A comissão (mandato).</p>	<p>1. O juiz de direito, Severino Eulogio Ribeiro de Rezende.</p> <p>2. Lobão Cedro.</p> <p>3. Manoel Alvaro de Souza Sá Viannna, relator; Isaias Guedes de Mello; Josephino Felicio dos Santos.</p> <p>4. J. F. Poggi de Figueiredo.</p> <p>5. A. Claudio.</p>
61	1893	<p>1. O crime de conspiração contra o governo dos estados é da competencia da magistratura federal.</p> <p>2. Breves considerações sobre a lei n. 878 de 11 de Outubro de 1890.</p> <p>3. É valida a verba testamentaria, pela qual o pae nomêa tutor ao filho, pretendend assim destituir a mãe viuva do pátrio poder que hoje tem? A perda da administração dos bens do filho importa para o pae o mãe a perda do usufructo que sobre os mesmos tem?</p> <p>4. Direito criminal. Crime de damno. É denunciavel o crime de damno previsto no art. 329 § 3º do Codigo Penal?</p> <p>5. Direito civil.. Pode o juiz dos casamentos deixar de realizar o solicitado pelo ofensor de uma menor, sob o fundamento de que pela tenra idade da ofendida não póde ella dar livremente o seu consentimento? Intelligencia dos arts. 7º § 5º da Lei n. 181 de 24 de janeiro de 1890, combinados com o art. 276 do Cod. Penal.</p>	<p>1. M. J. Carvalho de Mendonça, Juiz Seccional do Paraná.</p> <p>2. J. F. Poggi de Figueiredo.</p> <p>3. Virgilio Cardoso de Oliveira.</p> <p>4. Jose Cardoso da Cunha.</p> <p>5. Virgilio Cardoso de Oliveira.</p>
62	1893	<p>1. Direito commercial. Letras da terra. Estudo comparativo dos arts. 354, 425 e 426 do Cod. Commercial.</p> <p>2. As apolices da divida publica devem ser equiparadas aos bens immoveis?</p> <p>3. Prescripção em materia criminal. A prescripção em direito criminal é materia processual e como tal sujeita ás leis estadoaes?</p> <p>4. Ha ou não alçada na justiça federal? O livre exercicio de qualquer profissão moral, intelectual e industrial que consagra o § 24 do art. 72 da Constituição Federal deve ser entendido em absoluto ou relativamente?</p>	<p>1. Dr. Jose' Austregesillo.</p> <p>2. Lobão Cedro.</p> <p>3. João Luiz Alves.</p> <p>4. J. F. Poggi de Figueiredo.</p>
63	1894	<p>1. É valido o testamento do suicida?</p> <p>2. Discurso proferido pelo Dr. José Hygino, como paronympho, na colação do gráo aos bacharéis</p>	<p>1. Virgilio Cardozo de Oliveira.</p> <p>2. Dr. José Hygino.</p>

		<p>formados em Direito na Faculdade Livre do Rio de Janeiro, em 1893.</p> <p>3. Responsabilidade criminal dos hypnotisados.</p> <p>4. As mulheres têm, em face do Dec. N. 181 de 24 de Janeiro de 1890, o pátrio poder <i>jure</i> próprio ou por que titulo e modo adquirem? O marido pode em verba testamentaria nomear tutor ao filho, que tem mãe viuva, pretendendo assim destituir esta do patrio poder? O regimen sob o qual se tenha effectuado o casamento influe nos direitos da mulher sobre a pessoa e bens dos filhos menores? [...]</p>	<p>3. Augusto O. Viveiros de Castro.</p> <p>4. Arthur Carneiro da Rocha.</p>
64	1984	<p>1. Cartas rogatórias.</p> <p>2. Endosso. Podem os bancos lançar em circulação letras com endosso incompleto ou com o nome do credor em branco?</p> <p>3. Casamento civil e religioso. Em face da Constituição federal póde-se dar execução ao art. 284 do Código Penal?</p> <p>4. Processo criminal. Intelligencia do art. 408 do Código Penal. Controversias. Pereceres.</p> <p>5. Bens vagos de defuntos e ausentes. O dominio casual dos bens vagos de defuntos e ausentes, quando não aparece quem os reclame, pertence ao Estado, onde o de cujus tinha seu domicilio.</p>	<p>1. Visconde de Ourém.</p> <p>2. Francisco Ribeiro de Moura Escobar, Advogado.</p> <p>3. Virgilio Domingues da Silva.</p> <p>4. Alfredo Pujol.</p> <p>5. J. Bonifacio G. de Siqueira.</p>
65	1894	<p>1. Sociologia. Philosophia Sciencia e Direito.</p> <p>2. Qual o fóro competente para julgamento dos crimes comuns dos magistrados em disponibilidade.</p> <p>3. Incompetencia do juiz de orphãos para procedes ex-officio a inventario e partilhas de bens entre herdeiros maiores, embora um destes herdeiros (viúvo) tenha orphãos menores. Consulta.</p> <p>4. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Discurso do Exm. Sr. Conselheiro Dr. Manoel Portella, Presidente do Instituto.</p> <p>5. Naturalismo critico e direito penal.</p>	<p>1. Dr. João Vieira de Araujo.</p> <p>2. C. F. de Souza Fernandes, Juiz de direito em disponibilidade.</p> <p>3. Pareceres de Dr. Adolpho Cirne, Dr. José Joaquim de Oliveira Fonseca, Visconde de Ouro Preto, Lafayette Rodrigues.</p> <p>4. Conselheiro Dr. Manoel Portella, Presidente do Instituto.</p> <p>5. Dr. João Vieira de Araujo.</p>
66	1895	<p>1. A acção penal.</p> <p>2. Parecer de advogado. Como se opéra legalmente a fusão de duas sociedades. Formalidades intrínsecas e extrínsecas a observar. Divergencia de acionistas, e seu direito em receberem dinheiro, e não acções da nova companhia absorvente. Questões conexas.</p> <p>3. A prisão preventiva e a execução da pena.</p> <p>4. Vintena. O testamenteiro que é ao mesmo tempo herdeiro ou legatário terá direito a vintena?</p> <p>5. Da tentativa.</p> <p>6. A prescrição penal.</p> <p>7. Arbitramento Internacional. Territorio das Missões. Limites entre o Brazil e a Republica Argentina; sua determinação. Lidinha devisoria constituída e estabelecida pelos rios Pepiri ou Pepiriguazu e S. Antonio, que constituirão no território contestado o verdadeiro limite sob a denominação de systema occidental.</p>	<p>1. J. C. Lima Drummond.</p> <p>2. Dr. João Antonio de Souza Ribeiro.</p> <p>3. J. C. Lima Drummond.</p> <p>4. O juiz de direito, Severino Elogio Ribeiro de Rezende.</p> <p>5. J. C. Lima Drummond.</p> <p>6. J. C. Lima Drummond.</p> <p>7. Carlos de Carvalho, Ministro das Relações Exteriores.</p>
67	1895	<p>1. Questões de Direito Commercial. Das sociedades anonymas. Como e quando podem ellas amortizar as suas próprias acções. Fundos de reserva, sua</p>	<p>1. Pareceres de Dr. João Atonio de Souza Ribeiro, Teodoro M. F. Pereira da Silva,</p>

		<p>aplicação. Quando se consideram lucros suspensos os fundos disponíveis. Pagamento de débitos á sociedade com as próprias acções, e como computar na hypothese o valor delas. Competencias das assembléas geraes sobre redução por dividas mal paradas acções da própria sociedade para redução do capital. Constituição do fundo de reserva em acções da própria sociedade.</p> <p>2. Direito Commercial. A falta de protesto desobriga o sacador?</p> <p>3. Direito civil. Em face dos arts. 1º e 65§2º da Constituição federal, a sucessão dos bens vagos pertence aos Estados ou á União?</p> <p>4. Direito civil. Póde o conjugue que deu causa á separação de corpos requerer divorcio?</p>	<p>A. Ferreira Viannna, Dr. Oliva Maia, Manoel I. Gonzaga, Dr. João Baptista Pereira, Lafayette Rodrigues Pereira, Carlos de Carvalho, Dr. José da Silva Costa, Ulysses Vianna, V. de Ouro Preto, Antonio Eulalio Monteiro, 2. Dr. A. J. Pinto Ferraz.</p> <p>3. Dr. João Vieira de Araujo.</p> <p>4. Pedro dos Santos Torres.</p>
68	1895	<p>1. Dos agentes de leilões ou leiloeiros.</p> <p>2. A prestação de contas é uma obrigação inherente ao mandato. A estipulação de contas desnatura o contracto, convertendo-o em doação disfarçada. Similhante estipulação só é valida, quando dos termos do contracto, ou das circunstancias particulares do caso, resulta que as partes tiveram realmente a intenção de convencionar uma doação. Fóra disso, a clausula que dispense de contas o mandatario ou prive o mandante do direito de pedir-lhe qualquer indemnisação pelos resultados da gestão, é, como pacto reprovado, pleno jure, nulla, devendo haver-se por não escripta. Consulta.</p> <p>3. Estudos juridicos. Da accumulção das penas por crimes julgados em diversos processos.</p> <p>4. O recuo e os actos do prefeito racione imperii.</p> <p>5. Dominio imminente da Igreja catholica sobre os bens eclesiásticos pertencentes ás Ordens Terceiras. Personalidade jurídica da Igreja e das associações religiosas. Intelligencia do Decr. 173 de 10 de Setembro de 1893.</p> <p>6. A prescripção da divida activa e passiva dos Estados e dos Municipios.</p> <p>7. Itelligencia dos arts. 93, 94 e 99 do Decreto nº 181 de 24 de Janeiro de 1890.</p> <p>8. A nomeação de tutor feita em testamento pelo avô materno não carece de confirmação do juiz. Intelligencia da Ord. Do Liv. 4, tit. 102 §1º. O testamento é aberto pelo juiz do lugar onde falece o testador ou onde é o testamento encontrado. O domicilio do menor é o do seu tutor. O juiz competente para reger a tutela é o domicilio do menor. Consulta.</p> <p>9. Especialisação de hypotheca para garantia dos bens dos filhos: consequências da não especialização, por não possuir o pae bens proprios. Consulta.</p> <p>10. Os lentes dos institutos de ensino superior não têm direito ao pagamento do respectivo ordenado desde que sejam aproveitados em commissão federal, salvo se esta consistir no exercício de funções anexas que a completam. Accumulação de vencimentos de funcionarios publicos. Intelligencia</p>	<p>1. J. X. Carvalho de Mendonça.</p> <p>2. Parecer de Joaquim Antunes de Figueiredo Junior.</p> <p>3. Alberto Torres.</p> <p>4. Augusto O. Viveiros de Castro.</p> <p>5. T. A. Araripe Junior.</p> <p>6. Dr. Alcantara Machado.</p> <p>7. C. Lustosa.</p> <p>8. Parecer de Lafayette Rodrigues Pereira, Clovis Bevilaqua, O advogado João Damasceno Pinto de Mendonça.</p> <p>9. Parecer do advogado Esmeraldino Bandeira.</p> <p>10. T. A Araripe Junior.</p>

		<p>do art. 73 da Constituição Federal e da Lei 44 B de 1892.</p> <p>11. O direito ao emprego.</p> <p>12. Não é necessario que seja tomado por termo o recurso apresentado á Comissão de Alistamento eleitoral para ser remetido á Junta de recursos, afim de que seja ordenada a inclusão ou a exclusão de cidadãos no alistamento. Caso este termo fosse necessário e não tivesse sido tomado por culpa do Presidente da Comissão, não ficaria o recorrente prejudicado. Consulta.</p>	<p>11. Augusto O. Viveiros de Castro.</p> <p>12. Parecer de Ruy Barbosa, Dr. F. E. Sayão de Bulhões Carvalho, Visconde de Ouro Preto.</p>
69	1896	<p>1. Direito criminal. Qual o recurso que tem o reo definitivamente condenado quando o seu processo é evidentemente nullo? E' o habeas-corpus ou o de revisão para o Supremo Tribunal?</p> <p>2. Incompetencia da Justiça federal nos crimes de contrabando de mercadorias em exportação.</p> <p>3. Direito criminal. O furto do valor de 200\$ deve ser julgado pelo jury e não pelo Tribunal Correccional.</p> <p>4. Direito commercial. Hypotheca e fallencia. Extincção da hypotheca; causas legaes quaes sejam.</p> <p>5. Direito civil. A quase-traditio é necessaria para o estabelecimento das servidões?</p>	<p>1. Luiz B. Marques P.</p> <p>2. Innocencio Marques de Araujo Góes.</p> <p>3. Francisco Brant.</p> <p>4. Consulta de José Vicente Meira de Vasconcellos. Parecer de Joaquim de Oliveira Fonseca, João Vieira de Araujo, Adolpho Cirne.</p> <p>5. Virginio Marques C. Leão.</p>
70	1896	<p>1. Direito processual. Juiz de instancia superior é impedido de julgar feito em que funcionou juiz seu parente em grao prohibido, ainda mesmo que o juiz inferior não tenha proferido despacho definitivo, nem interlocutório com força de definitivo.</p> <p>2. Direito commercial. Está sujeita a liquidação a casa commercial de negociante sob firma individual que veio a falecer deixando herdeiros menores e credores commerciantes.</p> <p>3. Direito processual. Do processo executivo para a cobrança de honorarios medicos.</p> <p>4. Direito civil. Hypotheca. Remissão.</p> <p>5. Direito constitucional. O § 3º do art. 27 da lei n. 221 de 20 de Novembro de 1894 será effectivamente inconstitucional?</p> <p>6. Homologação de sentenças estrangeiras.</p> <p>7. Direito constitucional. O art. 6º das disposições transitorias da Constituição da Republica autorisa o Poder Executivo a decretar a aposentadoria forçada dos magistrados que, tendo menos de 30 annos de exercicio, não tiveram sido aproveitados nas organizações das justiças federal e dos Estados, como fez pelo Decr. de 25 de Julho de 1895?</p>	<p>1. Macedo Soares.</p> <p>2. Solidonio A. Leite.</p> <p>3. Dr. Pedro Lessa.</p> <p>4. Dr. João Antonio de Souza Ribeiro.</p> <p>5. J. F. Poggi de Figueiredo.</p> <p>6. Americo Lobo.</p> <p>7. Ruy Barboza.</p>
71	1896	<p>1. Sociologia criminal.</p> <p>2. Direito civil. Cessão-Novação-Pagamento-Hypotheca judiciaria. Consulta.</p>	<p>1. Pedro de Queiroz.</p> <p>2. Parecer de Dr. João Antonio de Sousa Ribeiro, O Advogado João Damasceno Pinto de Mendonça, Domingos de Andrade Figueira, Dr. J. E. Sayão de Bulhões, Ruy Barbosa.</p> <p>3. Lucio de Mendonça.</p>

		<p>3. Do recurso extraordinario. ...A justiça federal não pôde intervir em questões submetidas aos tribunales dos Estados, nem annular, alterar ou suspender as decisões, ou ordens destes, exceptuadps os casos expressamente declarados nesta Cobstituição. – Const. Federal, art. 62.</p> <p>4. Codigo civil. Proposta do Dr. Teixeira de Freitas sobre um novo plano para o mesmo Codigo.</p> <p>5. Direito criminal. O defloramento de uma mulher de menor idade, sob promessas de dinheiro, está incluído na hypothese do art. 267 do Cod. Pen.?</p>	<p>4. Augusto Teixeira de Freitas.</p> <p>5. G. Amazonas de Figueiredo.</p>
72	1897	<p>1. Direito criminal. Computo integral da prisão preventiva. Condemnação e livramento condicionaes, e sentença expectante.</p> <p>2. A Lei das falências. Estudo da Secção II do Título II do Decr. n. 917 de 24 de Outubro de 1890.</p> <p>3. A Lei das falências. Estudo da Secção III do Título II do Decr. n. 917 de 24 de Outubro de 1890.(continuação)</p> <p>4. A Lei das falências. Estudo da Secção III do Título II do Decr. n. 917 de 24 de Outubro de 1890. (continuação)</p>	<p>1. Alberto de Carvalho.</p> <p>2. José Xavier Carvalho de Mendonça.</p> <p>3. José Xavier Carvalho de Mendonça.</p> <p>4. José Xavier Carvalho de Mendonça.</p>
73	1897	<p>1. Instituição do Jury. Julgamento a descoberto. Consulta.</p> <p>2. A inimputabilidade (I).</p> <p>3. Direito criminal. Do lenocinio.</p> <p>4. Direito processual. O privilegio do fôro para as causas da Fazenda Nacional restabelecido pela lei n. 242 de 29 de Novembro de 1841 foi abolido, e revogada por tanto a mesma lei?</p>	<p>1. Pareceres de Dr. M. A. Duarte de Azevedo, d'O Advogado João Mendes de Almeida, Dr. Brasilio dos Santos, A. J. Pinto Ferraz, Dr. Pedro Lessa, Dr. Raphael Corrêa da Silva.</p> <p>2. Dr. João Vieira de Araujo.</p> <p>3. J. C. Lima Drummond.</p> <p>4. J. F. Poggi de Figueiredo.</p>
74	1897	<p>1. A Lei das falências. Estudo da Secção III do Título II do Decr. n. 917 de 24 de Outubro de 1890. (Arts. 28 a 35)</p> <p>2. A Lei das falências. Estudo da Secção III do Título II do Decr. n. 917 de 24 de Outubro de 1890. (Arts. 28 a 35). Dos actos nullos e annullaveis. (Conclusão)</p> <p>3. Direito constitucional. Interpretação do art. 42 da Constituição Federal.</p> <p>4. Qual o conceito de acção Pauliana?</p>	<p>1. José Xavier Carvalho de Mendonça.</p> <p>2. José Xavier Carvalho de Mendonça.</p> <p>3. Americo Lobo.</p> <p>4. Eduardo Correia da Silva.</p>
75	1898	<p>1. Discurso pronunciado na sessão do congresso nacional de 8 de outubro de 1897, pelo deputado Amphiphio B. Freire de Carvalho.</p> <p>2. Processo Criminal. Alistamento de jurados. Domicilio necessario do funcionario publico. Quaes os meios de eliminação dos jurados do respectivo alistamento.</p> <p>3. Inofficiosidade das doações a estranhos. Modo de calculal-a.</p> <p>4. O atentado de 5 de Vovembro contra o Presidente da Republica constitue crime politico ou crime comum? – Qual a justiça competente para o respectivo processo?</p>	<p>1. Amphiphio B. Freire de Carvalho.</p> <p>2. Joaquim Correia de Araujo.</p> <p>3. O Advogado, José Manoel de Azevedo Marques.</p> <p>4. Jose Hygino.</p>

76	1898	<p>1. A protecção legal da mulher, nos casos de violencia ao pudor, só deve cessar aos 21 annos de idade.</p> <p>2. A responsabilidade medica.</p> <p>3. Direito hypothecario. Quando o produto dos bens hypothecados não bastar para o pagamento da divida, como deve proceder o credor hypothecario?</p> <p>4. Assistencia dos alienados e manicomios judiarios na Europa.</p>	<p>1. G. Amasonas de Figueiredo.</p> <p>2. P. Brouardel.</p> <p>3. Solidonio Leite.</p> <p>4. Dr. Amaro Cavalcanti e Dr. Joaquim Cardoso de Mello Reis.</p>
77	1898	<p>1. Warrants. Ligeiras notas á margem do Decreto Federal n. 2502 de 24 de Abril de 1897.</p> <p>2. Warrants. Ligeiras notas á margem do Decreto Federal n. 2502 de 24 de Abril de 1897. (continuação)</p> <p>3. Warrants. Ligeiras notas á margem do Decreto Federal n. 2502 de 24 de Abril de 1897. (continuação)</p> <p>4. Direito civil. A mãe viuva cabeça de casal, ex-vi do art. 94 do Decr. n. 181 de 24 de Janeiro de 1890, é tutora nata de seus filhos menores, assim como o pae viúvo. Nem um nem outro assigna termo de tutela ou administração; [...]</p>	<p>1. José Xavier Carvalho Mendonça.</p> <p>2. José Xavier Carvalho Mendonça.</p> <p>3. José Xavier Carvalho Mendonça.</p> <p>4. Augusto Ewerton e Silva, Juiz de Direito.</p>
78	1899	<p>1. Liquidação forçada das sociedades anonymas. É licito aos dois terços dos credores, no caso da cessão do art. 190 do Decr. n. 434, de 4 de Julho de 1891, ficarem-se com os bens sociaes sem pagar ao terço restante? Nesse caso há maioria e minoria de credores? A cessão é só para os credores preferenciaes ou para quaisquer? Com a cessão perime-se a instancia da liquidação ou não? Intelligencia do art. 190 do Decr. n. 434 de 1891.</p> <p>2. O recurso extraordinario. Validade e applicação das leis federaes.</p> <p>3. 1º O art. 175 n. 2 do Decr. n. 434 de 1891 impondo aos syndicos da liquidação forçada de uma sociedade anonyma o dever de procederem á arrecadação dos bens da sociedade [...]. 2º O juiz da liquidação forçada de uma sociedade anonyma pode e deve, a requerimento dos syndicos e por precatoria, intervir em feitos e execuções (ainda mesmo hypothecarias) para o fim de sobrestar o andamento dos mesmos feitos e execuções [...].</p> <p>4. Competencia em materia criminal. Intelligencia do §3º do art. 160 do Cod. Do Proc. Crim. e do art. 188 da Lei Mineira n. 18.</p> <p>5. Devedores Insolvaveis.</p>	<p>1. F. R. Moura Escobar, Advogado.</p> <p>2. Pareceres de Lafayette Rodrigues Pereira, Ruy Barbosa, João Mendes Filho, A. Coelho Rodrigues, Joaquim Antunes de Figueiredo Junior.</p> <p>3. Pareceres de Ferreira Vianna, Manoel Ignacio Gonzaga o advogado, José da Silva Costa o advogado, João Damasceno, Carlos Perdigão.</p> <p>4. Luiz B. Marques Pitaluga.</p> <p>5. João Braz de Oliveira Arruda.</p>
79	1899	<p>1. O problema constitucional da fallencia.</p> <p>2. Posição jurídica dos Estados Federados perante o Estado Federal.</p> <p>3. Liberdade profissional em medicina.</p> <p>4. Direito crimimal. Os incendiarios.</p>	<p>1. José Xavier Carvalho de Mendonça Santos.</p> <p>2. Reynaldo Porchat.</p> <p>3. Dr. Nina Rodrigues.</p> <p>4. Escragnolle Doria.</p>
80	1899	<p>1. A lei n. 242 de 29 de Novembro de 1841 está ou não em vigor? Cabe ou não apelação ex-officio das sentenças proferidas em 1ª instancia contra a Fazenda Nacional, qualquer que seja a natureza</p>	<p>1. J. T. Poggi de Figueiredo</p>

		<p>delas (art. 13 da cit. Lei)? A disposição do art. 155 Cap. 6º, tit. 3º, part. 5 da Consolidação das Leis Federaes está de harmonia com o dispositivo do art. 61 da Const. Fed.? Competencia para a arrecadação e inventario de espolio de estrangeiro.</p> <p>2. Da investigação de paternidade no direito patrio.</p> <p>3. Estado de Sitio. Parecer da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Camara dos Deputados sobre o projeto n. 178 do Senado de 1898.</p> <p>4. Direito commercial. O direito de requerer a fallencia é extensivo aos credores hypothecarios.</p>	<p>2. João Luiz Alves.</p> <p>3. Relator Dr. Martins Junior.</p> <p>4. Solindonio Leite.</p>
81	1900	<p>1. Os "Warrants" e as vendas publicas na lei orçamentaria n. 559 de 31 de Dezembro de 1898.</p> <p>2. Warrants Agricolas. Noticia da lei franceza de 18 de julho de 1898.</p> <p>3. A mulher-advogado. A mulher que possui diploma de bacharel em Direito, dadas as condições de capacidade moral, pode exercer a advocacia? Parecer do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>4. Parecer do Sr. Sub-procurador do Districto Federal nos autor de "habeas-corpus" requerida pela Dra. Maria Coelho da Silva.</p> <p>5. Razões e fundamentos da opinião contraia ao parecer da Comissão do Instituto dos Advogados, do Dr. Carvalho Mourão, em artigo publicado no Jornal do Commercio de 1 de Dezembro de 1899, sob o título "A mulher advogada ante a legislação vigente".</p> <p>6. Curatella do Prodigio.</p> <p>7. Projecto do Codigo Civil. Observações para esclarecimento do <<Projecto do Codigo Civil Brasileiro>></p>	<p>1. Jose' Xavier Carvalho de Mendonça.</p> <p>2. José Xavier Carvalho de Mendonça.</p> <p>3. Barão de Loreto, Dr. Baptista Pereira, relator, Dr. J. E. Sayão de Bulhões Carvalho.</p> <p>4. Sub-procurador Gabriel Luiz Ferreira.</p> <p>5. Carvalho Mourão.</p> <p>6. João de Azevedo Carneiro Maia.</p> <p>7. Clovis Bevilacqua.</p>
82	1900	<p>1. Testamento arguido de falso. – Exame mandado proceder ex-officio pelo juiz. – Divergencia de laudos e laudo desempatador. – Novo exame.</p> <p>2. tem existência jurídica o crime de adultério, sendo nullo o casamento em que se pasêa?</p> <p>3. Congresso Juridico Americano.</p> <p>4. Direito publico. A forma federativa exige a dualidade paralela da Justiça federal e das Justiças dos Estados, ainda que tenha sido mantido o principio da unidade do Direito privado?</p> <p>5. Situação juridica das ordens religiosas brasileiras. Consulta.</p>	<p>1. Pareceres de Dr. Bulhões Carvalho, Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, Visconde de Ouro Preto.</p> <p>2. Augusto Vergne de Abreu.</p> <p>3. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>4. O. H. de Aquino e Castro.</p> <p>5. Pareceres de Dr. Prudente de Moraes, Dr. Aristides A. Milton, Dr. Amaro Cavalcanti, Conselheiro Joaquim da Costa Barradas</p>
83	1900	<p>1. Testamento arguido de falso. – Exame mandado proceder ex-officio pelo juiz. – Divergencia de laudos e laudo desempatador. – Novo exame.- Recusa do juiz em mandar cumpril-o.- Formalidade do – cumpra-se. Consultas.</p>	<p>1. Pareceres de Domingos de Andrade Figueira, Conselheiro Candido de Oliveira, Dr. Francisco de Paula Lacerda de Almeida, Dr. José Hygino, Conselheiro Joaquim da Costa Barradas, Dr. Alfredo Bernardes da Silva.</p>

		<p>2. Dissertação. Direito Publico. XII- Qual o verdadeiro conceito do dolo criminal e da culpa 'stricto sensu'? Ha grãos intermediários entre o dolo e a culpa? E' admissível o dolo nas contravenções.</p> <p>3. Actas das Sessões do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>4. Situação jurídica das Ordens religiosas brasileiras. Consulta.</p> <p>5. Honorarios médicos. O direito de cobrar dividas por honorarios médicos, por nosso Direito, não prescreve em um anno.</p> <p>6. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Parecer sobre o projecto da Câmara dos Deputados alterando e modificando o art. 13 e deu § 5º da Lei n. 221 de 20 de Novembro de 1894.</p> <p>7. Actas das Sessões do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>8. Honorarios do advogado. Recurso extraordinario n. 193 do Supremo Tribunal Federal. Consulta</p> <p>9. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Projecto da Reforma da Lei e Fallencias.</p> <p>10. Actas das Sessões do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p>	<p>2. J. C. Lima Drummond.</p> <p>3. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>4. Parecer de Conselheiro Ferreira Vianna.</p> <p>5. Manoel C. Ferreira Landin.</p> <p>6. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>7. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>8. Pareceres de Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, Conselheiro Carlos Augusto de Carvalho, Dr. Clovis Bevilacqua.</p> <p>9. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>10. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p>
84	1901	<p>1. Mandados de manutenção e prohibitorios.</p> <p>2. Da unificação do direito privado.</p> <p>3. Consulta da Secção de Justiça do Conselho de Estado. Sobre a proposta de um novo plano para o Codigo Civil.</p> <p>4. Junta Commercial. Proposta. O suplente eleito em 1º escrutínio prefere aos eleitos em 2º, embora tenham estes alcançado votação superior á daquelles?</p> <p>5. Questões. I. Possibilidade jurídica e legal da venda de bens da herança ; restricção. II. Insolvencia do espolio hereditário. III. Excussão de penhor e seus efeitos.</p> <p>6. Registro Torrens. Proposta.</p> <p>7. Actas das Sessões do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>8. Efeitos da amnistia e em que difere do perdão.</p> <p>9. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. É razão relevante para excluir a fallencia a novação ou o pagamento da divida depois do protesto, mas antes da sentença declaratoria?</p> <p>10. Actas das 15ª, 16ª, 18ª, 19ª, 20ª Sessões do ano de 1900 do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros</p> <p>11. Natureza e condições da letra de cambio.</p> <p>12. E' admissivel, em face dos principios, a doutrina de uma soberania dividida entre o Estado Federal (União) e os Estados Federados (membros da União)?</p>	<p>1. Lucio de Mendonça.</p> <p>2. Dr. Brazilio Machado.</p> <p>3. Augusto Teixeira de Freitas.</p> <p>4. Pareceres de Ferreira Vianna, Oliveira Coelho.</p> <p>5. Pareceres de Diogo Velho C. de Albuquerque Sobrinho, Ouro Preto, Lafayette Rodrigues Pereira.</p> <p>6. Pareceres de Dr. José Hygino, Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira.</p> <p>7. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>8. Gastão Aldano Vaz Lobo da Camara Leal.</p> <p>9. Solidonio Leite.</p> <p>10. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros</p> <p>11. Barão de Loreto.</p> <p>12. Desembargador Francisco de Salles Meira e Sá.</p> <p>13. Desembargador Francisco de Salles Meira e Sá.</p>

		<p>13. II. Admittido o principio da unidade do direito privado, é justificavel o systema da diversidade do processo, cabendo á União e aos Estados a competencia para legislarem sobre este assumpto segundo regras preestabelecidas na Constituição Nacional?</p> <p>14. Actas das 21ª, 23ª, 25ª Sessões do ano de 1900 do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>15. Direito Publico. Póde uma lei ordinaria federal vedar aos Estados e Municipios a emissão de titulos ao portador, quando estes titulos representem obrigações verdadeiras ou simuladas, de exiguu valor pecuniario, e sirvam para exercer funcção de moeda liberatoria divisionaria ?</p> <p>16. Qual a lei que regula o concurso de preferencias no Estado de Minas?</p> <p>17. Consulta. Num testamento, fez-se a instituição de herdeiros [...].</p> <p>18. Actas das 26ª, 27ª Sessões do ano de 1900 do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p>	<p>14. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>15. Didimio Agapito da Veiga.</p> <p>16. Custodio Lustosa.</p> <p>17. Pareceres de Manoel da Silva Mafra, José Hygino, O advogado João Alver Meira, Ferreira Vianna, Oliveira Coelho, A. Coelho Rodrigues.</p> <p>18. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p>
85	1901	<p>1. Dissolvido o casamento por divorcio segundo a lei pessoal dos cônjuges, qualquer deles pode casar-se de novo em paiz onde o divorcio não é admitido?</p> <p>2. Ha actos de administração ou do Governo que escapem á apreciação do Poder Judiciario? No caso affirmativo, qual o principio que deve servir de critério?</p> <p>3. Direitos que assistem ao comprador, em leilão, de bens cedidos para pagamento dos credores da massa, no caso de o juiz ordenar novo leilão a requerimento de um dos syndicos. Consulta.</p> <p>4. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. O Velleiano e a incapacidade civil da mulher. O Senatusconsulto Velleiano deve desaparecer do Direito e com ele deve ser igualmente abolidas todas as restricções á capacidade civil da mulher.</p> <p>5. Arbitragem Internacional. Devem as nações sul americanas celebrar tractados permanentes de arbitragem? Qual a extensão que devem ter esses tractados?</p> <p>6. Deve-se admitir, com ou sem restricções, a unidade e a universalidade da fallencia? Aceito o principio da universalidade, qual é o juiz competente para proferir a sentença declaratoria da fallencia?</p> <p>7. 1º Deve-se restringir o direito de asylo aos crimes políticos? 2º Qual a formula da restricção?</p> <p>8. Há actos de administração ou do Governo que escapem á apreciação do Poder Judiciário?</p> <p>9. Não obrogatoriedade da adjudicação. – Intelligencia do art. 1º, § 1º do Dec. N. 3.272 de 1885, e 564 do Regul. N. 737, de 25 de Novembro de 1850.</p> <p>10. E' incubsistente o titulo, pelo qual o mandatário adquire em nome próprio o que deveria ter adquirido</p>	<p>1. Clovis Bevilacqua.</p> <p>2. Godofredo Xavier da Cunha.</p> <p>3. Pareceres de Dr. João Antonio de Souza Ribeiro, Dr J. E. Sayão de Bulhões Carvalho, o advoga H. Inglez de Souza, Carvalho de Mendonça.</p> <p>4. Dr. J. E Sayão de Bulhões Carvalho.</p> <p>5. Manoel Alvaro de Souza Sá Vianna.</p> <p>6. Solidonio A. Leite.</p> <p>7. Dr. Antonio de Paula Ramos Junior.</p> <p>8. Pareceres de Dr. José da Silva Costa, Lafayette Rodrigues Pereira.</p> <p>9. Pareceres de Dr. João Antonio de Souza Ribeiro, Lafayette Rodrigues Pereira.</p> <p>10. Pareceres de Dr. José da Silva Costa, Lafayette</p>

		<p>em nome exclusivo do mandante. Alegação em apelação da prescrição extinctiva.</p> <p>11. Actas das 28ª sessão do ano de 1900 e 1ª sessão do ano de 1901 do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>12. Direito auctoral.</p> <p>13. Arbitramento Internacional. Os conflictos internaciones devem ser resolvidos, no estado actual do Direito, por um Tribunal permanente de arbitramento, constituído por todas as nações cultas.</p> <p>14. Qual a maneira mais effizaz de combater, sob o ponto de vista preventivo, a mendicidade e a vagabundagem: Quaes são os factos que precisamente devem ser considerados como constituindo o delicto de mendicidade e vagabundagem? Em que limites, e por que meios, convém reprimir factos dessa natureza?</p> <p>15. Os acionistas que não convieram na incorporação da sociedade, de que faziam parte, a uma outra, posto que munidos de sentença que manda pagar-lhes a respectiva quota de capital, não podem ser classificados como credores da sociedade incorporante, no caso da liquidação judicial deste. [...]</p> <p>16. E' valida a hypotheca do único imóvel do devedor, feita a um só dos seus credores, para grantir um credito eventual destes; mas fica extincta si deixa de subsistir a obrogação eventual. [...]</p> <p>17. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Proposta. Proponho que o Instituto da Ordem dos Advogados, examinando o art. 10 da lei n. 599, de 31 de dezembro de 1898, prorrogada nessa parte pelo art. 2º da Lei n. 585, de 1899, bem como as varias disposições do Regul. N. 3564, de 22 de janeiro de 1900, dê parecer sobre a constitucionalidade dessas disposições [...].</p> <p>18. Actas das 2ª, 3ª, 4ª Sessões do ano de 1901 do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>20. Os Terrenos de Marinha e os interesses da União, dos Estados e das Municipalidades.</p> <p>21. Uma pagina de historia do Direito Romano: - a constituição do Estado, o rex, o senado, as magistraturas.</p> <p>22. Commissão especial encarregada de dar parecer sobre o projecto do Codigo Civil. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Relatório da 1ª e 2ª sessões de 1901.</p>	<p>Rodrigues Pereira, Dr. M. A. Duarte de Azevedo.</p> <p>11. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>12. Clovis Bevilacqua.</p> <p>13. A. Ferreira Coelho.</p> <p>14. João Martins de Carvalho.</p> <p>15. Lafayette Rodrigues Pereira.</p> <p>16. Parecer de Lafayette Rodrigues Pereira.</p> <p>17. Parecer de Fabio Nunes Leal.</p> <p>18. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>20. J. X. Carvalho de Mendonça.</p> <p>21. Clovis Bevilacqua.</p> <p>22. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p>
86	1901	<p>1. 1º. A lei deve prohibir, sob pena de nullidade, como contraria á moral e aos bons costumes, toda convenção sobre vendas a prazo, em que a intenção das partes seja só mente o pagamento por diflerença, e não a entrega e o recebimento da coisa vendida? [...]</p> <p>2. A cessão de bens feita pelas sociedades commerciaes só comprehende os bens do patrimônio social, e não os particulares dos associados.</p> <p>3. Commissão especial encarregada de dar parecer sobre o projecto do Codigo Civil. Instituto da Ordem</p>	<p>1. Dr. João Vieira de Araujo.</p> <p>2. Pareceres de Carvalho de Mendonça, Dr. João Antonio de Souza Ribeiro.</p> <p>3. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p>

		<p>dos Advogados Brasileiros. Relatório da 3ª, 4ª, 5ª, 6ª sessões de 1901.</p> <p>4. Inconstitucionalidade do art. 12, §3º in-fine, da Lei complementar da organização da Justiça Federal.</p> <p>5. O principio absoluto da não extradicação do proprio .subdito se compadece com a assistencia judiciaria entre as nações, e a boa administração da Justiça Penal.</p> <p>6. Dos argentarii.</p> <p>7. Intelligencia dos arts. 15 e 19 da Lei Hypothecaria. E' valido o penhor de titulos ao portador, posto que não pertencentes ao devedor pignoratício, desde que o credor os recebeu em boa fé, em segurança do emprestimo feito; pelo <i>que</i> póde o mesmo credor exercer todos os direitos inherentes ao penhor, não podendo ser embaraçado por quem quer que se diga dono dos ditos títulos.</p> <p>8. Classificação de creditos na liquidação forçada do Lloyd.</p> <p>9. Actas da Commissão especial encarregada de dar parecer sobre o projecto do Codigo Civil (7ª e 8ª sessões de 1901).</p> <p>10. Actas das sessões ordinárias (5ª, 6ª, 7ª e 8ª).</p> <p>11. Dos argentarii.</p> <p>12. Os socios commanditarios são obrigados a preencher em dinheiro, para pagamento dos credores a quota de capital [...].</p> <p>13. Acta da Commissão especial encarregada de dar parecer sobre o projecto do Codigo Civil (9ª sessão de 1901).</p> <p>14. Direito constitucional – Considerações sobre a inviolabilidade da palavra no Congresso.</p> <p>15. O impeachment do Presidente da Republica é uma simples medida politica? Neste caso pode a pena consistir, além da perda do cargo na incapacidade para o exercício de quaisquer outros cargos políticos? Deve responder a impeachment o presidente que renunciou a cargo?</p> <p>16. Actas da Commissão especial encarregada de dar parecer sobre o projecto do Codigo Civil (10ª e 11ª sessões de 1901).</p>	<p>4. Sr. Ministro Dr. Americo Lobo</p> <p>5. Dr. Edmundo Muniz Barreto</p> <p>6. Dr. Paulo de Lacerda.</p> <p>7. Parecer de Dr. Duarte de Azevedo.</p> <p>8. Pareceres dos Drs. Joaquim Antunes de Figueiredo Junior, M. A. Duarte de Azevedo e J. E. Sayão de Bulhões Carvalho.</p> <p>9. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>10. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>11. Dr. Paulo de Lacerda.</p> <p>12. Pareceres de Ouro Preto, Ferreira Vianna, Lafayette Rodrigues Pereira, Ruy Barbosa, Joaquim da Costa Barradas, Amphiphio, Didimo Agapito da Veiga.</p> <p>13. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>14. Dr. M. J. Carvalho de Mendonça.</p> <p>15. Dr. Gabriel Luiz Teixeira.</p> <p>16. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p>
87	1902	<p>1. Direito e legislação sobre melhoramento dos portos nacionaes e serviço a cargo das empresas ou companhias de docas.</p> <p>2. O locatario de immovel, que não seja casa, é admitido a pagar utilmente o aluguel, a todo tempo, enquanto não é proferida a sentença final na acção de rescisão do contracto. A procuração em causa propria não induz cessão ou transferencia do direito ou cousa a que se refere o mandato, mas tão só mente a concessão de poderes illimitados ao mandatario, o</p>	<p>1. J. X. Carvalho de Mendonça.</p> <p>2. Parecer de Lafayette Rodrigues Pereira, Ruy Barbosa.</p>

	<p>qual não póde, por isso, propór acções no próprio nome. [...]</p> <p>3. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Substitutivo. Substitutivo.</p> <p>4. Actas da Commissão especial encarregada de dar parecer sobre o projecto do Codigo Civil (12ª e 13ª sessões de 1901).</p> <p>5. Acta da sessão ordinária (9ª) 1901.</p> <p>6. Direito e legislação sobre melhoramento dos portos nacionaes e serviço a cargo das empresas ou companhias de docas.</p> <p>7. Admissibilidade da revisão de sentença do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>8. A fallencia de um dos devedores solidários acarreta sempre o vencimento antecipado da divida em relação aos outros devedores solidariamente co-obrigados?</p> <p>9. Direito hypothecario. Quando o producto dos bens hypothecados não bastar para pagamento da divida, como deve proceder o credor hypothecario?</p> <p>10. A competencia do Promotor Publico, para denunciar nos crimes de furto de gado, depende de representação do offendido?</p> <p>11. O acordo extrajudicial do Decr. n. 917 de 1890 é, em substancia, uma concordata preventiva e, como tal, não faz novação. A importância do abatimento, em caso de concordata remissoria, subsiste como obrigação natural e, assim, póde soffrer novação. [...]</p> <p>12. Crimes funcçionaes. Intelligencia do art. 23 n. 1 do Decr. n. 2.579 de Agosto de 1897.</p> <p>13. These n. 47. Ao juiz deve ser conferida a atribuição de ronunciar ex-officio nulidades processuais? A nossa legislação confere essa atribuição? Em que casos?</p> <p>14. Direito e legislação sobre os melhoramentos dos portos nacionaes e serviços a cargo das empresas ou companhias de docas.</p> <p>15. Intdligencia do art. 58 do Regulamento n. 737, de 1850.</p> <p>16. Direito do segundo credor hypothecario quanto á execução da hypotheca.</p> <p>17. Reclamação contra a prohibição imposta pelo juiz ao escrivão de consignar no seu protocolo requerimentos feitos na audiencia, visto ter o advogado do requerente fallado de sua sede recusando por-se de pé.</p> <p>18. Actas da Commissão especial encarregada de dar parecer sobre o projecto do Codigo Civil (14ª de 1901).</p> <p>19. Estudos de sociologia criminal pelo Dr. Paulo Egidio.</p> <p>20. Direito e legislação sobre os melhoramentos dos portos nacionaes e serviços a cargo das empresas ou companhias de docas.</p> <p>21. Os artigos da acção, entre os quaes esta causa de pedir, e os da defeza devem ser apresentados no período ordinatorio do processo, que nas acções</p>	<p>3. Sergio Loreto.</p> <p>4. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>5. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>6. J. X. Carvalho de Mendonça.</p> <p>7. Dr. João Vieira de Araujo.</p> <p>8. Custodio Lustosa.</p> <p>9. Antonio José Fernandes Junior.</p> <p>10. Pedro da Cunha Pedrosa.</p> <p>11. Parecer de Paulo de Lacerda.</p> <p>12. Sergio Loreto.</p> <p>13. Sergio Loreto.</p> <p>14. J. X. Carvalho de Mendonça.</p> <p>15. S. Fleury Curado.</p> <p>16. Sergio Loreto</p> <p>17. E. D.</p> <p>18. Instituto da Ordem dos Advogados Brazileiros.</p> <p>19. S. A. L.</p> <p>20. J. X. Carvalho de Mendonça.</p> <p>21. José Machado de Oliveira.</p>
--	--	--

		ordinarias é até a phase da treplica. Quando são permittidas a mudança e a addicção do libello. Nullidade do processo em que não são observadas as prescripções leaes a respeito. 22. A individualisação da pena.	22. Segio Loreto.
88	1902	<p>1. Apontamentos medico-legaes ao Projecto do Codigo Civil Brasileiro.</p> <p>2. Direito hypothecario. Quando o producto dos hens hypothecatdos não bastar para pagamento da divida, o credor pôde proceder á segunda penhora.</p> <p>3. O legado feito a concubina, embora com a declaração de que é <i>antes</i> uma remuneração por serviços prestados ao testador durante sua molestia, não tem o caracter juridico de uma doação remuneratoria, deve ser deduzido da terça e está sujeito ao pagamento do imposto. Consulta.</p> <p>4. Liberdade profissional.</p> <p>5. O sello nos contractos dos Advogados.</p> <p>6. Interpretação do art. 506 do Regulamento n. 737, de 1850.</p> <p>7. O imposto de industrias e profissões que passou ára os Estados, por força do n. 4 do art. 9º da Constituição Federal, foi o que no outro regimen existia com este nome.[...].</p> <p>8. Fóra dos casos de fallencia e insolvabilidade não é licito ao credor por segunda ou posterior hypotheca [...] Consulta.</p> <p>9. Devem ser recebidos os embargos oppostos pelo executado em um processo de indemnização civil pelo crime de calumnia, si os ditos embargados forem instruídos com documentos que provem [...] Consulta.</p> <p>10. O pacto comissório tácito e o Projecto de Codico Civil.</p> <p>11. Congresso Jurídico Americano. A lei civil deve assegurar ao conjuge sobrevivente um direito successorio sobre os bens do pre-defuncto, ainda que concorram parentes á herança deste?</p> <p>12. O filho natural de pai brasileiro, nascido em França, e reconhecido pelo pai no registro civil desse palz, antes de casar, concorre á herança paterna com os filhos legitimos havidos de casamento ulterior celebrado no Brasil, onde abriu-se a successão do pai commum?[..]</p> <p>13. Inconstitucionalidade do Decr. n. 4.270, de 10 de Dezembro de 1901, regulando o funcionamento das Companhias de seguros, e creando a Superintendencia Geral dos Seguros. [...]</p> <p>14. Endosso com efeito de cessão civil. Acção competente.</p> <p>15. Marcas de fabrica.</p> <p>16. Inconstitucionalidade do decreto n. 4270 de 1901.</p> <p>17. A verba pelo qual o testador institue Pedro seu herdeiro usufructuario, com a clausula de que morrendo sem filhos, passarem os bens a Pedro [...]</p>	<p>1. Dr. Nina Rodrigues.</p> <p>2. Francisco de Souza Ribeiro Dantas.</p> <p>3. Pareceres de Lafayette Rodrigues Pereira, Dr. João Antonio de Souza Ribeiro, Clovis Bevilacqua, Dr. J. E. Sayão de Bulhões Carvalho.</p> <p>4. Sergio Loreto.</p> <p>5. Sergio Loreto.</p> <p>6. José Mendes.</p> <p>7. Pareceres de Amphilophio, Ferreira Vianna, José Pires Brandão. Amaro Cavalcanti, M. A. de Sá Vianna, Lafayette Rodrigues Pereira.</p> <p>8. Pareceres de Dr. João Monteiro, Lafayette Rodrigues Pereira.</p> <p>9. Pareceres de Lafayette Rodrigues Pereira, Joaquim da Costa Barradas, Visconde de Ouro Preto, J. M. Leitão da Cunha.</p> <p>10. Sergio Loreto.</p> <p>11. Alfredo de Almeida Russell.</p> <p>12. Pareceres de Lafayette Rodrigues Pereira, Dr. José Hygino, Candido de Oliveira, João Antonio de Souza Ribeiro, Joaquim da Costa Barradas, Dr. Francisco de Paula Lacerda de Almeida, José da Silva Costa.</p> <p>13. Pareceres de Visconde de Ouro Preto, U. do Amaral, Ruy Barbosa, Dr. João Monteiro, Amphilophio Botelho Freire de Carvalho.</p> <p>14. Solidonio Leite.</p> <p>15. Sergio Loreto.</p> <p>16. Omer-Talon.</p> <p>17. Parecer de Joaquim Antunes de Figueiredo Junior.</p>

		<p>18. O efeito da sentença que homologa a cessão de bens só pode ser suspenso pelo recurso de agravo de instrumento. [...]</p> <p>19. Intervenção do Ministerio Publico nos crimes de abigeato.</p> <p>20. Constituição Federal.</p>	<p>18. Pareceres de Dr. J. E. Sayão de Bulhões, Dr. João Antonio de Souza Ribeiro.</p> <p>19. Amancio de Souza.</p> <p>20. Sergio Loreto.</p>
89	1902	<p>1. Das Fontes do Direito Commercial Brasileiro.</p> <p>2. "A' exceção de flagrante delicto somente nos crimes inafiançáveis, poderá ter logar a prisão antes de culpa formada, mediante mandado do juiz formador da culpa [...]"</p> <p>3. Direito hypothecario. Intelligencia dos art.s 15, 19 e 4º § 6 da lei n. 169 A, de Janeiro de 1890.</p> <p>4. Intelligencia da legislação relativa ao uso de condecorações, tituoas e medalhas instituidos pelo antigo e o actual regimen, e acceitação dos concedidos por Governos estrangeiros.</p> <p>5. A lei de fallencias.</p> <p>6. 1º Violla os dispositivos da lei n. 561 de 3 de Dezembro de 1898 e incorre na sanção penal dessa lei o governador ou presidente do Estado que mandar pagar vencimenros a funcionários em titulos de credito da especie prohibida pela mesma lei: [...]</p> <p>7. Verificação de conta para instruir o requerimento da fallencia. O devedor que exhibe livros em branco incorre na pena de confesso. [...]</p> <p>8. Intelligencia da legislação relativa ao uso de condecorações, titulos e medalhas instituidos pelo antigo e o actual regimen, e acceitação dos concedidos por Governos estrangeiros.</p> <p>9. Legitimação de filhos adulterinos.</p> <p>10. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Sessão solemne em 25 de agosto. Discursos do Presidente e do Orador official.</p> <p>11. Fontes do Direito Commercial Brasileiro. (cont. da pag. 5).</p> <p>12. Direito hypothecario. Quando o produto dos bens hypothecados não bastar para pagamento da divida, como deve proceder o credor hypothecario?</p> <p>13. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Sessão em 2 de outubro e Parecer sobre Registro Especial.</p> <p>14. Intelligencia do art. 34, n. 23, da Constituição da republica. A distincção entre a materia decisória e a ordinatória lilis. Honorarios de advogado, arbitramento.</p>	<p>1. J. X. Carvalho de Mendonça.</p> <p>2. C. Lustosa.</p> <p>3. Luiz Christiano de Castro.</p> <p>4. Parecer de Barão de Loreto.</p> <p>5. Sergio Loreto.</p> <p>6. Parecer de Amphilophio.</p> <p>7. Carvalho de Mendonça.</p> <p>8. Parecer de A. Milton e Lafayette Rodrigues.</p> <p>9. Oliveira Fonceca.</p> <p>10. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>11. J. X. Carvalho de Mendonça.</p> <p>12. Antonio José Fernandes Junior.</p> <p>13. Carlos de Carvalho relator, Fabio Nules Leal, Barão de Loreto.</p> <p>14. Amphilophio.</p>
90	1903	<p>1. Em vista da Lei n. 628 de 28 de Outubro de 1899, art. ° n. II, qual o processo que, no Estado do Ceará, deve ser observado nos crimes de furto de animaes nas fazendas, pastos e campos de criação ou cultura [...].</p> <p>2. Direito hypothecario. Quando o producto, dos bens hypothecados não bastar para pagamento da divida, como deve proceder o credor hypothecario?</p> <p>3. Consulta. A firma A & B falliu a 1º de Dezembro de 1900. O estabelecimento bancario C apresentou-se á respectiva massa, como credor-pignoraticio, exhibindo o documento junto por cópia [...].</p>	<p>1. Claudio Ideburque.</p> <p>2. Ribeiro Dantas.</p> <p>3. Parecer de Dr. José Machado de Oliveira.</p>

		<p>4. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Acta da sessão em 27 de novembro de 1902.</p> <p>5. Dominio dos Estados sobre os terrenos de marinha.</p> <p>6. Intelligencia dos Decretos e Contractos que autorizaram o Governo a resgatar as Estradas de Ferro do Recife e S. Francisco. Garantias de juro-Dividendos.</p> <p>7. O credor hypothecario, que tiver arrematado em praça o imovel hypothecado, é obrigado a indenisar a terceiros das bem feitorias que, por contracto com o devedor, tiverem feito. Meios de que podem lançar mão estes terceiros para fazerem valer os seus direitos.</p> <p>8. As Camaras Municipaes não são mais obrigadas a pagar custas nos processos criminaes em que decai a justiça publica: o art. 307 do Cod. do Proc. Crim. está revogado.</p> <p>9. Sentenças estrangeiras.</p> <p>10. - Provisão nas letras de terra; protesto; responsabilidade do saccado. -O principio: o acceite suppõe a provisão.</p> <p>11. Criterio a seguir para se fixar provisoriamente os limites entre dous municipios que ainda não tiverem sido delimitados pelo poder Competente. Competencia das auctoridades judiciais.</p> <p>12. Direitos e obrigações da Companhia Concessionaria das obras do porto do Rio de Janeiro.</p> <p>13. Em que consiste o reconhecimento e o exame de firma por tabellião publico-Diferença entre um e outro.</p>	<p>4. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>5. Dr. Vicente Ferrerer.</p> <p>6. Pareceres de Amphilophio, Domingos de Andrade Figueira, Ouro Preto, Joaquim da Costa Barradas.</p> <p>7. Parecer de Dr. José Machado de Oliveira.</p> <p>8. José Mendes.</p> <p>9. Amaro Cavalcanti.</p> <p>10. Carvalho de Mendonça.</p> <p>11. Parecer de Dr. Pedro Lessa, Dr. João Monteiro, Dr. Joaquim Augusto Ferreira Alves, Dr. M. A. Duarte de Azevedo.</p> <p>12. Pareceres de Ruy Barboza, J. J. Seabra, Lafayette Rodrigues Pereira, Lourenço Cavalcante de Albuquerque, Dr. José Hygino, Joaquim da Costa Barradas, Ferreira Vianna.</p> <p>13. Pareceres de Dr. João Antonio de Souza Ribeiro, Antonio José Rodrigues Torres Neto, Dr. J. M. Carlos de Gusmão, Alfredo Bernardes da Silva, Antonio Eulalio Monteiro, O advogado J. Pires Brandão, Ibrahim Machado.</p>
91	1903	<p>1. Dos actos de commercio no direito brasileiro.</p> <p>2. O registro e averbação no - registro especial-foram creados para os papeis e titulos tanto civis como commerciaes. Consequencias da omissão do registro ou averbação.[...].</p> <p>3. No concurso de preferencia aproveita a simples allegação da prescripção ? Intelligencia do art. 617 do Regul. n. 737, de 1850.</p> <p>4. Pessoa jurídica.</p> <p>5. Adjudicação. Como e quando póde ser rerequerida. Conflictos com a arrematação. Preço dos bens em 3ª praça.</p> <p>6. O Ministerio Publico faz parte do Poder Judiciario. Incompatibilidade dos Procuradores da Republica para as eleições á Camara dos Deputados Federaes. [...]</p>	<p>1. J. X. Carvalho de Mendonça.</p> <p>2. Pareceres d'O advogado Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo, Visconde de Ouro Preto.</p> <p>3. Osorio Ramos Carvalho de Brito.</p> <p>4. Custodio Lustosa.</p> <p>5. Astolpho Rezende.</p> <p>6. Pareceres de Ruy Barboza, Amphilophio, Xazier da Silveira Junior.</p> <p>7. Azevedo Marques.</p>

		<p>7. Os procuradores seccionaes da Republica serão membros do Poder Judiciario Federal, para o effeito de serem inelegiveis ao Congresso Nacional?</p> <p>8. Character commercial das empresas jornalísticas.</p> <p>9. Dos actos de commercio no direito brasileiro. (continuação).</p> <p>10. Tributação constitucional.</p> <p>11. Obrigações. Reparação dos damnos não económicos. (Subsidio para o estudo do Projecto de Codigo Civil).</p> <p>12. Direito Industrial. Para a ação de indemnização por violação do direito de marcas industriaes ou commerciaes, é necessaria a prova do registro das mesmas?</p> <p>13. Dos actos de commercio no direito brasileiro. (continuação).</p> <p>14. Reforma compulsoria. O decr. n. 193 A, de 30 de janeiro de 1890 perante a constituição da republica.</p> <p>15. A lei que rege a admissibilidade dos recursos é a vigente ao tempo em que tiver sido proferida a sentença recorrida.</p>	<p>8. Solidonio Leite.</p> <p>9. J. X. Carvalho de Mendonça.</p> <p>10. Amaro Cavalcanti.</p> <p>11. Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça.</p> <p>12. J. L. de Almeida Nogueira.</p> <p>13. J. X. Carvalho de Mendonça.</p> <p>14. J. F. Poggi de Figueiredo.</p> <p>15. Dr. Joaquim Antunes de Figueiredo Junior.</p>
92	1903	<p>1. Estudos de Direito Commercial Brasileiro.</p> <p>2. Impostos interestaduaes.</p> <p>3. Os crimes da multidão.</p> <p>4. A lei que rege a admissibilidade dos recursos é a vigente ao tempo em que tiver sido proferida a sentença recorrida.</p> <p>5. Alterações feitas em nova publicação da lei de fallencias. Regulamento da lei do registro especial de titulos. Prisão de advogado como pena disciplinar.</p> <p>6. Estudos de Direito Commercial Brasileiro. (continuação).</p> <p>7. Impostos interestaduaes. (continuação)</p> <p>8. Direito hypothecario. Quando o producto dos bens hypothecados não bastar para o pagamento da divida, como deve proceder o credor hypothecario ?</p> <p>9. Impostos interestaduaes. (continuação).</p> <p>10. Acta da sessão de 25 de junho de 1903. Admissão de novo socios. Alterações em nova publicação da lei de fallencias. Projecto de lei que reorganisa a Justiça do Districto Federal. Prerogativas dos graduados em Direito.</p> <p>11. Acta da sessão de 16 de julho de 1903. Expediente. Intelligencia da lei n. 339 de 1902. Equiparação de collegios particulares pertencentes a religiosos. Contas do thesoureiro. Admissão de novos sacias. Assistencia judiciaria. Pena disciplinar aos advogados. Reforma judiciaria do Districto Federal. Utilidade e constitucionalidade do projecto de lei que institue o juizo dos feitos da saúde publica.</p> <p>12. Acta da sessão de 23 de julho de 1903. Admissão de novos socios. Manifestações de pezar pelo fallecimento de S. S. o Papa Leão XIII.</p> <p>13. Acta da sessão de 6 de agosto de 1903. Prisão de advogado. Outorga de poderes feita ao Prefeito</p>	<p>1. J. X. Carvalho de Mendonça.</p> <p>2. Ruy Barbosa.</p> <p>3. Rodrigues Campos.</p> <p>4. Sem designação.</p> <p>5. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>6. J. X. Carvalho de Mendonça.</p> <p>7. Ruy Barbosa.</p> <p>8. Antonio José Fernandes Junior.</p> <p>9. Ruy Barbosa.</p> <p>10. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>11. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>12. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>13. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p>

		<p>Municipal pela lei 939 de 1902. Regalias aos estabelecimentos equiparados.</p> <p>14. Acta da sessão de 13 de agosto de 1903. Admissão de novos socios.</p> <p>Discussão do parecer sobre a reforma da organização judiciaria do Districto Federal.</p> <p>15. Acta da sessão de 17 de agosto de 1903. Assistencia judiciaria. Reforma judiciaria do Districto Federal.</p> <p>16. Acta da sessão de 20 de agosto de 1903. Admissão de novos socios. Assistencia judiciaria. Reorganisação da justiça do Districto Federal.</p> <p>17. Acta da sessão de 27 de agosto de 1903. Admissão de novos socios. Reforma judiciaria do Districto Federal. Constitucionalidade da reforma compulsoria.</p> <p>18. Acta da sessão de 3 de setembro de 1903. Reforma judiciaria do Districto Federal.</p> <p>19. Impostos Interestaduaes. (continuação)</p> <p>20. Projecto de lei de fallencias.</p> <p>21. Legitima defesa (estudo de sociologia criminal perante a legislação brasileira).</p> <p>22. Parecer sobre o Projecto de Reforma da Justiça Local.</p> <p>23. Acta da sessão de 22 de outubro de 1903. Admissão de novos socios.</p> <p>Condolencias pelo fallecimento do Dr. Jorge de Azevedo Segurado.</p> <p>24. Acta da sessão de 29 de outubro de 1903. Reforma da Justiça Local do Districto Federal.</p>	<p>14. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>15. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>16. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>17. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>18. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>19. Ruy Barbosa.</p> <p>20. T. G. Paranhos Montenegro.</p> <p>21. Prado Sampaio.</p> <p>22. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>23. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>24. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p>
93	1904	<p>1. A disposição contida no art. 25 da Constituição Federal, comprehende o exercício cumulativo de função legislativa, com o de função profissional?</p> <p>2. Concurso de preferencias, na liquidação forçada de uma companhia concessionaria da construção e exploração de uma estrada de ferro.[...]</p> <p>3. Da naturalização e seus effeitos na orbita do direito civil.</p> <p>4. Tributação constitucional.</p> <p>5. Acta da sessão de 19 de novembro de 1903. Admissão de novos socios. Reforma da justiça local do Districto Federal. Creação da justiça sanitaria.</p> <p>6. Acta da sessão de 26 de novembro de 1903. Eleições dos cargos da Administração.</p> <p>7. Direito commercial (sobre o art. 16, II, do Projecto do Código Civil Brasileiro). As sociedades commerciaes, tirante as anonymas, não são pessoas jurídicas.</p> <p>8. Tributação constitucional.</p> <p>9. Corruptelas forenses. A quem compete a nomeação do leiloeiro nas vendas judiciaes?</p> <p>10. Tributação constitucional.</p>	<p>1. Affonso Claudio.</p> <p>2. Parecer de Barão de Loreto.</p> <p>3. Dr. Pedro Lessa.</p> <p>4. Amaro Cavalcanti.</p> <p>5. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>6. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>7. Dr. Reynaldo Porchat.</p> <p>8. Amaro Cavalcanti.</p> <p>9. Dr. Ferrer.</p> <p>10. Amaro Cavalcanti.</p>
94	1904	<p>1. Estudos de Direito Commercial Brasileiro. Dos commerciantes, Da disciplina jurídica da profissão mercantil.</p> <p>2. Projecto do código civil. Em prol da adopção.</p> <p>3. A mãe natural tem o pátrio poder?</p> <p>4. O novo projecto sobre fallencias.</p>	<p>1. J. X. Carvalho de Mendonça.</p> <p>2. Clovis Bevilacqua.</p> <p>3. Alberto Julio de Goes.</p> <p>4. J. X. Carvalho de Mendonça.</p> <p>5. Carlos Maximiliano.</p>

		<p>5. Perdas e danos. Responsabilidade das companhias de Estradas de Ferro pelos danos causados pelas locomotivas: incendios ocasionados pelas tagulhas nos campos visinhos e destruição de animaes que atravessem a linha.</p> <p>6. A jurisdição contenciosa do Tribunal de Contas.</p> <p>7. Concessão administrativa. Excesso de prazo marcado para a construção de obras publicas sob o regimen da concessão administrativa. Móra. Rescisão do contracto. O Governo, por seu arbitrio, não póde modificar contractos em que é parte.</p> <p>8. Casamento feito perante juiz de domicilio diverso do dos nubentes.</p> <p>9. Em que consiste a personalidade juridica das sociedades anonymas. Capacidade de uma sociedade anonyma para concorrer ao arrendamento de nma estrada de ferro da União.</p> <p>10. Estudos de Direito Commercial Brasileiro. Dos commerciantes. Da disciplina jurídica da profissão mercantil. (continuação).</p> <p>11. Qual o direito do Estado do Amazonas sobre o territorio do Acre? Nos regimens tederativos são incorporadas a um dos E5tados ou ficção como territorios federaes as zonas adquiridas por meio de tractadus ?</p> <p>12. Privilegio de zona das companhias de carris; em que consiste – abertura de novas ruas.</p> <p>13. Indemnisação aos injustamente presos.</p> <p>14. Casamento feito perante juiz de dornicilio diverso do dos nubentes; prazo para prescripção do direito de pedir a nullidade.</p> <p>15. Esboço de um codigo commercial.</p> <p>16. Intelligencia dos arts. 19 e 20 da Constituição Federal. Conceito das imunidades parlamentares. Criterio adaptado pela Camara dos Deputados para decidir de pedidos de licença para processar um de seus membros. Competencia para requerer a licença.</p> <p>17. Em que consiste a personalidade jurídica das sociedades anonymas. Capacidade de uma sociedade anonyma para concorrer ao arrendamento de uma estrada de ferro da União</p>	<p>6. Augusto O. Viveiros de Castro.</p> <p>7. Pareceres de J. X. Carvalho de Mendonça, Lafayette Rodrigues Pereira, Visconde de Ouro Preto, Ferreira Vianna.</p> <p>8. Pareceres de Dr. João Antonio de Souza Ribeiro, O advogado Alfredo Bernardes da Silva.</p> <p>10. Parecer de Dr. J. E. Sayão de Bulhões Carvalho, de Alfredo Bernardes da Silva, Manoel I. Gonzaga.</p> <p>11. J. X. Carvalho de Mendonça.</p> <p>12. Clovis Bevilacqua.</p> <p>13. João Frankiln de Alencar Lima e Pedro Luiz Soares de Sousa.</p> <p>14. Amaro Cavalcanti.</p> <p>15. Clovis Bevilacqua, Lafayette Rodrigues Pereira, A. Coelho Rodrigues.</p> <p>16. Clovis Bevilacqua.</p> <p>17. Pareceres de O advogado Dr. José da Silva Costa, Domingos de Andrade Figueira, Joaquim da Costa Barradas, O advogado Franklin Sampaio, Dr. J. M. Leitão da Cunha, Dr. Affonso Celso, Carlos de Carvalho.</p>
95	1904	<p>1. o art. 64 da Constituição Federal não transferiu aos Estados as terras que o Governo Geral já havia concedido' aos particulares. O devedor não incorre em móra quando o retardamento no cumprimento da obrigação fôr occasionado pelo credor. [...]</p> <p>2. Em que caso as notas promissórias e os escriptos particulares com promessa ou obrigação de pagar quantia certa, e com prazo fixo á pessoa</p>	<p>1. Pareceres de O advogado Alfredo Bernardes da Silva, Visconde de Ouro Preto.</p> <p>2. Dr. Gabriel de Rezende.</p>

		<p>determinada, á ordem ou sem dia, são reputados letras da terra?</p> <p>3. Extincta uma sociedade pela dissolução judicial, o facto de não pagar o liquidante a um dos credores, por entender que deve observar as normas do processo, rateando as quantias apuradas, ttendendo á <i>par conditio creditorum</i>, acarreta a fallencia da firma em liquidação?</p> <p>4. Fallencia de fimra dissolvida e em liquidação.</p> <p>5. Podem os analphabetos contrahir, por instrumento particular, obrigações de valor superior a 1:200\$000?</p> <p>6. O novo projecto sobre fallencias.</p>	<p>3. Dr. J. J. de Oliveira Fonseca, Clovis Bevilaqua.</p> <p>4. Carlos de Carvalho.</p> <p>5. O advogado, João Sampaio.</p> <p>6. T. G. Paranhos Montenegro.</p>
96	1905	<p>1. Do Registro Publico do Commercio.</p> <p>2. Intelligencia do art. 60 letra <i>i</i> da Constituição Federal. Foro competente para o processo dos que tomaram parte em uma conspiração quando nesta entraram civis e militares. Questões sobre o que seja crime político e crime militar. O estado de sitio não altera a competencia dos tribunaes judiciarios.</p> <p>3. Impostoa sobre a transmissão de apolices e embarcações. Direitos da União aos terrenos de marinhas. Relatorio Apresentado pelo Deputado Dr. Urbano Santos á Commissão de orçamento da Câmara em de 16 de Setembor de 1904.</p> <p>4. Em face do art. 9º n. 4 da Constituição Federal a União não póde tributar os dividendos das companhias industriaes com séde e funcção nos Estados.</p> <p>5. Caracteristicos do crime de moeda falsa. Crime d' aquelle que introduz na circulação celulas falsas já recolhidas.</p> <p>6. Funccionamento dos Juizes por distribuição. Aposentadoria forçada dos Magistrados. Parecer da Commissão de Constituição, legislação e Justiça sobre as emendas do Senado ao Projecto n. 60 de 1903, da Cara dos Deputados, que reforma a organização judiciaria do Districto Federal.</p> <p>7. Qual a legislação - estadual ou federal – que rege o processo do executivo hypothecario? Interpretação da lei minera.</p> <p>8. Requisitos das disposições propriamente orçamentarias; disposições permanentes em leis orçamentarias.</p> <p>9. Remuneração do curador das massas falidas.</p> <p>10. Não é admissivel a interpretação extensiva em materia fiscal.</p> <p>11. O accionista de uma sociedade anonyma não tem o direito ele examinar os livros da escripturação desta, em qualquer época e como lhe aprouver. Contra o acto do juiz que decretar o exame é admissivel o recurso de agravo.</p> <p>Intelligencia do art. 18 doCodigo Commercial e dos arts. 351 e seguintes do Reg. 737 de 1850.</p>	<p>1. J. X. Carvalho de Mendonça.</p> <p>2. Pareceres de Ruy Barbosa e Joaquim da Costa Barradas, dr. E. Sayão Bulhões de Carvalho, T. A. Araripe Junior.</p> <p>3. Dr. Urbano Santos</p> <p>4. Pareceres de Conselheiro Duarte de Azevedo, Dr. Andrade Figueira.</p> <p>5. Parecer de Antonio Bendo de Faria</p> <p>6. Parecer da Commissão de Constituição, legislação e Justiça.</p> <p>7. Lafayette Rodrigues Pereira.</p> <p>8. Pareceres de Lafayette Rodrigues Pereira e Carlos de Carvalho.</p> <p>9. T. A. Araripe Junior.</p> <p>10. T. A. Araripe Junior.</p> <p>11. Pareceres de Visconde de Ouro Preto, Dr. M. A. Duarte de Azevedo, Brazilio Machado, Gabriel de Rezende.</p>
97	1905	<p>1. Dos corretores. Da profissão de corretor: considerações históricas e fundamentaes.</p> <p>2. Os tribunaes militares fazem parte do poder judiciario da União. Os ministros do Supremo Tribunal Militar são vitalicios e os seus vencimentos</p>	<p>1. J. X. Carvalho de Mendonça.</p> <p>2. Pareceres de Amphilophio, Dr. F. C. Bandeira de Mello, Joaquim da Costa Barradas, Ferreira Vianna.</p>

	<p>não soffrem diminuição. O art. 77 da Constituição é o correctivo e complemento do art. 55 da mesma. Compete a justiça militar conhecer de alguns dos casos de que trata o art. 60 lettra i da Constituição.</p> <p>3. Discurso do conselheiro Ruy Barbosa, publicado no <<diario do congresso>> de 19 de dezembro de 1902.</p> <p>4. Intelligencia do ê 1 do art. 9 do Decr. 5391 de 1904 (Instrucções para o alistamento eleitoral. E' reputado contribuinte para fazer parte da commissão de alistamento eleitoral o marido casado sob o regimen da separação de bens e que pagar em seu nome os impostos devidos pelos immoveis da mulher. Vereadores analphabetos. Consulta.</p> <p>5. Sem violação do direito de propriedade não se pode privar o proprietario do uso dos interdictos possessorios contra (os actos emanados da auctoridade de hygiene, a qual não pode obrigar os proprietarios a fazerem obras nos seus edificios, a reconstruil-os ou alterar-lhes o plano. Intelligecncia do art. 72 § 17 da Constituição. O Poder Legislativo não pode delegar suas attribuições constitucionaes ao Executivo. Consulta.</p> <p>6. Incompetencia do tutor para auctorisar o casamento do pupillo.</p> <p>7. Os padastros não podem ser tutores de seus enteados.</p> <p>8. Embargos á sentença (legislação do E. de Minas).</p> <p>9. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Discurso pronunciado na sessão solemne de 8 de setembro de 1904, pelo presidente do Instituto, o Exmo. Sr. Dr. João Evangelista Sayão de Bulhões Carvalho.</p> <p>10. Dos corretores, suas classes, seus privilegios, funções, direitos, deveres e responsabilidades.</p> <p>11. A prescripção de curto prazo para as dividas passivas do Estado não é objecto da legislação de direito commum, mas de direito publico financeiro. A faculdade de creal-a e regulal-a está implicita, para os Estados, no regimen federativo na attribuição de crear e regular impostos e legislar sobre a divida.</p> <p>12. Um prazo de tres mezes não é contado como se fosse de noventa dias. Intelligencia da Ord. Liv. 3. tit. 31 princ. E § 1º. Prazo para a apresentação dos autos no tribunal de appellação de S. Paulo; exceção a favor de menores; impedimentos que justificam a prorogação deste prazo; embaraço de juizo, o que é, e si pode prejudicar á parte.</p> <p>13. Da fallencia das sociedades em liquidação. As sociedades commerciaes dissolvidas, por accôrdo dos socios ou por decreto judicial e em liquidação, estão sujeitas á fallencia, desde que se caracterise este estado, ainda depois do acto da dissolução.</p> <p>14. Do despacho que rejeita os embargos numa acção executiva, e julga por sentença a penhora,</p>	<p>3. Ruy Barbosa.</p> <p>4. Pareceres de Lobo Moscozo Junior e J. J. Seabra.</p> <p>5. Pareceres de O Advogado, Arthur Paulo de Souza, Lafayette Rodrigues Pereira, Candido de Oliveira.</p> <p>6. Parecer do Dr. Curador Geral dos orphãos, José Pinto de Souza Dantas.</p> <p>7. Parecer do Dr. Curador Geral dos orphãos, José Pinto de Souza Dantas.</p> <p>8. C. Lustosa.</p> <p>9. Dr. João Evangelista Sayão de Bulhões Carvalho.</p> <p>10. J. X. Carvalho de Mendonça.</p> <p>11. Alberto Torres.</p> <p>12. Parecer de Dr. Carvalho de Mendonça.</p> <p>13. Parecer de Dr. Carvalho de Mendonça.</p> <p>14. Guilherme Moniz.</p>
--	--	---

		<p>cabe appellaço e não agravo. Intelligencia dos arts. 312 e 316 do Reg. 737 de 25 de Novembro de 1850.</p> <p>15. Não é necessario o concurso para as primeiras nomeações de Juizes de Direito no Estado de S. Paulo.</p> <p>16. Dominio dos Estados sobre os terrenos da Marinha.</p> <p>17. Caracteristicos do imposto de importação; differença entre este imposto e as taxas pagas pelas mercadorias nas alfandegas.</p> <p>18. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Actas das sessões de 7 de abril, 22 de junho, 26 de agosto, 15 de setembro, 22 de setembro, 29 de setembro de 1904.</p>	<p>15. Parecer de Dr. José Machado de Oliveira.</p> <p>16. Dr. Vicente Ferrer.</p> <p>17. Alfredo Pinto Vieira de Mello.</p> <p>18. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p>
98	1905	<p>1. Dos agentes de leilões ou leiloeiros.</p> <p>2. A prestação de contas é uma obrigação inherente ao mandato. A estipulação de ficar o mandatário isento de contas desnatura o contracto, convertendo-o em doação disfarçada.[...]</p> <p>3. Autorisa o Governo a organizar, consolidando quanto possível o direito vigente, um projecto de Codigo de Processo Civil e Commercial para a justiça local do Districto Federal, que obedeça ás normas geraes que estabele, com indicação da Commissão de Constituição e Justiça. Parecer da Commissão de Legislação e Justiça da Camara dos Deputados.</p> <p>4. Estudos Juridicos. Da acumulação das penas por crimes julgados em diversos em processos.</p> <p>5. Dominio imminente da Igreja catholica sobre os bens eclesiásticos pertencentes ás Ordens Terceiras. Personalidade jurídica da Igreja e das associações religiosas. Intelligencia do Decr. 173 de 10 de Setembro de 1893.</p> <p>6. A prescripção da divida activa e passiva dos Estados e dos Municipios.</p> <p>7. Intelligencia dos arts. 93, 94 e 99 do Decreto n° 181 de 24 de Janeiro de 1890. Casamento.</p> <p>8. A nomeação de tutor feita em testamento pelo avô materno não carece de confirmação do juiz. Intelligencia da Ord. do Liv. 4. tit. 102 §1°. O testamento é aberto pelo juiz do lugar onde fallece o testador ou onde é o testamento encontrado. O domicilio do menor é o do seu tutor. O juiz competente para reger a tutela é o do domicilio do menor.</p> <p>9. Parecer da Commissão de Constituição, Legislação e Justiça da Camara dos Srs. Deputados. Opina que a Constituição não veda o simples uso das medalhas, condecorações e titulos nobiliarchicos conferidos pelo Imperio e que é vedado aceitar condecorações estrangeiras, podendo ser usadas, destas ultimas, as adquiridas anteriormente á obrigatoriedade da Constituição.</p> <p>10. Especialisaço de hipoteca para garantia dos bens dos filhos: consequencias da não especialisação, por não possuir o pae bens proprios.</p>	<p>1. J. X. Carvalho de Mendonça.</p> <p>2. Joaquim Antunes de Figueiredo Junior.</p> <p>3. Parecer da Commissão de Legislação e Justiça da Camara dos Deputados. Gastão da Cunha.</p> <p>4. Augusto O. Viveiros de Castro.</p> <p>5. T. A. Araripe Junior.</p> <p>6. Dr. Alcantara Machado.</p> <p>7. C. Lustosa.</p> <p>8. Pareceres de Lafayette Rodrigues Pereira, Clovis Bevilacqua, o Advogado João Damasceno Pinto de Mendonça.</p> <p>9. Parecer da Commissão de Constituição, Legislação e Justiça da Camara dos Srs. Deputados.</p> <p>10. Esmeraldino Bandeira.</p> <p>11. T. A. Araripe Junior.</p>

		<p>11. Os lentes dos institutos de ensino superior não têm direito ao pagamento do respectivo ordenado desde que sejam aproveitadas em comissão federal, salvo si esta consistir no exercício de funções anexas que a completam. Accumulação de vencimentos de funcionários publicos. [...]</p> <p>12. O direito ao emprego.</p> <p>13. Não é necessario que seja tomado por termo o recurso apresentado á Commissão de Alistamento eleitoral para ser remettido á Junta de recursos, afim de que seja ordenada a inclusão ou a exclusão de cidadãos no alistamento. Caso este termo fosse necessario e não tivesse sido tomado por culpa do Presidente da Commissão, não ficaria o recorrente prejudicado.</p>	<p>12. Augusto O. Viveiros de Castro.</p> <p>13. Pareceres de Ruy Barbosa, Dr. J. E. Sayão de Bulhões Carvalho, Visconde de ouro Preto.</p>
99	1906	<p>1. Dos prepostos das casas commerciais ou dos empregados no commercio (o negocio mercantil em relação ao seu pessoal).</p> <p>2. Intelligencia do art. 259 do Reg. 737. Embargos.</p> <p>3. No contracto de abertura de credito, os valores que o creditado entrega ao creditor para serem levados a seu credito não importam em prorrogação do tempo do contracto. Por conseguinte, não tem applicação o art. 262 do Cod. Com.; isto é, o fiador não fica, por esse facto, exonerado da fiança.</p> <p>4. A liberdade profissional.</p> <p>5. Ao credor hypothecario inscripto em primeiro lugar é licito proceder á nova inscripção, sem cancellar a primeira, si não estiver satisfeito com a anterior. A nova inscripção toma grau desde a sua respectiva data. Um outro credor, inscripto em segundo lugar, nada tem a temer da nova inscripção ; mas só da anterior não cancellada.</p> <p>6. Inscripção hypothecaria; erro sobre a epocha do vencimento, e falta de declaração do domicilio do devedor. Podem os credores posteriormente inscriptos argllir as nulidades do registro?</p> <p>7. Liberdade profissional. O exercício da advocacia.</p> <p>8. Convocação do Congresso cacional. Quaes os deputados a convocar extraordinariamente ao Congresso Nacional? Os da legislatura passada ou os da futura?</p> <p>9. O reconhecimento ele filho natural é regulado pela lei da nacionalidade do pai. Os direitos de successao sao regulados pela lei da nacionalidade do autor da herança. De que modos pode ser feito o reconhecimento da filiação natural segundo o direito portuguez. [...]</p>	<p>1. J. X. Carvalho de Mendonça.</p> <p>2. Francisco C. Roiz Campos.</p> <p>3. Paulo de Lacerda.</p> <p>4. M. I. Carvalho de Mendonça.</p> <p>5. Paulo de Lacerda.</p> <p>6. Pareceres de Dr. Paulo de Lacerda, Dr. Raphael Correa da Silva, Dr. Carvalho de Mendonça, Dr. Pedro Lessa.</p> <p>7. A. Moitinho Doria.</p> <p>8. J. M de Azevedo Marques.</p> <p>9. Lafayette Roiz Pereira.</p>
100	1906	<p>1. Dos despachantes geraes das alfandegas.</p> <p>2. O impeachment na Constituição da Bahia.</p> <p>3. A arguição da nutlidade da inscripção hypothecaria, por omissão de enunciação do domicilio do devedor, não depende da prova de prejuizo, e é efficaz, não obstante que o arguente tenha sciencia, por outro modo, do domicilio do devedor.</p> <p>3. Intelligencia do art. 66 do Codigo Penal.</p>	<p>1. J. X. Carvalho de Mendonça;</p> <p>2. Ruy Barboza.</p> <p>3. Pareceres de Lafayette Rodrigues Pereira, João Mendes Junior, J. M. de Azevedo Marques.</p> <p>3. Custodio Lustosa.</p> <p>4. Theodoro Magalhães.</p>

		<p>4. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Em face do art. 72 § 6º. da Const. Fed. é admissível a concessão das regalias e estabelecimento official de ensino a institutos dirigidos e mantidos por pessoa singular ou collectiva representante de seita religiosa?</p> <p>5. A soberania territorial nada tem de equivalente á propriedade do solo, e o conceito de <i>jurisdição</i> não pode ser fundido com o de <i>dominio</i>. A acção de reivindicação é meio habil para haver o dominio das coisas corporeas, e não para adquirir jurisdição sobre territorios. [...]</p> <p>6. Fideicomisso. Vinculos. Como se contam os grãos da substituição fideicommissaria? O 1º grão da substituição é o 2º da instituição ou na disposição, e não se deve confundil-os. [...]</p> <p>7. Quando o Juiz da provedoria pode não mandar cumprir um testamento.</p> <p>8. Modos de reconhecimento da filiação natural paterna, e seus effeitos. Concurrencia do filho natural reconhecido com filhos legitimos á herança paterna.</p> <p>9. O delegado de policia no Districto Federal, pode advogar?</p> <p>10. Deve ser indemnizado o dominio útil dos terrenos de marinha ou os acrescidos quando desapropriados por utilidades publica?</p>	<p>5. Gumersindo Bessa, Advogado.</p> <p>6. Pareceres de José Pinehiro de Andrade, J. Augusto Pereira de Queiroz, Diogo Rodrigues de Moraes Junior.</p> <p>7. Lafayette Rodrigues Pereira.</p> <p>8. Paulo de Lacerda.</p> <p>9. Astolpho Resende.</p> <p>10. Alfredo Pinto Vieira de Mello.</p>
101	1906	<p>1. Crime de furto. Excepção do n. 1 § 2º do art. 407 do Cod. Penal; transformações por que tem passado. Penalidade. [...]</p> <p>2. Terceira Conferencia Internacional Americana.</p> <p>3. Trabalhos do Terceiro Congresso Pan-Americano.</p> <p>4. Fallencia das empresas jornalisticas.</p> <p>5. Impostos municipaes. Compete ás camaras municipaes no Estado de Minas a via executiva para cobrança de suas rendas. [...]</p> <p>6. Titulos ao portador. Ao possuidor de boa-fé de uma apólice federal ao portador não póde ser oposta a excepção de falsidade deste titulo. [...]</p> <p>7. Intelligencia do §4º do art. 27 do Cod. Penal.</p> <p>8. Istituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Officios que explicam a razão por que deixou a nossa Revista de ser o organ official desta ilustre Corporação.</p>	<p>1. Augusto Ewerton e Silva.</p> <p>2. Florencio de Abreu.</p> <p>3. Relatoria das Sessões.</p> <p>4. Astolpho Rezende.</p> <p>5. Pareceres de Virgilio M. de Mello Franco, Mendes Pimentel.</p> <p>6. O advogado, José Pires Brandão.</p> <p>7. Jose Joaquim Fernandes Torres.</p> <p>8. Istituto da Ordem dos Advogados Brasileiros</p>
102	1907	<p>1. O banditismo ou Criminalidade no Brasil.</p> <p>2. Municipalidades.</p> <p>3. Direito hypothecario. Interpretação do art. 4º § 6º do Decreto n. 169 A de 19 de Janeiro de 1890 e do art. 130 § 1º do Decreto n. 370 de 2 de Maio de 1890. A falta de declaração nas escripturas de hypotheca [...].</p> <p>4. É valiosa a doação mortis causa de todos os bens, feita pelos avós aos netos, com consentimento do filho, para evitar que taes bens cahiam sob as execuções dos credores deste, quando vierem ao seu patrimonio por successão?</p>	<p>1. Dezembargador Miranda Ribeiro.</p> <p>2. M. I Carvalho de Mendonça.</p> <p>3. Antonio José Fernandes Junior.</p> <p>4. Pareceres de Conselheiro Duarte de Azevedo e do Dr. Paulo de Lacerda.</p> <p>5. João C. da Rocha Cabral.</p>

		<p>5. O que são, como e quando se taxam alimentos provisionaes á mulher judicialmente separada do marido para acção de annullação de casamento, ou de divorcio. A sentença de partilha, que segue á de divorcio, não tem força de destrnir, sob alegação de nullidade ou fraude, contratos feitos pelo marido com terceiros; mas é indispensável o emprego da acção apropriada.</p> <p>6. Expulsão de estrangeiros.</p> <p>A lei n. 1.641 de 7 de Janeiro de 1907 em face da Constituição Federal. Recurso para a Superior Instancia da sentença que concede o <i>habeas-corpus</i>. Intelligencia dos arts. 59 n. 2 e 72 § 10 da Constituição Federal.</p> <p>7. Interpretação, do art. 315 doCodigo Penal. Elementos essenciaes do crime de caluminia. Não é nullo o processo-crime intentado somente por crime de injurias, quando, além destas, ha calumnia equivoca.</p> <p>8. Competencia dos Tribunaes Militares – Um aspecto do problema: “Casos em que os Civis estão sujeitos ao foro militar”.</p>	<p>6. Parecer de Aureliano de Campos, Pedro A. de Oliveira Ribeiro, Dr. José Maximiano Gomes de Paiva.</p> <p>7. Parecer de Dr. Paulo de Lacerda e Dr. M. A. Duarte de Azevedo.</p> <p>8. Esmeraldino Bandeira.</p>
103	1907	<p>1. Natureza do contracto de seguro: direito que assiste ao Estado de fiscalisar o funcionamento das companhias seguradoras: legislações estrangeiras; anomalias existentes na legislação brasileira admittindo dous regimens para as companhias nacionaes, por basear-se em uma falsa noção do que sejam direitos adquiridos: e privilegios absurdos de que gozam as companhias estrangeiras. Taxa com que as companhias nacionaes concorrem para a fiscalização: reformas que convem fazer.</p> <p>2. Controversias juridicas.</p> <p>3. E' viciada de nullidade de pleno direito e absoluta a clausula da escriptura que sujeita ao onus hypothecario os fructos colhidos e beneficiados até o vencimento da divida hypothecaria. [...] Consulta.</p> <p>4. A Municipalidade do Districto Federal é obrigada a pagar á União Federal a agna que consome.</p> <p>5. Direito constitucional. Recurso extraordinario. [...]</p>	<p>1. Pedro de Vergue de Abreu.</p> <p>2. Paulo de Lacerda, Duarte de Azevedo.</p> <p>3. Pareceres de Dr. Paulo de Lacerda e Conselheiro Duarte de Azevedo.</p> <p>4. Joaquim Xavier da Silveira Junior.</p> <p>5. Eptacio Pessôa.</p>
104	1907	<p>1. Recurso extraordinario. Decisões de Tribunal de Estado que deixam de applicar a lei a um caso que ella expressamente regula.</p> <p>2. Contulsa. O que é sequestro da posse? [...]</p> <p>3. A demora da promulgação do Codigo Civil no Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>4. Medicina legal. Um individuo, victima de apoplexia, atacado de crises constantes, pranto, agitação e outros phenomenos concummittantes de enfermidade, póde fazer validamente o seu testamento?</p> <p>5. Vendas ad corpus e ad mensuram. Consulta.</p>	<p>1. Eptacio Pessôa.</p> <p>2. Dr. Francisco Eugenio de Toledo.</p> <p>3. Alfredo Valladão.</p> <p>4. Dr. Francisco Eugenio de Toledo.</p> <p>5. Parecer de Francisco Eugenio de Toledo, o Advogado.</p>

		<p>6. Hypotheca feita por quem é casado com mulher menor de 21 annos; formas pelas quaes o juiz pode supprir-lhe a capacidade.</p> <p>7. Não são segundos os embargos de nulidade de sentença e de processo que forem oppostos por parte que já tenha decahido de embargos infringentes do julgado.</p> <p>8. Competencia para promover a acção de nulidade de patente de invenção.</p>	<p>6. Francisco Eugenio de Toledo.</p> <p>7. Pareceres de Clovis Bevilacqua, João Vieira de Araujo, Joaquim da Costa Barradas, Visconde de Ouro Preto, Lacerda de Almeida.</p> <p>8. Joaquim da Costa Barradas.</p>
105	1908	<p>1. Provas e efeitos da fraude.</p> <p>2. Vitaliciedade dos pretores. Intelligencia do art. Decreto 1.030 de 1890.</p> <p>3. Recibo contendo a clausula - <i>por saldo</i> - constante de papel diverso do que consigna a obrigação (letra da terra), pôde provar a solução da divida ? A emenda de algarismos da data do saque e do aceite e a raspadura da estampilha em que foi lançado o - aceite - induzem nulidade do contracto?</p> <p>4. A nova lei sobre successões.</p> <p>5. Historia e Direito. As penas militares no Direito Extrangeiro e na Legislação Patria. Os castigos corporaes. A degradação e a morte. O crime e a execução de Misdea.</p>	<p>1. Francisco Eugenio de Toledo.</p> <p>2. Ferreira Vianna, Lafayette R. Pereira, Candido de Oliveira, Aphilophio de Carvalho, M. A. de S. Sá Vianna.</p> <p>3. Parecer de Affonso Claudio.</p> <p>4. Reynaldo Porchat.</p> <p>5. Esmeraldino Bandeira.</p>
106	1908	<p>1. A nova lei sobre sucessões.</p> <p>2. Ex-vi do artigo 9º, n. 4, da Constituição federal, não pôde a União crear o imposto de estampilhas ou de sello sobre os procustos das industriaes nos Estados; taes impostos, ditos de consumo, são verdadeiros impostos de industrias. Consulta.</p> <p>3. Accidentes do trabalho e sua garantia jurídica.</p> <p>4. Antes de decretada a separação judicial, pôde a mulher casada propor acção de alimentos?</p> <p>5. Liquidação forçada de uma sociedade anonyma que tem succursaes em lugar diverso as casa matriz; competencia de juizo para arrecadação dos haveres existentes nas succursaes; agravo do despacho pelo qual o juiz do domicilio da casa matriz se julga incompetente.</p> <p>6. Fiscalização do Governo Federal sobre as companhias de seguros. Relatorio Final do inspector de seguros sobre as associações de previdência denominadas "Caixas de Pensões Vitalicias".</p> <p>7. Intelligencia do artigo 6º da Constituição Federal. Legitimidade do Governo do Estado do Rio de Janeiro.</p>	<p>1. Feliciano Penna, Moraes Mello Junior, José Ulpiano, João Arruda, Estevam de Almeida, João Arruda.</p> <p>2. Pareceres de Visconde de Ouro Preto, Lafayette Rodrigues Pereira, João Barbalho.</p> <p>3. Rodrigues de Carvalho.</p> <p>4. Leopoldo Teixeira Leite.</p> <p>5. Parecer de Visconde de Ouro Preto.</p> <p>6. Pedro vrgne de Abreu.</p> <p>7. Parecer da Commissão de Constituição e Diplomacia do Senado Federal.</p>
107	1908	<p>1. Uniformidade do Direito Brasileiro. Interpretação dos arts. 34 n. 23, 63 e 65 n. 2 da Constituição Federal.</p> <p>2. Da competencia do Estado para legislar sobre o processo das justiças locaes.</p> <p>3. A nova phase da doutrina e das leis do processo brasileiro.</p>	<p>1. João Mendes Junior.</p> <p>2. Dr. Pedro Lessa.</p> <p>3. João Mendes Junior.</p>

	<p>4. Da competencia do Estado para legislar sobre o processo das justiças locais.</p> <p>5. Dos contractos. Doações.</p> <p>6. Congresso Juridico Brasileiro. Secção de ensino juridico. É necessario restabelecer o estudo da: philosophia como preparatorio para a matricula nos cursos juridicos. É necessario restabelecer a cadeira de praxe forense e crear a de direito internacional privado. O ensino juridico não deve ser meramente pratico ali profissional. Qual a melhor distribuição das matérias pelos diversos annos de um curso juridico. Causas da decadencia do ensino juridico e meios de combatel-a. Influencia do meio social nos estudos juridicos e sociaes. O Poder Executivo tem grande culpa na decadencia do ensino juridico no Brazil.</p> <p>7. Congresso Juridico Brasileiro. Secção de direito constitucional. brasileiro. União póde intervir nos Estados <i>ex jure proprio</i>, independente de requisição dos respectivos Governos? A expressão <i>Governo Federal</i> é equivalente a <i>Poder Executivo</i> ou abrange todos os órgãos da soberania nacional? [...]</p> <p>8. Congresso Juridico Brasileiro. Secção de direito civil. Qual o objecto proprio do Direito Civil, e a melhor distribuição das suas materias, quer para o ensino, quer para sua codificação? Subsistem ainda as razões, que deter-minaram a distincção corrente, entre o direito civil e o commercial? E' possivel fixar a linha divisoria, entre o Direito civil e o processo civil, de modo a evitar confusão na pratica? No caso affirmativo, como? É possivel estabelecer um Direito Civil commum, ao menos, ás nações da mesma origem e do mesmo continente, senão no todo, em alguns dos seus ramos? [...]</p> <p>9. Congresso Juridico Brasileiro. Secção de direito commercial. Qual o regimen das sociedades cooperativas, assim como dos syndicatos mercantis, (<i>trusts</i>) segundo a legislação brasileira, assignalandose nas soluções o que porventura haja nesse regimen de acertado, inconveniente ou defectivo? Sob o ponto de vista das garantias asseguradas ás marcas de fabrica ou de commercio, as nacionaes, ou registradas no Brazil, encontram-se em perfeito pé de igualdade com as estrangeiras registradas no Tribunal Internacional de Berne? Quaes as causas que principalmente influem para o insuccesso, no Brazil, dos títulos mercantis denominados <i>warrants</i>, e que medidas legislativas poderão concorrer para alcançarem eles a aceitação obtida em outros paizes? O estado actual e desenvolvimentos provável, quer dos meios de transporte, quer dos de transmissão do pensamento, exigem reformas, e quaes na legislação commercial brasileira? [...]</p> <p>10. Congresso Juridico Brasileiro. Secção de direito administrativo. O estado actual do Direito Administrativo e Civil, admite a concessão de privilégios e prerogativas á Fazenda Nacional em juizo? [...]</p>	<p>4. Dr. Pedro Lessa.</p> <p>5. M. I. Carvalho de Mendonça.</p> <p>6. Dr. Pedro Lessa.</p> <p>7. Dr. Augusto Olympio Viveiros de Castro.</p> <p>8. Dr. A. Coelho Rodrigues.</p> <p>9. Visconde de Ouro Preto.</p> <p>10. J. C. de Souza Bandeira.</p>
--	--	--

		11. Congresso Juridico Brasileiro. Secção de Internacional. Póde ser o direito internacional privado considerado parte do direito internacional publico? Constituindo o direito internacional privado, em sua essencia, o conjuncto das regras juridicas que dominam as relações individuaes da sociedade internacional, alcança na área de sua acção a parte processual correspondente? Comprehende-se no direito internacional privado o direito penal internacional? [...]	11. Didimo da Veiga.
108	1909	<p>1. Julga que não perde o mandato o Deputado que, no interregno dos trabalhos legislativos, assume o governo de um Estado, uma vez que deixe o exercicio do cargo de Presidente ou Governador do Estado durante as sessões do Congresso; [...]</p> <p>2. Determina que todo accidente seguido de morte ou de incapacidade para o trabalho seja susceptível de indemnização pecuniaria a beneficio da victima ou de seus representantes, pelo damno causado, e dá outras providencias. Projecto n. 273 – 1908.</p> <p>3. Arbitramento de honorarios de Advogados. Parecer da Comissão de justiça da Camara dos Deputados sobre o projecto n. 130 de 1907.</p> <p>4. As contas assignadas podem ser endossadas e são ajuizadas mediante assignação de dez dias?</p> <p>5. Prescrição das dividas passivas da União Federal.</p> <p>6. Difficuldades que a organização da justiça federal acarreta, porque confere aos supplentes dos juizes federaes o preparo dos processos crimes. Crime de moeda falsa :- é de sua essência o <i>dolus malus</i>, que precisa <i>ser provado</i>. [...]</p> <p>7. Estado de sitio: na sua vigencia podem os tribunaes conceder <i>Imbeas-corpus</i>, e, por outro lado, as mmunidades parlamentares não ficam prejudicadas.</p> <p>8. Codificação do direito internacional.</p> <p>9. Congresso Juridico Brasileiro. Secção de Direito Constitucional Brasileiro. O art. 68 da Constituição é tambem applicável ao Districto Federal? Emquanto elle continuar a ser a <i>Capital da União</i> deverá ter moldes especiaes?</p> <p>10. Congresso Juridico Brasileiro. Secção de Direito Civil. No estado actual dos costumes será necessario admittir-se o divorcio, ou bastará o remedio da separação de corpos e de bens?</p> <p>11. Congresso Juridico Brasileiro. Secção de Direito Criminal. Póde ser adoptado, sem prejuizo das garantias devidas á liberdade individual, o systema das sentenças chamadas indeterminadas?</p> <p>12. Congresso Juridico Brasileiro. Secção de Direito Processual. Respeitados os preceitos constitucionais, em que termos e sob que bases se póde estabelecer a unidade do processo?</p> <p>13. Respeitados os direitos constitucionais, em que termos e sob que bases se póde estabelecer a unidade do processo?</p>	<p>1. Parecer da Comissão de Justiça da Camara dos Deputados.</p> <p>2. Diario do Congresso de 23/08/1908. Parecer da Comissão de Justiça da Camara dos Deputados. Gracho Cardoso, Sá Freire, Altino Arantes, Simeão Leal.</p> <p>3. Comissão de Justiça da Camara dos Deputados.</p> <p>4. Parecer de Paulo Lacerda.</p> <p>5. Parecer da Comissão de Justiça e Legislação do Senado.</p> <p>6. Relatorio do Sr. Carlos Honorio Benedcto Ottoni.</p> <p>7. Relatorio do Dr. França Carvalho.</p> <p>8. Clovis Bevilacqua.</p> <p>9. Milciades Mario de Sá Freire.</p> <p>10. Felinto Justiniano Ferreira Bastos.</p> <p>11. Alfredo Russell.</p> <p>12. Antonio Bento de Faria.</p> <p>13. J. Thiago da Fonseca.</p> <p>14. Herbert Moses.</p>

		<p>14. Como devem ser encaminhadas as rogatórias antes e depois do seu cumprimento? Convém manter o regimen do "exequatur" administrativo para ellas estatuido ou póde ser suprido pelo simples "cumpra-se" do juiz competente?</p> <p>15. Em face dos principios deve a liquidação das sociedades de Credito Real ser processada no Juizo Civil, como preceitúa o art. 349, do decreto n. 370, de 2 ele Maio de 1890, ou no Juizo Commercial, como as demais sociedades anonymas?</p> <p>16. Imposto de consumo no Estado de Minas.</p>	<p>15. Luiz Christiano de Castro.</p> <p>16. C. Lustosa.</p>
109	1909	<p>1. Congresso Juridico Brasileiro. Secção de ensino jurídico.</p> <p>2. Da decadência do Ensno Juridico e dos meios de combatel-a.</p> <p>3. Congresso Juridico Brasileiro. Secção de direito criminal. Pode ser admitido o estado permanente de reincidencia?</p> <p>4. Pode ser adoptado, sem prejuizo das garantias devidas á liberdade individual, o systema das sentenças chamadas indeterminadas?</p> <p>5. Congresso Juridico Brasileiro. Secção de direito administrativo. A descriminação das rendas federaes e estaduaes, tal como consagra a Constituição Federal, consulta os interesses economicos do paiz? No caso negativo, que modificações podem ser feitas neste assumpto?</p> <p>6. É conveniente a municipalização dos serviços publicos e concentração, nas mãos da municipalidades, de todos os serviços urbanos a cargo de empresas que tem contractos com as administrações municipaes?</p> <p>7. Direito internacional. Comprehende-se no direito internacional privado o direito penal internacional?</p> <p>8. Prescripção a favor da União e Fazenda Federal. Intelligencia dos arts. 1º e 9º do decreto legislativo de 28 de Agosto de 1908.</p> <p>9. Natureza Juridica das Taxas. Caracteristicas que as distinguem dos impostos.</p> <p>10. A advocacia dos poderosos.</p> <p>11. O resaque das notas promissorias.</p> <p>12. O lugar em que deve ser feito o inventario e leis que regem a successão.</p> <p>13. É conveniente a investigação da paternidade nos povos da America Latina?</p> <p>14. Da responsabilidade civil e criminal do syphilitico.</p> <p>15. O selvagem perante o direito pelo Desembargador Antonio Ferreira de Souza Pitanda.</p> <p>16. Na ausência de contracto ante-nupcial deverá prevalecer o regimen da comunhão de bens?</p> <p>17. Prescripção das dividas passivas da União Federal.</p>	<p>1. Leoncio de Carvalho.</p> <p>2. Theodoro Magalhães.</p> <p>3. Filinto Justiniano Ferreira Bastos.</p> <p>4. Astholpho Rezende.</p> <p>5. João Luiz Alves.</p> <p>6. Raul Fernandes.</p> <p>7. Filinto Bastos.</p> <p>8. A. Augusto da Silva.</p> <p>9. Augusto O. Viveiros de Castro.</p> <p>10. Americo Peixoto.</p> <p>11. Paulo de Lacerda.</p> <p>12. Comunicação apresentada por Clovos Bevilacqua ao 3º Congresso Scientifico Latino Americano.</p> <p>13. Dissertação apresentada ao 3º Congresso Scientifico Latino Americano pelo Dr. Tito Rosas.</p> <p>14. Memooria apresentada ao IV Congresso latino-Americano, pelo Dr. Claudio de Souza.</p> <p>15. Antonio Ferreira de Souza Pitanda.</p> <p>16. Alfredo de Almeida Russell.</p> <p>17. O advogado, Alfredo Lopes da Cruz.</p>

		18. Lei sobre cheques.	18. Paulo de Lacerda.
110	1909	<p>1. Da prescrição dos honorarios médicos.</p> <p>2. Não é comerciante o sócio de responsabilidade ilimitada de uma sociedade comercial, e, pois, não póde o dito sócio, como particular ou na qualidade de sócio solidário, ser directamente declarado falido por obrigações pessoas ou pelas da sociedade de que faz parte.</p> <p>3. Os segurados não têm privilegio sobre os demais credores da sociedade seguradora em liquidação para haverem o pagamento dos sinistros pela importância do deposito de 200:000\$000 feito no Thesouro Federal.</p> <p>4. Composição das assembléas geraes dos mutuários de uma sociedade de seguros mútuos sobre a vida. [...]</p> <p>5. Notas promissórias.</p> <p>6. As milicias estaduaes não são os militares da terra e mar a que se refere o art. 77 da Constituição Federal, dando-lhes fôro privilegiado [...]</p> <p>7. Distribuição constitucional e registro nacional das aguas.</p> <p>8. Quando ha esbulho que justifique o interdicta recuperatorio. Não é necessaria a indicação dos números dos títulos ao portador para que seja estabelecida a identidade destes. O que seja posse; quem póde se dizer possuidor. Em que consiste a força ou violencia no tomar a posse.</p> <p>9. Do contrabando so systema legislativo brasileiro.</p> <p>10. Justiça militar estadual. Polícia militarizada.</p> <p>11. Organização de municipios no território do Acre.</p> <p>12. Competencia das legislaturas dos Estados para decretar leis de processo. A nova lei cambiaria não contem disposições processuais. [...]</p> <p>13. O pagamento posterior á declaração da fallencia constitue razão relevante para exclui-la?</p> <p>14. A dactyloscopia no mundo civil.</p> <p>15. Apontamentos sobre o nome commercial.</p>	<p>1. Paulo de Lacerda.</p> <p>2. Parecer de J. X. Carvalho de Mendonça.</p> <p>3. Clovis Bevilacqua.</p> <p>4. Pareceres de Visconde de Ouro Preto, Lafayette Rodrigues Pereira, José da Silva Costa, João Francisco Barcellos, Candido de Oliveira, José de Oliveira Coelho, João Evangelista Sayão de Bulhões Carvalho, João Maximiano de Figueiredo, Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo.</p> <p>5. Carlos Maximiliano.</p> <p>6. Parecer de Inglez de Souza.</p> <p>7. Araripe Junior.</p> <p>8. Dr. João Barbalho, Dr. Gonçalves Chaves, Dr. A. Coelho Rodrigues.</p> <p>9. A. Acatauassú Nunes.</p> <p>10. T. S. Newlads Junior.</p> <p>11. Esmeraldino Olympio de Torres Bandeira.</p> <p>12. Parecer de João Sampaio.</p> <p>13. L. Amynthas da Costa Barros.</p> <p>14. Hermeto Lima.</p> <p>15. Fabio Leal.</p>
111	1910	<p>1. Servidão militar. Zona legal e raio de defesa das fortificações.</p> <p>2. Parecer da Comissão de Justiça da Camara dos Deputados sobre o substitutivo oferecido na 2ª discussão do projecto n. 130, de 1907, que dispõe sobre honorários a advogados por serviços profissionais que prestarem, com voto separados do Sr. Raul Fernandes.</p> <p>3. Os fructos colhidos são bens moveis e, pois, insupscetiveis de ônus hypothecario. [...]</p> <p>4. Questão de limites entre o Estado de Santa Catharina e o do Paraná.</p>	<p>1. T. A. Araripe Junior.</p> <p>2. Comissão de Justiça da Camara dos Deputados.</p> <p>3. Pareceres dos Drs. Paulo de Lacerda e M. A. Duarte de Azevedo.</p>

			4. Voto do Senhor Pedro Lessa.
112	1910	<p>1. O selvagem perante o Direito.</p> <p>2. A modificação das fronteiras entre o Brazil e o Uruguay perante o Direito Internacional e a Constituição.</p> <p>3. Usos commerciaes.</p> <p>4. Está sujeito ao pagamento da taxa de herança o herdeiro renunciante da sua quota hereditaria?</p> <p>5. O Estado é responsavel pelos actos de seus representantes, órgãos, ou funcionários que tragam lesão a direitos individuaes e quasquer outros damos. [...]</p> <p>6. A organização do patronato official dos liberados adultos no Brazil. Direito penal.</p> <p>7. Da necessidade de serem fiscalizadas pelo Estado as operações das Companhias de Seguros de Vida.</p> <p>8. O Projecto de Codigo Penal.</p> <p>9. Em face da legislação vigente assiste aos poderes publicos algum direito sobre as corporações de mão morta?</p> <p>10. Revisão das sentenças dos tribunales estadoaes. Pela Suprema Corte dos Estados Unidos.</p> <p>11. O hoteleiro não tem acção executiva para se cobrar da hospedagem que tenha prestado, mas sim o direito de retenção sobre os effeitos do hospede. [...]</p> <p>12. Tapumes de meia entre propriedades confinantes divididas pelo rio publico e particular e bem assim estradas: - como devem ser feitos e por conta de quem correm.</p>	<p>1. Conferencia realizada pelo Dr. Inglez de Souza, no dia 28 de Abril, no Instituto dos Advogados.</p> <p>2. Clovis Bevilacqua.</p> <p>3. Pedro Ullises Porto.</p> <p>4. Olavo Magalhães.</p> <p>5. Parecer de Trajano A. de Caldas Brandão.</p> <p>6. Lima Drummond.</p> <p>7. Trecho do relatório apresentado pelo Sr. Inspector de Seguros, Dr. Vergne de Abreu.</p> <p>8. Ribeiro Dantas.</p> <p>9. Theodoro Mgagalhães (relator), Pudente de Moraes Filho, M. B. Pinto Guimarães.</p> <p>10. Conferencia do Dr. Amaro Cavalcanti no Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>11. Pareceres de Dr. Raymundo Alexandre Pereira.</p> <p>12. Parecer de Francisco Mendes Pimentel.</p>
113	1910	<p>1. Das culpas reciprocas dos cônjuges no divorcio litigioso.</p> <p>2. Menores abandonados e menores delinquentes.</p> <p>3. O voto secreto e a revisão constitucional.</p> <p>4. O arrematante de um imóvel rural não é obrigado a respeitar uma concessão de uso de agua nascida no imóvel, feita pelo antigo proprietário depois que este havia hypothecado dito immovel.[...]</p> <p>5. Prescripção da condenação.</p> <p>6. Recurso Extraordinario.</p> <p>7. Os confrontantes dos terrenos urbanos são obrigados a concorrer para as despesas da construção dos muros divisorios.</p> <p>8. Competencia das legislaturas dos Estados para decretar leis de processo. A nova lei cambiaria não contem disposições processuaes. [...]</p>	<p>1. Conferencia do Professor Lima Drummond no Instituto dos Advogados.</p> <p>2. Conferencia do Dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello no Instituto dos Advogados Brasileiros.</p> <p>3. Conferencia do Senador Moniz Freire no Instituto dos Advogados Brasileiros.</p> <p>4. Pareceres de Clovis Bevilacqua, J. X. Carvalho de Mendonça, Paulo de Lacerda.</p> <p>5. Custodio Lustosa.</p> <p>6. F. de S. Meira e Sá.</p> <p>7. J. M. de Azevedo Marques.</p> <p>8. Razões dos votos dos srs. Deputados Oaulistas, Drs. J. B. de Oliveira Coutinho e Azevedo</p>

		<p>9. Naturalização de estrangeiros.</p> <p>10. Efeitos da propositura da acção de nulidade de uma patente de invenção.</p> <p>11. Substitue o art. 57 do regulamento o aprovado pelo decreto n. 8.829, de 30 de dezembro de 1882.</p> <p>12. O automóvel perante a justiça.</p> <p>13. Reforma constitucional, Reorganização da Magistratura de Santa Catharina. Disposições transitorias. Quando não mais podem ser utilizadas.</p> <p>14. Os juizes de direito do extincto regimen, não aproveitados na magistratura actual, são juizes federaes. [...]</p> <p>15. A execução das sentenças do Tribunal de Contas.</p> <p>16. A homologação judicial do accordo entre os portadores de debentures de sociedades anonymas e estas sociedades é apenas uma formalidade complementar dco contracto constante daquelle accordo. [...]</p> <p>17. O juiz de direito em disponibilidade não pode ser considerado magistrado para os efeitos de ser tido incompatível a exercer cargos na policia do Districto Federal.</p> <p>18. A testamentaria não pode ser exercida por procurador.</p>	<p>Marques no Parecer 86, de 1909.</p> <p>9. Alfredo Pinto Vieira de Mello.</p> <p>10. Octavio Monteiro da Silva.</p> <p>11. Nilo Peçanha, Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda.</p> <p>12. Astolpho Rezende.</p> <p>13. Parecer de Dr, Pedro Pedrosa.</p> <p>14. Parecer de Clovis Bevilacqua, Carvalho de Mendonça, Conselheiro Lafayette.</p> <p>15. Alfredo Valladão.</p> <p>16. Parecer de Alfredo Bernardes da Silva.</p> <p>17. Pelino Guedes.</p> <p>18. Parecer do Conselheiro Candido de Oliveira, Clovis Bevilaqua, Eugenio Ferreira da Cunha, Ernesto Babo.</p>
114	1911	<p>1. A crise do Conselho Municipal do Districto Federal: opinião de um ilustr Ministro de Estado sobre os habeas corpus concedidos pelo Egregio Supremo Tribunal Federal. Projectos de codificação das leis processuaes do Districto Federal; seus fins, meios de conseguil-os e empecilhos que devem ser removidos. Necessidade de uma lei sobre propriedade das minas e indústria da mineração. Progressos do direito criminal e necessidade de revogar o nosso Codigo penal: apreciação sobre systemas penitenciários e sobre o patronato dos criminosos. Necessidade de se construir um edificio para o Forum.</p> <p>2. O Tratado Jaguarão Mirim.</p> <p>3. Exposição de Motivos do Codigo do Processo Criminal do Districto Federal.</p> <p>4. Intituto dos Advogados. Da capacidade jurídica das associações religiosas.</p> <p>5. Criticas ao Codigo do Processo Criminal do Districto Federal.</p> <p>6. Direito penal. As aggravantes elementares do homicidio. Preponderancia de atenuantes.</p> <p>7. Os menores abandonados e delinquentes.</p> <p>8. Impossibilidade da Justiça Federal funcionar regularmente na vigência das leis actuaes; em que sentido devem ser reformadas estas leis; considerações a respeito do assumpto.</p> <p>9. O mutualismo. Seus benefícios e seus perigos.</p>	<p>1. Trechos da introdução do relatório apresentado ao Presidente da Republica pelo Ministro da Justiça, Dr. Esmeraldino Bandeira.</p> <p>2. Pinto da Rocha.</p> <p>3. Esmeraldino O. T. Bandeira.</p> <p>4. Levi Carneiro.</p> <p>5. Sem assinatura.</p> <p>6. Ribeiro Dantas.</p> <p>7. Dr. Astolpho de Rezende.</p> <p>8. Relatorio de Francisco de Salles Meira e Sá.</p> <p>9. Desembargador Ataulpho Napoles de Paiva.</p>

		<p>10. A perda do cargo de vice-governador de um Estado, pelo facto de se retirar ele do território sem licença previa do Poder competente, é uma pena que não póde ser validamente aplicada sem regular verificação desse facto, isto é, sem ser instaurado o processo determinado pelas leis em vigor.</p> <p>11. Competencia do Supremo Tribunal Federal para conhecer recursos extraordinários; esfera de sua acção. [...]</p> <p>12. Questão do Amazonas.</p> <p>13. Tribunaes para crianças. Justiça e assistência.</p>	<p>10. Dr. Antonio G. P. de Sá Peixoto.</p> <p>11. Discurso de Dr. Enéas Galvão na sessão de 9 de setembro de 1908 do 1º Congresso Juridico Brasileiro.</p> <p>12. Parecer de Ruy Barbosa.</p> <p>13. Ataulpho de Paiva.</p>
115	1911	<p>1. Discurso de Ruy Barbosa na sessão do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros em que tomou posse do cargo de sócio.</p> <p>2. Direito hypothecario. Pergunta-se: os extractos para a trnascipção dos títulos da transmissão dos immoveis susceptíveis de hypotheca [...]</p> <p>3. Individualisação da pena. (para o congresso jurídico de S. Paulo).</p> <p>4. Penas paralelas. (para o congresso jurídico de S. Paulo).</p> <p>5. Definição de obrigação. Seus elementos e caracteristicos.</p>	<p>1. Ruy Barbosa.</p> <p>2. José Pacheco Pereira, Advogado.</p> <p>3. Esmeraldino Bandeira.</p> <p>4. Esmeraldino Bandeira.</p> <p>5. Octavio Vinelli.</p>
116	1911	<p>1. O problema da administração da justiça no Districto federal – processo escripto e processo oral. 1ª Conferencia de 1911 no Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>2. O jury. 2ª Conferencia de 1911 no Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>3. Da letra de cambio e da nota promissória no Codigo, na lei vigente e na futura lei uniforme. 3ª Conferencia de 1911 no Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>4. Da unificação do direito civil e do commercial em um só codigo.</p> <p>5. As leis de mão morta estão em vigor? 4ª Conferencia de 1911 no Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p> <p>6. Loucos criminosos e criminosos loucos.</p> <p>7. Unificação do direito civil e do commercial. Discurso proferido pelo Dr. Alfredo Valladão, na sessão de 28 de agosto de 1908, do 1º Congresso Juridico Brasileiro.</p> <p>8. Os actos de império e a defesa dos direitos individuaes.</p> <p>9. Verificada a interpolação judiciaria, pode o estado pôr fim a demanda e por acto administrativo pagar a divida que era objeto desta?</p>	<p>1. Não há assinatura.</p> <p>2. Dr. Enéas Galvão.</p> <p>3. Dr. Rodrigo Octavio.</p> <p>4. Dr. Rivadavia Corrêa.</p> <p>5. Dr. Paulo de Lacerda.</p> <p>6. Ataulpho de Paiva.</p> <p>7. Dr. Alfredo Valladão.</p> <p>8. Astolfpho Rezende.</p> <p>9. C. F. de Souza Fernandes.</p>
117	1912	<p>1. A comissão <<del credere>>. O <i>del credere</i> não é uma modalidade da comissão, mas um pacto accessorio de garantia também susceptível de ocorrer com o mandato mercantil.</p> <p>2. A prescripção extinctiva das Dividas Passivas da Fazenda Nacional.</p> <p>3. Prescripção ordinária dos direitos sociaes. Prescripção extraordinária em favor da Fazenda Federal. [...]</p> <p>4. De que reformas necessita a actual organização judiciaria brasileira? Especificando mas: Pode-se,</p>	<p>1. A. Ramos e Silva Jr.</p> <p>2. J. M. de Azevedo Marques.</p> <p>3. J. M. de Azevedo Marques.</p> <p>4. Pareceres de Clovis Bevilacqua, Pedro Lessa,</p>

	<p>respeitada a Constituição de 24 de Fevereiro de 1891, estabelecer em todo o paiz a unidade da magistratura e do processo ou, pelo menos, unificar as justiças federal e local na Capital da União e no território do Acre? Serão convenientes essas medidas? [...]</p> <p>5. Quaes são os ordenados dos Juizes de Direito em disponibilidade?</p> <p>6. Patentes de invenção.</p> <p>7. Patentes de invenção. Exposição feita ao Ministro da Agricultura pelo Sr. Soares Filho, Director da Directoria Geral da Industria e Commercio, sobre o serviço de patentes de invenção em diversos paizes.</p> <p>8. Importancia da Legislação Comparada.</p> <p>9. Propriedade das minas.</p> <p>10. Nullidades de pleno direito.</p> <p>11. Opiniões de eminentes internacionalistas sobre a doutrina de Drago. Nota diplomática do governo argentino ao seu representante em Washington a 29 de dezembro de 1902. Luiz M. Drago.</p> <p>12. Prisão civil.</p> <p>13. Discurso pronunciado por ocasião do gráo aos bacharéis de 1905, na Faculdade Livre de Direito da Bahia, por Cons. Filinto Justiniano Ferreira Bastos.</p> <p>14. A família de funcionário demitido a arbítrio do governo e que tenha deixado de contribuir para o montepio civil dos funcionarios publicos pôde promover as diligencias para regularizar a situação e receber as pensões ainda não prescriptas. [...]</p> <p>15. A advocacia não é prohibida aos funcionários publicos, não devendo, porém, ser exercida em relação a assumptos em que tenham de intervir em virtude de suas formações, nem em prejuizo dellas.</p> <p>16. Em face da lei brasileira as procurações, em regra, cessam por morte do mandante e as disposições de ultima vontade estão sujeitas a solmnidades substanciaes, mas estes principios não têm applicação aos actos praticados no estrangeiro; [...]</p> <p>17. Dois individuos domiciliados no Brazil, brasileiros ou não, mas não suissos que, casual e transitoriamente se acharem em território suisso, não podem contractar nos termos da legislação suissa, uma vez que o contracto deve ser executado no Brazil. [...]</p> <p>18. A caução pessoal e o instituto velleiano em direito commercial.</p> <p>19. O Poder Executivo não tem attribuição para remover funcionários vitalícios prejudicando os em seus direitos adquiridos. [...]</p> <p>20. Situação dos filhos espúrios e dos simplesmente naturaes, em face da legislação sobre montepio civil.</p> <p>21. Conflictio entre os Poderes Executivo e Judiciario: como foi resolvido pelo Legislativo.</p>	<p>Epitacio Pessoa, Lacerda de Almeida, Enéas Galvão, Carvalho Mourão, Rodrigo Octavio.</p> <p>5. J. M. de Azevedo Marques.</p> <p>6. J. F. Soares Filho.</p> <p>7. J. F. Soares Filho.</p> <p>8. Dr. Hersilio de Souza.</p> <p>9. Antonio Carneiro da Rocha.</p> <p>10. Dr. Gondim Filho.</p> <p>11. Respostas de Frederico Passy, E. Moynier, J. Westlake, L. V. Bar, Manoel Torres Campos, Féraud Giraud, André Weiss, J. F. Holland, D'Olivecrona, F. M. Asser, Sr. François Charmes, Pasquale Fiore.</p> <p>12. Dr. Augusto Vaz.</p> <p>13. Cons. Filinto Justiniano Ferreira Bastos.</p> <p>14. Rodrigo Octavio.</p> <p>15. Rodrigo Octavio.</p> <p>16. Pareceres de Clovis Bevilacqua, Conselheiro Candido de Oliveira.</p> <p>17. Dr. Astolpho de Rezende.</p> <p>18. A. Ramos e Silva Junior.</p> <p>19. Pareceres de Affonso Claudio, Clovis Bevilacqua.</p> <p>20. Dr. Rodrigo Octavio.</p>
--	---	--

		<p>22. O dominio das aguas e a energia electrica.</p> <p>23. Uma lei commum de processo para os Estados Unidos do brasil.</p> <p>24. Discussão do projecto da reforma da justiça militar.</p>	<p>21. Parecer da Comissão da Constituição e Justiça da Camara dos Deputados. Voto em separado de Pedro Moacyr.</p> <p>22. Francisco de Castro Junior.</p> <p>23. Dr. João Vieira de Araujo.</p> <p>24. Parecer apresentado ao Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.</p>
118	1912	<p>1. Os filhos naturaes, "em especie", tidos no tempo da "viuvez do pae" e, por ele reconhecidos, concorrem á herança paterna, quer com os filhos do primeiro, e quer com os filhos do segundo matrimonio do mesmo pae.</p> <p>2. Quando os sobrinhos concorrem sós á herança do tio, succedem por direito próprio; e, portanto, "in capta", e não "in stirpes".</p> <p>3. Politica juririca. A junta de jurisconsultos.</p> <p>4. O direito de greve e as suas limitações: necessidade de um codigo de trabalho.</p> <p>5. A igualdade jurídica dos sexos, a condição dos espúrios e o instituto da adopção, perante o direito civil hodierno. Femenismo.</p> <p>6. A propriedade e concessão das estradas de ferro no direito pátrio e na legislação comparada. Natureza do direito que resulta para o concessionário do privilegio de zona: é um direito pessoal e não real.</p> <p>7. Leis que regem o meio soldo ás familias dos officiaes do Exercito.</p> <p>8. Prazo de duração das autorizações constantes de lei orçamentaria.</p>	<p>1. Luiz Antonio de Aguiar e Souza.</p> <p>2. Luiz Antonio de Aguiar e Souza.</p> <p>3. Ataulpho de Paiva.</p> <p>4. Conferencia realizada no Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, a 30 de Maio de 1912, por Augusto Olympio Viveiros de Castro.</p> <p>5. Conferencia realizada no Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, a 27 de junho de 1911, por Clovis Bevilacqua.</p> <p>6. João M. de Carvalho Mourao.</p> <p>7. Dr. Manuel Alvaro de Souza Sá Vianna.</p> <p>8. Dr. Manuel Alvaro de Souza Sá Vianna.</p>
119	1912	1. O direito do Estado-autor perante a Constituição Federal	1. Assinado por D. e J.
120	1913	<p>1. Direito brasileiro. Processo civil. É inconstitucional além de absurda, a disposição do art. 7º do Dec. Legislativo n. 1.939 de 28 de Agosto de 1908, que restaurou a apelação ex-officio das sentenças proferidas contra a fazenda Nacional, agora extensiva á União.</p> <p>2. Intelligencia da disposição constitucional (artigo 73) que veda as accumulações remuneradas. [...]</p>	<p>1. Dr. João Vieira de Araujo.</p> <p>2. Hermes R. da Fonseca.</p>

7.2. Repertório das recomendações bibliográficas presentes na Revista *O Direito* entre 1889 a 1913

Vol.	Ano	Títulos das Obras	Autor
50	1889	1. Bancos e Companhias. Formulario dos instrumentos e registros usuaes nos secretariados dos bancos e sociedades anonymas no Brazil. 2.Codigo Criminal Brasileiro. Comentario philozophico scientifico do Codigo Criminal Brasileiro. 3. Apontamentos de Magistratura. Apontamentos jurídicos. 4. Ajudante Jurídico. 5. Esboço Orphanologico. 6. Tratado Teheorico e Pratico das Justiças de Paz.	1. Verediano Carvaho. 2. João Vieira de Araujo. 3. Dr. Carlos Honorio Benedicto Ottoni. 4. Dr. José Cardoso da Cunha. 5. Dr. José Cardoso da Cunha. 6. Dr. José Xavier carvalho de Mendonça.
51	1890	1. Manual do Curador Geral dos Orphãos. 2. O Registro do Estado Civil. 3. Cazamento Civil.	1. Dr. Oscar Macedo Soares. 2. Dr. Didimo Agapito da Veiga Junior. 3. Dr. Oscar de Macedo Soares.
52	1890	1. O Vademecum Forense. 2. Carteira Jurídica. 3. Repertorio ou indicealphabetico da lei do casamento civil.	1. Dr. Silva Coroatá. 2. Dr. Sá Albuquerque. 3. Dr. Afrodísio Vidigal
53	1890	Não há recomendações.	
54	1891	1. Historia de Sergipe. 2. Revista Forense Chilena.	1. Dr. Felisbello Firmo de Oliveira Freire. 2. Enrique C. Latorre, Diretor da Revista.
55	1891	1. Imperio e Republica Dictatorial. 2. A Lei, Revista Jurídica Mensal. 3. Guia Forense. 4. Questão de domínio e posse sobre par(??) da várzea do Carmo. 5. Revista Academica da Faculdade de Direito do Recife. 6. Revista de Direito Administrativo. Portugal. 7. Revue Internationale du Droit Maritime. 8. Revista do Observatorio. 9. Revista Maritima Brasileira. 10. A Immigração. 11. Revista de Administracion. Habana. 12. A Pena de Morte. 13. Journal du Droit International privé e de la Jurisprudence comparée. França. 14. O contrabando na fronteira. 15. Credito movel.	1. Dr. Alberto de Carvalho. 2. Wenceslao Escobar e Plinio Alvim, Diretores. 3. Sr. José Tavares de Oliveira. 4. Sr. Dr. Brazilio Machado. 5. Sr. Clovis Bevilacqua, Redactor Chefe. 6. Sr. Dr. José Caetano Preto Pacheco, Redactor. 7. Sem designação. 8. Sem designação. 9. Sem designação. 10. Orgão da Sociedade Central de Immigração. 11. Sem designação. 12. Sr. Carlos Tinoco. 13. Sr. Ed. Clunet, Fundador. 14. Dr. Elpidio de Mesquita. 15. Dr. José Maria Vaz Pinto Coelho.

56	1891	<ol style="list-style-type: none"> 1. Terras de Manhuassú. 2. Journal du Droit International privé e de la Jurisprudence comparée. França. 3. Revista Maritima Brasileira. 4. Brésil. Notice générale. 5. Constitution des E'tats-Unis du Brésil. 6. Concurrencia illicita da Metropolitana ás companhias ferro-carris da cidade. 7. Questões Juridicas. 8. Traços Judiciarios. 9. Memorial do Escrivão e seo Escrevente. 10. Discurso sobre a divisão das camaras legislativas. 11. Revista de Administracion. Habana. 12. Revista de Direito Administrativo. 13. Revista Maritima Brasileira, n de Junho. 14. Revista do Observatorio, ns de Julho e Agosto. 15. Revista de Administracion. Habana, t. v, n. 19. 16. Revue internationale du Droit Maritime, 1891 – 92, ns I e II, 7° anno. 17. Revista de Direito Administrativo, n. 307. 18. Revista do Observatorio, n. 10. 19. Constituição e Organização Judiciaria e administrativa do Estado do Rio de Janeiro. 20. Revista Maritima Brasileira, ns 1 a 3 do anno XI. 21. Revista de Derecho y Jurisprudencia. Motevidéo, ns. 26 e 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sem designação de autoria. 2. Sr. Ed. Clunet, Fundador. 3. Sem designação. 4. Sem designação. 5. Sem designação. 6. Sem designação. 7. J. Damasceno. 8. Dr. José Cardoso da Cunha. 9. Dr. José Cardoso da Cunha. 10. Senador Dr. Frederico Abranches. 11. Sem designação. 12. Sem designação. 13. Sem designação. 14. Sem designação. 15. Sem designação. 16. Sem designação. 17. Sem designação. 18. Sem designação. 19. Sem designação. 20. Sem designação. 21. Eladio A. Velazco e Francisco F. Alzola, Diretores.
57	1892	<ol style="list-style-type: none"> 1. Guia e Indicador do Rio de Janeiro. 2. Organização Judiciaria de S. Paulo. 3. Journal du Droit International Privé et de la Jurisprudence comparée, ns. XI e XII. 4. Revista de Direito Administrativo. 5. Discurso do Dr. Brazilio Machado. 6. Organização e divisão judiciaria e policial. 7. Revista de Jurisprudencia do Instituto dos Advogados de S. Paulo. Anno I, vol. 1°, n.1. 8. Revista Academica da Faculdade de Direito do Recife, n. 3. 9. El Foro Argentino, n° 14 do 1° anno. 10. Revista do Observatorio, n. 12. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Srs. Mandroni e Getulio. 2. Comissão da Justiça do Senado estatual. 3. Sr. Ed. Clunet. 4. Sr. José Caetano Preto Pacheco, redactor e proprietário. 5. Dr. Brazilio Machado. 6. Governador Sr. Dr. Generoso Marques dos Santos. 7. Dr. Benevides, Desembargador Aureliano Coitinho, Dr. João Pereira Monteir, dr. Paulo Egydio, dr. Vicente Ferreira da Silva, redatores. 8. Sr. Clovis Bevilacqua, Redactor Chefe. 9. Sem designação. 10. Sem designação.

		<p>11. Revista Maritima Brasileira, dezembro de 1891.</p> <p>12. Regimento de Custas Judiciarias.</p> <p>13. Revista de Direito Administrativo, tomo XV.</p> <p>14. Guia Eleitoral.</p> <p>15. Bancos e Sociedades Anonymas.</p> <p>16. Manual da Justiça Federal.</p> <p>17. Estudos Constituciones.</p>	<p>11. Sem designação.</p> <p>12. Sem designação.</p> <p>13. Sr. José Caetano Preto Pacheco, redactor e proprietário.</p> <p>14. Juiz Manuel Godofredo de Alencastro Autran.</p> <p>15. Sr. Dr. Manuel Godofredo de Alencastro Autran.</p> <p>16. Sr. Dr. Manuel Godofredo de Alencastro Autran.</p> <p>17. Juiz de Direito João Coelho Gomes Ribeiro.</p>
58	1892	<p>1. Resenha Juridica, ns 1 a 6.</p> <p>2. Estudos de direito.</p> <p>3. Direito dos Orphãos ou Apontamentos sobre o processo orphanologico.</p> <p>4. Revista Maritima Brasileira, março e abril de 1892.</p> <p>5. Estudo sobre a Origem histórica dos limites entre Sergipe e Bahia.</p> <p>6. O processo civil e criminal do estado de Minas-Geraes.</p> <p>7. Journal du Droit International privé e de la Jurisprudence comparée. França.</p> <p>8. Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil, commentada.</p> <p>9. A phase reveladora no Brazil.</p> <p>10. Reforma Judiciaria de S. Paulo</p> <p>11. Revista de Direito Administrativo, n. 323.</p> <p>12. Revista Academica.</p> <p>13. Revista Maritima Brasileira, n. 1 do XII anno.</p> <p>14. Revista de Administracion. Habanam n. 22 do tm. V da 2ª epocha.</p>	<p>1. Dr. Francisco Luiz da Veiga e Dr. Edmundo da Veiga.</p> <p>2. Tobias Barreto.</p> <p>3. Antonio de Souza Gouveia.</p> <p>4. Sem designação.</p> <p>5. Dr. José de Oliveira Campos e Dr. Francisco Vicente Vianna.</p> <p>6. Virgilio Martins de Mello e Franco e Levindo Ferreira Lopes.</p> <p>7. Sr. Ed. Clunet.</p> <p>8. Dr. Manuel Godofredo de Alecastro Autran.</p> <p>9. José da Silva Costa.</p> <p>10. Comissão de Justiça do Senado.</p> <p>11. Sem designação.</p> <p>12. Raul de Souza Martins e Arthur de Seixas Souto-Mayor.</p> <p>13. Sr. Capitão-tenente Carlos Vidal de Oliveira Freitas, director.</p> <p>14. Sem designação.</p>
59	1892	<p>1. Sociedades anonymas, questões de nulidades.</p> <p>2. Revista da Faculdade livre de Direito da Bahia. 1º numero do 1º anno.</p> <p>3. Réponse aux Journaux le Figaro et l'Echo de Paris à propôs du Project de convention littéraire entre la France et le Brésil.</p> <p>4. Revista Maritima Brasileira, ns. 2 e 3 do XII anno.</p> <p>5. Revista de jurisprudência do Instituto dos advogados de S. Paulo, n. 3 do vol. I.</p> <p>6. Resenha Jurídica. Anno VII ns. 7 a 9.</p>	<p>1. Sr. Conselheiro Ruy Barbosa.</p> <p>2. Dr. José Augusto de Freitas, redactor chefe.</p> <p>3. Dr. Alberto de Carvalho</p> <p>4. Sem designação.</p> <p>5. Dr. Benevides, Desembargador Aureliano Coitinho, Dr. João Pereira Monteir, dr. Paulo Egydio, dr. Vicente Ferreira da Silva, redatores.</p> <p>6. Dr. Francisco Luiz da Veiga e Dr. Edmundo da Veiga, redactores</p> <p>7. Dr. João Monteiro.</p>

		<p>7. Da futura Universalização do Direito.</p> <p>8. Resenha Jurídica. Anno VII n. 10.</p> <p>9. Archivo jurídico.</p> <p>10. Projecto de reforma da lei que rege os corretores de fundos públicos da Capital federal.</p>	<p>8. Dr. Francisco Luiz da Veiga e Dr. Edmundo da Veiga, redactores.</p> <p>9. Desembargadores Luis Duarte da Silva e Liberato V. Barreto Coutinho, membros do STJ, drs. José Tavares da Cunha Mello, Juiz de Direito Simplicio Coelho de Rezende, Frederico Augusto Cirr Ribeiro e Virgilio Cardoso de Oliveira, advogados.</p> <p>10. José Cláudio da Silva, corretor de fundos publicos.</p>
60	1893	1. Repertorio das leis das sociedades anonyms.	1. Dr. João de Sá e Albuquerque.
61	1893	1. Codigo Penal Brasileiro, pelo dr. Manoel Clementino de Oliveira Escorel.	1. Dr. Manoel Clementino de Oliveira Escorel.
62	1893	1. Diccionario da Legislação Commercial Brasileira.	1. Dr. A. de Souza Pinto.
63	1894	<p>1. Questão Forense.</p> <p>2. Acção de Manutenção.</p>	<p>1. Dr. Antonio Carneiro Antunes Guimarães.</p> <p>2. Dr. João Baptista Martins.</p>
64	1894	<p>1. Album Forense do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>2. Do Casamento Civil.</p> <p>3. Processo Civil e Criminal do estado de Minas.</p> <p>4. O suicidio na Capital Federal.</p> <p>5. Memoria Historica.</p> <p>6. Do casamento civil e Manual da Justiça Federal.</p> <p>7. Classificação das leis e regulamentos ao Processo Civil e Commercial do Estado de Minas.</p>	<p>1. Sem designação.</p> <p>2. Dr. Manoel Godofredo de Alencastro Autran.</p> <p>3. Drs. Virgilio Martins de Mello Franco e Levindo Ferreira.</p> <p>4. Organizada pelo Coronel Chefe de Polícia Manoel Perciliano de Oliveira Valladão e precedida de observação pelo Dr. Viveiros de Castro.</p> <p>5. Drs. João da Costa Lima Drummond e João C. de Souza Bandeira.</p> <p>6. Dr. M. Godofredo de Alencastro Autran.</p> <p>7. Juiz de direito Dr. João Coelho Gomes Ribeiro.</p>
65	1894	Não há recomendações.	
66	1895	<p>1. Organização Judiciaria e Policial da Republica dos Estados Unidos do Brazil.</p> <p>2. Projecto do Codigo Penal e Faculdade de S. Paulo.</p> <p>3. Revista Maritima Brasileira.</p> <p>4. Revista dos Tribunaes.</p> <p>5. Revue International du Droit Maritime.</p> <p>6. Journal du Droit International privé et de la jurisprudence comparée.</p> <p>7. Lei Torrens.</p> <p>8. A embriaguez e a responsabilidade criminal.</p> <p>9. Revista Academica da Faculdade de Recife.</p>	<p>1. Desembargador Antonio de Souza Martins.</p> <p>2. Dr. João Vieira de Araujo.</p> <p>3. Manoel Dias Cardoso.</p> <p>4. Americo Pinto Barreto Filho, redactor gerente.</p> <p>5. F. C. Autran.</p> <p>6. Eduardo Clunet.</p> <p>7. Editora Echemique e Irmão.</p> <p>8. Dr. Alcantara Machado.</p> <p>9. Dr. Clovis Bevilacqua.</p> <p>10. Dr. José Jansen Ferreira Junior.</p>

		10. Apontamentos Juridicos-Criminaes. 11. Jurisprudencia – Revista de Legislação, doutrina e jurisprudência do Estado de Alagoas. 12. Estado do Espirito-Santo. 13. Relatorio. 14. Relatorio e Provimento.	11. Miguel Wenceslau de Omena, redactor e diretor. 12. Dr. José cardoso da Cunha. 13. Desembargador José Antonio Gomes. 14. Dr. Rodrigues de Barros.
67	1895	1. A Constituição do Brazil, comentário 2. Trabalhos judiciários. 3. O Rabula, jornal de publicação semanal. 4. Revista da Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Geraes.	1. Dr. Aristides Milton. 2. Dr. Caetano Pinto de Miranda Montenegro. 3. A. Antunes e C., editores proprietários. 4. Sem designação.
68	1895	1. A Medicina Legal no Brazil pelo Dr. Nina Rodrigues. 2. Direito das acções. 3. Direito da Família. 4. Do contrato de Abertura de Credito. 5. Esboço de Psychiatria Forense.	1. Nina Rodrigues 2. Dr. João Monteiro. 3. Dr. Clovis Bevilacqua. 4. Dr. Paulo de Lacerda. 5. Dr. Franco da Rocha.
69	1896	1. Codigo Commercial	1. Comentado pelo Desembargador Saustiano Orlando de Araujo Costa.
70	1896	Não há recomendações.	
71	1896	1. O Lenocinio. 2. Processo Criminal do Estado de Minas Geraes. 3. Formulario para o processo administrativo dos contrabandos em flagrantes e sua execução. 4. Organização judiciaria do Districto Federal. 5. Sentenças e decisões em materia criminal.	1. Dr. Gilberto Ribeiro de Saboia. 2. Sr. Dr. Tito Fulgencio Alves Pereira. 3. Sr. Desemb. Cardoso da Cunha. 4. Dr. Enéas Galvão. 5. Dr. Viveiros de Castro.
72	1897	Não há recomendações.	
73	1897	Não há recomendações.	
74	1897	1. A prescrição. 2. Do dominio da União e dos Estados segundo a Constituição Federal. 3. Autoria collectiva e cumplicidade. 4. Revista de Jurisprudencia.	1. Conselheiro A. de Almeida Oliveira. 2. Dr. Rodrigo Octavio. 3. Dr. Estevam Lobo. 4. Drs. Raja Gabaglia, Bartholomeu Portella e Torres Camara, diretores e redatores.
75	1898	1. Codigo Penal Commentado. 2. Juristas Philosophos.	1. Dr. João Vieira de Araujo. 2. Dr. Clovis Bevilacqua.
76	1898	1. Os delictos contra a honra da mulher. 2. Consolidação das leis relativas ao Juiz o da Provedoria, testamentos, successões e associações religiosas. 3. Codigo commercial commentado e posto ao par da doutrina, legislação e jurisprudencia modernas. 4. Obrigações.	1. Viveiros de Castro. 2. Joaquim Augusto Ferreira Alvez. 3. Didimo Agapito da Veiga.

		<p>5. Consultor theorico e pratico das fallencias e liquidações commerciais, dos registros de firmas e contractos.</p> <p>6. Discursos pelo Dr. João Monteiro.</p> <p>7. Orgãos da fé publica.</p>	<p>4. Dr. Francisco de Paula Lacerda de Almeida.</p> <p>5. Dr. Eduardo G. Ferreira Velloso.</p> <p>6. Dr. João Monteiro.</p> <p>7. João Mendes de Almeida Junior.</p>
77	1898	<p>1. Resumo das lições de legislação comparada sobre o direito privado professadas na Faculdade de Recife, pelo lente cathedratico Dr. Clovis Bevilacqua.</p> <p>2. Arte de requerer em Juizo de J. M. P. de Vasconcellos, accommodada á legislação da Republica por um advogado.</p> <p>3. Questões de Direito Penal Internacional.</p> <p>4. Causas Celebres Brasileiras. Estudos de Direito Criminal applicado, defezas no crime pelo advogado Alberto de Carvalho.</p> <p>5. Commentario á lei do Casamento Civil.</p> <p>6. Credito movel pelo penhor e o bilhete de mercadorias.</p> <p>7. Estudos de Direito Criminal.</p> <p>8. Supremo Tribunal Federal – Jurisprudencia- Accordãos anexos ao Relatorio apresentado pelo Presidente do Tribunal e proferidos em 1897.</p>	<p>1. Dr. Clovis Bevilacqua.</p> <p>2. J. M. P. de Vasconcellos.</p> <p>3. Hyppolito Camargo.</p> <p>4. Dr. Alberto de Carvalho.</p> <p>5. Lydio Mariano.</p> <p>6. Conselheiro Affonso Celso, Visconde de Ouro Preto.</p> <p>7. João da Costa Lima Drummond.</p> <p>8. Compilados pelo Sr. Conselheiro Olegario Herculano de Aquino e Castro, presidente do STF.</p>
78	1899	<p>1. Titulos ao portador no direito brasileiro.</p> <p>2. A Constituição do Brazil – Noticia historica, texto e commentario.</p> <p>3. Questões Criminaes.</p> <p>4. Divisão e demarcação de terras particulares.</p>	<p>1. Dr. Herculano Marcos Inglez de Souza.</p> <p>2. Dr. Aristides A. Milton.</p> <p>3. Dr. Auto B. Fortes.</p> <p>4. João de Sá Albuquerque.</p>
79	1899	<p>1. Ação publica e privada.</p> <p>2. Manual do contractante.</p> <p>3. Rodolpho von Yhering – Questões de Direito Civil.</p> <p>4. Elementos de Theoria e Pratica do Processo Civil e Commercial.</p> <p>5. Theoria do Processo Civil e Commercial.</p> <p>6. O contrabando.</p> <p>7. Demarcação e divisão das terras particulares.</p> <p>8. Regulamento n. 737 de 25 de Novembro de 1850.</p>	<p>1. Advogado Joaquim Guimarães.</p> <p>2. Juiz J. Dantas M. Fontes.</p> <p>3. Tradução do Dr. Adherbal de Carvalho.</p> <p>4. Dr. José Anysio de A. Campello.</p> <p>5. Dr. João Monteiro.</p> <p>6. Dr. A. O. Viveiros de Castro.</p> <p>7. Juiz de direito Augusto Uflacker.</p> <p>8. Dezembargador Antonio Luiz Ferreira Tinoco.</p>
80	1899	<p>1. Legislação brasileira. Direito hypothecario. Commentario ao Decreto 169 A, de 19 de Janeiro de 1890.</p> <p>2. O Poder Judiciario no Brasil.</p>	<p>1. Didimo da Veiga.</p> <p>2. Manel Ignacio Carvalho de Mendonça.</p>
81	1900	<p>1. Direito Civil Brasileiro Recopilado ou Nova Consolidação das leis civis – vigentes em 11 de Agosto de 1899.</p>	<p>1. Advogado Carlos Augusto de Carvalho.</p>

		<p>2. Revista Juridica. – Publicação mensal de doutrina, jurisprudencia e legislação. Porto Alegre.</p> <p>3. Systema Torrens. – Formulário completo dos processos creados pelos Decretos ns. 451 B de Maio e 955 A de 5 de Novembro de 1890, 2ª edição.</p> <p>4. Reforma do Systema Tributario.</p> <p>5. Consolidação das Leis Hypothecarias.</p> <p>6. A mulher-advogado. A mulher que possui diploma de bacharel em Direito, dadas as condições de capacidade moral, pode exercer a advocacia?</p>	<p>2. Dr. Francelino Dias Fernandes, redactor e proprietario fundador.</p> <p>3. Augusto Uflacker.</p> <p>4. Americo Werneck.</p> <p>5. Advogado Manoel Augusto de Alvarenga.</p> <p>6. Parecer</p>
82	1900	<p>1. O Direito Penal Moderno.</p> <p>2. Das falências e dos meios preventivos de sua declaração. Estudo theorico-pratico por José Xavier Carvalho de Mendonça.</p> <p>3. Breves Lições de Direito Penal.</p> <p>4. Direito Internacional – Protesto do Consul da Republica do Chile no Rio de Janeiro contra a Companhia União Telephonica.</p> <p>5. Uniformidade do Direito Brasileiro.</p> <p>6. Theoria do Processo Civil e Commercial.</p> <p>7. Fundamentos dos interdictos possessórios, de Rudolf von Jhering.</p>	<p>1. Vieira de Araujo.</p> <p>2. José Xavier Carvalho de Mendonça</p> <p>3. Conselheiro Filinto Bastos.</p> <p>4. Dr. M. A. de S. Sá Vianna.</p> <p>5. Drs. João mendes Junior e Pedro Lessa.</p> <p>6. Dr. João Monteiro.</p> <p>7. Tradução de Adherbal de Carvalho.</p>
83	1900	Não há recomendações.	
84	1901	<p>1. O Processo Criminal Brasileiro.</p> <p>2. A Revisão dos Processo Penaes.</p> <p>3. N. 39, vol. 9º, anno 5º da Revista de Jurisprudencia.</p> <p>4. Ns. 9 e 11 do vol. 10 do Forum de Bello Horizonte.</p> <p>5. Os ns. 3 e 4 do vol. 4º da Revista Juridica, de Porto Alegre.</p> <p>6. Ns. 4, do vol. 1º e I do vol. 2º, d'A Justiça do Pará.</p> <p>7. Ns. 3 e 4 do vol. 17, da Revista dos Tribunaes, da Bahia.</p> <p>8. Ns. 3 e 4 do vol. 24, da Gazeta Juridica de S. Paulo.</p> <p>9. Ns. 5 e 6, Novembro e Dezembro de 1900, anno 20, da Revista Maritima.</p> <p>10. O fasciculo n. 7, da Sociedade Nacional de Agricultura com importantes trabalhos sobre o café e o algodão.</p> <p>11. N. 33, d'A Lavoura, Boletim da Sociedade Nacional de Agricultura Brasileira.</p> <p>12. O Relatorio do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro.</p>	<p>1. Dr. João Mendes de Almeida Junior.</p> <p>2. Dr. João Vieira de Araujo.</p> <p>3. Sem designação.</p> <p>4. Sem designação.</p> <p>5. Sem designação.</p> <p>6. Sem designação.</p> <p>7. Sem designação.</p> <p>8. Sem designação.</p> <p>9. Sem designação.</p> <p>10. Sem designação.</p> <p>11. Sem designação.</p> <p>12. Desembargador J. A. Gomes.</p> <p>13. Secretario Dr. Sá Vianna.</p>

		<p>13. O Relatório dos trabalhos e occurrences do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros no anno de 1899.</p> <p>14. Monographia do Dr. Solidonio Leite, do Instituto dos Advogados, sobre fallencias.</p> <p>15. Ns. 3 e 4, anno 16, da Revue Internatiollale du Droit Maritime.</p> <p>16. El Derecho, de Buenos Ayres.</p> <p>17. Ns. 7 a 10, anno 27 (1900) do Journal de Droit International Privé.</p> <p>18. N. 2, correspondente ao mez de Dezembro de 1900, da Revista de Electricidade.</p> <p>19. Revista da Escola Polytechina.</p> <p>20. A Imprensa, desta Capital.</p> <p>21. O Comercio, jornal vespertino.</p> <p>22. O Archivo Juridico, nova revista mensal de doutrina, jurisprudencia e legislação, fundada em Campos, Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>23. A Gazeta Juridica, de S. Paulo, ns. 1, 2 e 3 do vol. 25°.</p> <p>24. A Revista de Jurisprudecia, desta Capital, ns. 40 e 41, vol. XI, de Fevereiro e Março.</p> <p>25. O Forum, de Bello Horisonte, n. 12 do vol. X e n. 1 do vol. XI.</p> <p>26. A Jurisprudencia do Superior Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.</p> <p>27. O Relatoria apresentado ao Superior Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.</p> <p>28. A Revista Annual dos Julgados e Decisões da Relação da Fortaleza.</p> <p>29. Journal du Droit Interllaatial Privé.</p> <p>30. A Revista de Electricidade, n. 3.</p> <p>31. A Revista dos Tribunaes, volume 18 n. I, Janeiro de 1901, do Estado da Bahia.</p> <p>32. A Revista Juridica, (de Porto Alegre) Anno 3.° n. 2.Fevereiro de 1901.</p> <p>33. Relatório do Dr. Francisco de Toledo Malta) Secretario interino da Justiça, apresentado ao Presidente do Estado de S. Paulo.</p>	<p>14. Dr. Solidonio Leite.</p> <p>15. Sem designação.</p> <p>16. Sem designação.</p> <p>17. Sem designação.</p> <p>18. Srs. James Mitchell e C.</p> <p>19. Sem designação.</p> <p>20. Sem designação.</p> <p>21. Sem designação.</p> <p>22. Dr. Luiz Antonio de Souza Neves, fundador.</p> <p>23. Sem designação.</p> <p>24. Sem designação.</p> <p>25. Sem designação.</p> <p>26. Direcção do desembargador Francisco da Cunha Machado</p> <p>27. Desembargador F. da Cunha Machado.</p> <p>29. Edouard Clunet, fundador.</p> <p>30. Sem designação.</p> <p>31. Sem designação.</p> <p>32. Sem designação.</p> <p>33. Dr. Francisco de Toledo Malta</p>
85	1901	<p>1. O processo criminal brasileiro.</p> <p>2. Révue Internationale du Droit Maritime.</p>	<p>1. Dr. João mendes de Almeida Junior.</p> <p>2. Sem designação.</p> <p>3. Desembargador F. de S. Meira e Sá.</p>

		<p>3. Conferencia de 5 de agosto de 1900 sobre Teixeira de Freitas.</p> <p>4. Revista Juridica, (de Porto Alegre) Anno 3, Março de 1901.</p> <p>5. Revista do Instituto Historico Geographico e Ethnographico, do Pará, ano de 1900, vol. 1, n. 3.</p> <p>6. A Revista de Jurisprudencia, Capital Federal, fascículo 42.</p> <p>7. Revista dos Tribunaes, da Bahia, anno VIII.</p> <p>8. O Forum, (de Belo Horizonte), anno VI.</p> <p>9. A constituição do Estado de S. Paulo, notas e apontamentos.</p> <p>10. Arbitragem internacional.</p> <p>11. Infracções da palavra.</p> <p>12. A these n. XIV do quesitionario do Congresso Juridico Americano.</p> <p>13. Estudos sobre o Instituto da Fiança.</p> <p>14. Regimento interno do Tribunal de Justiça do Estado de S. Paulo.</p> <p>15. A Revista de Jurisprudencia, Capital Federal, fascículo 43.</p> <p>16. A Gazeta Jurídica, de S. Paulo, n. I, vol. XXVI, de 1901.</p> <p>17. Revista Maritima Brasileira, da Capital federal, n. VIII, anno XX, de 1901.</p> <p>18. Journal du Droit Interllaatial Privé, ns, I e I, anno XXVII, de 1901.</p> <p>19. A Revista Juridica, de Porto Alegre, n. I, vol 6, Anno II, Maio de 1901.</p> <p>20. Theoria do processo Civil e Commercial.</p> <p>21. Codigo Penal interpretado segundo as suas fontes.</p> <p>22. Estudo sobre o contracto de conta corrente.</p> <p>23. Jurisprudencia criminal.</p> <p>24. A Liberdade Profissional.</p> <p>25. A Justiça de Paz. Montevideo.</p> <p>26. Observações Sobre a Parte Geral do Projecto do Codigo Civil do Dr Clovis Bevilacqua.</p>	<p>4. Sem designação.</p> <p>5. Sem designação.</p> <p>6. Sem designação.</p> <p>7. Sem designação.</p> <p>8. Sem designação.</p> <p>9. Dr. Henrique Coelho.</p> <p>10. Dr. Manoel Alvaro de Souza Sá Vianna.</p> <p>11. Dr. Elpidio de Mesquita.</p> <p>12. Dr. Carvalho Mourão.</p> <p>13. Dr. Sergio Loreto.</p> <p>14. Sem designação.</p> <p>15. Sem designação.</p> <p>16. Sem designação.</p> <p>17. Sem designação.</p> <p>18. Sem designação.</p> <p>19. Sem designação.</p> <p>20. Dr. João Monteiro.</p> <p>21. Dr. João Monteiro.</p> <p>22. Dr. Paulo de Lacerda.</p> <p>23. Dr. Viveiros de Castro.</p> <p>24. Dr. Antonio Cardozo de Gusmão.</p> <p>25. Ramon Lopez Lomba.</p> <p>26. Dr. A. J. Rodriguez Torres Netto.</p>
86	1901	<p>1. A Revista de Jurisprudencia, Capital Federal, XLVI, Agosto de 1901.</p> <p>2. A Revista Academica da Faculdade de Direito do Recife, anno IX.</p> <p>3. A Revista Juridica, Porto Alegre, Julho de 1901.</p> <p>4. Observações sobre o Projecto de Codigo Civil.</p> <p>5. El Derecho, Buenos-Ayres, anno II N. 3.</p> <p>6. O Correio Litterario.</p>	<p>1. Sem designação.</p> <p>2. Comissão redactora: Clovis Bevilacqua, Adolpho Cime, Gervasio Fioravanti, José Vicente Meira e Adelino Filho.</p> <p>3. Sem designação.</p> <p>4. Dr. Solidonio Leite.</p> <p>5. Sem designação.</p> <p>6. Sem designação.</p>

	<p>7. Revista Maritima Brasileira, anno XX, n. 12.</p> <p>8. Armazens Geraes.</p> <p>9. Archivo Juridico, Campos, n. 3, vol 2°.</p> <p>10. Revista da Escola Polytechina, anno V, n. 2 do vol. 5°.</p> <p>11. O Mundo Legal Judiciario, Lisboa, anno XV.</p> <p>12. Le Journal du Droit International Privé, anno XXVIII, ns. V, VI, 1901.</p> <p>13. O Relatorio dos trabalhos do Tribunal de Appellação e Revista do Estado da Bahia, de 1 de Julho de 1899 a 30 de Junho de 1900.</p> <p>14. A Justiça, do Para, anno II, vo1. IV, n. 2, Fevereiro de 1901.</p> <p>15. La Revista del Ateneo, Buenos Ayres, Agosto de 1901, tomo 1.</p> <p>16. Reforma Judiciaria do Estado de S. Paulo - A Jurisprudencia do Superior Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.</p> <p>17. Revista dos Tribunaes, Bahia, anno 8, vol. 19, n. 3, Julho de 1901.</p> <p>18. A Deformidade nas Lesões Pessoaes.</p> <p>19. A Gazeta Juridica, S. Paulo, anno IX, vol. 26.</p> <p>20. O Alienado no Direito Civil Brasileiro.</p> <p>21. Questões de Direito Penal.</p> <p>22. Codigo Commercica Commentado.</p> <p>23. Nullidades em Materia Criminal no processo e Julgamento, seguidas de um prontuário criminal.</p> <p>24. Revista de Jurisprudencia, Capital Federal, XL VII e XLVIII, Setembro e Outubro de 1901.</p> <p>25. El Derccho, Buenos Ayres, Il. 4, Setembro de 1901.</p> <p>26. El Regimen Penitenciario.</p> <p>27. La Revista de Derecho, Jurisprudencia y Administration, Montevideo, Agosto de 1901.</p> <p>28. A Revista Juridica, Porto Alegre, anno III, vo1. 6.° n. 4, Agosto e vol. 7.° n. 1, Setembro de 1901.</p> <p>29. O Forum, Bello Horizonte, anno VI, vo1. XI, ns. 4, 5 e 6, Abril, Maio e Junho de 1901.</p> <p>30. Revue Internationale du Droit Maritime, Maio e Junho de 1901, XVI anno, ns. XI e XII.</p> <p>31. Observações do Dr. Villela dos Santos, aos arts. 1.898 a 2.020 do Projecto do Codigo Civil Brasileiro.</p> <p>32. A Lavoura, boletim da Sociedade</p>	<p>7. Sem designação.</p> <p>8. Dr. Carvalho de Mendonça.</p> <p>9. Sem designação.</p> <p>10. Sem designação.</p> <p>11. Sem designação.</p> <p>12. Sem designação.</p> <p>13. Sr. Conselheiro Joaquim Spinola</p> <p>14. Sem designação.</p> <p>15. Sem designação.</p> <p>16. Desembargador Cunha Machado.</p> <p>17. Sem designação.</p> <p>18. Dr. Alcalltara Machado.</p> <p>19. Sem designação.</p> <p>20. Dr. Nina Rodrigues.</p> <p>21. Dr, Viveiros de Castro.</p> <p>22. Didimo da Veiga.</p> <p>23. Dr. Antonio Bento de Faria.</p> <p>24. Sem designação.</p> <p>25. Sem designação.</p> <p>26. Dr. Alfredo Giribaldi.</p> <p>27. Sem designação</p> <p>28. Sem designação.</p> <p>29. Sem designação.</p> <p>30. Sem designação.</p> <p>31. Sem designação.</p> <p>32. Sem designação</p>
--	---	---

		<p>Nacional de Agricultura Brasileira, anno V, ns. 3 a 6, Março a Junho de 1901.</p> <p>33. Revista do Archivo do Municipio da Capital do Estado da Bahia, anno I, n. 4, Outubro de 1900.</p> <p>34. Jurisprudencia do Superior Tribunal do Estado do Maranhão, tomo 14, 1901.</p> <p>35. Revista Maritima Brasileira XXI anno n. 2, Agosto de 1901.</p> <p>36. Gazeta Juridica, de S. Paulo, vo1. 27 n. 1, Setembro de 1901, anno IX,</p>	<p>33. Sem designação</p> <p>34. Direcção do Exmo. Sr. Desembargador Cunha Machado.</p> <p>35. Sem designação.</p> <p>36. Sem designação.</p>
87	1902	<p>1. o Codigo Penal Interpretado.</p> <p>2. A Revista Maritima, anno XXI, ns. 3 e 4, Setembro e Outubro de 1901.</p> <p>3. A Gazeta Juridica, S. Paulo, anno IX, vo1. XXVII, ns. 2 e 3, Outubro e Novembro de 1901.</p> <p>4. A revista anual dos julgados e decisões da Relação de Fortaleza arestos de 1900.</p> <p>5. Revista dos Tribunaes, Bahia, anno VIII, vol. XX, n. 2, Outubro de 1901.</p> <p>6. Relatorio apresentado ao Sr. Presidente do Estado do Ceará pelo Secretario da justiça, Desembargador Antonio Sabino do Monte, junho de 1901.</p> <p>7. Le Journal du Droit International Privé et de la Jurisprudence Compare.</p> <p>8. A Revistade Jurisprudencia, Capital Federal, XLIX e L, anno V, Novembro e Dezembro de 1901.</p> <p>9. O Forum, de Bello Horizonte, anno VI, volume XII, ns. 7 e 8, julho e Agosto de 1901.</p> <p>10. Actas dos trabalhos da comissão revisora do Projecto do Codigo Civil Brasileiro, elaborado pelo Dr. Clovis Bevilacqua.</p> <p>11. Archivo Juridico, de Campos, anno I, vol. III, n. I, Setembro de 1901.</p> <p>11. Codigo Penal, commentado e anotado segundo a legislação vigente até 1901.</p> <p>12. Revista de Jurisprudencia, Capital Federal, LI e LII, anno VI, Janeiro e Fevereiro de 1902.</p> <p>13. Revista Marítima, anno I, ns. 5 e 6, Novembro e Dezembro de 1901.</p> <p>14. Revista da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro.</p> <p>15. Revista da Faculdade de Direito de S. Paulo</p>	<p>1. Dr. João Vieira de Araujo.</p> <p>2. Sem designação.</p> <p>3. Sem designação.</p> <p>4. Sem designação.</p> <p>5. Sem designação.</p> <p>6. Sem designação.</p> <p>7. Edouard Clunet.</p> <p>8. Sem designação.</p> <p>9. Sem designação.</p> <p>10. Sem designação.</p> <p>11. Sem designação.</p> <p>11. Dr. Oscar de Macedo Soares.</p> <p>12. Sem designação.</p> <p>13. Sem designação.</p> <p>14. Redactores: Drs. Lacerda de Almeida, Serzedello Corrêa, Candido de Oliveira, Carlos Affonso e Mario Vianna.</p> <p>15. Redactores: Drs. Manoel Pedro Villaboim, Ernesto Moura, José Mariano Corrêa de</p>

		<p>16. A Revista del Ateneo, 15 diciembre, 1901, tomo 2°, Buenos-Aires.</p> <p>17. A Revista dos Tribunaes da Bahia, anno 8°, vol. 2°, n. 3, Novembro de 1901.</p> <p>18. Lavoura, boletim da Sociedade Nacional de Agricultura Brasileira, Agosto a Outubro de 1901, anno V, ns. 8 a 10.</p> <p>19. A Gazeta Jurídica, S. Paulo, Dezembro de 1901, anno IX, vol. 27, n. 4.</p> <p>20. A Revista Juridica, Porto Alegre, anno II, n. 2, vol. 7°, Outubro de 1901.</p> <p>21. O Forum, Minas, vol. XII, anno VI, ns. 9 e 10, Setembro e Outubro de 1901.</p> <p>22. Journal du Droit International Privé. 28° anno, ns. XI e XII, 1901.</p> <p>23. A Universal, n. 30, anno 2, vol. 2, Rio de Janeiro, 10 de Fevereiro de 1902.</p> <p>24. Revue Internationale du Droit Maritime, 17° anno, ns. 1 a 4, Julho a Outubro de 1901.</p> <p>25. Jurisprudencia do Superior Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, tomo 15°, 2° semestre de 1901.</p> <p>26. Revista Agricola, orgam da Sociedade de Agricultura Alagoana, n. I, anno 2, Janeiro de 1902.</p> <p>27. Trabalhos Judiciarios do Dr. Caetano Pinto de Miranda Montenegro.</p> <p>28. Extracto do bulletin da união internacional de direito penal.</p> <p>29. A legislação penal comparada.</p>	<p>Camargo Aranha, Dario Sebastião O. Ribeiro, Candido Nogueira da Motta.</p> <p>16. Sem designação.</p> <p>17. Sem designação.</p> <p>18. Sem designação.</p> <p>19. Sem designação.</p> <p>20. Sem designação.</p> <p>21. Sem designação.</p> <p>22. Edouard Clunet.</p> <p>23. Sem designação.</p> <p>24. Sem designação.</p> <p>25. Direcção do Desembargador Francisco da Cunha Machado.</p> <p>26. Sem designação.</p> <p>27. Dr. Caetano Pinto de Miranda Montenegro</p> <p>28. Sem designação.</p> <p>29. Dr. João Vieira de Araujo.</p>
88	1902	<p>1. Repertorio da Legislação sobre Docas, Portos Maritimos e Terrenos de Marinha de 1831 a 1901 e dos Actos Officiaes referentes ás Concessões de Melhoramentos de Portos Maritimos .</p> <p>2. A Revista de Jurisprudencia, Capital Federal, LIV, anno VI, Abril de 1902.</p> <p>3. Gazeta Juridica, S. Paulo, vol. XXVIII, n. 3, anno X, Março de 1902.</p> <p>4. A Revista Maritima, 21° anno, n. 8, Fevereiro de 1902.</p> <p>5. Discurso do Dr. Esmeraldino Bandeira, deputado por Pernambuco, pronunciado em 15 de Março de 1902 em favor do reconhecimento dos filhos incestuosos e adulterinos.</p>	<p>1. Dr. Antonio José Caetano Junior.</p> <p>2. Sem designação.</p> <p>3. Sem designação.</p> <p>4. Sem designação.</p> <p>5. Sem designação.</p>

	<p>6. Ruínas da Marinha Mercante Brasileira.</p> <p>7. Indifferentismo Religioso.</p> <p>8. Estudios Sociales - 1899 Buenos Ayres.</p> <p>9. Projecto de um Codigo Civil para el Estado Oriental del Uruguay.</p> <p>10. Breve relatório sobre direito das obrigações.</p> <p>11. Relatorios da Secretaria de Estado.</p> <p>12. Codigo das Relações Exteriores.</p> <p>13. Observações sobre o Projecto do Codigo Civil. Parte Geral.</p> <p>14. Arbitragem Internacional. 2 ed.</p> <p>15. Revista de Jurisprudencia, anno 5, n. 43.</p> <p>16. Revista dos Tribunaes da Bahia. Anno 8.</p> <p>17. Archivo Juridico de Campos anno 1°, vol. 1°, n. IV.</p> <p>18. Revista Juridica Porto Alegre, anno 3, n. 4.</p> <p>19. A Justiça, Pará, anno 1, vol. 2, n. 3.</p> <p>20. Revista de Tribunales, Chile, anno II, ns. 1 a 3.</p> <p>21. Annaes de Medicina Homeopathica, vol. 3, n. 4.</p> <p>22. Revista da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, tomo v, março de 1901.</p> <p>23. Boletim quinzenal de Estatistica Demographo Sanitaria do Rio de Janeiro, anno IX ns. 5 e 6.</p> <p>24. Diario Official.</p> <p>25. O Assessor policial.</p> <p>26. Revista dos Tribunaes - Bahia - anno IX, vol. 21, ns. 1 e 2 de Janeiro e Fevereiro de 1902.</p> <p>27. Journal du droit International Privé - 29 anno, 1902, ns. 3 e 4.</p> <p>28. O Forum, Minas Ceraes, anno VI, vol. XII, Novembro e Dezembro de 1901, ns. 11 e 12.</p> <p>29. Revista Maritima Brasileira, 21° anno, ns 9, 10, 11 Março, Abril e Maio de 1902.</p> <p>30. A Justiça - Pará - anno II, vol. V ns. 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1902; e vol. VI n. 1.</p> <p>31. Gazeta Juridica, S. Paulo, Anno X, vol. 28, n. 4, Abril de 1902; e vol. 29 n. 1, Maio de 1902.</p> <p>32. Revue internationale du droit maritime - 17 anno, ns. 7 e 8, Janeiro e Fevereiro de 1902.</p> <p>33. Congresso Juridico Americano, actas das sessões. 1° volume.</p>	<p>6. Tentente Eduardo de Lima.</p> <p>7. Dr. Carlos de Laet.</p> <p>8. Victor Arreguine.</p> <p>9. Eduardo Acevedo Hijo.</p> <p>10. Dr. Amaro Cavalcant.</p> <p>11. Dr. Olynto de Magalhães.</p> <p>12. Dr. Olynto de Magalhães.</p> <p>13. Dr. A. J. Rodrigues Torres Netto.</p> <p>14. Dr. M, A. de S. Sá Vianna.</p> <p>15. Sem designação.</p> <p>16. Sem designação.</p> <p>17. Sem designação.</p> <p>18. Sem designação.</p> <p>19. Sem designação.</p> <p>20. Sem designação.</p> <p>21. Sem designação.</p> <p>22. Sem designação.</p> <p>23. Sem designação.</p> <p>24. Sem designação.</p> <p>25. Dr. Augusto Ewerton e Silva</p> <p>26. Sem designação.</p> <p>27. Sem designação.</p> <p>28. Sem designação.</p> <p>29. Sem designação.</p> <p>30. Sem designação.</p> <p>31. Sem designação.</p> <p>32. Sem designação.</p> <p>33. Organizado pelo emerito jurisconsulto Dr. Manoel Alvaro de Souza Sá Vianna</p>
--	---	--

		<p>34. A Revista de Jurisprudencia, Maide 1902, anno VI, n. 55.</p> <p>35. Relatorio do Director da Penitenciaria do Estado da Bahia.</p> <p>36. Monographia do Dr. José Joaquim de Oliveira Fonseca, sobre legitimação de filhos adulterinos.</p> <p>37. A Universal, anno II, vol. III ns. 42 e 43.</p> <p>38. Investigação scientifica sobre a natureza das pessoas jurídicas.</p> <p>39. Trabalhos judiciários.</p> <p>40. A Justiça na Comarca de Além parayba, no Estado de Minas Geraes, durante o anno de 1901.</p>	<p>34. Sem designação.</p> <p>35. Sem designação.</p> <p>36. Dr. José Joaquim de Oliveira Fonseca.</p> <p>37. Sem designação.</p> <p>38. Sem designação.</p> <p>39. Dr. Caetano Pinto de Miranda Montenegro.</p> <p>40. Dr. Tito Fulgencio Alves Pereira.</p>
89	1902	<p>1. Commentarios á Constituição Federal Brasileira.</p> <p>2. Das fallencias.</p> <p>3. Das fallencias e do respectivo processo.</p> <p>4. Lei das fallencias. Commentarios por um Advogado.</p> <p>5. Revista de Jurisprudencia, Capital Federal, Agosto, Setembro e Outubro de 1902, anno VI.</p> <p>6. Revista dos Tribunaes, Bahia, Junho e Julho de 1902, anno IX.</p> <p>7. A Universal, Capital Federal, 30 de Julho, 10 e 30 de Agosto e 10 de Setembro de 1902, anno II.</p> <p>8. Revista de Legislação, Capital Federal, 30 de Agosto, 30 de Setembro e 30 de Outubro de 1902, anno I.</p> <p>9. Revista da Associação Typographica Bahiana, anno I.</p> <p>10. Unificação do Direito Privado ou o Direito Commercial face do Projecto do Código Civil.</p> <p>11. Gazeta Juridica, S. Paulo, Julho, Setembro e Outubro de 1902, anno X.</p> <p>12. Revista Maritima, Capital federal, Agosto, Setembro e Outubro de 1902, 22º anno.</p> <p>13. Revista do Archivo Municipal da Capital do Estado da Bahia, Abril de 1902, anno I.</p> <p>14. Journal du Droit Privé, ns 7 a 10, 1902, 29º anno.</p> <p>15. Um caso crime.</p> <p>16. Biographi do Dr. João Climaco.</p> <p>17. Justiça, Pará, Agosto, Setembro e Outubro de 1902, anno II.</p> <p>18. Gazeta do Fôro, Rio Grande do Sul.</p>	<p>1. Dr. João Barbalho.</p> <p>2. Dr. Antonio Bento de Faria.</p> <p>3. Dr. João Chrysostomo da Rocha Cabral.</p> <p>4. Um advogado (nome occultado).</p> <p>5. Sem designação.</p> <p>6. Sem designação.</p> <p>7. Sem designação.</p> <p>8. Sem designação.</p> <p>9. Sem designação.</p> <p>10. Alfredo Valladão.</p> <p>11. Sem designação.</p> <p>12. Sem designação.</p> <p>13. Sem designação.</p> <p>14. Sem designação.</p> <p>15. Dr. Francisco Gonçalves Miranda.</p> <p>16. Dr. Affonso Claudio.</p> <p>17. Sem designação.</p> <p>18. Drs. Alcides Cruz, Marinho Chaves e Aurelio Junior</p> <p>19. Sem designação.</p>

		<p>19. Revue de Droit Maritime, Mai et Juin, 1902, 17° anno.</p> <p>20. Lavoura, anno VI, Abril a Junho de 1902.</p> <p>21. Projecto de lei federal de desapropriação por utilidade publica.</p> <p>22. Relatorio dos trabalhos dos Tribunaes de Appellação e Revista do Estado da Bahia, no período de 1 de Julho de 1900 a 30 de Junho de 1901.</p> <p>23. Revista annual dos julgados e decisões da Relação de Fortaleza, comprchendendo os principaes arestos de 1901.</p> <p>24. Jurispmdmria do Superior Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, 1° semestre de 1902, publicação semestral.</p> <p>25. Archivos Brasileiros de Odontologia, órgão do Instituto Brasileiro de Odontologia do Rio de Janeiro, publicação trimestral, Outubro de 1902, anno 1.</p> <p>26. Brasil Forense, brinde aos assignantes da Revista de Legislação.</p> <p>27. Fiança Criminal.</p>	<p>20. Sem designação</p> <p>21. Dr. Pedro Luiz Soares de Souza.</p> <p>22. Sr. Conselheiro Joaquim Antonio de Souza Espinola.</p> <p>23.</p> <p>24. Desembargador F. da Cunha Machado.</p> <p>25. Sem designação.</p> <p>26. Sem designação.</p> <p>27. Dr. Octaviano Vieira.</p>
90	1903	<p>1. Fiança Criminal.</p> <p>2. Processo commercial e civil.</p> <p>3. A Revista de Jurisprudencia, Capital Federal, anno VI, Novembro 1902.</p> <p>4. Revista de Legislação, Novembro e Dezembro de 1902.</p> <p>5. A Gazeta Juridica, anno X, vol. 30,n.3, de Novembro de 1902.</p> <p>6. Gazeta do Foro, n. 5, Novembro de 1902.</p> <p>7. La Revue Internatiollale du Droit Maritime, 18° année, Julho e Agosto de 1902.</p> <p>8. A Revista Maritima Brasileira, 22. Anno, n. 5, Novembro de 1902.</p> <p>9. A Justiça, anno 2, Belém do Pará, vol. 7, n. 3, 1902.</p> <p>10. Annaes da Escola de Minas, n. 5.</p> <p>11. Le Journal du Droit International Privé, 29° anno, 1902, ns.11 e 12.</p> <p>12. La cultura latina. Habana.</p> <p>13. A Gazeta Jurídica, de S. Paulo, annos X e XI, vo1. 30, n. 4e vo1. 31 n. I, Dezembro de 1902 e Janeiro de 1903.</p> <p>14. Revista de Legislação, desta Capital, Janeiro de 1903, partes I, II e III.</p> <p>15. Revista dos Tribunaes, Bahia, Agosto de 1902, anno 9, vol 22 n. 4.</p>	<p>1. Dr. Octaviano Vieira.</p> <p>2. Dr. Bendo de Faria.</p> <p>3. Sem designação..</p> <p>4. Sem designação.</p> <p>5. Sem designação.</p> <p>6. Sem designação.</p> <p>7. Sem designação.</p> <p>8. Sem designação.</p> <p>9. Sem designação.</p> <p>10. Sem designação.</p> <p>11. Sem designação.</p> <p>12. Sem designação.</p> <p>13. Sem designação.</p> <p>14. Sem designação.</p> <p>15. Sem designação.</p> <p>16. Sem designação.</p>

	<p>16. A Gazeta do Foro, Rio Grande do Sul, anno I, Dezembro de 1902.</p> <p>17. La Revue Internationale du Droit Maritime, 18 annos, Setembro e Outubro de 1902.</p> <p>18. A Revista de Jurisprudencia, Capital Federal, n. 63, anno VII, Janeiro de 1903.</p> <p>19. Revista dos Tribunaes, Bahia, anno X, vol. 23, n. I, Janeiro de 1903.</p> <p>20. S. Paulo Judiciario, S. Paulo, anno I, vol 1, Janeiro de 1903.</p> <p>21. A Justiça, Para, anno II, vol. VII, n. 4, 1902.</p> <p>22. A Revista Marítima, anno 22, ns. 6 e 7, Dezembro de 1902 e Janeiro de 1903.</p> <p>23. Journal du Droit International Privé, 30 anno, 1903, n. 1 e 2.</p> <p>24. Gazeta do Foro, Rio Grande do Sul, Janeiro de 1903, anno I, n. 7.</p> <p>25. Revista da Federação dos Estudantes Brasileiros, anno I, n. I, Janeiro de 1903, Capital Federal.</p> <p>26. Compendio para a cadeira de Direito da Escola Militar.</p> <p>27. Projecto de reforma dos serviços de estatística policial e judiciaria e identificação anthropometrica.</p> <p>28. Revista de jurisprudencia, Capital Federal, anno VI, n. 62, Dezembro de 1902.</p> <p>29. A Federação de 21 de Fevereiro de 1903.</p> <p>30. A Gazeta do Fôro, Rio Grande do Sul, anno I, n. 8, Fevereiro de 1903.</p> <p>31. A Gazeta jurídica, S. Paulo, anno XI, vol. II, n. 2 e 3, Fevereiro e Março de 1903.</p> <p>32. Revue International e du Droit Maritime, 18° anno, Novembro e Dezembro de 1902.</p> <p>33. A Lavoura, Capital Federal, anno VI, ns. 9 a 12, Setembro a Dezembro de 1902.</p> <p>34. S. Paulo judiciario, revista do Tribunal de Justiça de S. Paulo, anno I, vol. I, n. 2, Fevereiro de 1903.</p> <p>35. A Revista de Legislação, Capital Federal, anno II, Fevereiro e Março de 1903.</p> <p>36. A Revista Marítima Brasileira, 22° anno, ns. 8 e 9, Fevereiro e Março de 1903.</p> <p>37. Archivo de jurisprudencia, revista mensal de Legislação e Direito publicada no Recife, anno I, vol. I, n. I, Março de 1903.</p>	<p>17. Sem designação.</p> <p>18. Sem designação.</p> <p>19. Sem designação.</p> <p>20. Sem designação.</p> <p>21. Sem designação.</p> <p>22. Sem designação.</p> <p>23. Sem designação.</p> <p>24. Sem designação.</p> <p>25. Sem designação.</p> <p>26. Dr. Vicente Antonio.</p> <p>27. Dr. Renato Carmil.</p> <p>28. Sem designação.</p> <p>29. Sem designação.</p> <p>30. Sem designação.</p> <p>31. Sem designação.</p> <p>32. Sem designação.</p> <p>33. Sem designação.</p> <p>34. Sem designação.</p> <p>35. Sem designação.</p> <p>36. Sem designação.</p> <p>37. Sem designação.</p>
--	---	--

91	1903	<p>1. Le Journal de Droit International Prive e de la Jurisprudence Comparée: 1903, ns 3,4,5 e 6. 3 anno.</p> <p>2. O terceiro relatório apresentado à Associação dos Advogados de Lisboa.</p> <p>3. A Revista dos Tribunais. Bahia: Fevereiro, Março e Abril de 1903, anno, 10, vol. 2, ns. 2,3 e 4.</p> <p>4. A Gazeta do Foro, anno I, Março, Abril, Maio e Junho de 1903, ns, 9, 10, 11 e 12. Rio Grande do Sul.</p> <p>5. A Revista Jutisprudencia, ano VII, n. 64, Fevereiro de 1903;</p> <p>6. Archivo de Jurisprudencia. Recife, I anno, ns. 2,3 e 4. Abril, Maio e Junho de 1903.</p> <p>7. S. Paulo Judicionario. Vol. I, Março e Abril de 1903, ns. 3 e 4, 1 anno.</p> <p>8. Gazeta Juridica. S. Paulo, anno XI, vol.31, n. 4, Abril de 1903 e vol. 32, n. 1 Maio de 1903.</p> <p>9. Revista de Legislação, volume de 1901. 1º fasciculo; 1903, ns. 5 e6, 3º anno.</p> <p>10. Revue Internationale du Droit Maritime, 18 anno, Janeiro e Fevereiro de 1903.</p> <p>11. O Socorro Martino.</p> <p>12. Synopse da LegislaçãO Brasileira contendo a indicação das principais leis, decretos, regulamentos, instruções, avisos e outros actos concernentes aos serviços federaes em toda Republica e aos municipaes do Distrito Federal.</p> <p>13. Constituição Política do Maranhão.</p> <p>14. A Jurisprudencia do Superior Tribunal de Justiça do Maranhão.</p> <p>15. A Lavoura, ns. I, 2 e 3, 1903.</p> <p>16. Revista Martima Brasileira, ns. 10 e 11, 22 anno, Abril e Maio de 1903.</p> <p>17. Revista da Academia. Ceará: Junho 1903, 1º fasaciculo.</p> <p>18. S. Paulo Judiciario de 1903.</p> <p>19. A Revista Academica da Faculdade de Direito do Recife, anno X, 1902.</p> <p>20. O Archivo de Jurisprudencia, Iº anno, n.5, Julho de 1903. Recife,</p> <p>21. Revista de Legislação, 2 vol., 1903, n.7.</p> <p>22. Memoriaes.</p> <p>23. A Revista dos Tribunaes, Bahia, anno X, vol.23, n. 5, Maio de 1903,</p> <p>25. La Revne International du Droit Martine, 18 anno, Março e Abril de 1903.</p>	<p>1. Sem designação</p> <p>2. Dr. Vicente Ferrer de Barros Wanderley Araujo.</p> <p>3. Sem designação.</p> <p>4. Sem designação.</p> <p>5. Sem designação.</p> <p>6. Sem designação.</p> <p>7. Sem designação.</p> <p>8. Sem designação.</p> <p>9. Sem designação.</p> <p>10. Sem designação.</p> <p>11. Capitão Tenente J. A. Santos Porto.</p> <p>12. Sem designação.</p> <p>13. Desembargador F. Da Cunha Machado.</p> <p>14. Desembargador F. Da Cunha Machado.</p> <p>15. Sem designação.</p> <p>16. Sem designação.</p> <p>17. Org. Instituto Academico, Clovis Bevilacqua.</p> <p>18. Sem designação.</p> <p>19. Comissão redatora: Drs. Virginio Marques, Adelino Filho, José Vicente, Constancio Pontual e Augusto Vaz.</p> <p>20. Sem designação.</p> <p>21. Sem designação.</p> <p>22. Drs. Adolpho Gordo e Ruy Barbosa.</p> <p>23. Sem designação.</p> <p>25. Sem designação.</p> <p>26. Sem designação.</p>
----	------	--	---

		<p>26. La Gazeta Juridica, revista mensal de S. Paulo, anno XI, vol. 32, n.2, Junho 1903.</p> <p>27. Revista Maritima, 23º anno, n.1 Julho 1903.</p> <p>28. Le Journal du Droit International Prive e de la Jurisprudence Comparée. 1903 ns. VII e X.</p> <p>29. Gazeta do Foro, Porto Alegre. Anno II, n.1.</p>	<p>27. Sem designação.</p> <p>28. Edouard Clunet.</p> <p>29. Drs. Alfredo Pujol e Cincinato Braga.</p>
92	1903	<p>1. La Política Argentino- Paraguaya. Buenos Aires: 1902.</p> <p>2. Constituição Política do Estado do Maranhão. 1903.</p> <p>3. A Constituição de 1891 e Constituição de 1901.</p> <p>4. Jurisprudencia Tribunales (Chile).</p> <p>5. Derecho de Jurisprudencia (Montevideo).</p> <p>6. El Derecho (Peru)</p> <p>7. Gazeta Juridica de S. Paulo.</p> <p>8. Instituto do Ceará.</p> <p>9. Instituto Histórico da Bahia.</p> <p>10. Faculdade de Direito do Recife.</p> <p>11. Annaes de Medicina Homeopathica (Rio).</p> <p>12. Ordem Medica, Brazil Medico.</p> <p>13. A Lavoura.</p> <p>14. Archivos de Assistencia.</p> <p>15. O Codigo Penal Militar da Republica dos Estados Unidos do Brazil. Editores: H. Garnier -R. Do Ouvidor 71, Rio de Janeiro.</p> <p>16. A Jurisprudencia Hypothecaria e Formulários.</p> <p>17. O Processo Criminal Brasileiro. Vol. III. Editores Laemmert & C.</p> <p>18. Usofructo e Fideicommisso nos testamentos. Minas Gerais.</p> <p>19. Jurisprudencia- coleção de julgados. Pará.</p> <p>20. A Insolvencia, no ponto de vista do Direirto Patrio, da Historia e da Legislação Comparada.</p> <p>21. A Constituição do Estado de Alagoas, promulgada em Junho de 1891, com reformas até 1902.</p> <p>22. Jurisprudencia do Superior Tribunal de Justiça do Maranhão. Janeiro de 1893 até Dezembro de 1902.</p> <p>23. Archivo de Jurisprudencia, Recife, 1º Anno, ns. 6 e 7, Agosto e Setembro de 1903.</p> <p>24. Revista Annual dos julgados e decisões do Tribunal Superior de Justiça dos Pará, de 1891 a 1894.</p>	<p>1. Ernesto Quesada.</p> <p>2. Organizado por F. Da Cunha Machado.</p> <p>3. Sem designação.</p> <p>4. Sem designação.</p> <p>5. Sem designação.</p> <p>6. Sem designação.</p> <p>7. Sem designação.</p> <p>8. Sem designação.</p> <p>9. Sem designação.</p> <p>10. Sem designação.</p> <p>11. Sem designação.</p> <p>12. Sem designação.</p> <p>13. Sem designação.</p> <p>14. Sem designação.</p> <p>15. Dr. Oscar de Macedo Soares.</p> <p>16. Dr. Tito Fulgencio Alves Pereira.</p> <p>17. Dr. João Mendes de Almeida.</p> <p>18. Dr. João Pereira da Silva Continentino-Oliveira.</p> <p>19. Dr. José da Silva Miranda.</p> <p>20. Dr. Francisco de Castro Junior.</p> <p>21. Sem designação.</p> <p>22. F. Da Cunha Machado</p> <p>23. Sem designação.</p> <p>24. Sem designação.</p> <p>25. Sem designação.</p> <p>26. Sem designação.</p>

		<p>25. Revista de Legislação, Capital Federal, 1903, 2º vol. n. VIII e n. IX; Agosto e Setembro.</p> <p>26. Gazeta do Foro, Porto Alegre. Agosto e Setembro de 1903.</p> <p>27. S. Paulo Judiciario, S. Paulo, 1º anno, vol. II, ns. 6,7 e 8; Junho, Julho e Agosto de 1903.</p> <p>28. O Phonographo e suas combinações nas relações jurídicas. Lente da Faculdade de Direito de S. Paulo- fasciculo publicado na Gazeta Juridica de S. Paulo.</p> <p>29. Revista de Jurisprudencia, Capital Federal. 1903: anno VII- Maio, Junho, Setembro.</p> <p>30. Revista Internationale du Droit Martine, Maio a Agosto de 1903.</p> <p>31. Revista dos Tribunaes, Bahia, n. 6. Vol. 23, Junho de 1903.</p> <p>32. Boletim da Secretaria da Agricultura, Viação, Industria e Obras Publicas. Bahia. Anno I. Vol. II, ns, I, 2 e 3, Junho, Agosto e Setembro de 1903.</p> <p>33. Gazeta Juridica. S. Paulo, anno XI, vol. 32, ns. 3 e 4, Julho e Agosto de 1903.</p> <p>34. Revista Maritima Brasileira, anno 23, n.2, Agosto, 1903.</p> <p>35. Desapropriação por utilidade publica; comentario ao Regulamento n. 4.956 de 1903.</p> <p>36. Codigo Penal Militar da Republica dos Estados Unidos do Brazil.</p>	<p>27. Sem designação.</p> <p>28. José Bonifacio de Oliveira Coutinho.</p> <p>29. Sem designação.</p> <p>30. Sem designação.</p> <p>31. Sem designação.</p> <p>32. Sem designação.</p> <p>33. Sem designação.</p> <p>34. Sem designação.</p> <p>35. Dr. Solidonio Leite.</p> <p>36. Comentado pelo Dr. Oscar de Macedo Soares – H. Garnier.</p>
93	1904	<p>01. O S. Paulo Judiciario, revista do Tribunal de Justiça do Estado de S. Paulo, vol. III. Setembro a Dezembro de 1903. 1º anno, ns. 9 a 12.</p> <p>02. A Revista de Legislação, Capital Federal, 1903. Outubro, Novembro e Dezembro.</p> <p>03. Revista Academica da Faculdade de Direito do Recife, anno XI.</p> <p>04. Discurso proferido pelo Dr. Duarte de Azevedo no Senado do F. De S. Paulo sobre a curadoria fiscal das massas falidas.</p> <p>5. A Revista Maritima Brasileira, 23ºanno, ns.3,4, 6 e 7.</p> <p>6. Archivo de Jurisprudencia, Recife, 1º anno, ns. 8,9,10 e 11, Outubro, Novembro, Dezembro de 1903 e Janeiro de 1904.</p> <p>7. Revista Forense, 1º anno, vol. 1º, Fasciculo 1 e 2- Bello Horizonte.</p> <p>8. Gazeta Juridica, revista mensal de legislação, doutrina e Jurisprudencia</p>	<p>1. Sem designação.</p> <p>02. Sem designação.</p> <p>03. Dr. Clovis Bevilacqua (redator principal) e os Drs. Augusto Vaz, Adolpho Cirne, Constancio Pontual e Laurindo Leão.</p> <p>4. Dr. Duarte de Azevedo</p> <p>5. Dr. Duarte de Azevedo</p> <p>6. Dr. Duarte de Azevedo</p> <p>7. Drs. Estevão L. De Magalhães Pinto e F. Mendes Pimentel.</p> <p>8. Sem designação.</p>

		<p>de S. Paulo, anno XI, vol. 33º, ns. 3 e 4 Novembro e Dezembro de 1903 e anno XII, vol. XXXIV, n.I, Janeiro de 1904.</p> <p>9. Revista annual dos julgados e decisões da Relação da Fortaleza 1902.</p> <p>10. Boletim da Secretaria da Agricultura, Viação, Industria e Obras Publicas do Estado da Bahia, anno I, vol. II, ns. 4 e 5. Outubro e Novembro de 1903.</p> <p>11. Relatorio dos trabalhos dos Tribunaes de Appellação e Revista do Estado da Bahia no periodo de I de Julho de 1901 a 30 de Junho de 1902.</p> <p>12. Revista do Archivo do Municipio da Capital do Estado da Bahia, anno III, n. II, Julho 1902.</p> <p>13. Journal du Droit International Privé et de la Jurisprudence Comparée fondé e publié. 31º anno, ns. 1 e 2, 1904.</p> <p>14. A Reconstrução do Rio de Janeiro e a Questão do Patrimonio Municipal.</p> <p>15. Notas ao laudo do Conselheiro Lafayette por F. De S. Meira de Sá.</p> <p>16. Politica e legislação de estradas de ferro.</p>	<p>9. Sem designação.</p> <p>10. Sem designação.</p> <p>11. Exm. Sr. Conselheiro Joaquim Antonio de Souza Espinola.</p> <p>12. Sem designação.</p> <p>13. Edouard Clunet.</p> <p>14. Gustavo Estienne.</p> <p>15. F. De S. Meira de Sá.</p> <p>16. Dr. Clodomiro Pereira da Silva.</p>
94	1904	Não há recomendações.	
95	1904	Não há recomendações.	
96	1905	<p>1. Codigo Penal da Republica dos Estados Unidos do Brazil. Comentada.</p> <p>2. Politica e legislação de estradas de ferro.</p> <p>3. Serviço Policial do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>4. La Revie Internationale du Detroit Maritime. 19º e 20º annos, Novembro e Dezembro de 1903, e Janeiro a Setembro de 1904.</p> <p>5. Revista de Legislação, ns. 1 a 4 de 1904.</p> <p>6. Gazeta Juridica, S. Paulo, anno XII, vol. 34, Fevereiro a Abril de 1904.</p> <p>7. Revista Maritima Brasileira, 23º anno, ns. 8 a12, Fevereiro a Agosto de 1904.</p> <p>8. Gazeta Forense, de Ribeirão Bonito, vol. 0, n. 1, Abril de 1904.</p> <p>9. Archivo de Jurisprudencia, do Recife, Fevereiro a Agosto de 1904.</p> <p>10. Revista Forense, de Bello Horizonte, Março a Dezembro de 1904.</p>	<p>1. Dr. Oscar de Macedo Soares.</p> <p>2. Dr. Clodomiro Pereira da Silva.</p> <p>3. Dr. José Tavares Bastos- Editor. H. Garnier.</p> <p>4. Sem designação.</p> <p>5. Sem designação.</p> <p>6. Sem designação.</p> <p>7. Sem designação.</p> <p>8. Dr. Odilon Ribeiro.</p> <p>9. Sem designação.</p> <p>10. Sem designação.</p> <p>11. Sem designação.</p>

		11. Journal du Droit International Privé, 31º anno, ns. 3 a 6, 1904.	
97	1905	Não há recomendações.	
98	1905	1. A Medicina Legal no Brazil. 2. Direito das Acções. São Paulo, 1905. 3. Direito da Família. 2º edição correcta e augmentada. 4. Do contrato de Abertura de Credito, 1901. 5. Esboço de Psychiatria Forense. S. Paulo. 1 vol. In 8º de 481 pags.	1. Nina Rodrigues. 2. Dr. João Monteiro. 3. Dr. Clovis Bevilacqua. 4. Dr. Paulo de Lacerda. 5. Dr. Franco da Rocha.
99	1906	1. Ensaio de Criminologia- a tentativa; interpretação do art. 267 do Código Penal. 2. Revista Academica da Faculdade de Direito do Recife, anno XII, 1904. 3. Interesses da Magistratura. 4. Os estrangeiros no Brazil, refutação e pareceres do Dr. Sub-Procurador do Estado de Minas Gerais. 5. Liberdade Profissional e Espolio de Estrangeiros. 6. Decisões Judiciarias – coleção de sentenças. 7. Mensagem enviada á Assembléa dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul. 8. Casos Julgados – coleção de sentenças. 9. O Determinismo Psychico e a Imputabilidade e Responsabilidade Criminaes. 10. Contractos e Obrigações Mercantis. 11. Instrucções relativas á Prática do Processo concernente á Politica do Districto Federal. 12. Direito das Obrigações do proprietário e do inquilino ou a garantia do contracto predial. 13. Manual dos Juizes preparadores do Estado da Bahia.	1. Rodrigues de Carvalho. 2. Com. de redação: Drs. Augusto Vaz, Gomes Parente, Clovis Belivacqua, Constancio Pontual, Virgínio Marques. 3. Dr. Antonio do Amaral Vieira. 4. Dr. Antonio de Oliveira. 5. Dr. Bernardo de Campos. 6. Dr. Manoel Adriano de Araujo Jorge. 7. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros. 8. Dr. Francisco de Souza Ribeiro Dantas. 9. Dr. Pedro Lessa. 10. Dr. Francisco Eugenio Toledo. 11. Dr. Antonio Augusto Cardozo de Castro. 12. Dr. José Cardoso da Cunha. 13. Dr. Cardoso da Cunha.
100	1906	1. Das Pessoas Juridicas. Rio de Janeiro, 1905. 2. Unidade do Direito Processual. 3. Código Penal Brasileiro. 4. Dicionário do Direito Penal. 5. Pan- Americanismo	1. Dr. Lacerda de Almeida. 2. Dr. Clovis Bevilacqua. 3. Dr. Oliveira Escorel. 4. Dr. José Marcondes de Moura Romeiro. 5. Arthur Orlando.
101	1906	1. Principios Elementares de Direito Internacional Privado. 2. Execuções das sentenças estrangeiras do Brazil. Typographia de J. B. Edelbrock. Recife, 1900. 3. Manual do curador geral de opiniões.	1. Dr. Clovis Bevilacqua. 2. Samuel Martins. 3. Oscar de Macedo Soares.

102	1907	<p>1. Tratado de Sciencia da Administração e Direito Administrativo.</p> <p>2. A Estatística da arrecadação dos impostos de licenças do Distrito Federal, 1903 e 1904.</p> <p>3. Relatório apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá. Presidente do Estado de São Paulo.</p> <p>4. Sabres e togas: a autonomia judicante militar.</p> <p>5. Os menores perante o Código Penal, apontamentos práticos.</p> <p>6. Projecto de Código do Criminal do Estado do Paraná.</p> <p>7. Revista de Derecho y Jurisprudencia. Publicada em Santiago do Chile, annos 1º e 2º, 1905 e 1906.</p> <p>8. Nullidades do Processo Civil e Commercial.</p> <p>9. Revista do Instituto de Ordem dos Advogados Brasileiros. Julho a Setembro de 1906, tomo XVI.</p> <p>10. Relatórios da Presidência da Província do Amazonas. Annos de 1852 a 1862.</p> <p>11. Philosophia do direito.</p>	<p>1. Dr. Augusto Olympio Viveiros de Castro.</p> <p>2. Sem designação.</p> <p>3. Dr. M. J. de Albuquerque Lins.</p> <p>4. Helio Lobo.</p> <p>5. Dr. Octaviano Vieira.</p> <p>6. Dr. João Baptista da Costa Carvalho Filho.</p> <p>7. Sem designação.</p> <p>8. Dr. Francisco Eugenio de Toledo.</p> <p>9. Drs. Alfredo Bernardes, Eugenio de Barros e Solidonio Leite.</p> <p>10. Sem designação.</p> <p>11. Dr. Almacho Diniz.</p>
103	1907	<p>1. Boletim Policial, nº1. Introdução do Relatório apresentado ao Sr. Ministro da Justiça, pelo chefe de Polícia do Districto Federal.</p>	<p>1. Dr. Antonio Joaquim de Albuquerque Mello.</p>
104	1907	<p>1. Organização penitenciária dos países latino-americanos.</p>	<p>1. Desembargador Antonio Ferreira de Souza Pitanga.</p>
105	1908	<p>1. Doutrina e Prática das Obrigações ou Tratado Geral dos Direitos de Crédito.</p> <p>2. Relatório do Dr. Pedro Vergene de Abreu, Inspector das Companhias de Seguros.</p>	<p>1. Dr. Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça.</p> <p>2. Dr. Pedro Vergene de Abreu.</p>
106	1908	<p>1. As Tres Escolas Penaes.</p> <p>2. Theoria geral do Direito Civil.</p> <p>3. Systema do Direito Civil Brasileiro.</p> <p>4. Fasciculo de Decisões.</p> <p>5. O questionário do Jury.</p>	<p>1. Dr. Antonio Moniz Sodré de Aragão.</p> <p>2. Clovis Bevilacqua.</p> <p>3. Dr. Eduardo Espinola.</p> <p>4. José Soriano de Souza Filho.</p> <p>5. Dr. Moraes Mello.</p>
107	1908	<p>1. Dissertações e Polemicas.</p> <p>2. Direito do Estrangeiro no Brasil.</p> <p>3. Divisão e demarcação de terras.</p> <p>4. Revista Academica da Faculdade de Direito do Recife.</p> <p>5. Repertorio de Jurisprudencia, por um advogado.</p> <p>6. Memoria Histórica da Faculdade de Direito do Pará.</p>	<p>1. Dr. Pedro Lessa.</p> <p>2. Dr. Rodrigo Octavio.</p> <p>3. Felicio Buarque.</p> <p>4. Radactores Adolpho Cirne, Netto Campello, Augusto Vaz, Laurindo Leão, Phaleante da Camara.</p> <p>5. Um advogado.</p> <p>6. Dr. João Baptista de Vasconcellos Chaves</p>
108	1909	<p>Não há recomendações.</p>	

109	1909	Não há recomendações.	
110	1909	1. Relatório Geral dos Trabalhos do primeiro Congresso Jurídico Brasileiro em 1908.	1. Presidido por Inglez de Souza.
111	1910	1. Direito Industrial Brasileiro, Marcas Industriais e Nome Commercial. 2. Rios e Aguas Correntes em suas relações jurídicas. 3. Código do processo penal do Estado do Rio Grande do Sul. 4. Código do Processo Civil e Commercial do Rio Grande do Sul. 5. Tratado dos Impostos. 6. Casos Forenses.	1. Drs. J. L. Almeida Nogueira e Guilherme Fischer Junior. 2. Dr. Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça. 3. Dr. Florencio Carlos de Abreu e Silva. 4. Dr. Armenio Jouvin. 5. Dr. Augusto Olympio Viveiros de Castro. 6. Octaviano Vieira.
112	1910	1. Assistencia Maritima.	1. Dr. Samuel Martins.
113	1910	1. Lei universal sobre a letra de cambio (Das Weltuecheselrecht). 2. Lei de successões. O commentario do art. 3. Da lei n. 1.839.	1. Dr. Felix Meyer, desembargador do Tribunal de Apellação de Berlim. 2. Dr. José Ulpiano.
114	1911	1. Tratado de Direito Commercial Brasileiro. 2. Ante-Projecto de nova edição official do codigo criminal de 1830 etc. 3. Trechos de Direito. 4. Vers la Paix, Etudes sur l'établissement de la paix générale et sur l'organisation de l'ordre international. 5. Projecto de Código de Direito Internacional Publico. 6. Theoria e Pratica das Procurações. 7. Estudos sobre o Tribunal de Contas. 8. Curso de Pratica do Processo civil, commercial e criminal. 9. Chronicas Forenses. 10. Collectanea das leis, decretos resoluções e regulamentos promulgados no Estado de Piahy, de 15 de Novembro de 1889 a 31 de Dezembro de 1908.	1. Dr. José Xavier Carvalho de Mendonça. 2. Dr. João Vieira de Araujo. 3. Dr. Sergio Loreto. 4. Dr. Alberto Torres. 5. Dr. Epitacio Pessoa. 6. Dr. J. Gonlaves Maia. 7. Dr. Alfredo Valladão. 8. Dr. Candido de Oliveira Filho. 9. Dr. Plinio Barreto. 10. Dr. Francisco de Moraes Correa.
115	1911	1. Contractos no Direito Civil Brasileiro. 2. Des clauses d'irresponsabilité em matière de transport maritime.	1. M. I. Carvalho de Mendonça. 2. Dr. André Gautier.
116	1911	Não há recomendações.	
117	1912	Não há recomendações.	
118	1912	1. A cambial. 2. Actos diplomáticos do brasil, tratados do período colonial e vários documentos desde 1.493,	1. José A. Saraiva. 2. José Cardozo de Oliveira.

		coordenados e anotados pelo Sr. Ministro José Cardozo de Oliveira. 3. Curso de Pratica do Processo Civil, Commercial e Criminal. 4. Curso de Philosophia Elementar.	3. Dr. Candido de Oliveira Filho. 4. Almachio Diniz.
119	1912	Não há recomendações.	
120	1913	Não há recomendações.	